

6º prêmio
Construindo
a Igualdade
de Gênero

**REDAÇÕES, ARTIGOS
CIENTÍFICOS E PROJETOS
PEDAGÓGICOS
PREMIADOS**

Secretaria de Políticas
para as Mulheres





6° PRÊMIO
CONSTRUINDO
A IGUALDADE
DE GÊNERO



**6° PRÊMIO
CONSTRUINDO
A IGUALDADE
DE GÊNERO**

**REDAÇÕES,
ARTIGOS CIENTÍFICOS E
PROJETOS PEDAGÓGICOS
PREMIADOS**

www.igualdadedegenero.cnpq.br

BRASÍLIA 2010

PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA • 6ª EDIÇÃO

6º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO

PROMOÇÃO

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

CO-PROMOÇÃO

Serviço de Prêmios – CNPq

Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

NILCÉA FREIRE
Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres

©2010. Presidência da República
Secretaria de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações
Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes –
Zona Cívico-Administrativa
70150-908 – Brasília-DF
Fone: (61) 3411-4330
Fax: (61) 3327-7464
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.spmulheres.gov.br

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Projeto Gráfico
Aldo Ricchiero

Revisão
Luana Nery Moraes

Distribuição gratuita

Tiragem: 5.000 exemplares

Impressão: Ideal Gráfica e Editora

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Biblioteca/SPM/PR

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.

6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores – 2010. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

236 páginas

1. Igualdade de gênero. 2. Estudos de gênero. I. Título.

CDU 396.1

SUMÁRIO

Apresentação, 19

Introdução geral, 23

Categoria Mestre e Estudante de Doutorado

Artigos científicos premiados

Introdução, 29

“O Sexo do Cérebro”: uma análise sobre gênero e ciência, 31

Marina Fisher Nucci

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Professora Orientadora: Jane Araújo Russo

Lourdes Ramalho: Performances de Gênero na Dramaturgia Nordestina, 57

Vanuza Souza Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Professor Orientador: Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Relação dos artigos científicos premiados com Menção Honrosa, 87

Categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado

Artigos científicos premiados

Introdução, 91

“Pelo sexo, a mulher liga-se à eternidade da espécie”: as produções acadêmicas dos médicos baianos, 93

Caroline Santos Silva

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Professora Orientadora: Gabriela dos Reis Sampaio

Eros e Thánatos: o casamento como violência simbólica e estratégia de representação feminina na Atenas Clássica, 111

Sandra Ferreira dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora Orientadora: Marta Mega de Andrade

Categoria Estudante de Graduação

Artigos científicos premiados

Introdução, 133

**A legitimação do silêncio no cotidiano
da mulher negra brasileira a partir do filme Bendito Fruto, 135**

Juliana Silva Santos

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Professora Orientadora: Helcira Lima

**Processos Institucionais de Administração de Conflitos,
Produção de “Verdades Jurídicas” e Representações Sociais sobre
a questão da violência doméstica contra a mulher no Distrito Federal, 149**

Welliton Caixeta Maciel

Universidade de Brasília (UnB)

Professora Orientadora: Lia Zanotta Machado

Categoria Estudante de Ensino Médio

Introdução, 167

Categoria Estudante de Ensino Médio
Redações premiadas na **Etapa Nacional**

BAHIA – Salvador, 171

Os sonhos de Geni

Jamile de Oliveira Gonçalves

Colégio Antônio Vieira

Professor Orientador: Antônio Lourival

CEARÁ – Crato, 175

Crônicas de Mãe Tonha

Danielle Bezerra Feitosa

Colégio Pequeno Príncipe

Professora Orientadora: Catarina Tavres Vieira Jamacaru

SÃO PAULO – São Paulo, 179

Anastasia

Ana Paula Chudzinski Tavassi

Colégio Santa Cruz

Professor Orientador: Luis Aquino

Categoria Estudante de Ensino Médio**Redações premiadas na Etapa por Unidade da Federação****AMAZONAS – Manaus, 185****Legado**

Wanessa Silva Nobre

*Centro Literatus**Professora Orientadora: Elaine Andreatta***GOIÁS – Inhumas, 187****PresidentA**

Meire Ellen Ribeiro Domingos

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás**Professora Orientadora: James Dean Amaral Freitas***MINAS GERAIS – Viçosa, 191****Bonequinha de porcelana**

Fernanda Fortes Lopes

*Colégio de Aplicação Coluni**Professora Orientadora: Renata Rena Rodrigues***PARÁ – Santa Izabel do Pará, 195****Amazônia mística e realidade de gênero**

Mairã Soares Sales

*Escola Estadual de Ensino Médio Antonio Lemos**Professora Orientadora: Rosiclei do Socorro de Castro Soares***RIO DE JANEIRO – Petrópolis, 199****Entre vales e montanha**

Thiago Tavares Magalhães

*Colégio Santa Isabel**Professora Orientadora: Maria Cristina Euzébio Butturini***RIO GRANDE DO SUL – Porto Alegre, 203****O diário de uma luta**

Thayná Morais

*Colégio Adventista**Professora Orientadora: Denise Reis*

SERGIPE – Aracaju, 207

Novas configurações entre os sexos: afirmações e conquistas femininas na modernidade

Edson Dionizio Santos Júnior

Colégio Dom Luciano José Cabral Duarte

Professora Orientadora: Daniela Amaral

TOCANTINS – Almas, 211

De repente tudo muda: menos as Marias do dia-a-dia

Marcella Gomes Batista

Colégio Estadual Dr. Abner Araújo Pacini

Professora Orientadora: Reuvia de Oliveira Ribeiro

Redações premiadas com **Menção Honrosa**

BAHIA – Salvador, 217

A sonhadora

Irma Marine Aguiar da Silva

Colégio Salesiano Dom Bosco

Professora Orientadora: Rilza Meire dos Santos Cruz

SÃO PAULO – São Paulo, 221

Uma nova oportunidade

Pedro Azevedo Minutentag

Escola Vera Cruz

Professora Orientadora: Cristiane Escolástico

Categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero

Projetos pedagógicos premiados

Introdução, 227

GOIÁS – Goiânia, 229

Centro de Educação Profissional de Goiânia Sebastião Siqueira

Dinamizando gênero

Coordenação do Projeto: Carmen Sandra Ribeiro do Carmo

MATO GROSSO – Cuiabá, 231

Escola Municipal de Educação Básica Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon

Beleza tem raízes – Dança do Chorado

Coordenação do Projeto: Sueli de Fátima Xavier Ribeiro

PERNAMBUCO – Afogados de Ingazeira, 233

**A vivência das mulheres negras do sertão do Pajéu:
resiliência, cotidiano e trabalho**

Escola de Referência em Ensino Médio Monsenhor Antônio de Pádua Santos

Coordenação do Projeto: Maria José dos Santos

RIO GRANDE DO SUL – São Leopoldo, 235

Construindo a Igualdade de Gênero

Escola Estadual de Ensino Fundamental Firmino Acauan

Coordenação do Projeto: Mirian Teresinha Zimmer Soares





APRESENTAÇÃO

O princípio da transversalidade e da intersetorialidade das políticas, programas e ações tem fundamentado a atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) e também de outros ministérios ou secretarias desse Governo. Mas sabemos que essa dimensão associada das políticas exige um esforço constante, pois o desenho tradicional do Estado brasileiro ainda persiste assentado na divisão de responsabilidades e atribuições por órgãos setoriais.

Um indicador de sucesso de uma das políticas transversal e intersetorial de gênero que vem sendo desenvolvida – tendo em vista suas características de replicabilidade, sustentabilidade, inovação e institucionalização – é o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Fruto da parceria da Secretaria de Políticas para as Mulheres com o Ministério da Educação (MEC), o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Ao lado dos editais de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos e dos encontros de núcleos e grupos de pesquisa - Pensando Gênero e Ciências, o Prêmio compõe o Programa Mulher e Ciência, instituído em 2005 com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País e de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

O Prêmio totalizou, nesses seis anos, 15.729 inscrições. A cada edição os trabalhos premiados são publicados em livro e divulgados para o público em geral, contribuindo para disseminar o debate e a produção sobre a igualdade de gênero. A iniciativa tem possibilitado um envolvimento crescente de estudantes, pesquisadoras/es, professoras/es, escolas do ensino médio e universidades dos mais diferentes pontos do país interessados nos temas propostos.

O Programa Mulher e Ciência concretiza direta e indiretamente os objetivos e prioridades do II PNPM, no seu eixo estratégico da Educação Inclusiva, Não-Sexista, Não-Racista, Não-Homofóbica e Não-Lesbofóbica. Em especial, nos seguintes aspectos: a) fomenta o interesse de professoras/es do Ensino Médio nessas áreas temáticas, contribuindo para ampliar a sua atuação como agentes de promoção dos princípios de cidadania, combate à discriminação e respeito à diversidade; b) possibilita a sensibilização e a reflexão das/os estudantes sobre conteúdos relativos à equidade de gênero e o respeito às diferenças, em oposição aos valores e conteúdos sexistas e discriminatórios ainda presentes no material didático e nas próprias relações na escola, entre os seus diversos segmentos; e c) contribui para a consolidação deste campo de estudos e pesquisa nas instituições acadêmicas do país.

O Prêmio coloca-se como um instrumento para o desenvolvimento dessas novas capacidades na gestão pública, fomentando o compromisso efetivo do ensino brasileiro no enfrentamento às diferentes formas de discriminação que ainda permeiam as relações sociais no Brasil e com a promoção da igualdade de gênero e da cidadania.

Agradecemos, com muita alegria, a todas e todos que, a cada edição, possibilitam a realização do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: às/ aos estudantes que enviaram suas redações e artigos científicos; às professoras e professores que orientaram suas/seus estudantes; às/aos dirigentes de escolas que divulgaram e sensibilizaram o público para a temática; às comissões julgadoras que prontamente aceitaram o convite para o processo de análise e seleção.

Agradecemos, também, às integrantes das equipes do UNIFEM, da SPM, MEC, CNPq e demais ministérios e secretarias que, com seu trabalho, tornam concretos os compromissos com a promoção da igualdade de gênero, assumidos por todo o governo federal no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Nilcéa Freire

Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres



**Ministério da
Ciência e Tecnologia**

**Ministério
da Educação**

**Secretaria de Políticas
para as Mulheres**





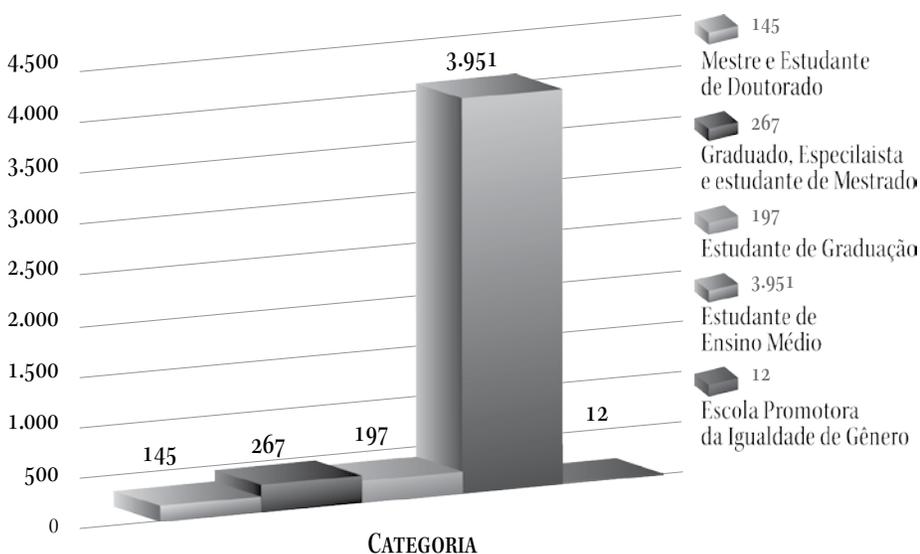
INTRODUÇÃO GERAL

Chegou-se à sexta edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. O consórcio parceiro deste Prêmio, formado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério de Ciência e Tecnologia; as Secretarias de Educação Básica (SEB) e da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC); e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM, orgulha-se de apresentar os vencedores e vencedoras da edição de 2010.

O Prêmio crescente de participantes é uma das ações que compõem o Programa Mulher e Ciência, lançado em 2005. A realização desta edição e o número apontam para uma maior divulgação da temática das relações de gênero, feminismos e mulheres não só na comunidade acadêmica, como também no sistema educacional brasileiro.

A cada edição as inscrições crescem. Sabe-se que este impacto ainda é tímido diante da massa estudantil brasileira, mas seguramente este prêmio significa um dos grandes certames vivenciados pelas instituições de ensino do País, em especial no âmbito do Ensino Médio.

6º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO
INSCRIÇÕES EM TODAS AS CATEGORIAS



Fonte: CNPq/SPM, 2010.

O 6º Prêmio *Construindo a Igualdade de Gênero* recebeu a inscrição de 4.572 trabalhos. Deste total, 145 foram inscritos para concorrer na categoria “Mestre e Estudante de Doutorado”, 267 para “Graduado Especialista e Estudante de Mestrado” e 197 para “Estudante de Graduação”. A comunidade universitária enviou, portanto, um total de 609 artigos científicos na temática do Prêmio. Os estudantes de Ensino Médio inscreveram 3.951 redações e as escolas dez projetos, para concorrer na categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero.

As premiadas e os premiados na categoria “Mestre e Estudante de Doutorado” receberam R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Na categoria “Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado”, receberam R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e na categoria “Estudante de Graduação”, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). As premiadas e os premiados, se adequados aos critérios do CNPq, podem receber bolsas de estudo para desenvolvimento de projeto na área/tema do Prêmio.

Na categoria Estudante de Ensino Médio os/as ganhadores/as da etapa nacional receberam um laptop, uma impressora multifuncional e uma bolsa de Iniciação Científica Junior do CNPq. Os/as agraciados/as na etapa unidade da federação ganham um computador e um monitor LCD. As escolas vencedoras da categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero receberam um prêmio no valor de R\$ 10.000,00 cada.

Os departamentos a que pertencem as/os premiadas/os de todas as categorias e as/os professoras/es orientadoras/es receberam uma assinatura anual da Revista Estudos Feministas e do Cadernos PAGU.

A Comissão que julgou os artigos científicos pré-selecionados nas categorias do ensino superior – Mestre e Estudante de Doutorado; Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado; e Estudante de Graduação – foi composta pelos seguintes membros: Maria Aparecida Moraes Silva, Universidade Federal de São Carlos, designada Presidenta da Comissão; Benedito Medrado Dantas, Universidade Federal de Pernambuco; Simone Pereira Schmidt, Universidade Federal de Santa Catarina; Eni Mesquita, Universidade de São Paulo; Maria Arisnete Câmara de Moraes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Dulce Amarante dos Santos, Universidade Federal de Goiás; e Maria José Teixeira Carneiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Para todas as categorias relacionadas ao Ensino Superior, a sexta edição do Prêmio recebeu a inscrição de 609 artigos científicos. Numa pré-seleção técnica feita pela equipe do CNPq ficaram 480 artigos para o julgamento final da Comissão, isto é, 79% dos artigos foram julgados. Destes artigos pré-selecionados, 168 foram da categoria Estudante de Graduação; 203 artigos da categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado; e 109 artigos da categoria Mestre e Estudante de Doutorado.

Reunida em 25 de novembro de 2010, a Comissão Julgadora selecionou as/os agraciadas/os na Categoria Mestre e Estudante de Doutorado: foram duas mulheres, uma da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e outra da

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e concedeu Menção Honrosa para um homem e uma mulher, alunos da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade de São Paulo, respectivamente. Na categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado, foram premiadas duas mulheres, uma da Universidade Federal do Rio de Janeiro e outra da Universidade Federal da Bahia. Na categoria Estudante de Graduação, foi premiada uma mulher da Universidade Federal de Minas Gerais e um homem da Universidade de Brasília.

A Comissão Julgadora das categorias Estudante de Ensino Médio e Escola Promotora da Igualdade de Gênero foi formada por Ângela Maria Mesquita Fontes, Fórum Feminista do Rio de Janeiro; Ângela Moyses Nogueira Rodrigues, Associação Brasileira de País e Mães de Homossexuais; Isis Tavares Neves, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Lucia Maria Xavier Castro, Movimento de Mulheres Negras – Criola; Paulo César Rodrigues Carrano, Universidade Federal Fluminense; Regina Dalcastagne, Universidade de Brasília; Wivian Weller, também da Universidade de Brasília e presidenta da Comissão.

As redações haviam passado por um processo de pré-seleção feita por uma comissão formada por todos os parceiros que patrocinam o Prêmio. Das 3.951 redações enviadas, foram selecionadas para a etapa final 514, ou seja, 13% das redações inscritas.

Reunida em 24 de novembro de 2010, a Comissão Julgadora agraciou redações dos estados de SP, CE e BA como as três melhores redações na etapa nacional, todas de autoria feminina. Na etapa por Unidade da Federação, foram premiadas redações de GO, RJ, MG, SE, RS, AM, PA e TO, seis de autoria feminina e duas masculinas. A Comissão concedeu ainda duas menções honrosas para redações dos estados de SP e BA. Na categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero, foram premiados os projetos pedagógicos enviados por escolas de PE, MT, GO e RS.

**Categoria Mestre e
Estudante de Doutorado**
Artigos científicos premiados





INTRODUÇÃO

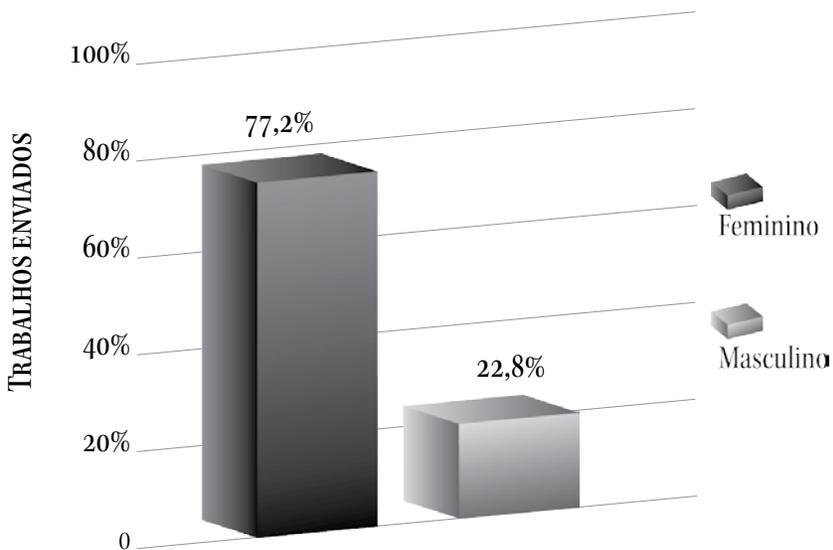
Nesta categoria, foram inscritos 145 artigos, sendo que 77,8% dos artigos concorrentes foram de autoria feminina.

6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Categoria Mestre e Estudantes de Doutorado Artigos inscritos, segundo sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	33	22,8%
Feminino	122	77,2%
Total	145	100%

Fonte: CNPq/SPM, 2010.

6º PRÊMIO — TRABALHOS ENVIADOS SEGUNDO O SEXO, MESTRE E ESTUDANTE DE DOUTORADO



Fonte: CNPq/SPM, 2010.

“O Sexo do Cérebro”: uma análise sobre gênero e ciência

Marina Fisher Nucci¹

Instituto de Medicina Social (IMS) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Professora Orientadora: Jane Araújo Russo²

Introdução

“Qual é o sexo do seu cérebro?”. Para responder a esta pergunta – tão inquietante e direta – não se leva mais do que cinco minutos. É este o tempo de preenchimento de um teste de “determinação do sexo cerebral”, que pode ser encontrado com facilidade em diversos sites na internet, publicado originalmente por uma das principais revistas de divulgação científica no Brasil. Vinte questões com respostas simples – “sim” ou “não” – sobre hábitos, características e preferências conferem o resultado capaz de situar o cérebro de uma pessoa em um *continuum* de masculinidade e feminilidade.

Quanto menor o resultado do teste, mais “masculino” é o cérebro. Um escore mediano indica um cérebro “misto”, ou seja, tanto “feminino” quanto “masculino”. Já no caso de se conseguir o número máximo de pontos, – respondendo afirmativamente a questões como “Geralmente resolvo problemas com mais intuição do que com a lógica”, “Acho fácil saber o que uma pessoa está sentindo só de olhar para seu rosto”; e negativamente a “Quando criança gostava de subir em árvores” ou “Fico entediado facilmente” – é sinal de que o cérebro em questão é “muito feminino”. Mas o que quer dizer ter um cérebro “muito feminino”? Ou mesmo “pouco feminino” ou “misto”? De que forma sexualidade e gênero se relacionam nesta lógica? Qual a relação entre estereótipos de gênero, senso comum e ciência? Esses são alguns dos questionamentos que buscamos responder aqui.

Neste trabalho, investigamos as concepções de gênero e sexualidade no âmbito da produção científica/ biomédica contemporânea. Para isso, analisamos

1 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS/ UERJ), e doutoranda da mesma instituição a partir de março de 2011. Atualmente é assistente de pesquisa do Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/ IMS/ UERJ), na Pesquisa “Sexualidade, Ciência e Profissão na América Latina”, e professora online do EGeS - Curso de Especialização Semipresencial em Gênero e Sexualidade (CLAM/ IMS/ UERJ).

2 Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ, com pós-Doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, é professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social - UERJ e bolsista de produtividade em Pesquisa 1D do CNPq. Atualmente é coordenadora para o Brasil do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (IMS-UERJ) tendo como principais temas de investigação a institucionalização da sexologia contemporânea como campo de saber e atuação, a constituição do campo da medicina sexual e a construção das “disfunções sexuais” e seus efeitos sobre a vida cotidiana. Autora de *O corpo contra a palavra - as Terapias Corporais no campo psicológico dos anos 80 e O Mundo Psi no Brasil*. Organizadora de *Duzentos anos de psiquiatria (com João Ferreira da Silva Filho)* e *Psicologização no Brasil - atores e autores (com Luiz Fernando Duarte e Ana Teresa Venâncio)*.

artigos científicos que se baseiam na hipótese de que haveria um “sexo cerebral”, que seria inato e determinado a partir da ação de hormônios sexuais. Nosso objetivo é refletir sobre a relação entre gênero, sexualidade e ciência, e sobre o processo de construção do conhecimento científico.

Partiremos de uma perspectiva crítica à ciência, encarando o discurso científico não como uma mera representação da natureza, ou como “fatos” resultantes de uma investigação neutra e desinteressada, mas, sim, como um *artefato cultural*. Ou seja, a ciência não é “pura” e descolada da sociedade, mas estabelecida a partir de inter-relações e negociações entre diferentes grupos de pessoas com interesses específicos, não havendo, portanto, uma “verdade científica” isenta de valores políticos, econômicos e sociais.

Corpos Masculinos e Corpos Femininos

De acordo com Laqueur (2001), até o final do século XVIII não existia a idéia de que homens e mulheres pertenceriam a sexos *incomensuravelmente* diferentes. Ao contrário, o que vigorava era o modelo do *sexo único*, em que a diferença entre masculino e feminino era de grau, e não de natureza. A mulher era vista como um homem invertido, menos perfeito e hierarquicamente inferior. Seus órgãos genitais eram exatamente os mesmos que os dos homens, mas localizavam-se no interior do corpo devido à falta de calor vital. A vagina era vista como um pênis invertido, enquanto que os lábios vaginais, útero e ovários eram, respectivamente, prepúcio, escroto e testículos, não havendo nem mesmo nomes específicos para se referir ao que hoje chamamos de órgãos sexuais femininos. Além disso, acreditava-se que caso recebessem mais calor, as mudanças nas estruturas corpóreas fariam com que um corpo “feminino” passasse facilmente da categoria social feminina para a masculina. Porém, enquanto a mulher poderia ascender na hierarquia, o homem não poderia jamais descender e tornar-se mulher, uma vez que a natureza teria uma tendência a caminhar sempre em direção à “perfeição”.

A partir do final do século XVIII, porém, este modelo do sexo único dá lugar ao modelo de *dimorfismo sexual*, e homens e mulheres passam a ser vistos como radicalmente opostos. Assim, a metafísica de hierarquia da mulher em relação ao homem é substituída por uma anatomia e uma fisiologia da *incomensurabilidade*. Desta forma, órgãos que tinham nomes associados, como os ovários e testículos, passam a ser distinguidos em termos lingüísticos, e todas as estruturas que antes eram consideradas comuns ao homem e à mulher (como o esqueleto e o sistema nervoso) são diferenciadas, passando a corresponder a este novo modelo dicotômico.

Segundo Laqueur, a partir daí, toda vida política, econômica e cultural passa, de certa forma, a apoiar-se no “fato” de que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos. O argumento de Laqueur é que esta mudança do modelo do sexo único para o dimorfismo sexual não se deu, como seria possível

imaginar, a partir do “progresso” da ciência. Segundo o autor, o modelo do sexo único poderia ser justificado cientificamente caso fosse socialmente relevante; e, da mesma forma, dados empíricos poderiam ser ignorados ao não se moldarem ao paradigma empírico e cultural vigente. Os anatomistas no modelo do sexo único, argumenta Laqueur, realmente *viam* a vagina como um pênis interno, eles realmente *enxergavam* este “fato”. A representação das diferenças anatômicas entre homens e mulheres independia das “verdadeiras” estruturas de seus órgãos ou do que se conhecia sobre elas, pois era a ideologia, e não a exatidão da observação, que determinava a forma como elas seriam vistas. Deste modo, devemos pensar a anatomia não como um “fato” inquestionável, mas como uma rica e complexa *construção*. Assim, a ciência não investiga simplesmente, mas constitui, ela própria, a diferença. Esse novo modo de interpretar o corpo foi consequência não de um maior conhecimento científico, mas de processos sociais e políticos específicos, a partir da criação de novas formas de se constituir o sujeito e as realidades sociais. Assim, essa “nova biologia” da diferença entre os sexos surge quando as funções da velha ordem social são abaladas através de novas formas de constituição dos sujeitos e da dissolução de antigas hierarquias (LAQUEUR, 2001, p. 22). Ao mesmo tempo, a anatomia sexual distinta passa a ser utilizada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações sociais, nos mais variados contextos, tornando-se o corpo ponto decisivo para todos os assuntos de ordem social.

Do mesmo modo, Schiebinger (1986) afirma que havia no século XVIII um intenso movimento de busca em que se procurava definir e redefinir as diferenças sexuais em cada parte do corpo humano, fazendo com que cada osso, músculo, nervo e veia, passassem a se tornar radicalmente distintos em homens e em mulheres. Entretanto, essa diferença não decorria simplesmente de um “avanço” nas técnicas anatômicas. Ao contrário, é justamente na mesma época em que mulheres estavam lutando pela redefinição do papel feminino na sociedade, que a anatomia do corpo feminino passa a ser usada como “prova” de sua inferioridade intelectual. Assim, os corpos das mulheres indicavam que estas eram “naturalmente” destinadas à maternidade e que, portanto, deveriam ser confinadas ao lar e excluídas da vida política.

Definições científicas do corpo feminino – e, por extensão, do papel social das mulheres e da hierarquia social – foram determinadas por uma comunidade científica da qual as mulheres praticamente não faziam parte. Além disso, os resultados obtidos por essa ciência acabariam por justificar e legitimar ainda mais essa exclusão. Ao mesmo tempo, neste processo, as próprias características e qualidades humanas passam a ser divididas entre femininas e masculinas, acompanhadas de uma desvalorização da primeira em relação à segunda. O homem é a razão, a mulher é o sentimento e o cientista deve ser o “homem da razão e da verdade”, excluindo-se da ciência qualquer qualidade moral ou intelectual definida como “feminina” (SCHIEBINGER, 1986, 2001).

A partir da análise das teses sobre o tema da sexualidade produzidas

na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1833 e 1940, Rohden (2001) constata um interesse diferenciado por parte da medicina no que diz respeito a homens e mulheres. O surgimento no século XIX de uma disciplina – a ginecologia – focada nos problemas relacionados à mulher reflete a crença na singularidade do corpo feminino voltado exclusivamente para a reprodução. O aparecimento da ginecologia articula-se aos empreendimentos científicos centrados na classificação e delimitação de fronteiras entre os seres humanos, e a disciplina acaba por se constituir como uma verdadeira “ciência da feminilidade” (ROHDEN, 2001, p. 203). Assim, ao mesmo tempo em que trata as mulheres, a ginecologia delimita os parâmetros para a distinção entre os sexos, atrelando a mulher à função reprodutiva. Importante notar como a ausência de uma ciência homóloga à ginecologia, que se dedicasse aos estudos do homem, revela uma assimetria na relação entre a Medicina e os sexos e uma maior medicalização do corpo feminino em contraste ao corpo masculino (ROHDEN, 2001, p. 38). Somente quando doentes ou fora do normal é que os órgãos sexuais masculinos são tratados, enquanto que a mulher deve ser estudada e tratada, ainda que em sua normalidade. Portanto, a mulher é vista como sendo, por natureza, potencialmente patológica, e por isso mesmo, necessitando de intensa medicalização.

Relaciona-se a tal idéia a noção da mulher como um ser instável, que seria muito mais vulnerável do que os homens às influências externas, devendo, portanto, ser controlada atentamente para não perverter a ordem natural. De acordo com Rohden, acreditava-se que a diferença entre os sexos, embora natural, não estava garantida, mas dependia da administração de certos fatores que poderiam intervir neste processo. A puberdade, por exemplo, é descrita na literatura médica do século XIX como um momento perigoso, que deveria ser muito bem administrado para que o processo de diferenciação sexual se realizasse de forma correta. Assim, durante a puberdade, as meninas deveriam direcionar todas suas energias para a boa formação de seus órgãos reprodutivos. Nenhuma energia deveria ser “desnecessariamente desviada” ao cérebro, até mesmo porque qualquer esforço de desenvolvimento intelectual por parte delas seria inútil, já que não eram – por “natureza” – dotadas para a intelectualidade. Assim, jovens que se dedicavam demais aos estudos jamais atingiriam grandes feitos intelectuais, além de não se tornarem mulheres completas, o que colocava em risco seu “destino natural”: a maternidade. Evidencia-se neste argumento grande preocupação com a *instabilidade* dos sexos e a necessidade de se enfatizar as características e papéis sociais “naturalmente” estabelecidos para cada sexo, evitando assim a possibilidade de mudanças significativas nas relações de gênero, principalmente a partir da gradativa ocupação do espaço público pelas mulheres.

A Invenção dos Hormônios Sexuais: metáforas da masculinidade e feminilidade

Como aponta Rohden (2008), atualmente assistimos ao império de um “corpo hormonal”, que se sobrepõe às outras concepções biomédicas correntes, através da idéia – frequentemente vinculada pela mídia e de ampla aceitação pelo público em geral – de que os hormônios, através de suas conexões com o cérebro, determinam e explicam tudo, incluindo até mesmo o comportamento frente ao sexo oposto e a inteligência de homens e mulheres. Interessante notar que o foco nesse discurso sobre o corpo hormonal tem sido as mulheres, cuja fisiologia – e a vida de modo geral – seria governada pelas oscilações hormonais inerentes ao seu estado cíclico “naturalmente instável”. Assim, a tensão pré-menstrual (TPM) e a menopausa são utilizadas como chaves explicativas para os mais diversos comportamentos das mulheres, além de alimentar uma grande indústria de tratamento dos “problemas femininos” (ROHDEN, 2008, p. 134).

Em seu livro sobre a invenção dos “hormônios sexuais”, Nelly Oudshoorn³ (1994) mostra como “fatos” científicos e fatores culturais se entrelaçam. Partindo da crítica feminista à ciência, a perspectiva adotada pela autora é de que todas as percepções e interpretações sobre o corpo são mediadas pela cultura. Deste modo, cientistas não estariam *descobrimdo* a realidade, mas *construindo-a*, como afirmava Laqueur. Assim, os hormônios sexuais – objeto de análise da autora – não “estavam lá” na natureza “esperando” para serem “descobertos”, tendo sido, ao contrário, “criados” por cientistas em seus laboratórios.

Como observa Oudshoorn, com o surgimento da ciência moderna os corpos transformam-se em objetos manipuláveis, através das mais variadas técnicas e instrumentos, em seus mais diferentes níveis e instâncias. É nesse contexto que, em meados do século XIX, a atenção médica irá se voltar para o corpo feminino, mais especificamente, o útero e os ovários, em uma busca pela “essência” da feminilidade. Já no início do século XX, porém, a “essência” do feminino passa a se localizar não mais em um único órgão sexual, mas nas substâncias químicas secretadas por ele: os hormônios sexuais. Desenvolve-se, assim, nas décadas de 1920 e 1930, a endocrinologia, um novo campo que revoluciona os estudos das diferenças sexuais ao introduzir o conceito de que os hormônios “masculinos” e “femininos” são “mensageiros químicos” da feminilidade e masculinidade.

Fundamental para a análise da autora sobre a criação dos hormônios “sexuais” é o fato de que eles eram vistos como exclusivamente masculinos

3 Nelly Oudshoorn, além de outras autoras das quais iremos tratar aqui, como Marianne Van Den Wijngaard, Anne Fausto-Sterling e Ruth Bleier, fazem parte de um grupo chamado de “feministas biólogas”. Essas autoras, por terem formação acadêmica na área biológica e biomédica, acabaram por realizar uma crítica às ciências biológicas a partir do seu “lado de dentro”, opondo-se às distinções dualistas tradicionais entre sexo e gênero, natureza e cultura, ciências sociais e ciências biomédicas.

ou femininos, tanto em sua origem quanto em sua função, o que evidencia a concepção dualista de sexo dos endocrinologistas. Tal dualismo, por sua vez, estava de acordo com as noções culturais dominantes de masculinidade e feminilidade da época, em que homens e mulheres eram vistos como opostos e antagônicos. Assim, é possível imaginar o enorme espanto dos cientistas ao encontrar, durante suas pesquisas, hormônio “feminino” na urina de homens “saudáveis e normais”. Prontamente, diferentes explicações surgiram para tentar dar conta desta “ambiguidade hormonal”: alguns cientistas concluíram que os sujeitos testados, embora aparentemente normais, eram, na verdade, “hermafroditas latentes”; outros sugeriram que o hormônio “feminino” não era produzido pelo corpo masculino em si, tendo sido na verdade ingerido através da comida. Havia muita controvérsia, também, acerca da *função* desses hormônios. Cientistas questionavam se hormônios sexuais “femininos” teriam alguma função no organismo masculino e vice-versa, alguns chegando mesmo a sugerir que a presença de hormônios sexuais em corpos “opostos” poderia ser causa de “doenças” de ordem sexual ou psicológica, como a homossexualidade⁴, por exemplo. Nota-se, portanto, que a noção de que haveria dois hormônios sexuais excludentes e antagônicos, referentes a dois sexos igualmente duais, existia *independentemente* de achados que pudessem contrariar tal concepção.

Finalmente, Oudshoorn aponta para uma mudança gradual na concepção endocrinológica – a partir do final da década de 1930 – com o surgimento de uma concepção “quantitativa” dos hormônios sexuais em que ambos os organismos poderiam possuir características tanto femininas quanto masculinas, em diferentes graus. Essa nova concepção, no entanto, não significou o abandono do sistema tradicional de classificação dos gêneros.

Já Wijngaard, em seu livro *Reinventing the sexes* (1997), procura descrever as negociações entre os diversos grupos que constroem o conhecimento científico – como médicos, cientistas, psicólogos, sociólogos, feministas, entre outros. O objeto de Wijngaard é a produção de conhecimento da neuro-endocrinologia, mais especificamente as pesquisas ocorridas entre os anos de 1959 e 1985 sobre a diferenciação de cérebros masculinos e femininos e suas consequências no comportamento. Ela procura demonstrar como, nessa busca por um fundamento biológico para se explicar as diferenças entre os sexos, cientistas biomédicos acabaram por atribuir novos significados ao sexo e ao gênero, ao mesmo tempo em que reproduziam noções culturais tradicionais acerca da masculinidade e feminilidade.

Segundo Wijngaard, desde 1959 cientistas biomédicos têm descrito o efeito dos hormônios sexuais que, ainda no útero, seriam responsáveis pela

4 A homossexualidade deixa de oficialmente ser considerada uma doença psiquiátrica a partir do ano de 1973, com a retirada de sua classificação do manual de psiquiatria DSM III (Diagnostic and Statistical Manual of Psychiatric Disorders), após a luta e organização do movimento gay nos Estados Unidos (ver Bayer, 1987).

diferenciação cerebral do embrião e, conseqüentemente, pelo nascimento de um indivíduo com o cérebro masculino ou feminino. O “sexo” cerebral, por sua vez, resultaria em *comportamento* “feminino” ou “masculino”. Esta é a idéia central que está por trás da teoria organizacional, postulada neste mesmo ano de 1959 por Charles Phoenix, Robert Goy, Arnold Gerall e Wiliam Young, cientistas do Departamento de Anatomia da Universidade de Kansas.

A teoria organizacional, ou teoria dos hormônios pré-natais, se origina a partir de pesquisas com roedores, mas seus resultados são rapidamente extrapolados, abarcando também os seres humanos. De acordo com os cientistas, o comportamento masculino ocorria quando havia a *presença* de hormônios andrógenos, enquanto que o comportamento feminino ocorria na *ausência* desses mesmos hormônios. Assim, através da castração, transplante de gônadas e/ou administração de hormônios em cobaias, os pesquisadores diziam ser capazes de “masculinizar” o cérebro de fêmeas – e, por conseguinte, “masculinizar” também seu comportamento –, ou “feminilizar” o cérebro e comportamento dos machos (WIJINGAARD, 1997). Há, portanto, o pressuposto de que o comportamento é *produzido* pelo cérebro e que qualquer alteração cerebral terá conseqüências comportamentais.

O comportamento masculino dos roedores era definido como “ativo”, enquanto que o comportamento feminino era definido como “passivo”. O macho “monta” na fêmea, ao mesmo tempo em que esta arqueia seu corpo – movimento denominado *lordosis* – em sinal de “receptividade”. Além disso, o comportamento masculino era descrito pelos pesquisadores de modo muito mais complexo que o feminino: a fêmea apenas respondia – receptivamente – ao macho, ao passo que o comportamento sexual do macho era composto de diferentes etapas, como a introdução do órgão genital na fêmea e a ejaculação (WIJINGAARD, 1997).

Já no caso de humanos⁵, os comportamentos descritos pelos pesquisadores variariam desde a orientação sexual, escolha de carreira, habilidades cognitivas, entre outras. Importante notar como os efeitos dos hormônios pré-natais na diferenciação cerebral estavam de acordo com as percepções culturais tradicionais de masculinidade e feminilidade: hormônios “masculinos” potencializavam o “comportamento masculino”, enquanto que hormônios “femininos” potencializavam o “comportamento feminino”. Masculinidade era associada com maior atividade, habilidades atléticas, desejo por investir em uma carreira profissional e maior inteligência, enquanto que a feminilidade – diametralmente oposta – era ligada à maternidade, passividade, menor inteligência e maior habilidade verbal em detrimento da habilidade matemática. Assim, como salienta Wijingaard, tais pesquisas *produziram* ou *construíram* uma imagem padrão para a masculinidade e a feminilidade, que ao mesmo tempo seria atribuída como o resultado normal dos hormônios pré-

5 Por motivos éticos as pesquisas com seres humanos não envolviam manipulações hormonais, como nas pesquisas com animais. Mais à frente, veremos a forma como as pesquisas em humanos são realizadas.

natais no cérebro. Ou seja, ao mesmo tempo em que *reproduz* estereótipos de masculinidade e feminilidade, a teoria organizacional *produz* a idéia de que aqueles comportamentos têm uma base biológica: a diferenciação sexual do cérebro. Assim, imagens sociais da masculinidade e feminilidade simultaneamente afetam e são afetadas pelo desenvolvimento da ciência.

Neste debate entre *natureza* e *cultura*, a autora chama atenção para o posicionamento crítico das feministas norte-americanas frente à teoria organizacional. Embora admitissem que os hormônios pudessem afetar, em algum grau, o comportamento, as feministas minimizavam sua importância e questionavam a capacidade de se distinguir metodologicamente os efeitos hormonais e do ambiente, assim como os efeitos pré ou pós-natais. Outro alvo frequente de crítica feminista era a rápida extrapolação dos resultados de experimentos com os animais para seres humanos. Contrapondo-se ao feminismo e marcando posição no debate natureza *versus* cultura, a teoria organizacional enfatizava os efeitos *permanentes* da ação dos hormônios pré-natais.

Cérebro Masculino X Cérebro Feminino

Em “Science and Gender”, Ruth Bleier (1988) analisa o papel da ciência na criação do mito da mulher como um ser biologicamente inferior, utilizado para explicar e justificar a subordinação das mulheres aos homens nas civilizações ocidentais. Assim, a autora investiga os métodos criados por alguns cientistas para medir, demonstrar e explicar as diferenças entre os sexos, e assim estabelecer bases biológicas para as diferentes posições sociais, econômicas e políticas ocupadas por eles.

Bleier concentra-se especialmente em duas áreas das ciências naturais que, segundo ela, foram as mais influentes neste processo: a sociobiologia e a neurobiologia, com suas pesquisas em torno das diferenças cerebrais e cognitivas entre homens e mulheres. Ambas as áreas teriam em comum, afirma a autora, o viés etnocêntrico e androcêntrico de suas premissas e interpretações. Aqui, daremos destaque às pesquisas do campo da neurobiologia.

Durante a segunda metade do século XIX, neuroanatomistas acreditavam que o lobo frontal do cérebro humano era a área que mais concentrava funções mentais e intelectuais. Ao mesmo tempo, afirmavam que o lobo frontal masculino era mais desenvolvido que o feminino. Na virada do século, porém, novos cálculos levaram à “descoberta” de que o lobo frontal feminino não era menos desenvolvido que o masculino, mas justamente o contrário. Tal achado, ao contrário do que se poderia imaginar, não levou os cientistas a abandonarem a idéia de que mulheres seriam menos inteligentes do que os homens (ou mesmo a afirmarem o oposto). Mesmo com sucessivas falhas, cientistas continuaram a procurar por “provas” cerebrais de que mulheres seriam menos inteligentes que os homens.

Mais recentemente, em meados do século XX, avançam-se os estudos

sobre os efeitos dos hormônios no desenvolvimento cerebral e suas consequências no comportamento de adultos, como já relatado por Wijngaard (1997). Os estudos, realizados principalmente a partir da manipulação de hormônios sexuais em roedores, com resultados extrapolados para seres humanos, teorizavam a respeito das bases hormonais e neurais de certos comportamentos considerados sexualmente dimórficos, como agressividade, inteligência e sexualidade. Em relação aos seres humanos, a hipótese era de que a ausência de hormônios andrógenos em mulheres seria responsável por seu comportamento passivo, ou seja, “feminino”. Além disso, também por causa da ausência de hormônios andrógenos, o cérebro feminino estaria menos apto à matemática e outras habilidades intelectuais e, portanto, mulheres teriam menos chances de serem bem sucedidas em engenharia ou carreiras científicas.

Assim, pesquisadores partem da premissa de que homens são mais agressivos que mulheres e que, portanto, a agressividade é uma característica masculina determinada a partir dos hormônios “masculinos”, ou “hormônios andrógenos”. Tal hipótese teria sido comprovada a partir de estudos com ratos que, ao serem castrados em seu nascimento, tornavam-se menos agressivos quando adultos. Torna-se claro, porém, que o próprio termo agressividade não é objetivo ou isento de valor, podendo admitir significados diferentes dependendo do contexto ou de quem fala. Além disso, como aponta Bleier, tais pesquisas não levavam em conta que a testosterona talvez pudesse ser uma *consequência* do comportamento agressivo, já que faz parte de um complexo sistema de hormônios que incluem a cortisona e a adrenalina, que interagem, por exemplo, durante estresse físico ou psicológico.

Bleier posiciona-se criticamente frente ao determinismo biológico, sem negar, entretanto, a influência da biologia. Segundo ela, o que haveria seria uma *interação* dinâmica entre natureza e cultura. Além disso, a autora afirma que a distinção de temperamentos e personalidades humanas em feminino e masculino são criações que fazem parte do esforço em tornar distinções sociais e políticas como naturais e biológicas.

Em “Myths of Gender” (1992), Fausto-Sterling investiga afirmações de cientistas acerca de diferenças entre o cérebro de homens e mulheres, que resultariam, entre muitas outras coisas, em diferentes níveis de habilidades verbais ou matemáticas para cada um dos sexos. Em primeiro lugar, Fausto-Sterling coloca em dúvida a existência dessas diferenças cognitivas, pois, caso existissem, seriam muito pequenas e suas origens seriam desconhecidas. Ao mesmo tempo, afirma que essas supostas diferenças são usadas para mascarar verdadeiros problemas do sistema educacional, que promove a discriminação das mulheres. A autora parte, portanto, da premissa de que não há ciência apolítica, isto é, que a ciência é uma atividade humana inseparável da sociedade, e que cientistas são influenciados (consciente e inconscientemente) por ela.

Fausto-Sterling aponta para a década de 1990 como a década da

“diferenciação sexual do cérebro”, analisando numerosos estudos científicos que buscam por bases biológicas para diferenças cognitivas entre os sexos. As explicações e teorias são as mais diversas possíveis: há quem afirme que o cérebro feminino é menor que o masculino; que o lobo frontal (que seria a parte cerebral mais importante para o desenvolvimento cognitivo humano) é menos desenvolvido nas mulheres; que o padrão de lateralização cerebral feminino diverge do masculino; ou até mesmo que as células cerebrais das mulheres seriam mais longas, “moles” e finas do que as dos homens. Porém, o que todas essas afirmações têm em comum, independente de qual seja a justificativa, é a alegação de que mulheres possuem inteligência biologicamente inferior aos homens.

Dentre todas as teorias, a mais elaborada e recorrente até hoje, talvez seja a teoria dos hormônios pré-natais, já abordada aqui, em que hormônios sexuais seriam responsáveis pela configuração feminina ou masculina do cérebro do feto e, conseqüentemente, no comportamento de gênero futuro. Nesta perspectiva, os hormônios sexuais não definiriam mais apenas as gônadas, mas o cérebro e, por conseguinte, os homens e as mulheres por completo. É este objeto – as pesquisas contemporâneas sobre hormônios pré-natais, gênero e sexualidade – que iremos investigar neste trabalho⁶.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é investigar as concepções de gênero no âmbito da produção científica, a partir da análise de pesquisas da área biomédica que se apoiem na idéia de “sexo cerebral” definido através da ação de hormônios sexuais. Através disso, procuramos refletir sobre a relação entre gênero e seus estereótipos, sexualidade e ciência e o processo de construção do conhecimento científico.

Metodologia

Foi realizado um levantamento⁷ de artigos científicos no PubMed⁸, ferramenta de buscas online que acessa os dados da Medline (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*). A Medline é uma base de dados gratuita, que contém informações bibliográficas de periódicos e artigos acadêmicos de diversos países, da área das ciências biológicas e biomédicas.

6 Um dos principais desdobramentos das pesquisas sobre hormônios pré-natais são as buscas de possíveis origens biológicas para a homossexualidade e a transexualidade. Neste trabalho, porém, optamos por delimitar nossa análise às concepções de gênero, deixando de fora a discussão mais específica sobre orientação sexual e identidade de gênero.

7 Foram utilizadas as seguintes palavras-chave no levantamento: “*prenatal androgen*” e “*prenatal hormone*”, combinadas com “*homosexuality*”, “*transsexualism*”, “*transsexuality*”, “*sexual orientation*”, “*bisexuality*”, “*gender identity*”, “*gender behavior*” e “*gender dysphoria*”.

8 Endereço < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/> >

Foram encontrados **151** artigos, entre os anos de **1975** e **2009**⁹. Após este levantamento preliminar, selecionamos para leitura todos os artigos que possuíssem texto completo disponível online e gratuitamente na Plataforma Capes¹⁰. Assim, foram lidos e analisados **76** artigos do ano de **1995 a 2009**.

Resultados da Pesquisa e Discussão

Os artigos selecionados são publicados em revistas que fazem parte de uma área ampla que abrange diferentes campos da saúde e da biomedicina. É possível subdividi-los a partir da área específica do periódico onde foram publicados, como na tabela abaixo. Assim, Endocrinologia, Sexologia e Neurociências são as áreas que mais concentram as publicações, seguidas da Psicologia.

Tabela 1 – Área do periódico e número de artigos

Área do Periódico	n
Ciências Biológicas	7
Endocrinologia	19
Epidemiologia	3
Genética	1
História/Filosofia da Medicina	1
Medicina (geral)	2
Neurociências	12
Pediatria	2
Psicologia	10
Psiquiatria	1
Sexologia	17
Outro	1
Total	76

Através da análise dos artigos podemos constatar que as pesquisas sobre hormônios pré-natais movem-se em torno de três pontos centrais que se relacionam. São eles: o “comportamento dimórfico” – ou seja, comportamentos dicotomicamente considerados “femininos” ou “masculinos” –, o cérebro e o hormônio testosterona pré-natal. Cérebros de homens e de mulheres seriam diferentes devido à ação

9 Não foi feita, em nossa busca, nenhuma delimitação de ano. Portanto, o artigo do ano de 1975 corresponde ao primeiro artigo com as palavras-chaves procuradas, disponível no PubMed, que possui informações bibliográficas sobre artigos publicados a partir da década de 1940.

10 < www.periodicos.capes.gov.br >

da testosterona pré-natal, que teria um efeito “masculinizante” nas estruturas cerebrais do feto. Por sua vez, o cérebro “masculino” resultaria em comportamento “masculino” dos sujeitos, assim como o cérebro “feminino” (com baixos níveis de testosterona pré-natal) resultaria em comportamento “feminino”.

Entretanto, como os próprios autores dos artigos analisados observam, não há provas *diretas* para a teoria dos hormônios pré-natais em seres humanos, já que – como vimos – por motivos éticos não se poderia fazer experiências ou manipular o nível hormonal, como nas pesquisas em animais. Por isso, pesquisas sobre o efeito dos hormônios pré-natais em humanos seguem diferentes estratégias de pesquisa.

Uma estratégia de pesquisa muito utilizada é a mensuração de certas características que supostamente seriam influenciadas pelos hormônios pré-natais. Essas características são chamadas de “marcadores indiretos¹¹”, pois sua mensuração seria capaz de *indicar* a quantidade de hormônio que determinado sujeito teria recebido durante seu desenvolvimento fetal.

Entretanto, é importante frisar que a ligação entre determinado marcador e o nível de hormônio pré-natal é uma ligação *especulativa*. É justamente por suporem que determinada(s) característica(s) seja(m) diferente(s) em homens e em mulheres que se acredita que ela(s) seja(m) determinada(s) por hormônios. Assim, notamos que a argumentação dos pesquisadores segue uma lógica circular: os hormônios determinariam as características dimórficas ao gênero que, por sua vez, servem elas mesmas como “prova” para a teoria dos hormônios pré-natais.

Além disso, as pesquisas sobre hormônios pré-natais em seres humanos são realizadas através de comparações entre diversos grupos de sujeitos e grupos controle, com o objetivo de comprovar o pressuposto básico da teoria: maiores níveis de testosterona pré-natal levam a comportamentos mais “masculinos” e menores níveis levam a comportamentos mais “femininos”. O objetivo é comparar diversos grupos de sujeitos¹² e estabelecer relações entre o (suposto) nível hormonal pré-natal e a presença de comportamentos e características mais

11 Os “marcadores” podem ser tanto características e comportamentos (como o “nível” de agressividade, considerado maior em homens, por exemplo), como também características físicas. O “marcador” corporal mais utilizado é chamado de 2D:4D e funciona da seguinte maneira: de acordo com os pesquisadores, a razão entre o comprimento do dedo indicador (2D) e do dedo anelar (4D) seria inversamente determinada pelo nível de testosterona pré-natal. Ou seja, o comprimento do dedo indicador dividido pelo comprimento do dedo anelar (2D:4D) é menor quanto mais testosterona pré-natal tiver sido absorvida, de modo que homens teriam a razão 2D:4D menor do que as mulheres. Entretanto, essa relação entre o hormônio pré-natal e o comprimento do dedo trata-se, como os próprios pesquisadores observam nos artigos, apenas de uma *especulação*.

12 Os grupos de sujeitos estudados nas pesquisas analisadas são: heterossexuais (sub-divididos nas categorias adultos expostos a hormônios/ medicamentos ingeridos por suas mães durante a gravidez; adultos com algum distúrbio hormonal; autistas; gêmeos “normais”, e adultos “normais”), crianças (sub-divididos em crianças com distúrbios hormonais; crianças expostas a hormônios/ medicamentos ingeridos por suas mães durante a gravidez; autistas), homossexuais e transexuais. Já os grupos controles são, de modo geral, homens ou mulheres (ou crianças) brancos e heterossexuais.

“masculinas” ou “femininas”. Os comportamentos “masculinos” ou “femininos”, por sua vez, são “mensurados” através de diversas escalas, testes e questionários, como veremos mais adiante.

O Artigo Científico e o “Contexto da Citação”

Analisando os artigos de forma individual, tem-se a impressão de que, a cada nova pesquisa realizada, nenhuma hipótese consegue ser totalmente “comprovada”. Para cada resultado há inúmeras ressalvas e incertezas, como o tamanho da amostra, metodologia utilizada ou resultados insuficientes. Além disso, com frequência estabelece-se apenas uma das várias relações que se procurava, enquanto que as inúmeras outras se mostram, na verdade, tendo um resultado muitas vezes oposto ao que se esperava. Ao mesmo tempo, porém, são citadas diversas pesquisas anteriores, com resultados considerados satisfatórios. Assim, analisando os artigos em grupo, é possível perceber que as incertezas vão se tornando certezas a cada nova citação de artigos subsequentes.

Em seu estudo sobre o artigo científico, Latour (2000) chama atenção para a importância das referências e das citações – que fazem parte de uma retórica própria desse tipo de “modalidade” – na construção de fatos científicos. Latour observa que, embora com frequência se diga que a literatura científica é impessoal, na verdade seus autores estão por toda a parte, incorporados no texto. De um ponto de vista superficial, os artigos podem parecer sem vida, mas nas palavras de Latour: “se o leitor recompuser os desafios que estes textos enfrentam, eles passarão a ser tão emocionantes quanto um romance.” (LATOURE, 2000, p. 90). Ao entrar em contato com textos científicos não deixamos a retórica de lado para entrar no “reino da razão pura”, pois dentro de um artigo científico a retórica encontra-se ainda mais viva.

Em primeiro lugar, Latour observa que, por si mesma, uma sentença não é fato nem ficção, dependendo para isso das afirmações seguintes. Ou seja, são os cientistas que transformam as afirmações uns dos outros na direção de fato ou ficção. Um sinal da força de um texto científico é a referência a outros documentos. “A presença ou ausência de referências, citações e notas de rodapé é um sinal tão importante de que o documento é ou não sério, que um fato pode ser transformado em ficção ou uma ficção em fato com o acréscimo ou a subtração de referências.” (LATOURE, 2000, p. 58). Assim, um documento torna-se científico não quando se trata de uma opinião isolada que se opõe a multidões por virtude de alguma faculdade misteriosa, mas sim quando ele pretende deixar de ser isolado e quando as pessoas engajadas em sua publicação são numerosas e estão explicitamente indicadas no texto, de modo que é o leitor quem fica isolado.

Como explicita Latour, portanto, a diferença entre literatura técnica e

não-técnica não é uma delas tratar de fatos e a outra de ficção, mas sim que a última arregimenta poucos recursos e a primeira muitos:

Ler o artigo sem imaginar as objeções do leitor é como ver apenas os movimentos de um dos jogadores na final da copa de tênis: parecerão gestos vazios. O acúmulo daquilo que aparece como detalhes técnicos não é coisa sem sentido; está aí para tornar o oponente mais difícil de vencer. O autor protege seu texto contra a força do leitor. Um texto científico fica mais difícil de ler. (LATOURE, 2000, p. 78-79).

Assim, ao ler um texto carregado de notas de rodapé e referências, o leitor, caso discorde de alguma afirmação, terá que enfraquecer cada um dos outros textos, enquanto que se atacasse um texto despido de referências, tanto leitor quanto autor estaria em condições iguais. As referências funcionam como espécies de aliados, pois embora não estejam presentes de forma direta no texto, podem ser mobilizadas imediatamente caso necessário, trazendo socorros técnicos de que o autor precisa para fortalecer sua posição.

Como foi apontado por Latour, a quantidade de referências nos documentos científicos é extensa, e possui um papel fundamental na sustentação da tese dos autores. O parágrafo abaixo, retirado de um dos artigos analisados, exemplifica a quantidade de referências normalmente presentes nos textos:

Existem vários marcadores fisiológicos em humanos que são sexualmente dimórficos. Um deles é a razão entre o segundo e o quarto dedo nas mãos (2D:4D), significativamente maior em mulheres que em homens (**Manning et al., 1998, 2000; Peters et al., 2002; Lippa, 2003**). **Manning et al. (1998)** descobriu que a diferença sexual era visível em crianças de dois anos de idade (o mais jovem grupo de amostras), e sugeriu que esse padrão seria provavelmente estabelecido no útero. Esta diferença sexual seria causada pelas diferenças na exposição do andrógeno, e estudos individuais com hiperplasia adrenal congênita (CAH¹³), um distúrbio no qual o feto é exposto excessivamente aos andrógenos, forneceu certo respaldo. Por exemplo, dois estudos mostraram que mulheres com CAH possuem razões dos dedos inferiores às mulheres controle (**Brown et al., 2002b; Okten et al., 2002**). Outro estudo, entretanto, não conseguiu encontrar esta diferença (**Buck et al., 2003**). Altos níveis andrógenos pré-natais têm sido associados ao aumento de dheteroflexibleT (i.e., comportamento não estritamente heterossexual) ou orientação lésbica em mulheres. Por exemplo, mulheres com CAH apresentam taxas menores de fantasias exclusivamente heterossexuais do que suas parentes não afetadas (**Zucker et al., 1996**) e taxas menores

13

Sigla em inglês para “congenital adrenal hyperplasia”.

de fantasias ou experiências bissexuais ou homossexuais (**Dittmann et al., 1992; Ehrhardt et al., 1968; Money et al., 1984**). (ANDERS; HAMPSON, 2005, p. 92¹⁴, tradução e grifos nossos).

Nota-se, portanto, que praticamente após cada frase uma ou mais referências aparecem com o objetivo de reforçar o que se diz. Esse não é o caso apenas de um artigo isolado, mas um padrão seguido durante quase a totalidade do artigo, em todos os artigos analisados¹⁵.

Latour observa também que, na retórica dos artigos científicos, não basta apenas empilhar referências, pois isso poderia, ao contrário, ser um sinal de fraqueza, o que seria desastroso caso o leitor rastreie cada referência procurando comprovar até que ponto elas correspondem à tese do autor. A estratégia geral é fazer tudo o que for necessário com a literatura anterior para torná-la o mais útil possível à tese a ser defendida. As referências são utilizadas com objetivos específicos e alinhadas com um só propósito: dar sustentação à tese. Esse mecanismo segundo o qual um texto age sobre outros para ajustá-los mais às suas teses, Latour irá chamar de “contexto da citação”. Usaremos o parágrafo acima, do artigo de Anders e Hampson (2005, p. 92), para exemplificar o funcionamento do “contexto da citação”¹⁶.

É interessante notar como em cada nova “geração” de artigos, as dúvidas e incertezas dos autores se transformarão em certezas, através da citação em artigos posteriores. A seguinte sentença nos leva a dois artigos diferentes, ambos do ano de 2002:

“(...) dois estudos mostraram que mulheres com CAH possuem razões dos dedos inferiores às mulheres controle (Brown et al., 2002b; Ökten et al., 2002)”.

Rastreando as referências, os artigos citados na sentença anterior levam, por sua vez, a mais quatro artigos – como é possível ver abaixo –, que também afirmam terem encontrado o mesmo resultado em relação à diferença no comprimento dos dedos 2D/4D de homens e mulheres.

BROWN ET AL., 2002B, p. 380: “Em humanos, a razão entre o dedo indicador e o dedo anelar (2D:4D) é sexualmente dimórfica. Mulheres possuem em média o 2D:4D maior do que homens (George, 1930; Manning, Scott, Wilson, and Lewis-Jones, 1998)”¹⁷.

14 A referência do parágrafo está em caixa alta para diferenciar das referências presentes no texto.

15 Interessante ressaltar que há também, com frequência, diversas referências a um mesmo autor ou grupo de autores.

16 Uma tarefa interessante e com certeza muito reveladora, seria “rastrear” cada referência de um determinado artigo, procurando analisar o modo como os autores procuram reforçar suas teses. Como não seria possível realizar este trabalho aqui, escolhemos “rastrear” as referências apenas de um trecho de um dos artigos.

17 Tradução nossa.

ÖKTEN ET AL., 2002, p. 48: “Já é sabido há algum tempo que a razão entre o comprimento do segundo e do quarto dedo (2D/4D) é sexualmente dimórfico. Homens possuem em média o dedo anelar mais longo em relação ao dedo indicador, comparado com as mulheres (Manning et al., 1998; Manning et al., 2000)”¹⁸.

Já o artigo de Manning et al., de 1998, por concentrar grande parte das citações (sendo uma referência praticamente “obrigatória” para o tema) parece ser o artigo “originário” dessa discussão. Embora seus achados sejam apontados posteriormente como um fato praticamente já estabelecido, seu texto é marcado por dúvidas e incertezas que *não irão* transparecer em citações posteriores:

MANNING ET AL., 1998, p. 3003-4: “Nossos resultados sugerem que a relação entre a razão 2D:4D e a testosterona é particularmente forte em se tratando da mão direita. Fomos *incapazes de explicar* por que isto ocorre. [...] A relação entre 2D:4D na mão direita e o testosterona *perdeu significância estatística* quando controlada de acordo com o peso, altura e idade. Entretanto, 2D:4D permaneceu um prognosticador importante de testosterona comparado com outras variáveis¹⁹.”

Outro exemplo é a sentença seguinte, retirada daquele grande trecho (Anders; Hampson, 2005) que estamos analisando:

– “Existem vários marcadores fisiológicos em humanos que são sexualmente dimórficos. Um é a razão do segundo dedo para o quarto dedo (2D:4D) nas mãos, a qual é significativamente maior em mulheres que em homens (Manning et al., 1998, 2000; Peters et al., 2002; Lippa, 2003)”²⁰.

Porém, no artigo de Peters de 2002, não há tanta certeza assim a respeito do 2D:4D:

PETERS ET AL, 2002, P. 215: “Em geral, a diferença sexual entre a razão do comprimento dos dedos é *relativamente fraca*, e *não inteiramente consistente* através dos estudos, embora na maioria dos estudos recentes uma razão menor tenha sido descoberta mais em homens do que em mulheres, e nenhum estudo mostrou uma razão menor em mulheres do que em homens. Esta *falta de consistência* provavelmente não é devida à variabilidade nas mensurações, já que esta possui um alto grau de confiança”²¹.

Deste modo, cada novo texto empurra o outro para um degrau acima,

18 Tradução nossa.

19 Tradução e grifos nossos.

20 Tradução nossa.

21 Tradução e grifos nossos.

consolidando o fato e subtraindo as incertezas. Mais tarde, determinada sentença é convertida a uma forma simplificada como “o autor X mostrou que Y”. Com isso, a sentença torna-se um fato e não há mais discussão. Ou seja, um fato é algo que é retirado do centro de controvérsias e coletivamente estabilizado (LATOUR, 2000). Assim, uma grande diferença entre um texto comum e um documento técnico é a estratificação do último. O artigo científico é organizado em camadas, em que cada afirmação é interrompida por referências localizadas dentro ou fora do texto. Empilhando meticulosamente argumentos difíceis de discutir e desconstruir, dificulta-se a ida do leitor para direções diferentes daquela desejada pelo autor. Quem vai das camadas externas dos artigos para suas partes internas não caminha do argumento de autoridade em direção à Natureza, mas sim de autoridade para mais autoridade, e de certo número de aliados e reforços para um número ainda maior deles.

Concepções de Gênero: Típico e Atípico

É frequente, nos artigos analisados, o uso da expressão “comportamentos ou características ‘típicas’ ou ‘atípicas’” de gênero, bem como uma grande preocupação em se demarcar fronteiras entre o masculino e o feminino. Discutiremos agora essas concepções de gênero, procurando desvendar os ideais de masculinidade e feminilidade presentes por trás da idéia de comportamentos/características “típicas de gênero”. Além disso, nos ateremos também à relação entre natureza e cultura, que se evidencia principalmente nas pesquisas que comparam seres humanos e animais.

As diferenças de gênero – isto é, qualquer diferença entre homens e mulheres, seja ela da ordem do comportamento, da personalidade, das habilidades cognitivas, entre outras – são vistas pelos pesquisadores como inatas e universais. Comparações com animais são muito frequentes, e o comportamento humano muitas vezes é descrito como uma espécie de continuação, um pouco mais complexa, do comportamento animal. A comparação com animais, como veremos mais à frente, é um ponto central na discussão entre natureza e cultura, já que seria a “prova maior” de que determinado comportamento ou característica é inato, e não aprendido ou adquirido socialmente.

Neste panorama, a agressividade parece ser o exemplo preferido para evidenciar a suposta união e universalidade entre as espécies: animais machos são descritos como mais agressivos que as fêmeas, tal como os homens seriam mais agressivos que as mulheres. Entretanto, é possível perceber que os sentidos conferidos à agressividade variam de acordo com seu contexto, ou seja, o que se chama de “agressividade” em animais não é o mesmo tipo de comportamento descrito como agressivo em humanos. Até mesmo em humanos a “agressividade” pode significar coisas diferentes, como podemos notar no trecho abaixo²²:

22 Como acabamos de ver, há, nos artigos analisados, diversas referências a outros artigos, não

Em roedores, como nos humanos, machos são geralmente mais agressivos do que fêmeas, e esta diferença sexual tem sido relacionada aos hormônios andrógenos pré-natais. Pesquisas em mamíferos não-humanos mostram de forma consistente que andrógenos promovem desenvolvimento tipicamente masculino. Portanto, como uma *expressão do comportamento agressivo*, poderia se esperar que a exposição ao andrógeno pré-natal aumentasse o *nível de atividade* em crianças. (PASTERSKI et al, 2007, p. 369, tradução e grifos nossos)

Assim, o alto nível de atividade em crianças expostas a hormônios andrógenos é visto pelo autor como índice de agressividade, ou melhor, uma *expressão* da agressividade na infância. Já no trecho abaixo, a agressividade – dividida em “verbal” e “física” – aparece sem maiores explicações ou definições.

Diferenças sexuais também existem em algumas habilidades cognitivas e traços de personalidade. Por exemplo, homens mostram-se em média mais aptos que mulheres em testes espaciais, incluindo testes de rotação mental. Homens são mais agressivos que mulheres, especialmente na agressão física, mas também em agressão verbal. [...] Homens tendem a procurar mais excitação que mulheres, procurando experiências que induzem estimulação física ou psicológica e que contêm um elemento de risco. Em média, homens possuem maior grau de assertividade e mulheres possuem maior necessidade por afiliação, confiança e cuidados (*nurture*). Muitas destas diferenças – embora não todas – são evidentes nas mais distintas culturas. (HAMPSON et al, 2008, p. 133 - 134, tradução nossa)

Além de mais agressivo, o homem teria mais confiança e se arriscaria mais que as mulheres, enquanto essas seriam mais cuidadosas e empáticas. A todo o momento a relação entre mulher e maternidade – seu papel “natural” – é realçada, e grande parte das características apontadas como próprias às mulheres relaciona-se com o cuidado de si e, especialmente, com os outros, bem como com uma maior *passividade* em relação aos homens. Como veremos mais a seguir, até mesmo as brincadeiras preferidas na infância seriam determinadas por esse impulso natural das mulheres para a maternidade.

Outro ponto presente com frequência nos estudos são as diferenças cognitivas entre homens e mulheres. Homens *tenderiam* a ter melhor habilidade “espaço-visual²³”, e para se localizar utilizariam mais descrições de distâncias e pontos cardeais, enquanto que mulheres utilizariam mais descrições e

sendo incomum ter duas ou três referências ao final de cada frase. Optamos por suprimir essas referências daqui para frente, com o objetivo de facilitar a leitura.

23 Em inglês o termo utilizado é “visuospatial”.

informações do ambiente, além de pontos de referência. Homens também *tenderiam* a ser melhores em matemática, enquanto mulheres *tenderiam* a ter maior capacidade de se comunicar verbalmente.

Brinquedos de meninas X Brinquedos de meninos

Nas pesquisas analisadas, frequentemente são utilizadas escalas e questionários, desenvolvidos com o objetivo de “mensurar” o grau de “masculinidade” e “feminilidade” dos sujeitos estudados. Esses instrumentos evidenciam concepções de masculinidade e feminilidade dos pesquisadores que as conceberam e as utilizam, tratando-se de uma forma privilegiada para se compreender qual homem ou mulher “típicos” que se está buscando. Interessante notar, porém, que essas escalas/questionários são pensados como ferramentas científicas neutras e isentas de valor, mesmo sendo construídas, muitas vezes, a partir de elementos (de uma perspectiva antropológica, por exemplo) que poderiam ser pensados como culturais. As escalas em questão são criadas levando-se em conta comportamentos *típicos* do gênero, para, posteriormente, apresentar *evidências científicas* para as diferenças entre os sexos. Nota-se, portanto, a circularidade do argumento: a escala é criada a partir de elementos *determinados/escolhidos* pelos cientistas como “típicos” – ou seja, características e comportamentos mais frequentes em meninos e meninas, homens e mulheres – e, posteriormente, essa mesma escala é utilizada como método unívoco para mensurar a adequação do gênero de uma pessoa.

Neste cenário, é interessante notar a importância dada ao comportamento na infância e, mais especificamente, aos jogos e brinquedos infantis. Essa preocupação com a infância, além de ser coerente com o inatismo proposto na teoria dos hormônios pré-natais (ou seja, a idéia de que o comportamento “masculino” ou “feminino” é inato, tendo sido determinado ainda no útero), ao mesmo tempo também parece indicar uma preocupação socialmente generalizada em se demarcar fronteiras claras entre os gêneros durante a infância (ou às vezes ainda mais cedo, mesmo quando o bebê ainda está na barriga da mãe²⁴).

Além da aplicação de questionários, um teste muito utilizado pelos pesquisadores é o de observação de brincadeiras de crianças, em que diferentes brinquedos – definidos previamente como “masculinos”, “femininos” e “neutros”

24 Como observa Chazan (2007) em seu estudo antropológico sobre o ultra-som obstétrico, a determinação do sexo fetal consiste em um momento chave no processo de transformação do feto em Pessoa, que se dá através da construção do gênero de acordo com noções tradicionais de masculinidade e feminilidade. A determinação do sexo fetal, por sua vez, permite (ao menos no universo etnografado pela autora) que o enxoval do bebê seja montado de forma “adequada” ao gênero, com suas cores, roupas e brinquedos específicos. Em casos quando não há certeza do sexo fetal, escolhem-se cores consideradas “neutras”, como o branco, verde ou amarelo.

– são expostos na frente de uma criança. Assim, observa-se enquanto a criança brinca com eles e calcula-se o tempo gasto com brinquedos de cada gênero, para assim determinar o “coeficiente” de “adequação de gênero”.

Nos questionários, testes e escalas, as brincadeiras e brinquedos infantis são todos previamente catalogados e classificados pelos cientistas como “femininos”, “masculinos” ou “neutros”. Na tabela a seguir agrupamos alguns exemplos de brincadeiras/brinquedos classificados conforme o gênero considerado “adequado”:

Tabela 2 - Classificação das brincadeiras e brinquedos de acordo com o gênero

Femininas	Neutras	Masculinas
Bonecas	Livros de figuras	Armas de brinquedo
Bonecas tipo Barbie	Bicicleta	Carrinhos/Trenzinhos/ Aviões
Brincar de “casinha” (arrumar a casa, cozinhar)	Nadar	Ferramentas de brinquedo
Brincar de “família” (papai, mamãe, filhos)	Assistir desenhos animados	Fingir que é super-herói
Dançar	Jogos de tabuleiro	Fingir que é astronauta/ explorador
“Desfile de modas”		Fingir que é soldado
Maquiagem/Jóias		Lutar
Fazer penteados/arrumar o cabelo		Subir em árvores/ escalar

Como podemos ver, as brincadeiras classificadas como femininas são aquelas ligadas à esfera doméstica (brincar de cozinhar ou limpar a casa), à maternidade (cuidar de bonecas), ou vaidade (arrumar o cabelo, usar maquiagem e jóias). Já as masculinas, além de relacionar-se a algum tipo de violência (como armas de brinquedo, ou brincadeiras de luta), também estão ligadas a uma maior atividade (subir em árvores / escalar). Assim, as brincadeiras masculinas são aquelas que expressariam “características masculinas” – como a agressividade e a atividade – e as femininas espelhariam “características femininas” – como o cuidado com a prole e a passividade.

A principal questão não é se esses jogos ou brincadeiras “realmente” são ou não tipicamente masculinos ou femininos. Se pedíssemos para que algumas pessoas, em nossa sociedade, classificassem essas atividades de acordo

com o gênero, dificilmente alguém as classificaria de modo muito diferente. A questão que deve ser colocada aqui é o que faz os pesquisadores acreditarem que a preferência pelas brincadeiras é inata, hormonalmente determinada, universal, e, ainda mais, que pode ser utilizada como um critério científico para se determinar a “feminilidade” ou a “masculinidade” (ou seja, a “adequação ao gênero”) de um indivíduo.

O trecho abaixo, retirado de um dos artigos, explicita a importância conferida aos brinquedos na mensuração da “feminilidade” ou “masculinidade” do comportamento de crianças e, conseqüentemente, do suposto nível de testosterona pré-natal recebido:

A maior evidência de que a exposição prematura ao andrógeno influencia o comportamento humano provém de estudos a respeito das brincadeiras infantis. Meninas expostas a altos níveis de andrógenos pré-natais, devido a um distúrbio genético [...] mostram um elevado interesse em brinquedos usualmente preferidos por meninos, como veículos e armas, e um reduzido interesse em brinquedos preferidos por meninas, como bonecas. (HINES, M. 2009, p. 437 - 438, tradução nossa)

Assim, o fato de uma criança do sexo feminino brincar com brinquedos “masculinos” sinaliza uma provável masculinidade não apenas de seu comportamento, mas também de seu cérebro. Além disso, a preferência por brinquedos “atípicos” ao gênero poderia, segundo os pesquisadores, indicar uma possível homossexualidade ou transexualidade latente.

Zambrano (2001) observa como é muito comum que transexuais relatem terem se percebido “diferentes” muito cedo, em torno dos 4 aos 6 anos. Essa percepção apóia-se em opções e preferências típicas do sexo oposto, como no caso de uma mulher transexual (sexo de nascimento masculino) que, quando criança, não gostava de jogar futebol. Assim, elementos notadamente reconhecidos como “masculinos” ou “femininos”, especialmente as brincadeiras e brinquedos, sinalizam o “desajuste” e a dificuldade em se adaptar ao que seria esperado. Ao mesmo tempo, porém, a autora chama atenção de que essa reconstrução discursiva da história de vida dos transexuais é certamente contaminada pela dependência que se tem da equipe psiquiátrica para se conseguir o aval para a cirurgia de transgenitalização e, por conseguinte, pela necessidade de convencer de que são “verdadeiros” transexuais, o que leva muitas vezes à apropriação do discurso médico e à reprodução de um discurso “esperado”.

Sobre essa preocupação com os gostos e preferências na infância como um possível “indicador” de um desarranjo de gênero, Butler observa criticamente que:

Em que mundo, e sob que condições, não gostar de um tipo de roupa fornece evidências sobre pertencer a um gênero errado? Para quem isto seria verdade? E sob que condições? [...] Brenda relata, “Eu não gosto dos brinquedos que me deram”, e Brenda está falando aqui como alguém que entende que isto pode funcionar como uma evidência. [...] Que Brenda não goste de certos brinquedos, certas bonecas, certos jogos, pode ser significativo em relação à questão do “como” e “com que” Brenda gosta de brincar. Mas em que mundo, precisamente, estes gostos contam como clara ou inequívoca evidência de se pertencer ou não a um gênero específico? Será que os pais com regularidade se apressam para clínicas de identidade de gênero quando seus meninos brincam de costurar, ou suas meninas brincam com caminhões? (BUTLER, 2004, p. 70, tradução nossa)

A preferência por brinquedos “adequados” ao gênero é vista pelos pesquisadores como fundamental para a emergência de uma identidade de gênero “correta”, como podemos ver no trecho abaixo:

Garotas tipicamente preferem brinquedos como bonecas, enquanto meninos tipicamente preferem brinquedos como veículos e bolas. Desde cedo adultos oferecem às crianças brinquedos congruentes ao gênero, *reforçando a brincadeira típica*. O surgimento da identidade de gênero no início da infância (i.e., por volta dos três anos de idade) e o subsequente desenvolvimento de esquemas de gênero, contribuem a favor da preferência por brinquedos [...]. Assim, a preferência por brinquedos específicos para cada gênero, que emerge no início da infância, é mantida através do desenvolvimento cognitivo e da socialização em um gênero ou outro. (ALEXANDER, 2006, p. 699, tradução e grifos nossos)

A idéia, portanto, é que os pais, ao darem para crianças brinquedos “congruentes” ao gênero, estarão *reforçando* uma preferência e – mais ainda –, uma identidade de gênero que *já existe* previamente. Ou seja, o que essa lógica parece indicar é que a identidade de gênero, embora inata (já que teria sido determinada a partir do nível hormonal pré-natal), não teria força “suficiente”, precisando ser “reforçada” pela cultura.

A necessidade de “reforçar” a identidade de gênero das crianças, através de brinquedos “congruentes” com o gênero, não exclui para os pesquisadores, portanto, a noção de inatismo. A preocupação em provar as bases biológicas para a preferência por brinquedos é tão forte que há até mesmo o caso de pesquisas que afirmam ter encontrado preferências similares em macacos – prova de uma “herança evolutiva” –, como no caso dos trechos abaixo.

Primatas também mostram diferenças sexuais na preferência por brinquedos, similares àquelas vistas em humanos, sugerindo que as preferências por objetos diferentes em meninas e meninos são parte de sua herança evolutiva. (HINES, 2009, p. 438, tradução nossa)

Tendo em vista que os brinquedos infantis são tipicamente pequenas réplicas de objetos nem sempre encontrados em nosso passado (como por exemplo, caminhões), a possibilidade de que fatores biológicos possam também influenciar as preferências por brinquedos tem sido frequentemente descartada. Entretanto, diferenças sexuais similares na preferência por brinquedos tem sido observadas em macacos vervet e rhesus. (ALEXANDER, 2006, p. 699, tradução nossa)

Embora não haja “carros” e “caminhões” em todas as diferentes sociedades do mundo – e, especialmente, em meio aos macacos –, ainda assim, carrinhos e caminhões de brinquedo, por exemplo, parecem intrinsecamente agradar mais aos machos do que às fêmeas. A constatação da existência de certos comportamentos e características de gênero em animais serve, portanto, como prova máxima de uma essência “masculina” ou “feminina”, uma vez que implicaria em uma total aproximação com a natureza, opondo-se à cultura.

A distinção entre natureza (inato) e cultura (aprendido/adquirido) evidencia-se também na crítica à perspectiva antropológica, feita por um dos autores:

Pesquisas antropológicas e sociológicas têm questionado a exclusividade de se ser necessariamente homem ou mulher. [...] Pesquisas antropológicas e sociológicas encontraram uma diversidade impressionante em comportamentos sexuais, em diferentes eras e sociedades ou camadas sociais, sendo os comportamentos homossexuais os mais estudados. [...] Muitos destes pesquisadores tinham pouco conhecimento na área das ciências biológicas, e não notaram que seus achados não contradizem o resultado das pesquisas biológicas, já que sugerem, na verdade, que o cérebro possuiria grande qualidade adaptativa e plasticidade para cumprir as exigências que o lugar e o tempo impõem às espécies. (GOOREN, 2006, p. 589-590)

De acordo com o trecho acima, achados antropológicos (como por exemplo, evidências de “diversidades” sexuais e de comportamentos de gênero em diferentes sociedades) não inviabilizariam a teoria dos hormônios pré-natais, mas, ao contrário, seriam um sinal da “plasticidade” e da “capacidade adaptativa” do cérebro.

Conclusões

Neste trabalho refletimos acerca do conhecimento científico em torno da sexualidade e do gênero. Nas pesquisas analisadas, notamos a intensa necessidade de demarcar fronteiras entre o “feminino” e o “masculino” – tanto através de testes e questionários, quanto a partir da classificação de brinquedos e brincadeiras infantis, catalogação de comportamentos, características, etc. Ao mesmo tempo, é possível perceber uma relação entre ciência e senso comum, em que as características consideradas “tipicamente” “masculinas” ou “femininas” refletem estereótipos de gênero amplamente difundidos em nossa sociedade.

Notamos também como o modo a partir do qual os artigos científicos são organizados – principalmente através das citações e referências a outros artigos – é fundamental para o estabelecimento das “certezas” e “verdades” científicas. Assim, a cada nova citação, consolidam-se os “fatos” e subtraem-se as “incertezas”, caminhando-se em direção a um “consenso científico” (LATOUR, 2000).

Além disso, o uso de exemplos de animais e a extrapolação de resultados de pesquisas com animais para seres humanos são recursos fundamentais acionados para legitimar o discurso biológico e do inatismo. Ao mesmo tempo, os pesquisadores reconhecem essa “base” biológica como suficientemente maleável a fim de ser moldada pela cultura. Entretanto, o papel fundamental da cultura seria “reforçar” algo que já está lá previamente (como, por exemplo, através de brincadeiras na infância que sejam “adequadas” para o gênero). No debate natureza X cultura, o discurso dos cientistas aqui analisado não vai em direção à negação da influência cultural, mas, sim, em minimizá-la, condicionando-a a um *ideal de normalidade* que deve ser *reforçado*.

Por fim, faz-se necessário refletirmos acerca do peso concedido à esfera biológica na sociedade contemporânea, assim como seus desdobramentos na esfera do político. Qual será o papel do biológico e o peso conferido à idéia de que características e comportamentos são definidos de modo inato, no processo de construção de subjetividades?

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, G. Associations among gender-linked toy preferences, spatial ability, and digit ratio: evidence from eye-tracking analysis. *Archives of Sexual Behavior*, v. 35, n. 6, p. 699-709, 2006.

ALEXANDER, G; PETERSON, B. Testing the prenatal hormone hypothesis of tic-related disorders: gender identity and gender role behavior. *Developmental Psychopathology*, v. 16, n. 2, p. 407-20, 2004.

ANDERS, S; HAMPSON, E. Testing the prenatal androgen hypothesis: measuring digit ratios, sexual orientation, and spatial abilities in adults. *Hormones and Behavior*, v. 47, n. 1, p. 92-8, 2005.

- BAYER, R. *Homosexuality and American Psychiatry*. New Jersey: Princeton University Press, 1987.
- BLEIER, R. *Science and Gender: A Critique of Biology and Its Theories on Women*. New York: Pergamon Press, 1988.
- BROWN, W. et al. Masculinized Finger Length Patterns in Human Males and Females with Congenital Adrenal Hyperplasia. *Hormones and Behavior*, v. 42, p. 380-386, 2002.
- BUTLER, J. Doing Justice to Someone: Sex Reassignment and Allegories of Transsexuality. In: _____. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004. p. 57-74.
- CHAZAN, Lilian. “Os três risquinhos”: construção de gênero fetal, consumo e subjetivação. In: _____. *“Meio Quilo de Gente”*: um estudo antropológico sobre ultra-som obstétrico. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- FAUSTO-STERLING, A. *Myths of Gender: biological theories about women and men*. New York: Basic Books, 1992.
- GOOREN, L. The biology of human psychosexual differentiation. *Hormones Behavior*, v. 50, n. 4, p. 589-601, 2006.
- HAMPSON, E. et al. On the relation between 2D:4D and sex-dimorphic personality traits. *Archives of Sexual Behavior*, v. 37, n. 1, p. 133-44, 2008.
- HINES, M. Sex hormones and human destiny. *Journal of Neuroendocrinology*, v. 21, n. 4, p. 437-8, 2009.
- KNICKMEYER, R. et al. Sex-typical play: masculinization/defeminization in girls with an autism spectrum condition. *Journal of Autism and Developmental Disorder*, v. 38, n. 6, p. 1028-35, 2008.
- LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- LIPPA, R. Are 2D:4D finger-length ratios related to sexual orientation? Yes for men, no for women. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 85, n. 1, p. 179-88, 2003.
- MANNING, J. et al. The ratio of 2nd to 4th digit length: a predictor of sperm numbers and concentrations of testosterone luteinizing hormone and oestrogen. *Human Reproduction*, v. 13, n. 11, p. 3000-3004, 1998.
- ÖKTEN, A. et al. The ratio of second- and fourth-digit lengths and congenital adrenal hyperplasia due to 21-hydroxylase deficiency. *Early Human Development*, v. 70, p. 47-54, 2002.
- OUDSHOORN, N. *Beyond the Natural Body: an archeology of sex hormones*. London: Routledge, 1994.

PASTERSKI, V. et al. Increased aggression and activity level in 3- to 11-year-old girls with congenital adrenal hyperplasia (CAH). *Hormones and Behavior*, v. 52, n. 3, p. 368-74, 2007.

PETERS, M. et al. Finger Length and Distal Finger Extent Patterns in Humans. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 117, p. 209-217, 2002.

ROHDEN, F. Império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciência, Saúde – Magalhães*, v. 15, supl., p. 133-152, 2008.

_____. *Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

_____. Skeletons in the Closet: The first illustrations of the Female Skeleton in Eighteenth-Century Anatomy. *Representations*, n. 14, p. 42-82, 1986.

WIJINGAARD, M. *Reinventing the Sexes: the biomedical construction of femininity and masculinity*. Bloomington Indianapolis: Indiana Univ. Press, 1997.

ZAMBRANO, E. Trocando os documentos: Transexualismo e Direitos Humanos. In: LIMA, Roberto Kant de (Org.). *Antropologia e Direitos Humanos 3*. Niterói: EdUFF, 2001. p. 69-131.

Lourdes Ramalho: Performances de Gênero na Dramaturgia Nordestina

Vanuza Souza Silva¹

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Professor Orientador: Durval Muniz de Albuquerque Júnior²

Conforme os escritos de Jorge Larrosa sobre biografia (1998), durante muito tempo a literatura tradicional iniciava suas tramas com o “Era uma vez...”, e esta era uma regra literária para se contar o início, o meio e o fim das histórias, das histórias de vidas. Mas essa linearidade não foi uma prática apenas da literatura. O fazer histórico do século XIX também operou com essa lógica, com essa tentativa metafísica de dar conta dos acontecimentos e da vida a partir de uma explicação determinista. Na cultura ocidental, a maneira de explicar os sujeitos históricos nas biografias e autobiografias com base em uma perspectiva linear era uma regra. Pensar a vida de um sujeito era relatar o seu nascimento, explicar toda a sua trajetória de vida com base na seleção de fatos que se ordenavam e se harmonizavam, como se não houvesse contradições e ambiguidades em uma vida narrada.

O retorno ao fazer biográfico desde os anos oitenta no Brasil demarca um novo lugar para os sujeitos biografados, não se busca mais dar conta da linearidade de uma vida, mas de suas contradições e incoerências, sobretudo, preocupa-se com as relações de poder, de amizade e os conflitos que fazem parte de toda trajetória. Inspirada nos escritos teóricos sobre análise de discurso de Michel Foucault, que permite pensar as condições históricas do lugar social do autor, de Jorge Larrosa, que analisa a constituição histórica das biografias no Ocidente, e ainda, nas reflexões teóricas de Pierre Bourdieu e Geovanni Lévi, que questionam as biografias enquanto lugar da verdade dos sujeitos, este trabalho contextualiza a vida e a obra de Lourdes Ramalho, com o principal objetivo de discutir como foi possível a construção do seu lugar de autora, de pensar a autoria como um lugar social. É ainda objetivo deste trabalho analisar os papéis de gênero criados na dramaturgia da autora. A partir do conceito de Judith Butler,

1 Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande; Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande e doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco. É professora substituta da área de prática de ensino de História na Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência nos temas: História das mulheres, Gênero, Violência, Prisão, Nordeste, biografia histórica, literatura e jornalismo.

2 Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (1982), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Atualmente é colaborador da Universidade Federal de Pernambuco, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Presidente da ANPUH - Associação Nacional de História. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, atuando nos seguintes temas: gênero, nordeste, masculinidade, identidade, cultura, biografia histórica e produção de subjetividade.

que pensa o gênero como uma performance em que os sujeitos exercem de modo diferente o papel do masculino e do feminino, este texto analisa também a performance de gênero nos escritos de Lourdes Ramalho, discute como a autora define o masculino e o feminino na sua região. Se o feminino e o masculino são papéis exercidos conforme os códigos culturais e de gênero, este segundo momento discute os aprendizados de Lourdes Ramalho sobre o feminino, o masculino e o feminismo que atravessam sua escrita.

1. Trajetórias de uma vida-escritora: Como se Chega a Ser o que se é³?

Ouso dizer que às vezes você se espanta com minha maneira independente de andar pelo mundo como se a natureza me tivesse feito de seu sexo, e não da pobre Eva. Acredite em mim, querido amigo, a mente não tem sexo, a não ser aquele que o hábito e a educação lhe dão (WRIGHT apud RAGO, 2004, p. 46).

Que histórias narra uma vida? O que é possível dizer sobre uma vida-escritora? Como ler uma existência que escolheu a escrita como uma maneira de se dizer e dizer ao mundo sobre seus sonhos e estilos de viver? Como se Chega a ser escritora e feminista no Nordeste dos anos 70? Quais os sonhos que atravessam a escrita de uma sertaneja, descendente de judeus na sociedade nordestina? É possível explicar pela história, pela literatura, a trajetória de uma autoria?

Esta história que vou narrar é a história de uma mulher das letras, da arte, do teatro, hoje ela está no auge dos seus oitenta e cinco anos (85). Uma sóbria e jovial senhora, assim está Lourdes Ramalho, escrevendo ainda todo dia as suas peças, lendo todos os dias, na sua casa no centro da cidade de Campina Grande, os jornais que circulam na cidade, visitando vez por outra o teatro e as apresentações de suas peças, brincando com a alegria dos muitos netos que vivem e visitam sua casa. Carrega ela, nas marcas do rosto e no cansaço visível do corpo, os traços de força e determinação, mas já não é tão presente aquele vigor de outrora que apresentava seu rosto mais moço, porque a serenidade da idade lhe dá um tom de mais calma do que de força. No entanto, lá está ela, reagindo ao computador e defendendo que sua máquina de escrever antiga é o motivo do seu prazer de escrever. Ainda assim é possível lembrar na paisagem dela, a jovem mulher idealizadora que desde os anos 60 lutava incansavelmente por seus sonhos, pelo teatro, pelo feminismo e pela história das mulheres na arte, mulher das letras que realizava festivais de teatro entre escolas e lutava para que os jovens amassem a literatura e o teatro Paraíba, no Nordeste, no Brasil.

3 Ver essa discussão sobre a biografia no Ocidente na discussão de LARROSA, Jorge. **Como se Chega a ser o Que se é?** In: Pedagogia Profana, Dança, Pirueta e Mascaradas. Porto Alegre: Contra Bando, 1998. p. 34.

Lourdes Ramalho, poeta, professora, dramaturga, chega a Campina Grande em meados de 1958, acompanhando o seu esposo, o Juiz Luís Silvio Ramalho⁴. Autora de mais de quarenta textos teatrais⁵, entre eles cordéis e peças infantis, a autora em questão é conhecida na Espanha e em Portugal, através da encenação e direção de suas peças pelo português Moncho Rodrigues⁶, que conhecendo o seu trabalho sobre a herança Ibérica no Nordeste, levou seu teatro para a Europa, onde até hoje é estudado e encenado pelos grupos teatrais, principalmente de Portugal⁷. De origem seridoense, nascida em Jardim do Seridó no Rio Grande do Norte, Lourdes Ramalho passa a ter visibilidade na cidade de Campina Grande a partir dos anos 60, mas os temas das suas peças trazem para o palco a cultura seridoense, campinense, nordestina de maneira geral, sendo o Nordeste, para ela, uma cultura herdeira da cultura ibérica, esta é uma das singularidades de seu texto, instituir a ideia de que o Nordeste é herdeiro da tradição moura, judia. Sendo descendente de judeus, a autora leva para a arte a sua defesa em torno do povo nordestino, mas também do povo judeu.

Desde a década de 70, período em que passou a ser mais conhecida no setor cultural da sociedade, suas peças foram premiadas em diferentes festivais dos quais participou, não só no Nordeste, mas fora dele, não só no Brasil, mas também na Espanha e Portugal⁸.

4 Ver CAMPOS, Gil. **Painel-Xeque Mate**. Jornal da Paraíba, Campina Grande, n. 3, p. 5, 06 Abr. 1997.

5 As peças mais conhecidas da autora são: *O Romance do Conquistador*, *O Trovador Encantado Guiomar Sem Rir Sem Chorar*, *O Reino de Prestes João*, *As Velhas*, *A Feira*, *Fogo - Fátuo*, *Os Mal amados*, *A Eleição*, *A Feira Fiel espelho Meu*. Das peças infantis as mais conhecidas são: *O Ratinho e o Dom Galão*, *o Diabo Religioso*, *Maria Roupa de Palha* e *Judite Fiapo na Serra pelada*.

6 Em entrevista com a autora Lourdes Ramalho realizada na casa da autora em 08 de maio de 2004 às 9:00h da manhã, a autora descreve Moncho Rodrigues: Moncho Rodrigues era apaixonado pelo Nordeste, veio de Portugal e pegou a minha primeira peça - *As Velhas* - e montou. Depois dessa peça, então, abriu o caminho. Ao todo são nove peças *As Velhas*, *Frei Molambo* e *O Romance do Conquistador* foram montadas aqui e as demais em Portugal.

7 Seus textos são estudados no Teatro Guirigai, Madri e na ODIT - Oficina de Dramaturgia e Interpretação Teatral da Universidade de Guimarães em Portugal.

8 Em 1992 *O Romance do Conquistador* foi escolhido pela embaixada espanhola para representar o Brasil na Espanha, por ocasião dos festejos em comemoração ao V Centenário dos Descobrimentos, estreando no Festival de Morazzo na Galícia, terminou por percorrer Espanha e Portugal; seu espetáculo *As Velhas* foi contemplado no Brasil com o prêmio Mambembão, sendo também premiado em Portugal no Festival Internacional de Expressão Ibérica - FITEI - Porto, Portugal; no VII Festival nordestino de Teatro de Guarimiranga, Ceará. *As Velhas* recebeu os prêmios de melhor atriz (Zezita Matos), melhor atriz coadjuvante (Ingrid Trigueiro), melhor direção e espetáculo, melhor iluminação e caracterização. No XIII Festival Nacional de Teatro de São Mateus, Espírito Santo, ganhou mais cinco prêmios e três indicações. *As Velhas* ainda conquistou o terceiro lugar no I Festival Regional da FENATA em Campina Grande, segundo lugar na I Mostra de Teatro Amador e Universitário da Paraíba, primeiro lugar no III Festival Nacional de Teatro Amador de Ponta Grossa e recebeu Menção Honrosa na VII Noite da Cultura do Conselho Estadual de Cultura. Seus textos *A Feira*, *Fogo Fátuo* e *Os Mal amados* foram premiados pelo Serviço Nacional de Teatro SNT. A primeira foi premiada novamente pelo Serviço de Cultura - SEC em 1976, participou do I Festival de Inverno de Campina Grande, foi convidada especial do Festival de São Carlos em São Paulo, convidada especial do I Festminas - Belo Horizonte, Minas Gerais, e foi texto premiado no Festival de Teatro Amador de Feira de Santana, Bahia, fez temporada no Teatro Santa Rosa pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, foi primeiro lugar no Festival de Inverno de Campina Grande, recebeu prêmio por melhor texto no Festival Regional de Feira de Santana, na Bahia. *Fogo Fátuo* representou a Paraíba no II

O político João Dantas e o jornalista Hermano José, ambos também teatrólogos, contemporâneos e companheiros de trabalho da autora, adjetivaram com as mesmas palavras a autora em questão: “Lourdes Ramalho é um mito da intelectualidade nordestina”⁹. A partir dessa fala específica, uma mulher quase a histórica me apareceu nas falas desses homens de teatro, e foi esse discurso que me impulsionou a pesquisar o lugar da autoria de Lourdes Ramalho como um lugar histórico, social, problematizando o lugar natural que lhe foi e é atribuído, criando assim outro/novo olhar sobre sua obra e sua vida, com base na sua trajetória e história. Muitas são as maneiras de dizer e explicar a obra de Lourdes Ramalho, sobre ela há os escritos dos comentadores de suas obras, os discursos de seus contemporâneos, os escritos de jornais de Campina Grande e de outros estados, os trabalhos acadêmicos e outros. Analisando os prefácios de suas obras, percebi que naqueles breves textos inscreve-se uma mulher para além da história, predestinada a ser a escritora nordestina, encarregada de falar dos costumes, do sofrimento, das alegrias e medos do seu povo:

Começou desde cedo a observar o homem e o meio ambiente que a cercava, a se preocupar com os problemas aflitivos inerentes à sua região, fixando no papel o resultado de sua observação, o fruto de sua percepção e daquilo que já trazia entranhada de si mesma. (...) Lourdes possui o sentido profundo que nos leva de volta ao seio da gleba, expressão genuína dos que labutam o chão, de pés descalços e mãos na terra, na luta diária pela sobrevivência (..) ela escreve aquilo que vê que sente (...) (RAMALHO, 1999, p.1)

A própria autora em entrevista para um jornal da cidade, reafirma esse caráter transcendental da sua escrita:

Tenho uma espécie de missão: Continuar o que é feito há séculos, através de minhas peças e cordéis. Enveredei mesmo pelo teatro, falado ou em versos, simplesmente para ser lido. Isso corre no meu sangue (SENA, Caderno de Cultura- Jornal da Paraíba In: RAMALHO, 2000, p.32)

Festival de Inverno de Ouro Preto, Minas Gerais, em 1977, e ganhou vários prêmios, foi primeiro lugar no I Festival Nacional de Teatro Amador em Campina Grande e foi também essa a primeira peça reconhecida da autora em Campina Grande, tendo sido premiada no I Festival de Inverno na cidade. A peça *Charivari* foi premiada no Concurso de textos da Oficina do Autor do Ministério da Cultura, Brasília, 1999. *Os Mal Amados* foi primeiro lugar no I Concurso Paraibano de Peças Teatrais pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado. Ver essas informações in: Revista SOBREART s/d, localizada no Arquivo de Lourdes Ramalho, no Museu Histórico da Paraíba, em RAMALHO, Lourdes Maria de. **Raízes Ibéricas e Judaicas do Nordeste**. João Pessoa: Editora UFPB, 2002 e Trovador Encantado. Campina Grande: RG Editora e Gráfica, 1999. pp. 43-51.

9 Entrevista realizada no dia 09 de abril de 2004 na Casa da Cultura com João Dantas, local onde o mesmo trabalha; a entrevista com Hermano José foi realizada em 13 de abril de 2004 no Museu do Algodão, onde é diretor.

A admiração pela escritora e mulher Lourdes Ramalho ultrapassa os limites dessas linhas, porém, diferentemente do quê e de como foi falado sobre os seus textos, é de uma mulher histórica, parte de uma dada sociedade, que quero falar para pensar, sobretudo, as possibilidades sócio-culturais da sua criação teatral. Não quero pensar aqui a vida e a obra de Lourdes Ramalho a partir da simbólica afirmação “Era uma vez...”, o meu lugar de pesquisadora me incita a ver como foi possível a emergência da autora e sua obra, discutir os caminhos e embates para que a mesma viesse a ocupar esse lugar singular, a autoria.

A autora pesquisada é descendente da família Nunes, seu trisavô Agostinho Nunes da Costa foi considerado “O Glosador”, pai da poesia nordestina e o seu bisavô, Hugolino Nunes da Costa, foi repentista e violeiro, formando juntamente com seus dois irmãos Nicandro e Nicodemos, o primeiro trio de poetas irmãos do Nordeste. Segundo a autora, “todos da família Nunes escrevem poesias e compõem músicas”¹⁰. Além dos Nunes, Lourdes Ramalho também faz parte de outra linhagem familiar de artistas, os Ramalho, dos quais descende o seu esposo. Esta última família é conhecida nacionalmente através de artistas populares como exemplos Zé Ramalho e Elba Ramalho e como uma família de poetas e cantadores. Essa descendência familiar - os Nunes - aparece em grande medida, como uma justificativa pela teatróloga para explicar sua autoria e obra, sua maneira de ver o Nordeste:

Minha obra se enraíza com a própria história de minha família, os Nunes da Costa, que para aqui vieram nos tempos de Maurício de Nassau, escondendo-se depois em Teixeira. Longa tradição de cultura popular surgiu, a partir dessa chegada, em termos de poesia e música (SENA, Caderno de Cultura- Jornal da Paraíba In: RAMALHO, 2000, p. 32).

É de uma família de poetas, violeiros, músicos e dramaturgos que Lourdes Ramalho faz parte; em um ambiente onde se respirava artes ela foi criada, como também criou seus cinco filhos em um lar onde a arte, sobretudo o teatro e a literatura, eram motivos de conversação. A autora foi criada numa casa em que o pai construía um teatro para que ela e suas irmãs encenassem as peças de teatro e as poesias por elas criadas. A sua mãe, Ana Brito Figueiredo, além de educadora e fundadora de colégios em Santa Luzia, na Paraíba, foi também dramaturga. Ainda de acordo com a autora, “seus tios por parte de mãe e pai eram todos poetas e eram deles e de sua avó materna que ouvia, quando criança, as histórias de cavalaria e de Carlos Magno”¹¹. O primeiro livro que leu? Nunca esquecera, pois desafiou as ordens dos pais que não a deixavam ler: “acordava de madrugada, acendia o lampião e envolvia-me com

10 Ver RAMALHO, M. L. N. Prefácio. In: **Teatro Popular** – A Eleição, Guiomar Sem Rir Sem Chorar, Frei Molambo – Ora Pro Nobis. Campina Grande: RG Gráfica e editora, 1999. p. 1

11 Entrevista realizada no dia 15 de maio de 2004 na casa da autora às 14:00h.

as páginas do “Crime do Padre Amaro”, de Eça de Queiroz¹², livro que perpassa em grande parte sua inspiração para profanar os personagens que cria em seus textos e dialogar com a sua sociedade a partir dos códigos morais e sexuais nelas instituídos.

Este retorno, porém, ao passado, esta explicação desde a infância, consegue dar conta da sua experiência de autora, explica a construção de suas obras, a temática das mesmas e a instituição da sua autoria. As suas irmãs também são escritoras, dramaturgas, porém, são obras que viveram/vivem no anonimato. Seguir esse raciocínio que se volta ao passado para explicar o presente, é afirmar que a história tem um sentido único e prévio, “naturalizar os sujeitos e suas trajetórias, marcadas por lutas e conflitos durante o percurso de suas vidas” (BOURDIEU, 1996, pp. 183-191).

A própria autora considera seus escritos polêmicos, e diz que assim foram vistos. Segundo ela, esse estilo lhe acompanha desde a infância:

Eu escrevo peças de teatro desde menina, quando estudei em Recife. No Santa Margarida, um colégio religioso, escrevi uma peça no dia de aniversário do colégio, e a peça era uma crítica às regras do colégio e aos valores religiosos, as irmãs, então me convidaram para sair (sic) do colégio¹³.

A autora em outro momento continua a argumentar em favor de uma explicação que naturaliza seus escritos como tendo uma origem possível de ser explicada desde sua infância: “Quando estudei no Santa Bernadete, em Natal, fui aluna do professor Câmara Cascudo, e mais uma vez, devido aos meus escritos, fui convidada a sair do colégio¹⁴. Ela cita ainda o episódio no qual a sua mãe, que não era católica, mas descendente de famílias judias, após ver a encenação de uma das suas peças, cujo nome ela não lembrou, replicou: “Esta não foi a educação que lhe dei”¹⁵. Outro fato é citado para explicar seus textos e afirmar a diferença dos mesmos, quando se refere à maneira como um jornal de Recife recebeu suas peças:

Quando minhas peças chegaram a Recife, eles não me conheciam no início, então fizeram uma reportagem sobre o meu trabalho, e por não me conhecerem, colocaram uma mulher sensual, de ombros de fora, coisa que eu não faço, para dizer que era Lourdes Ramalho¹⁶.

12 Entrevista realizada no dia 15 de maio de 2004 na casa da autora às 14:00h.

13 Entrevista realizada na casa da autora no dia 15 de maio de 2004.

14 Entrevista realizada na casa da autora no dia 15 de maio de 2004 às 15:00h

15 Entrevista realizada na casa da autora no dia 15 de maio de 2004 às 15:00h.

16 Entrevista realizada na casa da autora no dia 15 de maio de 2004 às 15:00h.

São muitas as maneiras de explicar as obras e vida de Lourdes Ramalho. No discurso de alguns críticos, por exemplo, a obra da autora aparece também como obras denunciadoras da cultura “sofrida” da região e do país, ao mesmo tempo, aquela que se preocupa com a preservação dos costumes e folclores nordestinos e brasileiros:

Além dos falares, do povo, Lourdes retrata, sempre de maneira polêmica, a realidade brasileira (...). Lourdes fala do homem comum, do povo, no que ele tem de mais expressivo, de mais típico, de seus falares, comportamentos, superstições, preconceitos, tabus, dificuldades e conflitos (...) fala de um espaço geográfico esquecido pelos poderes públicos (...) (RAMALHO, 1999, p. 1).

E quando a autora é discutida pela crítica teatral, é vista e dita também como uma teatróloga inovadora porque vista como uma escritora preocupada em resgatar o teatro popular, clássico:

Os textos têm a estrutura das grandes obras do teatro medieval, sem em momento algum parecer imitação. É um dos segredos do Nordeste. Rever antigos traços culturais com uma prática revivificadora, que as moderniza sem prejuízo de sua nobreza clássica. Lourdes apresenta um teatro colorido, variado, crítico e divertido quando delinea um retrato grotesco e provocante de um Brasil petrificado (BLANCO. In: RAMALHO, 2002, p. 6).

É da transgressão que também se fala do teatro de Lourdes Ramalho:

A leitura da sua peça é uma experiência prazerosa: prazer intelectual que se soma à fruição infantil (no bom sentido) do lúdico e do cômico e ao deleite sadiamente perverso, diante do desregramento e da transgressão (...) e aos interditos de toda ordem. (Grifo nosso) (idem, ibidem).

Pensando as citações acima, a obra e autoria de Lourdes Ramalho são investidas por olhares que veem em seus discursos um tipo de misticismo relacionado à figura do escritor. Em que época Lourdes Ramalho escreve? O quê e como escreve? Em quem se inspirou para escrever o teatro da maneira que escreve? Pensar essas questões é ir contra o essencialismo que constrói a autora, é querer entender “sua obra como um discurso histórico, atravessado por outros discursos, por relações de poder e que almejando a singularidade e racionalidade, consegue se naturalizar, tornar-se a-histórico” (FOUCAULT, 1992, p. 199).

Lourdes Ramalho, assim como o Nordeste, é filha da década de vinte, essa coincidência certamente marcou a sua trajetória de vida, a sua educação, os seus estudos. Como acontecia nesse período, é no Recife para onde a maioria dos intelectuais nordestinos vai estudar, como o fizeram José Lins do Rego, Gilberto Freyre, Câmara Cascudo e outros que continuam essa tradição. Lourdes Ramalho não cursou faculdade em Recife, fez licenciatura de Letras em João Pessoa, mas estudou nos colégios de Natal e Recife, esta última, “berço da invenção do Nordeste, lugar onde os intelectuais nordestinos pensaram, discutiram e idealizaram a idéia de um Nordeste rural, folclórico e popular”¹⁷. Como se não bastasse tanta coincidência, ela foi aluna de Câmara Cascudo, um dos primeiros folcloristas a pesquisar e a escrever sobre a ideia de uma cultura popular nordestina, e é sobre o popular que ela discute em seu teatro.

A inspiração artística das famílias Nunes e Ramalho, certamente influenciou a trajetória intelectual da autora, mas entre irmãos, tios e amigos que escrevem teatro é a sua escrita que se destaca; nesse sentido é percorrendo a sua trajetória de vida e intelectual que se pode entender a visibilidade dos seus textos. Quando Lourdes Ramalho chega a Campina Grande em 1958, não havia ainda um teatro na cidade, onde suas peças seriam encenadas com repetição, mas a mesma encontra um ambiente onde as práticas teatrais aconteciam muito antes da sua chegada¹⁸. A própria autora em entrevista dá pistas a respeito da efervescência cultural de Campina Grande nos fins da década de 50 e início de 60:

Nesse tempo havia certo desenvolvimento intelectual. Lembro-me bem que assisti aqui uma revista que não recordo o nome no momento, pessoas como Asfora, Dr. Bezerra e outros estavam publicando livros na época. Existia aqui o falecido ex-prefeito de Campina que era Dr. Elpídio de Almeida, pessoa muito dada á cultura local (...) (Diário da Borborema, 1980, p. 1).

A citação da autora é compartilhada pela análise do jornalista Bittencourt, que estende sua observação para a década de 70, período em que Lourdes Ramalho terá destacada a sua autoria:

As atividades culturais desenvolvidas em Campina Grande no período compreendido entre 1950 e 1975 constituem uma fase marcante na história da cidade. Foram os fenômenos mais significantes

17 Cf. ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana. São Paulo: Cortez, 1999, sobre a discussão do Nordeste enquanto um espaço histórico, que fora criado pelo embate entre os intelectuais do antigo Norte nas décadas de 20 e 30.

18 Sobre a história do teatro em Campina Grande ver o artigo de SILVA, Vanuza Souza. **A Arte Não Tem Sexo? O Fazer Teatral Masculino** em Campina Grande, publicado em Cd-rom no IV Encontro de História Oral do Nordeste entre os dias 23 e 26 de setembro de 2003.

de entrelaçamentos, de diversos grupos que atuavam isoladamente e que se juntaram em busca de uma atuação em bloco objetivando a sobrevivência da própria atividade cultural (BITTENCOURT, s/d, p. 23).

O autor justifica essa efervescência cultural da cidade pelo desenvolvimento da exportação do algodão, desde a década de 40, além do couro, minerais e, mais tardiamente, o sal. Nesse ambiente cultural de Campina Grande, tem-se, também, seguindo as diretrizes do autor, “a fundação da Escola de Artes, a Construção da Faculdade Católica de Filosofia e a instalação do curso de Engenharia da Escola Politécnica, hoje Centro de Ciências e Tecnologia na Universidade Federal de Campina Grande” (Idem, p. 30).

Ainda na década de 50 em Campina Grande, tem-se a implantação do Rádio Teatro da Rádio Borborema, pelo cearense Fernando Silveira, que organizaria, posteriormente, o grupo teatral *Os Comediantes*, inspirado no grupo *Os comediantes* do Rio de Janeiro e que fora dirigido pelo teatrólogo carioca Raul Phyrston, conhecido como um dos renomados teatrólogos das décadas de 60 e 70. Outro fato que marca a vida cultural na cidade é a criação da entidade cultural PRO-ARTE, escola de dança, música e teatro amador. E não poderia deixar de citar aqui nesse período, a criação e circulação do jornal impresso Diário da Borborema, uma das fontes que utilizei para a realização desse trabalho. Nesse ambiente marcado pelas pisadas dos manifestos culturais, Lourdes Ramalho adentra a cultura campinense, com o mesmo ideal da época, movimentar o teatro, a poesia e o cordel da cidade, sendo a dramaturgia o cerne de suas inquietações. E foi sobre esse impacto cultural da cidade que a autora, em uma das entrevistas pesquisadas, mencionou:

Logo que aqui cheguei comecei a trabalhar na Escola Normal, Colégio das Damas, eu fazia justamente um rodízio entre colégios para visitarem outros, e forçava muito, como diz na gíria, para os alunos se interessarem pelo teatro. No fim do ano sempre estava com uma peça, nesse tempo o diretor da escola Normal era Fernando Silveira, que me dava muito a mão, me dava todo direito para fazer o que quisesse no que diz respeito ao teatro (...) (Diário da Borborema, 1980, p. 2).

Enquanto professora de literatura, teatróloga e organizadora de festival de teatro, Lourdes Ramalho criava e era criada pelas iniciativas culturais de Campina Grande¹⁹. Com a construção do Teatro Municipal Severino Cabral em 30

¹⁹ Lourdes Ramalho, Lourdes Capozzoli, Eneida Agra, Hermano José, Fernando Silveira, Antônio Alfredo Câmara, Altimar Pimentel, Ademar Dantas, João Dantas, Edinaldo do Egypto, já falecido, Wilson Maux, eis alguns dos nomes dos que mobilizaram e deram continuidade às atividades culturais desenvolvidas na década de 70 em Campina Grande, alguns escrevendo peças, como é o caso de Lourdes Ramalho, Hermano José, Ademar Dantas, Wilson Maux, outros na direção, como o fez João Dantas, Lourdes Capozzoli, outros ainda organizando festivais, como Alfredo Câmara, Ademar Dantas, Eneida Agra.

de novembro de 1963, as atividades culturais de Campina Grande se centralizam nesse novo espaço. Os grupos teatrais são inventados, dentre eles, o TUC (Teatro Universitário Campinense), fundado por Wilson Maux, Milton Baccarelli e Walter Pessoa; Antônio Alfredo Câmara, já falecido, funda o grupo “Raul Phryston”; o médico Ademar Dantas cria o “Grupovo”, que se tornaria “Cacilda Becker”; Hermano José, que dirigiu várias peças de Lourdes Ramalho, dentre elas *Fogo Fátuo*, *A Feira* e outras, idealiza o GEVAR (Grupo Experimental de Várias Artes), dirigindo, posteriormente, na década de 70, o Teatro Municipal; Lourdes Ramalho cria o grupo *A Feira*, especializado nos espetáculos de sua autoria.

Data da década de 60 também a criação da Revista Campinense de Cultura, uma criação da COMCENT (Comissão Executiva do Centenário de Campina Grande), idealizada pelo então prefeito Newton Rique. A COMCENT ao longo da década de 60 foi responsável por diferentes eventos realizados nesse período em Campina Grande, como exemplo, o Festival de Poesias, Amostras de Fotografias, Semana do Museu, Semana do Teatro Amador. A Revista Cultural Campinense, por exemplo, funcionava como um lugar de registro das atividades culturais realizadas nesse período na cidade. A década de 70, portanto, é marcada, sobretudo, pelas iniciativas culturais na área de cinema e teatro:

O Cinema de Arte, por exemplo, é um projeto idealizado pelos estudantes da Escola Politécnica de Campina Grande, Luís Carlos Virgolino e Humberto Freire. Nesse projeto eram exibidos filmes clássicos, como “O Homem de Alcatraz”, de John Frankenheimer, e estréias, como “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, de Glauber Rocha (BITTENCOURT, s/d, p. 33).

Diferentemente, pois, do teatro, serão construídas nesse período, colunas de críticas especializadas, comentando os filmes apresentados, originando, posteriormente, *O Cine Clubismo Glauber Rocha*, com apresentação de filmes para o público em geral. A criação da FACMA (Fundação Artístico Cultural Manuel Bandeira) pela professora Elizabeth Marinheiro, passou a promover os festivais de música, dança, poesia e teatro, incentivando ainda mais a organização de festivais para teatro²⁰. Mas foi em um festival organizado pela professora Eneida Agra que Lourdes Ramalho de professora e organizadora de eventos, passa a ser vista como a teatróloga campinense. A autora confirma isso:

(...) Aqui em Campina eu iniciei com os festivais, com o incentivo que havia naquela época. Na década de 70, houve incentivo ao teatro na cidade com a criação do Festival de Inverno, então se podia sonhar com

²⁰ Dentre os festivais realizados nessa época, tinha-se o FENAT (Festival Nacional de Teatro); FENATA (Festival Nacional de Teatro Amador); Festival de Inverno que veio substituir o FENATA; Festival Colegial de Teatro; Semanas de Amostras de Teatro; Semana de Teatro dos Bairros; Semana de Teatro Regional; Semana da Cultura; Mostra Nacional de Teatro Amador; Mostra Estadual de Teatro Amador e concurso Universitário de Peças teatrais, entre outros.

teatro. Houve uma força, uma energia muito grande que levantou todas as pessoas que amam o teatro (Diário da Borborema, 1980, p. 3).

Nessas condições históricas e sociológicas, Lourdes Ramalho constrói seus textos. O lugar cultural campinense não estava pronto, juntamente com outros sujeitos²¹, ela organiza a cena, cria, abre as cortinas para a sua dramaturgia. Desse modo, pensar Lourdes Ramalho fora desse contexto sócio/cultural é tornar a-histórico o discurso da mesma; discutir a cultura campinense nas décadas de 60, 70 e 80 em Campina Grande e não pensar a autoria de Lourdes Ramalho é silenciar parte da criação cultural campinense, ofuscar uma das personagens fundamentais dessa criação.

Quando entrevistada Lourdes Ramalho afirmou: “o teatro sempre esteve no meu sangue”²². Mas o sangue que corria em suas veias, também corria no sangue de outros autores e de outras inspirações, porém, foi a sua criação teatral que conseguiu ser vista, institucionalizando-se, passando a ser apontada pelos seus contemporâneos e pela crítica teatral de outros estados como “a escritora revelação do Nordeste”²³. E para chegar a esse lugar, a autoria certamente elaborou suas tramas dentro dos dramas teatrais da cultura campinense nas décadas de 60,70 e 80, para enfim chegar a ser o que se é.

2. Performances de Gênero: Entre o Corpo e a Escrita, os Fios que Tecem a Obra

- Seus textos são feministas?
- Não, não é assim não, muito embora não sejam propriamente feministas, eles são femininos, e como feminino (sic) eles se ressentem do masculino tão em voga na nossa região, eu tenho que trazer a baila isso. Coloco sempre mulheres fortes dentro dos textos, não sei por que esse reflexo (RAMALHO apud JOSÉ, 1982, p. 1)

Este momento do texto analisa de que forma a autora, criando personagens femininos e masculinos, dialogou com as práticas do feminismo que ocorriam no Brasil no momento em que a mesma escrevia e com os valores

²¹ Sobre os incentivadores do teatro, a autora cita Fernando Silveira, Raul Phyrston, Ademar Dantas, Hermano José, Eneida Agra. E sobre os melhores atores cita Antônio Nunes, Emilson Formiga, Ranulfo Cardoso, Alzira Lucena, Socorro Brito. Entrevista realizada na casa da autora no dia 15 de maio de 2004.

²² Sobre os incentivadores do teatro, a autora cita Fernando Silveira, Raul Phyrston, Ademar Dantas, Hermano José, Eneida Agra. E sobre os melhores atores cita Antônio Nunes, Emilson Formiga, Ranulfo Cardoso, Alzira Lucena, Socorro Brito. Entrevista realizada na casa da autora no dia 15 de maio de 2004.

²³ Ver MAGNO, P. C. In: RAMALHO, Maria Lourdes Nunes. **Teatro Nordestino – Cinco Textos para Montar ou Simplesmente Ler – A Feira, As Velhas, Festa do Rosário, O Psicanalista, Fogo Fátuo**. Campina Grande: RG Gráfica e Editora, 1998. p. 8

sociais e de gênero de sua cultura. Quando a autora está escrevendo em Campina Grande, autoras como Adelaide Amaral, conhecida no país pelas mini-séries *Os Maias*, *A Muralha*, *A Casa das Sete Mulheres*; Leilah Assunção, Hilda Hist e Consuelo de Castro estão se destacando no cenário da literatura no eixo Rio/são Paulo. Consuelo de Castro no período em que escreve deixa claro o seu propósito: “Minha única arma contra a violência é o teatro, que é minha própria violência respondendo à violência” (VICENZO, 2000, p. 40).

Lourdes Ramalho na década de 70 está escrevendo, dentre outras coisas, sobre as mulheres sertanejas, idealizando no Nordeste as mulheres propostas pelo feminismo da década de 70, que saem do privado, da sombra de um homem em nome do trabalho ou da sobrevivência. Paralela à atividade de escritora, juntamente com 46 profissionais de diferentes áreas, Ramalho faz parte de um movimento de mulheres intelectuais da cidade, denominado *Movimento para Integração da Mulher no Desenvolvimento* (MIMDE), criado em 12 de fevereiro de 1971 e liderado pela médica Linda Figueiredo. Tal movimento, segundo documento editado para o evento, por ele promovido denominado *Emancipação da mulher*, realizado na Câmara de Vereadores em 16 de abril de 1972, tinha como objetivo:

(...) conscientizar a mulher para os seus valores, a pessoa humana e seu dever de participar ativamente, lado a lado com o homem, em todos os setores da atividade humana, ajudando a promover o progresso para dele usufruir merecidamente (...) o MIMDE tem procurado estimular a mulher para que ela estruture e amadureça sua personalidade e a liberte de normas, preconceitos e rótulos e, inclusive, dos próprios condicionamentos intrínsecos para se tornar capaz de usar sua opções, a maneira consciente, pessoal e atualizada²⁴.

Essa mobilização pela dita “emancipação” do feminino, como discutimos anteriormente, é uma prática comum nas iniciativas de algumas intelectuais inseridas nesse contexto. Essa luta, porém, pela criação de um lugar para o feminino em Lourdes Ramalho, é motivo de polêmica, de comentários e admiração até onde sua obra chega. Hermano José em uma das partes do seu texto ao comentar a obra de Lourdes Ramalho enfatizava:

Com um estilo tão vigoroso – embora a autora seja extremamente feminina – outra posição pode-se constatar em Lourdes Ramalho, que há de deliciar as feministas – não aquelas intransigentes e fanáticas que encaram o feminismo como uma suplantação do macho, mas as que reivindicam para a mulher, o lugar que a sociedade lhe deve: a fortaleza dos seus bem delineados perfis femininos (1980, p. 6).

24

Ver esse documento no Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande.

É do ponto de vista de uma dada leitura do feminismo que Hermano José lê a obra ramalhiana, mas para se pensar na possibilidade dessa leitura, é preciso ver que mulheres Lourdes Ramalho escreve no seu teatro e como delas fala. Analisarei alguns personagens femininos das seguintes obras: *A Feira* (1976), *As Velhas* (1974), *Fogo Fátuo* (1972), *A Eleição* (1977), *Os Mal Amados* (1976), *Fiel Espelho Meu* (1979). *O Romance do Conquistador* (1990), *Charivari* (1997), *O Trovador Encantado* (1999), *Frei Molambo – Ora pro Nobis* (1987).

Mulheres masculinas, masculinizantes!? Essa é a primeira impressão do feminino criado por essa autora. Mas contentar-se com essa primeira impressão é querer rotular a pluralidade de qualquer texto, de toda criação, imaginação, ao mesmo tempo, é querer exigir da escrita e autor, um sexo. Ao invés de pensar sua obra como sendo masculinizada, quero discutir aqui de que forma esse discurso se constrói dentro dos seus textos e como se constrói.

Pensar a partir desse rótulo “mulheres masculinizantes” os escritos de uma mulher, talvez nos diga sobre o que a sociedade espera de um autor e uma autora, esta ao que parece, precisa escrever conforme seu sexo, femininamente ou numa condição de suplantação do masculino (SCHOWALTER, 1994, p. 35); é dessa norma, porém, que os textos de Lourdes Ramalho em alguns momentos fogem, em outros não, o que me incita a ler sua obra não como uma extensão de seu corpo e sexo, mas como corpos de escritos diversos, marcado pela diferença e subjetividade, mas também como uma obra que atende às regras da sua cultura, a dita escrita masculina da autora nesse sentido está impactada pelos valores da sua cultura, uma cultura nordestina que masculiniza até mesmo os corpos e escritas femininas.

Graciliano Ramos ao ler *O Quinze* de Rachel de Queiroz surpreendeu-se ao saber que aquela obra era de autoria de uma mulher:

O Quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? não acreditei (...) É pilhéria (...) Deve ser pseudônimo (...) (QUEIROZ, 1948, p. 3)

Essa citação de um autor nordestino confirma aquilo que venho dizendo sobre o fato de se esperar de uma mulher uma escrita dócil, e do homem, textos fálicos, viris. Certamente os que estão presos a essa disciplinarização do lugar do autor e dos seus sexos, terão a mesma estupefação ao ler os textos de Lourdes Ramalho, afinal, é uma mulher que vivencia através dos seus textos a dubiedade do gênero, sendo mulher, escreve teatralizando o masculino, porque se trata de uma escritora inserida numa cultura masculinizante, onde os papéis de gênero em grande medida são na maioria das vezes, a cena do macho, do falo. “São mulheres remitentes”²⁵, assim considera a própria autora as mulheres que escreve:

Filó, Zabé, Vina, Mariana, Zefa, Lia, Perpeglina, Paulina, D. Santa, Verônica, eis os nomes de algumas mulheres paridas da escrita de Lourdes Ramalho.

Quem são as mulheres de Lourdes Ramalho?

A maior parte das obras aqui analisadas data da década de 70, embora outras estejam no contexto das décadas de 80 e 90, que marcam a fase da autora mais voltada para a escrita de cordéis e de temas onde o divino e o profano inspiram seus escritos, como é o caso de *Charivari*, *O Trovador Encantado*, *O Novo Prometeu* e *Presépio Mambembe*, peças onde o Nordeste ibérico aparece de modo repetido como forma de a autora mostrar a herança ibérica na região nordestina.

Um tema predominante nas obras da autora é o sertão nordestino. Levando em consideração esse fato, não será novidade dizer que as mulheres sertanejas são, sem dúvida, motivos de inquietação da sua autoria, mas pensando a mulher sertaneja nordestina como herdeiras da cultura ibérica e mais especificamente judias marranas. A autora, porém, dá vida a mulheres outras, como, por exemplo, Guiomar de *Guiomar Sem Rir sem Chorar* (1982). Distante do modelo de mulher nordestina, Guiomar é uma professora, desbocada, engraçada, relaxada, mas satírica, crítica, que vê com muito desdém e comicidade as mudanças na sua sociedade moderna. Já em *o Psicanalista*, a personagem, que não é nordestina, revela todas suas neuroses ao seu psicanalista, o qual acaba curando a paciente e internalizando as crises psicológicas daquela.

Ao fazer uma análise geral das mulheres que cria a autora, um fato primeiro me chamou atenção: sendo a maior parte da sua produção voltada para o sertão, e por isso, escrevendo com mais frequência sobre as mulheres sertanejas, os femininos que inscreve acabam significando a inversão do seu lugar, do lugar que ocupa na sociedade, legitimando aquilo que venho falando ao afirmar a ideia de que nossa escrita não é uma expressão, transferência dos nossos sexos e valores necessariamente. Inversamente ao lugar de intelectual, de ativista cultural e social, as mulheres de Lourdes Ramalho, as sertanejas, vivenciam nas tramas o seu avesso, são rústicas, vítimas da seca, cuja sabedoria notória é a de sobreviver, fazer sobreviver seus filhos, como acontece com as matriarcas Filó (*A Feira*), Mariana e Vina (*As Velhas*), porque estas são maneiras outras das quais a autora se utiliza para descrever o universo do mundo popular. Isso mostra as brechas entre o corpo e a escrita da mesma. Contrariando, ainda, sua maneira discreta de falar e portar-se, muitas das mulheres que cria não medem o dizer, insultam, brigam, xingam, “se estribucham”, gesto contrário da discrição da fala da autora, que sequer se permite ser gravada e fotografada. No ato VI da peça *A Feira*, história de uma família do sertão que vai à feira, a defesa que faz a Verdureira da sua mercadoria, pelo fato de o filho de Filó, Bastião, urinar em cima da verdura, é demonstrativo, porque acabará numa discussão entre aquelas duas mulheres:

FILÓ - A senhora não se meta a danar a peia em filho dos outros (...)

VERDUREIRA - Pode ser filho até da besta-fera – fez, leva o troco. Ou você ta pensando que sou mulher de pagode? – se eu quisesse ser ruim, ia me encontrar a pau que desse sombra e não a um lheguelé que num tem no cu o que um periquito roa.

FILÓ - A senhora meça suas palavras que num ta falando com canalha não.

VERDUREIRA - Quem será tu, chaboqueira, pra mandar eu me calar? – Uma beradeira velha que num tem nem onde cair morta (1980, p. 45).

As brechas entre a criadora, intelectual, de ares aristocráticos e as criaturas, filhas da fome e da “mãe”, constituem, por isso, uma relação de distanciamento entre esses dois lugares de saber e poder. O destino das sertanejas de Lourdes Ramalho é parecido: são mulheres sozinhas, abandonadas, algumas delas amargas, como Mariana de *As Velhas*, cuja temática é a rivalidade entre as duas matriarcas, Vina e Mariana - a primeira foi aquela que fugiu com o marido desta última, o famoso Tonho; outras sonhadoras à espera que o esposo volte, como é o caso de Filó; outras felizes porque a morte do marido opressor significou liberdade, como o faz Verônica de *Fiel Espelho Meu*, um monólogo; mulheres, ainda, que só se sentem felizes quando matar o marido é a única solução possível, como fez Paulina de *Os Mal Amados* com o seu esposo Julião: “- Esse já entregou a alma ao diabo” (1975, p. 32)

E nesse sentir solidão, o amor que resta é também o que conforta e motiva. Mariana sofreu a dor de ver o marido fugir e lhe abandonar com dois filhos, criando-os sozinha, enfrentando as pisadas da seca. Mas ao rever Tonho na casa de Vina, os rancores desabam pelos desejos da saudade: “- Tonho... aquilo é Tonho... coitadinho!” (1980, p. 43). Assim, amor, saudade e pena de ver o marido paralítico se misturam.

A tragicomédia *A Feira* escreve não só a solidão de uma mãe, Filó, abandonada pelo seu marido, mas também pelos filhos: Bastião, que de tanto passar fome, chega à feira e é seduzido por um cego que lhe promete “carne de jabá”, “mocotó”, “graxa escorrendo no dedo”; e Zabé, que de tanto reclamar da pobreza, é enganada por um malandro na feira e vai viver obrigada no cabaré. Solidão que somente Filó - esguia, mas ao mesmo tempo tão forte - poderia suportar:

– Tenho fio e fia,
mas tou sozinha, sei lá
o que vai ser da famia?
– Tá tudo aí, espaiado,
Fio pra qui, prali fia (...) (1980, p. 23).

O que é curioso nos textos dessa autora é que sendo as mulheres solitárias, drama das sertanejas no seu teatro, os homens que nem sempre estão presentes fisicamente no contexto das peças, são eles os motivos das ações de algumas personagens femininas, dos medos, sonhos e até desassossegos das mesmas. Mesmo xingando tanto o desgraçado do Tonho para a filha Branca, como o faz Mariana: – Seu pai, teja vivo, teja morto, num se lembra de vocês – um homem desnaturado que se sumiu no mundo e nunca deu notícia... num sabe nem se tu é viva, inda tava no bucho...” (RAMALHO, 1980, p. 48). Igualmente faz Vina quando Mariana vai pedir satisfação à velha rival:

– Então, quer ver mesmo aquela beleza? – quer ver a peça boa do seu marido? –Pois num só lhe mostro, como dou inteirinho pra você pendurar no pescoço e fazer bom proveito. – entre, num faça cerimônia, encontra ele logo aí, na saleta – o seu tão chorado Tonho da Baraúna (RAMALHO, 1980, p. 71).

Do seu homem, presente, doente ou ausente, essas matriarcas sentem falta. Como sente falta Filó do seu Neguinho, que foi vender na feira feijão e nunca mais aparecera. Perpegdina de *A Eleição*, como o próprio nome da peça diz, é a história de uma eleição na cidade de Fundão, onde a política de cabresto reina. Perpegdina é um coronel de saia, como o era o seu marido que a deixou viúva, dona da cidade e da água de Fundão. Mas as matriarcas de Lourdes Ramalho contam ainda outras histórias: a defesa da honra do feminino. Por ironia do destino, o filho de Vina, José, e a filha de Mariana, Branca, conhecem-se e se apaixonam, porque levados pela seca, Mariana e seus dois filhos, Chicó e Branca, migram para uma terra onde nela morava sua antiga rival. Tudo parecia perfeito até Chicó e José se encontrarem e se conhecerem, e dessa amizade, Branca conhece José por quem se apaixona e de quem engravida, motivo que “arredou” Mariana do seu lar para ir tomar satisfação com o “tal do José”. Quando da discussão entre Vina e Mariana, vemos se construir o discurso moralista e em grande medida machista das mesmas, Mariana culpada pela filha desonrada exige o casamento para a filha não passar pela vergonha de ter uma filha desvirginada; por outro lado, Vina deixa bem claro que a macheza do seu filho homem foi provada:

VINA - Que é que espera de mim?

MARIANA - Que é que uma mãe, sabendo que a filha foi esfulorada, pode mendigar por ela?

VINA (ESCANDINDO AS PALAVRAS) - Então você quer que eu lave a honra de sua filha, é?

MARIANA (HUMILHANDO-SE) - É... era isso que eu queria de você...

VINA (ARROGANTE) – A, pois escute o que vou lhe responder: Quem tiver suas filha doida, amarre no pé da mesa ou cosa as buceta delas – que num tou pronta pra encobrir ruindade nem concertar cabaço de ninguém.

MARIANA - Ludovina, o que vai ser de minha filha, pelo amor de Deus?

VINA - Ora, num foi a primeira nem será a derradeira feme a se perder. Você pensa que os “rói couro”, pó aí, tão cheio de donzela? (1980, p. 93).

A mulher nesse discurso é a grande culpada por ter sido “esfulorada”, o homem, o Don Juan, cuja principal atividade é “esfulorar donzela”. Esses são uns dos ensinamentos do ser mulher e homem no Nordeste, ensinamento legitimado principalmente pelo lugar social da mãe, da família como um todo. E o que é interessante nesse texto de Ramalho é que esse tipo de diálogo em nome da honra das “filhas desonradas”, no geral, é assumido pelo pai. Aqui, portanto, vemos duas matriarcas substituindo o masculino numa missão bastante ‘viril’ no Nordeste: “Lavar a honra da filha”.

Mariana, porém, acaba sendo uma personagem extremamente contraditória, porque antes de saber que a filha estava grávida, ela aconselhava a filha ao não casamento, pois decepcionada com a fuga do marido, Mariana vê com muito pessimismo o homem, já que acreditava que todos eram “covardes”:

BRANCA - E com isso a senhora criou raiva de todo homem...

MARIANA - Eu conheço a vida menina, e sei que homem é uma nação que só vive pra judiar com as mulher, ora essa...

BRANCA - Também tem mulher ruim...

MARIANA - Aí vareia – tem a raça das que presta e a das que num presta. Agora o bicho homem – todo ele é ruim. Num sabe aquela moda, ela diz assim: - ‘O homem é que nem caju/quanto mais belo mais ruim/por mais doce que ele seja/tem sempre ranço no fim’ – Pronto, isso diz tudo. (...)

BRANCA - Desse jeito- já sei que nunca vou casar.

MARIANA - E num perde nada. Você pensa que vida de casada é essas coisa? - pois olhe aqui casamento e merda é uma coisa só (RAMALHO, 1980, pp. 95-96).

Após ver a filha desonrada, é o casamento que Mariana quer para a filha, é ao lado de um homem que ela deseja estar sua filha, mesmo que esse homem seja filho da mulher que roubou seu marido. Mariana que sabe da gravidez da filha, estrategicamente pensa pra ela um casamento como forma de não ver a filha abandonada, marginalizada, Filó de *A Feira* não pensa diferente.

Ela vai à feira juntamente com Zabé e Bastião pra comprar os “aprontamento” do casamento daquela. E repreendendo Zabé que reclamava da vida pobre que levava, Filó pede a filha para agradecer o que tem, inclusive o noivo: FILÓ - “(...) como pobre, nunca lhe faltou comer pro bucho e pano pra lhe cobrir as vergonha. (...) E um noivo pra você respeitar”(1980, p. 29).

Filha desonrada, que não casa, é motivo de briga, de morte, de tragédias diversas nos textos das mulheres de Ramalho. Foi a desonra da filha do coronel Julião Santa Rosa que provocou tanta desgraça na família, motivo que conduziu o pai a prender a filha desonrada num sótão, vivendo ao lado de ratos, como uma forma de punir o desregramento do feminino, porque numa sociedade machista e masculinizante como o é a nordestina, uma filha desvirginada é um afronte ao poder do pai, do falo, lugar de desobediência que deve ser corrigido. Mariana tentou lavar a honra da sua filha, propondo um casamento, mas seu Julião, homem violento, preferiu esconder o fato, escondendo a filha.

Mas quem disse que casamento é a melhor saída? Há nos textos de Ramalho caminhos outros e sujeitos que tramam outras histórias. Mariana, enfrentando a “experiência” da mãe, quer casar, seja pra estar ao lado do seu homem, seja para “ter outras coisa”: MARIANA - “(...) a gente tendo marido, mesmo sujeitas a ele, tem direito a outras coisa que a mulher solteira num pode, a senhora sabe...” (1980, p. 45). E Zabé, afrontando a mãe não quer casar: ZABÉ - “Um beradeiro mal enjorcado e fedorento – que noivo, eim?”(1980, p. 73).

Verônica de *Fiel Espelho Meu* é também um desses personagens que dizem não à instituição do casamento, exorcizando seu ex-marido, atual defunto, signo da opressão do seu lugar de mulher. Primeiro ela sepultou com alegria a tia Rosa, mulher disciplinadora do seu comportamento: - Tia Rosa? O que tem a me dizer?/Já sei. Quer mais uma vez reclamar, xingar, ditar mais uma vez suas velhas normas de comportamento?!... (1979, p. 2). Depois Orestes: - Velho, você se foi... se foi e eu fiquei.../(...) luto? – então vocês acham que vou permanecer assim, anos e anos, como símbolo de uma saudade que não sinto, de uma dor que não experimento? (...)!” (idem, p. 2).

E enfim a idéia de liberdade com a morte da tia que lhe repreendia e do marido que lhe oprimia, um casamento signo da prisão:

- (...) acontece que - agora não obedeço mais a ninguém – Agora, estou livre como os passarinhos! – Livre! – enfim, foram-se os meus algozes, meus cães de guarda, meus verdugos! (...) Não tenho mais quem me aporrinhe os ouvidos com aqueles horríveis chavões: - “Não faça isso que é feio!... Ou não faça que é indecente! ...taqui pra vocês dois, seus defuntos metidos...” (idem, p. 2).

Segundo Ramalho, esse é “um dos seus textos mais feministas”, texto que quebra as convenções não só do casamento, como do próprio sepultamento

de um ente querido, uma vez que ao invés de lágrimas, Verônica sorri, ao invés de luto, festa, e no decorrer do texto a personagem ao invés de preto, veste vermelho para descer à cerimônia do sepultamento. E no frenesi de tanta liberdade, felicidade, Verônica se arruma para um convidado especial que fora visitar o defunto Orestes, Pedro, uma paixão e amante do passado. Esse é um dos momentos em que a autora se despe da convenção do casamento e de um marido como caminho único para sua realização, porque o casamento nesse drama aparece como um crepúsculo, ato infernal.

E dentre tantas possibilidades de leitura, outra questão é perceptível na relação das matriarcas de Lourdes Ramalho, principalmente quando da relação daquelas com suas filhas. As mães são sempre postas como o lugar da sabedoria e experiência, senhoras do destino que devem guiar o futuro das filhas, dizer como devem agir, como faz Filó com Zabé, Mariana com Branca. Daí os conflitos, pois suas filhas querem ser conforme as suas mães, senhorinhas também dos seus destinos e por isso combatem também o poder matriarcal. Como foi dito, Zabé não quer o noivo que a mãe sonha e aprova, um vizinho lá das “suas terras”; Branca quer casar, Mariana não deseja tal façanha para a filha, só mudando de opinião quando a filha “embuxa”. E com Dona Santa de *Fogo Fátuo*, um drama que trata da descoberta de xelitas no sertão nordestino, não é diferente. Mãe de criação de Zefa, D. Santa da maneira que lhe é peculiar vigia a “cabrita andeja”, principalmente pra ela na cair nas garras de João Campina, um dos trabalhadores da mina:

ZEFA (entra assustada) – Madrinha chamou?

SANTA - Aonde tu tava, fujona?

ZEFA - Tava aqui no oitão, madrinha.

SANTA - Que oitão que nada, mentirosa, tava era na porteira, tocaiando quem vai e quem vem, e eu quem mexa panela, enquanto você vira bundanástica por aí...

(...) - Eu sei o que você tá doida pra ver, mas depois, olha...

ZEFA - a senhora mesmo é faladeira. Eu queria falar com João Campina.

SANTA - E que aparição é essa por esse negro? Num sabe que ele é casado e pai de 5 moleques? Mas eu sei onde tu quer ir parar...

ZEFA - Também a senhora leva tudo pro mal.

SANTA - Se você ta viçando, cace aí um homem livre que a polícia faz o casamento, mas com um bicho casado nem se meta que eu lhe quebro do topete (1980, p. 180).

Outro lugar de antíteses pode ser observado nas mulheres criadas por Lourdes Ramalho, diferentemente das mães, as filhas das matriarcas são “viçosas”, “sem vergonhas”, “rabo quente”, “santinhas enfuloradas”, são a elas nos textos de Ramalho, somente a elas que cabe o desejo, vontade de desejar um “rói-couro”.

Em contrapartida, as mães amam, mas em nenhum momento é mencionado o frenesi da paixão que persegue as filhas. Nas peças analisadas, o sofrimento pelo fato de viver numa “região da seca” parece sacrificar seus sexos. Além disso, a autora acaba legitimando a ideia de que as mulheres velhas, também envelhecem sexualmente, ficam mortas. Esse discurso, portanto, que silencia a sexualidade das mulheres mais velhas, já é o esperado socialmente, refletindo um pouco do aprendizado de Ramalho sobre o feminino na sua sociedade. Isso leva a refletir também sobre o conflito de gerações que também se inscreve nos textos dessa autora, em que a disputa de valores entre o novo e o velho, o antigo e o moderno é construído no discurso das personagens, demarcando seu aprendizado sobre o universo das mulheres idosas.

Na peça *A Feira*, um único momento me fez perceber uma matriarca se sentindo mulher sedutora, capaz de seduzir, mesmo que suas características sejam avessas à vaidade e à exuberância. Filó ao subir no caminhão de pau-de-arara para ir à feira, preocupa-se com as vestes porque os machões ficariam de olho: FILÓ - “(...) num viu quando agente foi se assubir? – Você, nem tanto, que tava com calça de homem, mas eu, por mais que arrepanhasse a saia entre as pernas, os que tava em baixo chega descantoava o pescoço – vê se me pega descomposta”... (1980, p. 29).

Mas mulheres outras é possível ainda encontrar. A prostituta Dora, mulher viçosa de *Fogo Fátuo*, faz do dinheiro, uma trajetória; fuxiqueira, uma espécie de “Maria vai com as outras”, é assim também Damiana de *A Eleição*, não sabe se vota, se volta, se vai. E o que dizer, ainda, de *Guiomar sem Rir Sem Chorar?* “Língua afiada”, observadora meticulosa das coisas que acontecem no cotidiano, inconformada, uma daquelas mulheres que encontra no falar uma maneira de afrontar, o avesso de Damiana. Segundo descrição da própria Guiomar, ela é “professor pé-depoeira, pé-rapado, rabo-de-cuia... desses que vale menos que MERDA”... (1999, p. 39) Mas no fundo da história, acusada de tantas falações contra governo, professor, aluno, políticos, ela crê fielmente que é retraidíssima.

As mulheres dos cordéis de Ramalho, sem filhos, maridos e outro alguém, seguem, debochadamente, outra saga, a sedução dos “machos” conquistadores. Nos cordéis de Ramalho o que aparece é um Nordeste místico, medieval e profano. Segundo a autora todas as suas peças trazem essa referência sobre as heranças ibéricas que constituíram também a cultura do Nordeste, seja através da linguagem ou do tema. Nos cordéis, porém, as temáticas, o cenário, as caricaturas dos personagens, (re)afirmam com mais vigor essa “iberização nordestina”.

Escrevendo, então, a partir dessa premissa, em uma das entrevistas concedidas, diz que as “mulheres nordestinas são tão fortes e quentes quanto às mouras”²⁶, atribui, por exemplo, as pernas grossas das nordestinas à herança judaica. Analisando as mulheres dos cordéis dessa autora, é perceptível ver que

26 Entrevista realizada em 12 de Agosto de 2004 na casa da autora.

livre das convenções sociais, como casamento e maternidade, as mulheres dos cordéis são fogosas, “donzelas de muitos”, até dos diabos. Em *Charivari*, texto que trata da inversão da ordem religiosa, da profanação do divino, nos bastidores da igreja, termo medieval para designar os momentos de “transgressão”, a mulher, nesse caso, a beata, é a “Eva” a quem o diabo chega para seduzir e iniciar uma bebida de vinho, é também o motivo de tentação do morcego:

MORCEGO - Dança, que dança burrinha!
 DIABO - E eu te meto o esporão!
 MORCEGO - Dança com o bode preto, olho de brás, tição
 DIABO - Pisa de jeito, rebola, aí vem a arretação!
 MORCEGO - Ai, sapateia, carola, Rebola com o folgazão.
 BEATA - Ai, amassa que me acabo!
 MORCEGO - Bate, pisa rudemente!
 BEATA - Ui, ui, ui, que coisa boa,
 MORCEGO - Depressa, vai logo em frente!
 DIABO - no passo dessa danada não há diabo que aguento! (2002, p. 4)

A mulher aqui aparece como o lugar de provocação, da transgressão, não é à toa que o diabo chega primeiro a ela, convidando-a para achar o vinho do padre e começar a bebedeira. A mulher aqui se reduz a uma vagina ambulante, sedenta, fogosa pelo falo dos homens que lhes aparece, levando-as a fazer muita “viração”. Viração maior é a que Zilda faz por João conquistador, personagens do cordel *O Romance do Conquistador*, que trata das aventuras de um Don Juan nordestino pela feira e que de trapaça em trapaça vai vivendo, seguindo à procura do seu grande amor, Guiomar, mas iludindo Zilda, esta companheira de João em todas as trapaças, com ele se fazem de médicos, políticos, vendedores, curadores de doenças alheias e videntes para a fome matar. Mas João não quer Zilda, depois de tanto usar:

JOÃO - Estou noutra, não te quero!
 Agora vou conquistar
 Sete mares do planeta,
 As sete costas do mar!
 Chegar à terra do fogo
 E encontrar Guiomar²⁷! (2001, p. 18)

Punição mais feminista não poderia ter encerrado as trapaças de João. No final da peça *Três mulheres*, Decência, Previdência, Clemência, numa

²⁷ Ver RAMALHO, M. L. N. *O Romance do Conquistador* In: FERREIRA, Jefferson Nunes. **Sem Medo das Palavras – Introdução à Obra de Lourdes Ramalho**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Letras da universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2001, p. 18.

aparição em forma de Guiomar, seduzem João, seduzem seu falo com a fala, para no final da história:

INOCÊNCIA - Vai ter os olhos furados!

DECÊNCIA - As pernas vou te quebrar!

PREVIDÊNCIA - O coração espetado

E a bimba vou te arrancar! (Grifo nosso)

TODOS - Ah!, não - por este pedaço todo o inferno vai brigar! (idem, p. 23)

Numa sociedade fálica como é a nordestina, que punição maior substituiria um homem sem falo, sem a “bimba”? Mas essa punição, fazendo uma ressalva, não é só para o masculino, afinal, mulheres quentes como Zilda, Guiomar e tantas outras, seriam simultaneamente punidas pela “bimba” arrancada. Mas um homem sem coragem, um dos atributos na cultura nordestina do macho, é quase a mesma coisa de não ter uma “bimba”, um dos motivos até para *A Noiva Botar o Noivo na Justiça*, outro cordel da autora, que trata comicadamente da infelicidade de uma noiva que doida para casar, acaba desposando um homossexual, como se não bastasse, é atacada por uma onça, e que ao invés de salvá-la, o marido foge:

– “Acode tua mulher!”

Grito eu de tombo em tombo,

Ele, por cima do lombo:

– “Ah!, salve-se quem puder!”

E, em meio ao labacé

Trepa num pau, que nem gato,

Gruda feito carrapato...

E eu corro pelo cerrado

– um dos salto do sapato... (s/d, p. 23)

Muitas das “donzelas andejas” de Lourdes Ramalho sofrem como umas “tesas”, seus fogos se apagam: se as “bimbas” são arrancadas, se não têm bimbas, se fogem com outras, se pelo fato de serem paralíticos não “roem mais o couro” e se de trovadas em trovadas, seu Trovador se some, como a Mulher Dama de *O Trovador Encantado*, que sem homem, sem rasgo, nem falo, lamenta:

– Meu Deus, que diabo fizeram

Com figura tão querida!

De macheza a toda prova

E de homice assumida!

(...) Glosador mistérios

Tinha o meneio no corpo (...)

Tinha a paixão do gozo (...)
 Macho viril, femeeiro
 No bailado, no molejo (...)
 Mais parecido nascido
 Pra compensar as trepadas
 De um velho e triste marido! (1999, p. 12)

Os cordéis de Lourdes Ramalho são erotizantes, como o são os personagens femininos e masculinos que neles se inscrevem, característica marcante desses seus “textos em corda”. Neles as mulheres têm asas, voam, fazem do falo seus protagonistas, distanciando-se dos discursos, em alguns momentos, moralistas das matriarcas do teatro em prosa. Fazer, porém, uma análise das mulheres que Ramalho cria, significa ao mesmo tempo, falar do masculino, porque este é o grande sonho, dilema, desejo e paixão das mulheres ramalhianas, estejam eles presos, doentes, mortos, encantados. São xingados, mas delas elas precisam, e se não os têm, a amargura da solidão parece roer suas sensibilidades, como demonstram as matriarcas Vina, Mariana e D. Santa.

O sofrimento delas é marcado pelo fato de viverem numa região que fizeram delas e seus filhos vítimas da seca, mas também por se sentirem sós, solidão que cala seus sexos e que as fazem culpadas por terem que assumir o lugar dos seus homens na família e na sociedade. Branca, filha de Mariana, dá uma pista sobre isso: - “É por isso que a senhora é tão seca, tão dura, tão amarga mãe. A senhora é um espinheiro” (1980, p. 77).

Em diferentes momentos das peças de Lourdes Ramalho, aqui me refiro ao teatro em prosa, discursos contra o masculino é possível de se ver, discursos como esse de Zabé: - “(...) Hoje em dia homem num liga mais pra mulher não, isso fica pro tempo do ronconcom – Num vê o triste do Dedé que dó, vive dizendo: - Mulher é como papel de bodega – só vai com uma pedra em cima” (1980, p. 17). São discursos, fortes e rancorosos de quem viu o pai sair e não mais voltar, saíra de casa dizendo que ia vender feijão, parou num cabaré e lá mesmo foi preso. Esse discurso confirma também aquilo que vinha falando quando a autora através dos seus personagens inscreve essa diferença de valores entre os tempos novos e antigos, sempre havendo a referência de que no passado as relações são harmônicas, nesse caso, o masculino não era o oposto, mas o complemento do feminino.

Nos textos de Ramalho, os homens das matriarcas cedem-lhes as cenas, embora atuando como fantasmas nas suas lembranças, saudades e desejo de liberdade. A mulher é a que possui uma personalidade forte, corajosa, e quando aparece um valentão ou machão, coincidentemente, é morto, como Orestes, que oprimiu a vida toda Verônica, e Julião, o qual roubou os melhores anos da vida de sua filha e esposa. *O Romance do Conquistador* é um texto onde o masculino é literalmente castrado, mas isso é motivo de tristeza também para o feminino, porque o ser mulher nos seus textos embora seja “renitente”, o homem

parece ser sua única sombra. As mulheres escritas nos textos de Ramalho estão constantemente assumindo o lugar que ficou vazio na família e, para a sociedade, dessa maneira, acabam utilizando-se dos códigos e práticas do próprio masculino para assumir o lugar de pai, de patriarca. As mulheres criadas por essa autora acabam, nesse sentido, ensinando e encenando os papéis do masculino que é instituído socialmente, a virilidade é um desses papéis, e como foi dito, esta acaba sendo uma característica criada e usada pela autora para definir a mulher da sua região.

São as mulheres em sua encenação do masculino, as protagonistas do enredo da autora pesquisada. Ela utiliza ainda outro artifício para superar essa ausência física do esposo, pai e outros personagens masculinos, distribui entre as matriarcas e seus filhos homens o poder do esposo/pai. Isso acontece com Chicó, filho de Mariana, irmão de Branca; e com José, filho de Vina com um cigano. São Chicó e José, por exemplo, que saem de casa à procura de trabalho e comida para suas famílias. Quando Mariana engravidou de José, o grande medo de Mariana era que Chicó soubesse e fosse matar José, dessa maneira, ela assume o lugar do pai, vai ela mesma “lavar a honra” de Branca.

Mas relativizemos os papéis dos filhos das matriarcas, porque nem todos são o modelo esperado pelas mães. Filó não conta a mesma história do seu único filho homem, Bastião, que enlouquecera por ter passado tanta fome, como ela diz, “um inocente”. Jaime, filho de Perpegdina poderia ter tido um futuro brilhante, se os estudos de medicina não tivessem lhe tirado os pés do chão. Candidato a prefeito da cidade de Fundão, esse é o discurso que ele pronuncia ao povo: “- Sois multidão multifária/reduto microbiológico/ De origem parasitária/ de um passado psicótico/ bactérias múltiplas, várias/ de esquisóides e neuróticos” (1999, p. 33). O masculino também em alguns momentos é o lugar da falta, da ausência. Julião, por exemplo, antes de saber da desonra da filha Ana Rosa, já a desprezava porque no lugar dela queria um filho homem, lembrando aqui o drama de Zé Amaro em Fogo Fátuo, que tem ojeriza à filha pelo masculino que a mesma não é²⁸.

Entre tantos corpos da escrita, o texto de masculinos conquistadores, santos “buliçosos” das donzelas e das mulheres casadas, “cabras de mexido” e “fungado”, enfim, os Don Juan nordestinos, são deles que a autora fala, como vimos nos cordéis; indivíduos múltiplos que diversificam toda ideia de homem e de mulher, mas que seguem a lógica do modelo de nordestino, como exemplos os trabalhadores da feira (tapioqueiros, homem da cobra, o malandro), mas também os ameaçadores da ordem, como o “malandro”, e ainda, os legitimadores da ordem, como o “rapa”, inscritos no texto *A Feira*.

Homens trabalhadores é um tema também recorrente em *Fogo Fátuo*, João Campina, seu Neco, este último gerente da mina de xelita, e os garimpeiros

28

Sobre essa discussão ver REGO, José Lins. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

Casusa e Biró simbolizam isso. “Mas não só de trabalho vive o homem”, Lourdes Ramalho relativiza, quando escreve personagens como o Padre Inocêncio e Zé do Cacete em *A Eleição*, o primeiro é sustentado pela fé dos fiéis, o segundo pelas mulheres que vê no seu sobrenome, cacete, motivo de votação; já Tonho de Filó em *A Feira* está entre o trabalho e o ócio, afinal ele foi preso num cabaré jogando o dinheiro da feira de Filó.

Essa característica de homens sedutores será mais ressaltada nos cordéis, que tratam do misticismo e heranças ibéricas no Nordeste, como ocorre em *O Trovador Encantado*, cordel que fala de um poeta que perambulava o mundo, sumindo de forma encantada. Mas os homens na saga dos cordéis para além de sedutores, sertanejos, fugidos da seca, são marcados pelo jeito engraçado de manobrar a miséria, este é o que aparece em *Frei Molambo – Ora Pro Nobis*, um profeta fingidor, que nem de deus quer perder. Dos modelos de masculinidade, das peças aqui analisadas, dois personagens burlam o papel do masculino, do machão e do sedutor, que são Zé Babão de *Fogo Fátuo*, um homossexual, amigo de Dona Santa, Zefa e Dora, esteriotipado como um “fuxiqueiro”, e o noivo do cordel *Por que a noiva Botou o noivo na justiça*, um homossexual medroso, negação do valente, personagens que reproduzem, ao mesmo tempo, uma dada forma de vermos o homossexual no Nordeste. Com base nessa análise de gênero dos personagens de Lourdes Ramalho, é possível ver a complexidade da criação da autora, se por um lado luta contra a subserviência do feminino em sua região, no mesmo sentido acaba submetendo o papel do feminino ao código masculinizante de sua cultura.

Considerações Finais

A construção da autoria de Ramalho, seguindo o pensamento de Butler (2004), é uma encenação de uma autoria masculinizante, o que implica dizer que para ser autor no Nordeste é necessário escrever de determinada forma, inscrever dados temas. Repetindo essa lógica da autoria nordestina, Lourdes Ramalho escreve mulheres masculinizantes, fala de temas ditos típicos da região, legitimando os valores falocêntricos da sua cultura. Assim, a valentia, a coragem, não são características dos homens ramalhianos, mas das mulheres, das matriarcas, das filhas das mesmas. Isso vem confirmar a discussão aqui inscrita de que os textos não são a escrita de nossos sexos e que o gênero é uma maneira de teatralizarmos o que entendemos por feminino e masculino, Lourdes Ramalho escreve desse modo, criando nas mulheres a performance do masculino da sua região.

O feminino que Lourdes Ramalho descreve distancia-se do seu lugar-feminino, do seu lugar de intelectual, trata-se de um feminino que reproduz os valores masculinos da sua região, mostrando as brechas entre o criador e suas criaturas. A escrita dessa autora quebra a relação naturalizada sexo-gênero,

mas ao mesmo tempo reproduz a relação entre gênero, cultura e sociedade. Sua autoria é normatizada pelos códigos de sua região que ensinam o que é ser mulher numa região dita como filha da seca, da religiosidade e da miséria. Mas é necessário observar também que os papéis de gênero são performáticos, não estão engessados numa única maneira de ser mulher e ser homem nordestino, o valente em seus textos tem rosto feminino, a sedução tem rosto masculino. O sexo, a liberdade do sexo, é também um território dividido pelo masculino e feminino. O desejo não é mais motivo de esconderijo para o feminino, as mulheres não sentem vergonha de falar que também desejam.

No momento em que o feminismo está questionando os modelos de família, de corpo e sexo, Lourdes Ramalho está escrevendo textos em que os papéis de gênero são maneiras de regionalizar, ou se preferirmos, nordestinizar os modelos de masculino e feminino, daí a ambiguidade que perpassa seu discurso. Se de um lado, vemos a escrita de mulheres assumindo o lugar do pai de família, por outro, essas mulheres acabam reproduzindo os valores do masculino na região; se a autora escreve outros modelos de homens e mulheres, seus textos não deixam de assinalar o saudosismo de quem vê com tristeza os valores do passado se desmoronar, os homens defensores da sua mulher não existem mais e elas precisam ser, no tempo moderno e urbanizado, o rosto fálico. Lourdes Ramalho leva dessa forma para o texto, aquilo que é tão parte da constituição do sujeito, seja ele autor, ator e/ou outros, a ambiguidade, desafio que a autoria tenta simular, desafio que o seu discurso feminista combate, mas também reproduz. O teatro de Lourdes Ramalho é criação em grande medida das relações que manteve com seus contemporâneos, dos livros que leu, do outro que precisou definir na trajetória de sua vida, por isso, sua dramaturgia também fala dela e dos seus outros.

A escrita pede um corpo, mas o corpo da escrita não é necessariamente a escrita de um sexo, porque este é mais um dos caminhos que segue e persegue toda necessidade de ser autor. A autoria é esse lugar que pode burlar ou se ajustar aos códigos e valores de sua cultura, pode ser um instrumento daquilo que sua cultura e sociedade almejam. Desde o início, a obra de Lourdes Ramalho me inquietou pela ambiguidade da autoria – porque essa é outra característica do ser autor – cuja necessidade de burlar os padrões de sua cultura e ao mesmo tempo de conservá-los se tornou visível.

A obra ramalhiana é em grande medida um lugar de ajustamento aos códigos da sua cultura, da maneira tradicional de se dizer os homens e as mulheres do Nordeste. Constituindo-se como uma única mulher a escrever em Campina Grande em meados de 60,70 e 80, a autora acaba assumindo o lugar de autor, inscrevendo mulheres que assumem os códigos do masculino na região Nordeste. Impactada pelo feminismo no momento em que escreve, a autora coloca o feminino à frente dos seus textos, criando simultaneamente homens mortos, sumidos, fugidos, caçados, castrados, mas contraditoriamente ou não

as mulheres acabam sendo a cena triste de quem sente a ausência do masculino. Lourdes Ramalho, ajustando-se aos códigos de sua cultura, inscreve modelos de mulheres masculinizantes, mulheres que centralizam o falo em suas falas.

Mas o que é uma obra/autoria, senão essa vontade de silenciar os conflitos de quem se pretende coerente, as brechas que, ao invés de cauterizar, abrem a ferida? As histórias ramalhianas, como as de José Lins do Rego, Ariano Suassuna e tantos outros intelectuais do Nordeste, trazem para os seus textos dimensões humanas e psicológicas universais, porque a dor, o amor, o abandono e outros sentimentos são sentidos por todos que carregam dentro de si o pulso da vida, mas essa dimensão é submetida em grande medida a uma identidade regional, em que o ser nordestino aparece como aquele sujeito que dramatiza apenas a seca, a fome, a religião, a virilidade sexual como se não houvesse outras dores e sabores, como se não houvesse outros prazeres nas suas experiências de vida.

A obra ramalhiana cria uma “verdade” sobre o ser homem e o ser mulher nordestina a partir de um arquivo de imagens já cristalizadas, a sua autoria é por isso um momento de ajustamento à sua cultura, não é fuga, mas legitimação de dados valores. Que a análise dessa obra/autoria sirva, também, como sugestões para a construção de outras autorias, que as futuras vidas e obras inspirem outros códigos e maneiras de ser homem e mulher no Nordeste, criem outros sonhos e desejos e que outras subjetividades sejam escritas, inclusive mais livres do valor masculinizante que generaliza os rostos dos homens e mulheres da região nordestina e que faz crer que até a mulher é macho sim senhor! E “não esqueçamos que basta inventar novos nomes, novas apreciações e novas probabilidades para criar pouco a pouco coisas novas”. (NIETZSCHE apud NOLASCO, 1997, p. 45)

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr., D. M. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

BITTENCOURT, M. Revisão Crítica da Atividade Cultural em Campina Grande 1950-1975. In: **Revista Campinense de Cultura**. S/d.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

FERREIRA, Jefferson Nunes. **Sem Medo das Palavras – Introdução à Obra de Lourdes Ramalho**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2001.

FOUCAULT, M. **O que é o autor?** São Paulo: Passagens, 1992.

LARROSA, Jorge. Como se Chega a ser o Que se é. In: **Pedagogia Profana: Dança, Piruetas e Mascaradas**. Porto Alegre: Contra Bando, 1998.

QUEIROZ, R. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

RAGO, Margareth. **Feminizar é Preciso – Por uma Cultura Filógena**. Disponível em www.perspectiva.com.br.

REGO, José Lins. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

SHOWALTER, E. A Crítica feminista no Território Selvagem. In: HOLLANDA, H.B. **Tendências e Impasses – O Feminismo como Crítica da Cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 23-57.

SILVA, Vanuza Souza. **A Arte Não Tem Sexo? O Fazer Teatral Masculino em Campina Grande**, publicado em Cd-rom no IV Encontro de História Oral do Nordeste entre os dias 23 e 26 de setembro de 2003.

Obras pesquisadas da autora

RAMALHO, Maria Lourdes Nunes. **Charivari** – Texto Teatral em Cordel. Campina Grande: RG Gráfica e Editora, 2002.

_____. **O Novo Prometeu e Presépio Mambembe. – Dois Textos Teatrais**. Campina Grande: RG Gráfica e editora, 2001.

_____. **Raízes Ibéricas, Mouras e Judaicas do Nordeste**. Campina Grande: RG Gráfica e Editora, 2000.

_____. **Teatro Popular – A Eleição, Guiomar Sem Rir Sem Chorar, Frei Molambo – Ora Pro Nobis**. Campina Grande: RG Gráfica e editora, 1999.

_____. **Raízes Ibéricas e Judaicas do Nordeste**. João Pessoa: Editora UFPB, 2002.

_____. **Trovador Encantado**. Campina Grande: RG Editora e Gráfica, 1999.

_____. **Teatro Nordestino – Cinco Textos para Montar ou Simplesmente Ler – A Feira, As Velhas, Festa do Rosário, O Psicanalista, Fogo Fátuo**. Campina Grande: RG Gráfica e Editora, 1998.

_____. **Fiel Espelho Meu**. Texto mimeografado, 1978.

_____. **Os Mal Amados**. Mimeografado, 1975.

_____. **Porque a noiva Botou o Noivo na Justiça**. s/d.

Jornais Pesquisados

Diário da Borborema 1960-1980

Jornal da Paraíba 1982-1983

Revista SOBREART 1970

Entrevistas realizadas

Maria de Lourdes Nunes Ramalho (Teatróloga pesquisada neste trabalho)

Hermano José (Teatrólogo e Jornalista)

Saulo Queiroz (Ator e diretor do Teatro Municipal)

João Dantas (Ator, Diretor de Teatro e atual Diretor da Casa de Cultura em Campina Grande)

Francisco Azevedo (Ator)

Eneida Agra (Organizadora do Festival de Inverno em Campina Grande).



Relação dos artigos científicos que receberam Menção Honrosa

A íntegra dos artigos pode ser acessada em
www.igualdadedegenero.cnpq.br

Feminino+Masculino: Gênero e agroecologia na construção da sustentabilidade

Laura De Biase

Universidade de São Paulo (USP)

Professora Orientadora: Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello

Direitos humanos e cidadania LGBT nas políticas públicas da educação e a emergência das trans educadoras

Marco Antonio Torres

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

Professor Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado

A blurred, grayscale background image showing several graduates in academic gowns and caps, likely at a graduation ceremony. The focus is on the text overlay.

**Categoria Graduado,
Especialista e
Estudante de Mestrado**
Artigos científicos premiados



INTRODUÇÃO

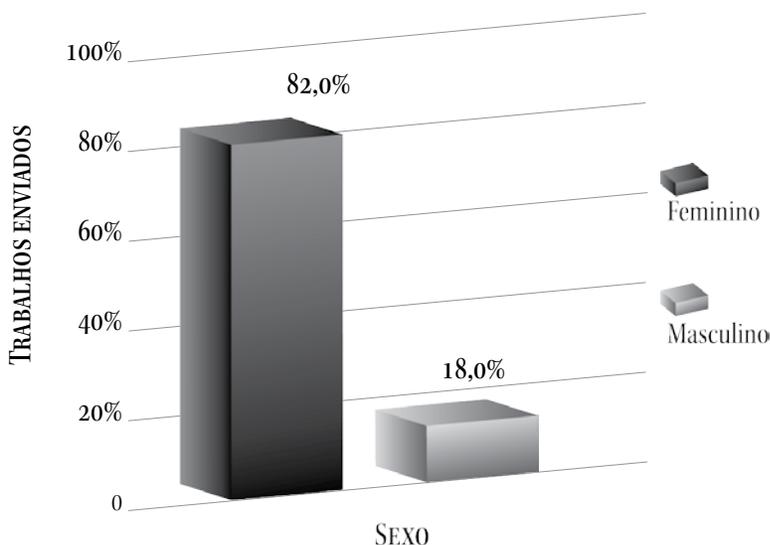
Nesta categoria, houve 267 inscrições, com uma elevada participação de mulheres, de 82%, e 18% de inscrições masculinas.

6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Categoria Graduados, Especialistas e Estudantes de Mestrado Inscrições por sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	48	18%
Feminino	219	82%
Total	267	100%

Fonte: CNPq/SPM, 2010.

6º PRÊMIO — TRABALHOS ENVIADOS SEGUNDO O SEXO, GRADUADOS, ESPECIALISTAS E ESTUDANTES DE MESTRADO



Fonte: CNPq/SPM, 2010.

“Pelo sexo, a mulher liga-se à eternidade da espécie”: as produções acadêmicas dos médicos baianos

Caroline Santos Silva¹

Universidade Federal da Bahia (UFBA)/CAPES

Professora Orientadora: Gabriela dos Reis Sampaio²

1. Introdução

Este artigo reflete os primeiros resultados da pesquisa de mestrado, que tem como objeto o processo de legitimação da Obstetrícia e Ginecologia na Faculdade de Medicina da Bahia em fins do século XIX. Ao iniciar uma análise acerca das reformas do ensino médico no Brasil imperial, tendo em vista a criação das cadeiras de Ginecologia e Obstetrícia na Bahia, percebi a importância das produções científicas no período. Para este artigo em especial, destaco o exercício de pesquisa dos médicos baianos na elaboração de teses³ que têm como temática o estudo do corpo feminino, tomando-o como campo de debates sociais e biológicos.

A criação da cadeira de Clínica Obstétrica e Ginecológica se dá no bojo das reformas ocorridas em fins do século XIX, a partir da lei de 30 de outubro de 1882. A cadeira recém criada foi assumida por Climério de Oliveira⁴, em 1885, através de concurso. Apesar das reformas que reorganizaram o ensino, beneficiando a especialidade, Climério de Oliveira, ao tomar posse da cadeira, encontrou as mesmas dificuldades de anos atrás: a falta de estrutura adequada nas enfermarias, incluindo a escassez de aparelhamentos necessários, tornando-se um empecilho ao bom andamento das lições. Nesta medida, a própria precariedade da enfermaria da Santa Casa de Misericórdia afastava

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Bahia. Atualmente cursa o Mestrado em História Social pela Universidade Federal da Bahia, realizando pesquisa na área de História Social da Medicina e estudos de gênero.

² Atualmente é professora do Departamento de História da UFBA desde 2002, e faz parte do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP (1991), mestre (1995) e doutora em História Social pela UNICAMP (2000). Tem experiência na área de História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Brasil Império, Rio de Janeiro e Bahia, Escravidão, Religiões Afro-Brasileiras, Cultura Popular.

³ Após a primeira reforma do ensino em 1832, medida que transformava os Colégios médico-cirúrgicos em Faculdades de Medicina, os estudantes deveriam defender uma tese para adquirir o título de doutores, além disso, a produção de teses foi utilizada como uma das etapas para o concurso de professores da Faculdade.

⁴ Climério Cardoso de Oliveira foi um dos principais protagonistas no processo de legitimação das especialidades de Obstetrícia e Ginecologia na Faculdade de Medicina da Bahia. Natural de Salvador, formou-se pela Faculdade da Bahia em 1877, tornando-se professor da cadeira de Obstetrícia e Ginecologia através de um concurso realizado em 1885. Além de sua competência atestada pelos memorialistas da Faculdade, Climério destacou-se pelos seus esforços na fundação da maternidade em 1910, que posteriormente em sua homenagem passou a chamar-se Maternidade Climério de Oliveira.

tanto mulheres grávidas quanto as que precisavam de assistência por conta de doenças ginecológicas. E entre a maioria das parturientes, certamente prevalecia a vontade de parir em casa aos cuidados de uma comadre.

Logo, o mapeamento das teses reflete parte do processo de consolidação da especialidade aqui tratada, demonstrando de que maneira os estudantes contornaram as dificuldades referentes ao ensino médico prático ainda incipiente. Por outro lado, oferece também uma percepção dos principais interesses médicos com relação ao corpo feminino. Ana Paula Vosne ressalta que o processo de legitimação da Ginecologia e Obstetrícia estava intrinsecamente ligado à idéia de diferenciação dos corpos masculino e feminino, principalmente no que toca a distribuição de papéis sociais. Os paradigmas estabelecidos por esses médicos reafirmavam a condição de inferioridade feminina justificada por sua constituição biológica⁵.

Portanto, entre nossos objetivos está perceber como a criação da cadeira de Ginecologia e Obstetrícia influenciou a produção desses textos, o que envolve tanto um aumento de interesse pela especialidade, quanto a escolha dos principais temas tratados nestes trabalhos.

Outro objetivo deste artigo está relacionado com o entendimento da inserção das mulheres dentro da faculdade de medicina, tendo em vista as teses elaboradas pelas doutorandas. Neste sentido, essa discussão problematiza a relação entre doutoras e pacientes, principalmente no que concerne aos discursos dessas médicas acerca do trato com o corpo feminino. Sendo assim, é importante perceber se houve, ou não, uma diferença entre a produção dos doutores e doutoras, levando em consideração todo o aparato ideológico envolvido na produção da Ciência Médica do século XIX.

1.1. Mapeamento das teses

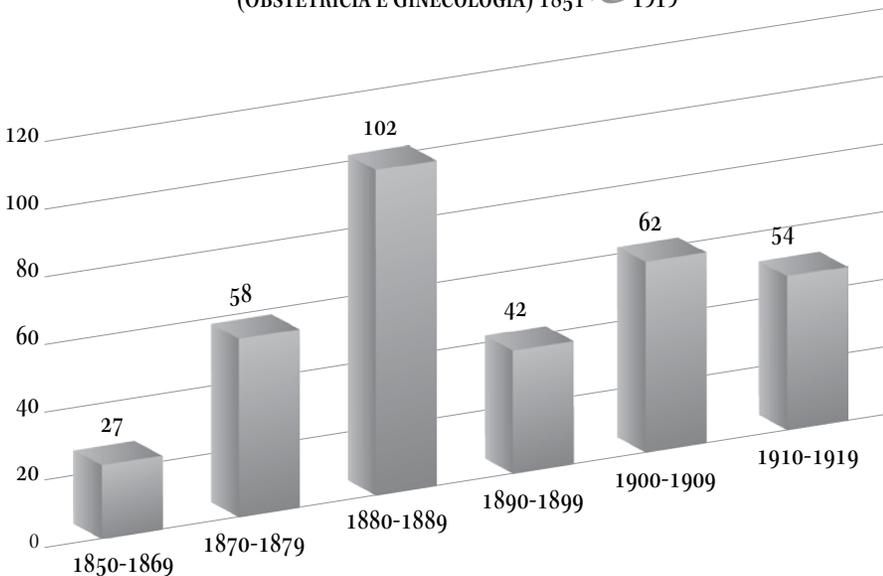
Em comemoração aos 196 anos do ensino médico na Bahia, foi publicado em 2004 um número especial da Gazeta Médica da Bahia, onde constava um Catálogo de teses médicas defendidas entre os anos de 1840 a 1928, totalizando um número de 2.502 teses. A partir deste documento é possível empreender uma análise que tem por base o período de reformas no ensino médico iniciadas no século XIX⁶. Assim, podemos acompanhar o processo de mudanças ocorrido na cadeira de Obstetrícia e Ginecologia a partir de textos produzidos pelos alunos da Faculdade Medicina da Bahia.

5 Ver: ROHDEN, Fabíola. **Uma Ciência da Diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Ver também: MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2004

6 Para a elaboração do gráfico, utilizamos como marco temporal, o período que vai de 1850 até 1919, sendo este momento de reformas do ensino. A opção por 1919, como marco final, reflete o resultado dez anos após a criação da Cadeira de Ginecologia em 1911.

Levando em consideração os títulos, fizemos um levantamento das produções ligadas à Obstetrícia e Ginecologia, embora não exista uma especialidade propriamente dita até então. Em verdade, a seleção esteve ligada aos textos que tinham a mulher como tema, consideramos também as questões comportamentais, como o casamento, a prostituição, o infanticídio, o aborto entre outros. Ao total foram contabilizadas 355 teses, distribuídas a partir do gráfico abaixo:

RELAÇÃO DE TESES DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA
(OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA) 1851 – 1919



A primeira análise do gráfico está ligada à percepção de como as produções médicas acerca da saúde da mulher se desenvolveram ao longo do processo de reformas do ensino médico. O que se vê é um gradativo aumento do número de trabalhos relacionados ao corpo feminino, sendo que a década de 80, momento de criação da cadeira de Ginecologia e Obstetrícia, registra um número considerável de trabalhos. Esse aumento pode justificar-se por certo progresso no ensino dessas especialidades, como já foi colocado anteriormente.

Por outro lado, o fim do século XIX no Brasil fora marcado por intensas mudanças políticas, econômicas e culturais. No campo das ciências, destacou-se a emergência da medicina experimental baseada na Teoria dos germes de Pasteur. Assim, na década de 80 acirraram-se os debates acerca da produção de um conhecimento de caráter científico. Nesses embates, muitos médicos brasileiros criticaram a euforia de certos colegas frente às descobertas estrangeiras. Tal preocupação estava principalmente relacionada à legitimação de uma medicina de caráter nacional. Em verdade, não havia uma descrença com relação aos novos paradigmas científicos emergentes, mas, sim, certa cautela, já que esse momento

marcava a elaboração de um projeto que legitimasse o ensino médico no Brasil, o que levava à valorização do que então fora produzido em terras brasileiras.

O processo de apropriação e institucionalização do arsenal técnico e teórico das disciplinas e dos modelos institucionais que revolucionaram a medicina em fins do século XIX dependeu, em larga medida, dos consensos e dissensos entre os próprios médicos em torno dos fundamentos epistemológicos de seu próprio saber, o que se expressou pelo debate em torno da noção de medicina experimental.⁷

Além do positivismo, começava a se desenhar nos trabalhos médicos as concepções oriundas do evolucionismo social, fundamentadas por Herbert Spencer. Concepções estas que se fizeram presente nas considerações dos esculápios sobre o papel civilizador da medicina. Por isso, neste período também é considerável o número de produções médicas que versaram sobre as diferentes instituições sociais, entre elas a Igreja, a escola, a indústria e, por fim, a família. Nesta última destaca-se a importante função da maternidade, ligadas à legitimação dos papéis sexuais, que se refletiam também na divisão entre a esfera do privado e do público. Contudo, a prática cotidiana, principalmente, quando analisamos especificamente certos contextos, mostra que nem sempre homens e mulheres se comportavam de acordo com os projetos médicos.

Afim de um estudo mais pormenorizado das teses, elaboramos ainda uma tabela onde indicamos os principais temas nelas tratados.

Separamos as teses pelas principais temáticas, lembrando que, ao tratar de corpo feminino, as questões iam além do simples estudo do funcionamento do aparelho reprodutor, abrangendo problemáticas de caráter comportamental. Esses temas foram mais constantes durante o século XX. Além das cadeiras de Ginecologia e Obstetrícia, a cadeira de Higiene, bem como a de Medicina Legal, também trataram do comportamento feminino. O fato é que na maioria dos trabalhos defendidos, a mulher aparece como um ser subjugado por seu aparelho reprodutor, o que indica que a legitimação de uma Ciência da mulher⁸ estaria ligada a uma pretensa disciplinarização desse corpo, na garantia da manutenção do exercício da maternidade.

Pelo sexo, a mulher liga-se à eternidade da espécie: o aparelho genital feminino não é propriedade individual, é propriedade da raça e a mulher é dele depositária. A obstetrícia prepara a mulher na compreensão deste grande papel que implica estrutura física e compleição moral e

7 EDLER, Flavio Coelho. O debate em torno da medicina experimental no segundo reinado. In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, III (2): 284-299, Jul. - Oct. 1996, p. 297.

8 Ver: ROHDEN, Fabíola. **Uma Ciência da Diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

apela para os responsáveis, legisladores e condutores de opinião no dever de evitar, com a obra de proteção integral do sexo, o esquecimento dos atributos e das obrigações femininas.⁹

Segundo o discurso de Fernando Magalhães, o parteiro teria também uma função social de orientar as mulheres nessa árdua tarefa que constituiria a maternidade, ressaltando que o corpo feminino era tido como um lugar de investimento público, sobretudo político. Portanto, por serem tidas como inferiores, tendo suas capacidades mentais dominadas pela emoção e não pela razão, a mulher deveria ser tutelada, pelo pai, pelo marido e, por conseguinte, pelo médico.

No que se refere à medicina da mulher, essa relação de poder se instaura na assimetria existente entre uma escrita prolífica e um corpo silencioso, tal qual aparece nas imagens científicas. De acordo com a ideologia de gênero, a mulher, sendo mais fraca e menos provida de razão, não podia se representar (tanto política quanto cientificamente), necessitando, portanto, de uma voz autorizada para fazê-lo.¹⁰

Esse ideal de “civilização” pregado pelos médicos levou-os à elaboração de projetos de “medicalização” da sociedade, incluindo o controle sobre uma educação feminina. Contudo, como já discutimos acima, a própria legitimação e profissionalização da medicina no Brasil Império foram predominantemente conflituosas, não havendo por parte da população confiança suficiente para acreditar nos preceitos higienistas, sendo assim, o acesso aos corpos femininos também fora algo progressivo, demorado e extremamente conflituoso.

De qualquer maneira, é nítido o interesse dos esculápios pelo sexo feminino e suas especificidades, o que se confirma nas teses por nós mapeadas.

Relação de teses (Obstetrícia e Ginecologia) 1850-1919

Assuntos	Nº de teses
1. Gravidez	39
2. Parto	50
3. Puerpério ¹	30
4. Recém-nascido/ Feto	15
5. Eclampsia ²	38
6. Cesariana	12
7. Fórceps	3

⁹ MAGALHÃES, Fernando. *Clínica Obstétrica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933, p. 344.

¹⁰ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004 p. 157.

Assuntos	Nº de teses
8. Placenta	7
9. Distorcia materna	2
10. Conformação da Bacia	6
11. Aleitamento	13
12. Da esterilidade da mulher	2
13. Corpo amarelo em obstetrícia	1
14. Afecções uterinas	43
15. Ovário	10
16. Cancro no seio	1
17. Menstruação	3
18. Masturbação	1
19. Técnicas utilizadas em operações	12
20. Puberdade	4
21. Histeria	4
22. Educação Sexual	1
23. Casamento	5
24. Celibato feminino	1
25. O Espartilho e a mulher	1
26. Femina social	1
27. Defloramento/ estupro	3
28. Prostituição	3
29. Aborto	30
30. Infanticídio	4
31. Sífilis e a mulher	9
32. Profilaxia do trabalho da mulher	1
TOTAL	355

2. Mensuração do Corpo Feminino: A Definição dos Papéis Sociais

Na tabela apresentada acima, os trabalhos relativos à maternidade, ou melhor, ligados ao campo da Obstetrícia, totalizam 61% das temáticas. Já os trabalhos no ramo da Ginecologia constituem 19%, o que inclui afecções uterinas, ovarianas, dos seios, puberdade, masturbação, menstruação e histeria. É importante destacar que o campo de trabalhos obstétricos e ginecológicos,

durante o século XIX e grande parte do XX, abrangia um amplo leque de temáticas, que embora diversificados, reafirmavam a idéia do “útero” como centro de gravitação do universo feminino.

Também aparecem teses que tratam do aborto, do infanticídio, da prostituição, do defloramento e do estupro. Por outro lado, trata-se também de casamento, de puberdade, de educação sexual e de higiene. Tal distribuição enquadra esses trabalhos em um modelo pedagógico que delimita o que deve e o que não deve ser feito, o que é ser mulher e quais normas ela deve seguir para não cair em degeneração. Para tanto, destaca-se o papel preponderante do bom funcionamento do útero e dos ovários neste processo.

Os textos produzidos por médicos, descrevendo suas experiências de cura e propondo estratégias de tratamento, deixam entrever uma prática ginecológica punitiva das mulheres por suas próprias enfermidades, principalmente venéreas, de modo que o processo de cura deveria ter um caráter regenerador e punitivo. Nesses textos, as enfermidades femininas são vistas, por um lado, como sinônimo de fragilidade das mulheres, o que reforçava o já socialmente aceito, e, por outro, eram identificadas com o fracasso no exercício de suas funções de mãe e esposa. Assim, apesar de propalar toda uma neutralidade em relação ao corpo da paciente-mulher, esse discurso científico parecia sugerir um poder superior do médico-homem.¹¹

A ideia de mensuração e mapeamento do corpo feminino aparece de diferentes maneiras nas teses médicas, destaque em especial, a preocupação ligada aos “períodos de transição” (infância, puberdade e menopausa). Assim, há uma produção considerável sobre puberdade, onde meninas transformam-se em mulheres, já que passam à idade reprodutiva. Neste período, os médicos indicavam grande atenção, pois o consideravam como um momento de grande instabilidade física e psicológica.

Chegado o momento fisiológico, declarada a menstruação, que compreende o período mais longo, mais brilhante, mais tormentoso da existência da mulher, ela entra a experimentar as tristes consequências da lei biológica, imanente, inerente à sua organização.¹²

Considerada decisivo na vida das mulheres, a puberdade deveria vir acompanhada de uma série de cuidados. Para tanto, os esculápios alertavam

¹¹ MATOS, Maria Izilda Santos. Delineando corpos: As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo – 1890-1930). In: SOHIET, Rachel e MATOS, Maria Izilda (orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 116.

¹² BATISTA, Hildebrando José. **A mulher e a medicina Legal**. Bahia: Oficinas dos dois mundos, 1909, p. 10.

para as modificações que se processavam no corpo feminino, destacando principalmente o despertar para as paixões. Por isso, insistiam na importância de uma educação moral embasada principalmente em valores ligados ao exercício da maternidade. Neste viés, alguns médicos frisavam o caráter desestabilizador da menstruação, caracterizando-a como um estado patológico, que prejudicava as funções nervosas da mulher, causando-lhes sérios transtornos, incluindo a histeria. Ao tratar da menstruação em mulheres alienadas, o Dr. Hildebrando José Batista afirma que:

Todos os autores que têm escrito sobre alienação mental, são de acordo em que as mulheres alienadas apresentam frequentemente perturbações da menstruação, e que na iminência, e durante o curso de suas regras, mesmo quando estas são normais, elas experimentam um aumento mais ou menos forte dos sintomas que caracterizam a moléstia.¹³

Logo, a tese do Doutor Batista reforça a idéia de que os ovários estavam diretamente ligados ao cérebro feminino, portanto as ditas perturbações ovarianas, segundo a ótica desse médico, também eram responsáveis pelo agravamento dos distúrbios de ordem psicológica, ficando a mulher completamente desestabilizada, a ponto, até mesmo, de cometer um crime. Essas ideias, ligadas às concepções da medicina legal, também fazem referência às consequências da gravidez e da menopausa sobre o sistema nervoso. Para esses médicos, esses momentos também eram cruciais já que representavam uma série de mudanças na constituição fisiológica do corpo feminino.

A partir do que foi discutido acima, percebe-se que grande parte das preocupações médicas estava ligada à manutenção da função procriadora. Nesta medida, localizamos teses médicas que versavam sobre certas práticas femininas que colocavam em risco o exercício da maternidade. Para exemplificar tal argumento selecionamos um trecho da tese *O espartilho e a mulher* publicada em 1903:

Impedindo o precioso dom da maternidade, favorecendo o aborto, originando soma considerável de perniciosos sofrimentos, produzindo monstros, degenerando raças, despolarizando cidades, o espartilho se nos afigura impiedoso inimigo da integridade da Pátria... E não é só anti-patriótico...

Deformando o esqueleto e os órgãos, criando serias alterações funcionais, dificultando a nutrição, tornando as mais das vezes a mulher pálida, clorótica, leucorreica, doentia, afastando-a dos irrepreensíveis corpos da antiguidade, privando-nos de admirar uma *Venus de Milo*

¹³ Ibidem, p. 22-23.

“maravilha de beleza física” ou uma *Phryné*, cuja exuberância de formas e correção de linhas, tiveram o poder extraordinário de derrocar esperada condenação à morte, é também, anti-estético e anti-higiênico...¹⁴

Como impiedoso inimigo da pátria, o espartilho foi tido como um empecilho ao desenvolvimento de uma gestação saudável, além de causar inúmeras afecções e deformidades, poderia ocasionar o aborto. Para reafirmar o caráter pedagógico de seu discurso, o Dr. Sabino Pinho confronta modelos de “mulheres”, ressaltando os corpos da Antiguidade Clássica, conquistados a partir de um processo de educação próprio do período, o que não implicava a utilização de artifícios para que as mesmas esboçassem corpos belos e saudáveis. Portanto, a grande preocupação do Doutor era alertar sobre a manutenção de ideais higienizadores priorizando a constituição de mães dedicadas e zelosas.

No mais, as teses também apresentam um leque razoável de preocupações com os progressos científicos na área da Ginecologia e Obstetrícia, principalmente no que concerne à utilização de novas técnicas, então em voga na Europa e na América do Norte. Destaca-se a utilização do fórceps, a difusão da operação cesariana, a ovariectomia como solução inicial para a cura de tumores no ovário, além de importantes descobertas ligadas à intensificação da prática de cirurgias ginecológicas e obstétricas, como a utilização da anestesia e a revolução ocasionada pela anti-sepsia.

Com a prática da assepsia inaugurada através do método listeriano, foi possível diminuir os riscos de infecção entre outras complicações nas diferentes operações, principalmente as mais complexas. É preciso dizer que além de modificar os hábitos dos médicos frente aos pacientes, foi necessária uma verdadeira reorganização do espaço hospitalar. Em terras brasileiras essa mudança foi iniciada em meados do século XIX, embora ainda fossem debatidas as teorias dos germes. Segundo Ephigenia Veiga, a utilização de métodos anti-sépticos em Obstetrícia auxiliou na diminuição de certas infecções ocasionadas no pós-parto, a exemplo das febres puerperais, o grande fantasma das maternidades. Em sua tese, Dr.^a Ephigenia também trata de alguns casos ocorridos na Santa Casa de Misericórdia, atestando os benefícios da prática da assepsia, notando que a maioria das parturientes se recuperara sem grandes percalços.¹⁵

3. “É Que a Mulher Foi Feita para Amar: Destinou a Deus para Médica da Alma, e Não Para Médica do Corpo.”

Até então discutimos os valores que envolveram a produção científica dos médicos na Faculdade de Medicina na Bahia, tendo como pano de fundo as reformas

¹⁴ PINHO, Sabino. **O Espartilho e a mulher**. Bahia: Litho-typographia Almeida, 1903. Tese disponível no Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (Cedic-BA).

¹⁵ VEIGA, Ephigenia. **Os métodos antisepticos em Obstetrícia**. Bahia: Impressão popular, 1890.

do ensino médico em fins do século XIX. Nesta medida, como processo decorrente dessas reformas, torna-se necessário um debate acerca da inserção das mulheres na Faculdade de Medicina da Bahia, levando-se em consideração a existência de uma diferença entre os discursos difundidos pelos doutores e pelas doutoras.

Em 1879, as reformas Leôncio de Carvalho permitiram que as mulheres frequentassem cursos do ensino superior no Brasil. Segundo Elisabeth Rago, *é de interesse para uma história social das mulheres lembrar que a luta pela participação feminina no ensino superior representou um dos passos mais importantes rumo à emancipação*.¹⁶ Assim, a inserção de mulheres no campo da medicina reflete certo ganho de autonomia, contudo foram inúmeras as contradições que envolveram a ação dessas mulheres médicas durante o século XIX.

A principal contradição é que não parecia haver lugar para a mulher em um campo de atuação tão misógino como a Medicina do século XIX. Mas, ainda assim, passaram da condição de objeto de estudo para a de estudantes de medicina, transição importante, já que abriu a possibilidade para as mudanças de certos paradigmas que viam a mulher como um ser irracional e incapaz de exercer outras funções senão a maternidade.

Desde 1879 até 1894, temporalidade deste trabalho, foram localizadas no catálogo da Faculdade de Medicina da Bahia 6 teses elaboradas por médicas.

1887	Rita Lobato Velho Lopes	Paralelos entre os métodos preconizados na operação cesariana.
1890	Anna Machado Marinho Falcão	A ovariectomia e suas indicações.
	Ephigenia Veiga	Os métodos antisepticos em Obstetrícia.
	Amélia Pedrosa Benebaim	Anomalias do cordão umbilical: sua influencia sobre a gravidez e o parto.
1892	Gláfrica Corina de Araújo	Hemorragias puerperaeas.
1893	Francisca Barreto Pragner	Breves noções sobre a raspagem uterina.

A enumeração das teses defendidas pelas mulheres na Faculdade de Medicina da Bahia revela que as temáticas desses trabalhos estavam diretamente ligadas tanto à maternidade, quanto ao aparelho reprodutor feminino. É como se essas profissionais fossem quase que obrigatoriamente “impelidas” a cuidar

¹⁶ RAGO, Elisabeth J. Francisca Pragner Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931). In: **Ciências & saúde coletiva**. Maio-junho, 2008, vol. 13, nº. 3, p. 987.

de outras mulheres. Entretanto há, implicitamente, uma questão de caráter feminista destacada por algumas médicas, a exemplo de Francisca Pragner. *É possível arriscar que a médica baiana acreditasse que, sendo mulher, seria capaz de oferecer um atendimento mais adequado às pacientes, podendo fazer perguntas mais detalhadas e diretas e dar conselhos sobre saúde e higiene às suas pacientes.*¹⁷

A análise inicial das teses de Rita Lobato¹⁸, Ephigenia Veiga e Francisca Pragner demonstra que estas não diferem das teses apresentadas pelos homens. Contudo, de certa forma há um caráter “militante”: embora nas entrelinhas, lê-se a preocupação com a saúde da mulher e com o desenvolvimento de técnicas que melhorem a qualidade de vida das mesmas. Assim, Ephigênia Veiga ao tratar do desenvolvimento dos métodos anti-sépticos atesta a redução da ocorrência de febres puerperais, entre outros processos de infecção pós-parto. Por outro lado, Francisca Pragner ao dissertar sobre a raspagem uterina demonstra em diversos pontos de sua tese, preocupações com o cuidado do corpo feminino, tecendo críticas a respeito de certas concepções defendidas por alguns médicos.

Objecções as mais numerosas e absurdas foram feitas, com o fim de desacreditar o método da raspagem; os acidentes da metrite eram contemplados com indiferença e perguntavam, se uma mulher não podia viver durante longos anos, quando mesmo tivesse hemorragias uterinas e leucorrea? Outros iam mais longe, e diziam que *as dores pelvianas eram uma dádiva concedida pela natureza ao sexo feminino*; ora, não se comenta o absurdo, a iniquidade e o egoísmo destas idéias...¹⁹

Ao defender a utilização da raspagem uterina em detrimento das cauterizações em casos de metrites, Francisca argumenta que a primeira técnica ocasionava poucos acidentes, sendo também uma operação menos arriscada e dolorosa. Além de descrever o procedimento e seus benefícios, a doutora Pragner também defende a prática de métodos anti-sépticos de forma a evitar complicações pós-operatórias, preocupando-se também com a discussão acerca da anestesia e sua utilização em certos casos. Outra preocupação de Francisca Pragner foi destacada ao fim de sua tese quando descreve um caso ocorrido na Santa Casa de Misericórdia, nas aulas práticas da Faculdade.

¹⁷ RAGO, Elisabeth Juliska. **Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)**. SP: FAPESP, 2007, p. 169.

¹⁸ “Rita Lobato nasceu em 7 de junho de 1866, no município de São Pedro do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Filha de Francisco Lobato Lopes e Rita Carolina Velho Lopes, Rita Lobato foi a primeira mulher brasileira a cursar uma faculdade nacional e a obter o título de médica. Graduou-se em 10 de dezembro de 1887, na Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira faculdade de medicina do Brasil, defendendo uma tese intitulada “Paralelo entre os Métodos Preconizados na Cesariana.” Ver: Nossa Capa. **J. Bras. Patol. Med. Lab.**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 2003. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-24442003000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 16/06/2010.

¹⁹ PRAGUER, Francisca B. **Breves noções sobre raspagem uterina**. Tese apresentada à faculdade de Medicina e de Farmácia da Bahia. Bahia: Typografia e encadernação do Diário da Bahia, 1893, p. 13.

C..., parda, com 22 anos de idade, costureira, casada, natural deste Estado, deu entrada no hospital, no dia 16 de outubro do corrente ano, indo ocupar o leito nº. 24 da enfermaria Santa Izabel, serviço clínico do ilustrado mestre Dr. Climério de Oliveira.

Os antecedentes hereditários são negativos. Casou-se aos 15 anos com um indivíduo que sofrera de moléstias venéreas, entre as quais uma blenorragia²⁰ que reaparecia periodicamente até o ano passado.²¹

Este caso foi diagnosticado com a verificação da existência de tubérculos sifilíticos situados nos grandes lábios. Ao longo da descrição do evento clínico, a médica detalha todos os procedimentos utilizados para o diagnóstico e cura da paciente. Contudo, o que mais chama atenção é que certamente a escolha deste evento não foi de forma aleatória, pois além de contemplar a utilização da raspagem uterina, traz à tona outra discussão, seja essa a questão das doenças venéreas e sua transmissão. A escolha deste caso reflete a trajetória de Francisca Pragner e sua atuação feminista no campo de saúde da mulher.

Francisca Barreto Pragner considerava-se uma “feminista por herança e por convicção”, já que sua mãe Francisca Rosa Barreto Pragner, nos primeiros anos do século XIX, publicava artigos sobre direitos da mulher na cidade de Cachoeira sob o pseudônimo de “A cachoeirana”. Portanto, há de se convir que o terreno familiar da Doutora Francisca fora bastante fértil e propício à realização de seus anseios.

A trajetória da médica perpassa por uma intensa luta feminista, onde a mesma publica em diferentes periódicos suas ideias acerca dos direitos políticos da mulher, enfatizando também as questões referentes aos valores morais e educação sexual. Francisca Pragner foi a primeira mulher a compor a redação da Gazeta Médica da Bahia, também fez parte da Federação Baiana pelo Progresso feminino, sendo presidente da União Universitária Feminina, entidade que tinha como função defender o acesso feminino ao ensino Superior. Em 1892, Francisca já era interna da enfermaria de partos do Hospital Santa Isabel, sendo que após a defesa de sua tese em 1893, *foi nomeada parteira-assistente da maternidade pelo professor Climério de Oliveira.*²²

Na Maternidade da Faculdade de Medicina da Bahia, Francisca defrontou-se com a dura realidade da extrema pobreza feminina e suas consequências para a saúde da mulher. Ela teve um contato íntimo com as anônimas das camadas desprivilegiadas, trabalhadoras ou desempregadas, muitas delas portadoras de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente sífilis. Ao que parece, essa experiência

20 Gonorréia.

21 PRAGUER, Op. Cit.

22 RAGO, Op. Cit. p. 138.

de contato com a pobreza e a miséria material provocou uma reação e um impulso para que ela lutasse pela saúde da mulher de diferentes condições sociais, pela proteção do corpo feminino, por uma gravidez sob cuidados médicos (pré-natal), pela moral sexual, contra o adultério e contra o descaso do governo em relação às condições de trabalho de gestantes.²³

A escolha de Francisca pelo caso clínico que aparece ao fim de sua tese justifica-se pela preocupação que a médica tinha, em especial, pela transmissão de doenças venéreas. A médica defendia a ideia de profilaxia matrimonial, sendo a educação sexual para ambos os sexos um ponto essencial na prevenção contra as doenças venéreas. Segundo Rago, a doutora Prager destacava o papel do homem como agente transmissor de doenças, já que os mesmos se entregavam aos desejos fora do casamento, infectando suas mulheres com doenças diversas. Neste contexto, entram em pauta as discussões de caráter higienista, ideias que certamente fizeram parte dos discursos propagados pela médica.²⁴

A atuação de Francisca Prager suscita uma questão também interessante que é o debate acerca de um modo feminino de se fazer Ciência. Ou ainda, o debate acerca da relação entre “feminilidade” e Ciência.

Parte da bibliografia sobre as primeiras médicas indica que muitas das mulheres abandonaram as vaidades e o modismo, vestindo-se sobriamente para obter o respeito dos colegas homens, a exemplo de Rita Lobato.²⁵ Essa sobriedade, e certo isolamento a que muitas se expunham, era uma maneira de se preservar enquanto mulher honrada, evitando um embate direto em um ambiente altamente conservador e masculino. Entretanto, é preciso ter em vista todo o processo de consolidação das idéias sobre “feminilidade”, “masculinidade” e Ciência que:

desenvolveram-se, historicamente, informados e respondendo à necessidade econômica de ter as mulheres servindo como administradoras dos afazeres domésticos e os homens trabalhando fora de casa, e pelo desejo político de ter apenas homens proprietários votando em democracias participativas. As características generizadas – comportamentos, interesses ou valores tipicamente masculinos ou femininos – não são inatas, nem tampouco arbitrárias. Elas são

23 Ibidem, p. 140.

24 Ibidem.

25 Ver: SILVA, Alberto. **A primeira médica do Brasil**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954. Outra mulher que adotou vestimentas masculinas foi a afamada parteira Madame Durocher, nomeada em 1866 parteira da Casa Imperial. Mme. Durocher trajava saia longa, gravata borboleta, sobrecasaca e cartola pretas, justificava tal vestimenta pelo caráter masculino da profissão que exercia. Ver: MOTT, Maria Lúcia de Barros. Madame Durocher, modista e parteira. In: **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1° semestre 1994, pp. 101-116.

formadas por circunstâncias históricas. Elas também podem mudar com as circunstâncias históricas.²⁶

Logo, é preciso “desnaturalizar” as diferenças, retirando o seu caráter determinante sobre os papéis sexuais, que em verdade, foram forjados de acordo às necessidades de cada contexto histórico. Nesse viés, as mulheres médicas exerceram a medicina de maneira tão científica quanto os homens, adequando-se às normas de comportamentos.

A importância de se perceber como as mulheres fizeram Ciência, não é de supervalorizar os procedimentos utilizados pelas médicas, mas sim demonstrar que as mulheres poderiam ocupar espaços que predominante eram considerados masculinos. Contudo, é preciso ter em vista que não houve uma ruptura dessas mulheres com relação aos paradigmas científicos do século XIX, o que inclui a valorização da maternidade enquanto importante papel feminino. Nesse viés, foram inúmeras as contradições vivenciadas por essas “cientistas”, que também dividiram seu tempo no cuidado com o lar, com filhos e marido.

Por outro lado, é preciso pensar que a conquista destes espaços ainda estava restrito às mulheres de elite e que, conseqüentemente, se estabelecia entre doutoras e pacientes certo conflito de classe. No entanto, nem sempre essa relação era conflituosa, já que algumas mulheres médicas, a exemplo de Francisca Prager, preocuparam-se com a situação de mulheres afetadas por doenças sexualmente transmissíveis. Para ajudar suas pacientes, Francisca militou durante grande parte de sua vida pela defesa de uma educação sexual para ambos os sexos, além da implementação de uma profilaxia matrimonial, de maneira a proteger as mulheres das irresponsabilidades de seus companheiros.

Mas de fato ainda havia uma distância entre paciente e médica. Ambas eram mulheres, no entanto, as damas de branco revestiram-se do poder concedido pela ciência médica do século XIX, munindo-se das mesmas concepções científicas adotadas pelos homens médicos. Nesta medida, as pacientes desnudadas em sua condição social e racial continuaram a ser mensuradas tanto por doutores quanto por doutoras.

4. Conclusão

Portanto, através de uma análise de gênero, é importante entender de que maneira os discursos científicos, em especial as teses, procuraram reforçar as ideias de complementaridade sexual, reproduzidos ao longo dos séculos, consolidando papéis masculinos e femininos.

A mulher há de sempre ser mulher. Criou-se para esposa e mãe; há de acompanhar as leis dos seres criados. O progresso caminha, arranca

26 SCHIEBINGER, Op. Cit., p. 145.

os estorvos, desbrava e aplanava o terreno; não inverte com isso as leis da natureza, não as transfigura, nem anula. Transforma aperfeiçoando, descobrindo, civilizando, e não baralhando os alicerces postos pelas mãos inspiradas do mestre. Aproveitar os princípios e esclarecê-los, não é destruí-los. O caos não é uma palavra vã. Não foi fácil tirar o mundo dele. Não serão também as aspirações insensatas que o poderão reduzir ao primeiro estado.²⁷

A ideia de complementaridade entre os sexos, datada do século XVIII, a partir do Iluminismo, reflete o reconhecimento da diferença em detrimento da concepção da mulher como um “macho imperfeito”²⁸, não obstante todo o processo de diferenciação pautado em argumentos biológicos consolida a função natural da maternidade, colocando a mulher como portadora de um dever moral para com a sociedade de ser mãe e curadora do lar. Ao homem caberia a produção da Ciência, enquanto *as mulheres tornaram-se mães recém-habilitadas dentro do lar*.²⁹

Por conseguinte, o que percebemos no discurso médico do século XIX é a persistência da representação da maternidade como inerente ao mundo feminino. Nesta medida, a medicina tenta impor aos sujeitos uma política pedagógica de disciplinarização dos corpos, na tentativa de legitimação de um projeto social que envolvia instituições como a família higienizada, que se adequava muito mais à realidade da elite brasileira. Por outro lado, as mulheres negras e pobres foram classificadas como degeneradas por não se enquadrarem, por questões raciais e sociais, ao projeto moralizador de médicos e juristas.

5. Fontes

Teses Médicas

BATISTA, Hildebrando José. **A mulher e a medicina Legal**. Bahia: Oficinas dos dois mundos, 1909.

LOPES, Rita Lobato Velho. **Paralelo entre os métodos preconizados na operação cesariana**. Bahia: Imprensa popular, 1887.

PEDREIRA, Felipe Machado. **Melhoramentos introduzidos na construção dos Hospitais**. Bahia: Imprensa Popular, 1887.

PINHO, Sabino. **O Espartilho e a mulher**. Bahia: Litho-typographia Almeida, 1903.

²⁷ A mulher médica. **Gazeta Médica da Bahia**. Outubro, nº 54, 1868.

²⁸ Ver: Laqueur T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; 2001. e MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2004.

²⁹ SCHIEBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a Ciência?** SP: EDUSC, 2001, p. 142.

PRAGUER, Francisca B. **Breves noções sobre raspagem uterina**. Tese apresentada à faculdade de Medicina e de Farmácia da Bahia. Bahia: Typografia e encadernação do Diário da Bahia, 1893.

VEIGA, Ephigenia. **Os métodos antisépticos em Obstetrícia**. Bahia: Imprensa popular, 1890.

6. Referências Bibliográficas

AMARAL, Marivaldo Cruz do. **“Da Comadre para o Doutor”**. A Maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher na Bahia republicana (1910-1927). Dissertação (Mestrado em História Social) UFBA, Salvador, 2005.

BARRETO, Maria Renilda Nery. **Nascer na Bahia do século XIX**: Salvador (1832-1889). Dissertação (Mestrado em História Social), UFBA, Salvador, 2000.

_____. Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista. **História, Ciências, saúde – Mangueiras**, Rio de Janeiro, v. 15, n.º. 4, out-dez. 2008, p. 901-925.

_____. **A medicina Luso-Brasileira**: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851). Tese de doutorado. FIOCRUZ. 2005.

CARRETA, Jorge Augusto. **“O micróbio é o inimigo”**: Debates sobre a microbiologia no Brasil (1885-1904). Tese (Doutorado em Política Científica e tecnológica), UNICAMP, 2006.

CHALHOUB, S (Org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. SP: UNICAMP, 2003.

_____. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. UNICAMP, 1994.

COSTA, José de Souza. Histórico da Ginecologia na Faculdade de Medicina da Bahia. In: **Gazeta médica da Bahia**. 2 (Jul-Dez); Salvador, 2007.

COSTA, Paulo Segundo da. **Hospital de caridade da Santa Casa de Misericórdia da Bahia** (São Cristóvão/ Santa Izabel). Salvador: Editora contexto & arte, 2000.

DAVID, Onildo Reis. **O Inimigo Invisível**: epidemia do cólera na Bahia em 1855-56. UFBA: Dissertação (Mestrado em História Social) UFBA, Salvador, 1994.

EDLER, Flavio Coelho. **As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro 1854-1884**. (Dissertação de Mestrado) – São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Universidade de São Paulo. 1992.

_____. O debate em torno da medicina experimental no segundo reinado. In: **História, Ciências, Saúde- Mangueiras**. III (2): 284-299, Jul.-Oct. 1996.

_____. A reforma médica no Brasil e nos Estados Unidos: Uma comparação entre duas retóricas. In: **História, Ciências, Saúde - Mangueiras**. V. 11(3): 569-85, set-dez. 2004.

FERREIRA, L. O. 'Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-1843)'. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. VI (2): 331-51, jul.-out. 1999.

_____. Medicina impopular: Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840) In: CHALHOUB, Sidney (Org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2003, pp. 101-122.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)**. Salvador: Editora Quarteto, 2005.

LUCA, Leonora de. e LUCA, João Bosco Assis de. Maria Rennotte, pedagoga e médica: subsídios para um estudo histórico-biográfico e médico-social. In: **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.10 (2), maio-ago.2008, pp.703-25.

MACHADO, Roberto. **Danação da Norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de & SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Madame Durocher, modista e parteira. In: **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1º semestre 1994, pp. 101-116.

OLIVEIRA, Eduardo de Sá. **Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942**. Salvador: EDUFBA, 1992.

PIMENTA, Tânia Salgado. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)**. Tese de doutorado: UNICAMP, 2003.

RAGO, Elisabeth Juliska. **Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)**. SP: FAPESP, 2007.

_____. Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931). In: **Ciências & saúde coletiva**. Maio-junho, 2008, vol.13, n. 3.

RIOS, Venétia Durando Braga. **Entre a vida e a Morte: médicos, Medicina e medicalização na cidade de Salvador (1860-1880)**. Dissertação (Mestrado em História Social). UFBA, Salvador, 2001.

ROHDEN, Fabíola. **Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura: As diferenças medicinas no Rio de Janeiro**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da medicina brasileira**. V. 2. São Paulo: HUCITEC, 1991.

SCHIEBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a Ciência?** SP: EDUSC, 2001.

_____. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. Apresentação de Maria Margaret Lopes. In: **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 15, supl., jun. 2008, pp. 269-281.

SILVA, Alberto. **A primeira médica do Brasil**. RJ: Irmãos Pongetti, 1954.

VANIN, Iole Macedo. **As damas de branco na biomedicina baiana, 1879-1949: médicas, farmacêuticas e odontólogas**. Tese (Doutorado em História Social), UFBA, Salvador, 2008.

Eros e Thánatos: o casamento como violência simbólica e estratégia de representação feminina na Atenas Clássica

Sandra Ferreira dos Santos¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Professora Orientadora: Marta Mega de Andrade²

1. Introdução

Ao realizar pesquisas sobre a Grécia Antiga, sempre me senti intrigada com as semelhanças entre os rituais de casamento e de funeral e com a confluência das imagens destes rituais com as imagens de rapto. Sempre me pareceu estranho que o casamento fosse semelhante à morte ou a um ato de violência e, para compreender esta ligação, foi necessário não somente analisar os vasos que contém estas imagens, mas também entender um pouco da mentalidade dos gregos antigos, com grande auxílio da mitologia e da filosofia.

A presença das estórias de rapto na mitologia grega é constante e a sua exploração pela imagética do século V sugere a presença de um *topos* recorrente do imaginário. O rapto tem sua base em um fenômeno de paixão unilateral, vinculado à violação e ao poder do mais forte, que na sociedade grega corresponde ao homem. Se, como afirma Gras (2006, p. 71), todos os mitos levam implícito um simbolismo, é necessário questionar se, no caso do rapto, ele carrega uma violência simbólica implícita, uma vez que as estórias de deuses e heróis circulavam, formavam consciências, cristalizavam paradigmas e determinavam normas de conduta dirigidas à sociedade.

A sociedade grega antiga era uma sociedade em que os homens possuíam maiores possibilidades de expressão e de representação do que as mulheres. É possível, que justamente por este motivo, as mulheres aceitassem algum tipo de submissão para que através do papel social que assumiam após o casamento, pudessem adquirir um espaço de ação dentro da sociedade *poliade*.

O casamento na Grécia Antiga era uma instituição que pretendia “domar” os instintos selvagens das mulheres e incorporá-las no mundo da cultura, utilizando-se de diversas formas de violência simbólica com o intuito

¹ Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em História pela UFRJ, Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Comparada (UFRJ), com especialização na área de História Antiga grega. Atua em pesquisas concentradas na História da Grécia Antiga, História do Gênero e História Social das Mulheres. Também realiza trabalhos na área de Arqueologia e divulgação científica.

² Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense, doutorado em História Social e pós-doutorado na área de Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atua no Programa de Pós-graduação em História Comparada e no mestrado em Arqueologia do Museu Nacional. Sua área de pesquisa concentra-se na área da História Antiga grega, História do Gênero e História social das mulheres, mas também atua nas áreas de historiografia e teoria da História.

de enquadrá-las no modelo considerado ideal para uma esposa grega. Sua incorporação a este papel, no entanto, também lhe conferia formas de resistir a este esquema social e à sua suposta inferioridade.

2. Objetivos

O objetivo deste trabalho é, através da análise das semelhanças entre os rituais de casamento e de funeral na Atenas Clássica - em especial da significação da manutenção da encenação ritualizada do rapto nas cerimônias de casamento -, perceber os vários aspectos da formação dos gêneros na Grécia Antiga e a utilização de instituições sociais para a legitimação destes espaços. A interpretação do esquema casamento-morte/violência como modelo paradigmático pode nos ajudar a compreender a posição da mulher na sociedade, a visão que incidia sobre ela e o que era esperado das mulheres gregas, além de permitir compreender o esquema de violência e dominação presentes nas relações de gênero nesta sociedade.

Esta análise também pretende destacar a percepção da dominação como processo instável, envolvendo negociações em torno de posições sociais e políticas estratégicas, assim como a construção de identidades/ sujeitos *com gênero*.

3. Metodologia

O principal aporte teórico utilizado neste trabalho foi as premissas de Bourdieu presentes em sua obra “A Dominação Masculina”. Os conceitos de violência simbólica e naturalização da dominação foram fundamentais para o entendimento das relações de gênero na Grécia Antiga e da transformação em *habitus* de uma violência simbólica que acaba por se naturalizar e se repetir a partir de suas próprias vítimas.

A metodologia utilizada para a análise do material – vasos gregos do período clássico, contendo cenas de casamento, rapto e funeral – foi a sugerida por C. Bérard (1983), na qual a iconografia dos vasos deve ser vista pelo pesquisador como algo a ser interpretado e lido, no sentido de decodificar a imagem e captar o seu sentido, dentro de um contexto histórico próprio daquele período e sociedade.

4. Discussão e Conclusões

4.1. Casamento e Relações de Gênero na Grécia Antiga

Cada vez mais, o significado de gênero refere-se a todas as necessidades práticas, crenças e representações sociais que surgem entre os membros de um grupo de pessoas com base na interpretação e na avaliação feita entre homens e

mulheres. Esta diferenciação se dá, não apenas na divisão dos compromissos em uma determinada sociedade e em um espaço de tempo definido, mas, sobretudo, em relação à identidade e às complexas formas de interações entre homens e mulheres (Rocha-Sánchez & Díaz-Loving, 2005, p. 42).

A nossa primeira marca faz-se ao nascer – ou durante a fase fetal, considerando a incorporação das modernas técnicas de imagem – quando as expectativas do nosso lugar no mundo são reduzidas à inspeção direta dos nossos órgãos genitais. Assim, a nossa representação inicial no mundo fica restrita à biologia e, mesmo assim, de forma muito delimitada. É com esse rótulo inicial que somos registrados nos cartórios e, assim, herdamos um determinado compromisso social.

Contudo, são as relações de gênero que transformam os indivíduos em homens e mulheres - algo em permanente construção na relação com o mundo - por meio de vivências. Essa dualidade é mutuamente exclusiva, pois uma categoria-identidade elimina a outra. O “tornar-se mulher” e o “tornar-se homem” dependem das relações de gênero, da forma como cada identidade é construída socialmente (Oliveira 2001, p. 33).

Na Grécia Antiga, a construção destas relações se deu por meio de uma configuração social que legitimava uma posição secundária da mulher em diversos aspectos, em especial àqueles relacionados à vida pública. Neste sentido, naquelas situações em que as suas decisões e atitudes pudessem interferir no destino político da *polis*, a mulher era, geralmente, tipificada como incapaz, necessitando, portanto, da tutela masculina.

Muitas das fontes que ajudaram a construir a imagem e a posição secundária da mulher eram possuidoras de grande poder de persuasão e de convencimento, como a religião, a família e o suporte doutrinário dos principais pensadores daquele tempo. A mitologia, em especial, veiculava inúmeros mitos nos quais a mulher, em seu “estado selvagem”, era mostrada como perigosa e danosa para a humanidade. Assim, era considerado um elemento fraco e impotente para responder por si às ameaças que a cercavam e de manter suas escolhas nos casos em que estas fugiam à norma social. Grande parte das alegorias mitológicas mostra como as mulheres que não aceitavam o seu papel na sociedade e que tentavam escapar deste enquadramento social terminavam de maneira trágica ou atraíam a tragédia para aqueles que lhes eram próximos.

Analisar os simbolismos das deusas ligadas ao universo feminino leva também a um questionamento sobre o papel da mitologia como elemento de *naturalização* de estruturas estruturadas, incidindo sobre, e mesmo constituindo, as mulheres como um grupo particular. As deusas às quais as mulheres gregas celebravam cultos especificamente ligados ao casamento e à sexualidade/fertilidade eram, principalmente, Hera, Deméter, Ártemis e Afrodite. Estes cultos vinculavam-se, por sua vez, a uma categorização social baseada em classes de idade, num processo ritualizado de instituição da identidade feminina. Antes do

casamento, por exemplo, as meninas de seis ou sete anos cultuavam Ártemis em sua relação liminar entre o selvagem e o cultivado, o mar e a terra, a planície e a montanha. A relação com Ártemis preparava essas meninas para outra fase liminar de suas vidas, marcada pelo momento instável (puro/impuro) do parto. Alguns autores (Blundel, 1998, p. 7, 55-56 e 63-65, Susan Cole, 1998, p. 27-43) sugerem que esta associação das mulheres com Ártemis e os rituais a ela dedicados tinham como objetivo “domar” a natureza selvagem da menina, preparando-a adequadamente para o casamento e para a maternidade.

O período em que a mulher já estava pronta para o casamento, mas este ainda não havia se realizado, era visto como perigoso e de grande vulnerabilidade, pois a moça ainda não havia sido “aculturada”, estando em um período liminar em que o estatuto *feminino* era indeterminado em diversos sentidos. Geralmente, considera-se esta indeterminação como derivada da proximidade da jovem com a natureza, e o processo de construção ritual da feminilidade como uma operação de *domesticação* (Blundel, 1998, p. 7). Seguindo este raciocínio, deveríamos considerar que o rito operava um paulatino afastamento da fronteira selvagem (natureza) em direção à cultura.

Esta oposição reflete a ideia predominante na obra de Freud, de que uma pessoa é dirigida por impulsos e necessidades que são invariantes e invariavelmente não sociais. Esta divisão entre cultura e sexualidade “natural” pode, na verdade, estar enraizada em arranjos de gênero e refleti-los (Flax, 1991, p. 230).

De fato, trata-se menos de domesticar um animal selvagem do que preparar um ser ambíguo por natureza para se tornar um indivíduo, ocupando uma posição determinada no espaço social, que se reconhece como homem ou mulher. Em outras palavras, trata-se de aquisição do gênero socialmente construído, ou melhor, do *reconhecimento* do gênero, mas não como um fenômeno mecânico que, uma vez acontecido, caminhe por si mesmo e se defina de uma vez por todas. Seguindo Laqueur (2001, p. 41-87), podemos enfatizar a história da fisiologia de um corpo de sexo único que se molda, paulatinamente, à questão do gênero como problema político na Grécia clássica.

O discurso masculino, construído no plano simbólico, buscou tornar naturais as desigualdades sociais de gênero, legitimando as divisões sexual e social do trabalho, os diferentes comportamentos sexuais e reprodutivos, bem como uma menor inserção social, cultural e política das mulheres na sociedade da época (Alves, 2004, p. 4).

O dimorfismo cultural é a transposição das diferenças biológicas para o plano da cultura, estabelecendo-se oposições homólogas que são ancoradas em dicotomias e que atribuem características positivas aos homens e negativas às mulheres. São estabelecidos significados ao sexo e à natureza, tomando-se o masculino (o falo) como referência paradigmática e o feminino como polaridade deficiente e estigmatizada. Outros tipos de associações entre sexo e fenômenos

naturais, como luz e sombra e quente e frio, reforçam essa dualidade. Como exemplo do pensamento dos gregos sobre este assunto, o matemático grego Pitágoras no século VI a.C. afirmou: *Há um princípio bom, que criou a ordem, a luz e o homem; e um princípio mau, que criou o caos, as trevas e a mulher* (Pitágoras apud Beauvoir, 1997, p. 6).

No entanto, como afirma Joan Scott (1994, p. 13), “nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida”. Portanto, não é o sexo biológico que determina papéis sociais, mas a significação que é dada às características anatômicas de homens e de mulheres. Assim, a despeito das diferenças anatômicas entre machos e fêmeas, na espécie humana, cada sociedade constrói compreensões e cria fundamentos para estas diferenças visíveis. O gênero, portanto, pode ser considerado não só como um sistema de representações culturais, mas também como um conjunto de práticas, de relações e de experiências sociais historicamente determinadas (Aguado, 2004, p. 57).

A questão da formação dos gêneros na Grécia Antiga é fundamental para o entendimento da condição feminina nesta sociedade e deve ser vislumbrada de forma ampla. A relação entre os gêneros e os saberes sobre as diferenças sexuais constituem estas mesmas relações e são constituídos por elas, isto é, os significados dados às diferenças sexuais estão presentes nas relações sociais de formas diversas e as influenciam de maneiras distintas. Além disso, a questão relacional do gênero é uma forma primária de relação significativa de poder, isto é, funciona como uma espécie de matriz para dar significado a outras relações de poder além das existentes entre homens e mulheres. Perceber como estas relações foram representadas e articuladas a outros fenômenos e instituições, portanto, ajudará a compreender como funcionaram para legitimar as relações de dominação (Scott, 1990, p. 86; Silva, 2008, p. 79-80), considerando que discursos e práticas transformados em *habitus* têm enorme força na criação e na perpetuação de identidades.

E. J. Redfield (1994) percebe uma coincidência entre a requisição (política) de separação clara, nítida, entre uma *hexis* feminina e uma *hexis* masculina e o período no qual a *polis* dos atenienses atinge o seu auge, havendo ligação, portanto, entre a institucionalização da *polis* e a instituição da separação dos gêneros, ao menos no que tange à afirmação e à reafirmação de um ideal normativo.

Contudo, o grau de legitimação desta lógica social dividida depende de lutas de classificação e de seu potencial de naturalização dos papéis sociais impostos, ou seja, da interiorização, pelas mulheres, das normas enunciadas pelos discursos masculinos. O fato é que as representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas e mostradas, inscrevem-se nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros (Chartier, 1995, p. 40). A imagem e os sentidos atribuídos aos corpos não são, portanto, superfícies já existentes, sobre as quais

se encaixam os papéis e os valores sociais. Elas são, ao contrário, uma invenção social, que sublinha um dado biológico cuja importância, culturalmente variável, torna-se um destino natural e indispensável para a definição do feminino (Swain, 2000, p. 51-52). Segundo Bourdieu:

É a partir de um trabalho coletivo de socialização difusa e contínua, que as identidades distintivas que a arbitrariedade cultural institui, se encarnam em *habitus* claramente diferenciados segundo o princípio de divisão dominante e capazes de perceber o mundo segundo este princípio (Bourdieu, 2000, p. 33-34).

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre definida como uma diferença de natureza radical, irredutível e universal. O fundamental é reconhecer os mecanismos que enunciam e representam como “natural” - e, portanto, biológica - a divisão social dos papéis e das funções. Inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano, a diferença sexual (que é sujeição de umas e a dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legitima (Chartier, 1995, p. 42-43).

Os autores que estudam a violência de gênero, como Font (2006, p. 45-46), ressaltam que a literatura grega é plena de histórias de violência, física ou simbólica, realizadas sobre as personagens femininas. De fato, existem muitas histórias – e relatos mitológicos - contendo raptos e/ou sexo forçado ou que associam o casamento ao rapto ou à morte da mulher. Tais histórias circulavam oralmente e se faziam representar imagetivamente nos vasos. A presença desta violência no teatro trágico — nas diversas peças de Eurípides que tinham como tema principal o sacrifício de moças em idade de casamento, por exemplo — pode ser indicativa do grau de legitimidade conferido ao simbolismo do raptocasamento-morte na sociedade *poliade* da Atenas Clássica, dado que o teatro pode ser considerado, guardadas as devidas proporções, um fenômeno de cultura de massas, ou, pelo menos, um fenômeno “popular”. Ressalte-se a conexão que os atenienses faziam entre a Tragédia e a *paideia*, a formação do cidadão. Font afirmou ainda que ao longo do século V a.C. em Atenas, Ésquilo, Sófocles e Eurípides utilizaram o caráter educativo do gênero trágico para projetar a desvalorização das mulheres como grupo. Esta desvalorização se configuraria, assim, como uma estratégia para reproduzir as condições sociais da dominação, chegando-se, neste sentido, a tal grau de naturalização que em muitas das histórias violentas envolvendo deusas ou mortais, essa violência acabava sendo vista, ao final, como uma honra para a mulher, deixando óbvia a relação existente entre a virilidade, a violência e o poder (Font, 2006, p. 42).

No entanto, conforme afirmou Bourdieu (2000, p. 10), existe certo grau de

participação feminina em sua própria subordinação, pois qualquer dominação que não seja feita a partir da limitação da liberdade física total (enclausuramento forçado ou prisão) requer certo grau de consentimento da vítima para que se realize e permaneça. De acordo com Bourdieu, esta violência somente triunfa se aquele(a) que a sofre contribui para a sua eficácia; ela só o submete na medida em que ele (ela) é predisposto por um aprendizado anterior a reconhecê-la.

Há na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal. Resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. A dominação simbólica se exerce em nome do princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado (Bourdieu, 2000, p. 7-8).

Além disso, Bourdieu também considerou que é quando a mulher entra no mercado dos bens simbólicos, representado pelas alianças matrimoniais, que a dominação se instaura e se perpetua. A lei fundamental deste mercado é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima.

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que estão na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens (Bourdieu, 2000, p. 55).

É na lógica da economia das trocas simbólicas – e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto social de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos e destinados a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens – que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxinomias culturais (Bourdieu, 2000, p. 56).

A ordem social grega, onde existia o predomínio do masculino sobre o feminino, instaurou certo padrão de violência (simbólica ou não) contra

as mulheres, designando ao homem o papel “ativo” na relação social e sexual, ao mesmo tempo em que restringiu a sexualidade feminina à passividade e à reprodução. O controle cotidiano da sexualidade feminina funciona como um dos principais meios de organizar as relações sexuais entre os gêneros e de manter a ordem social (Dantas-Berguer, 2005, p. 418). Segundo Font (2006, p. 88), a sociedade grega não fugia a este modelo, sendo a forma do casamento grego antigo adequada à prática da violência simbólica contra a mulher e ao domínio masculino, permitindo a reprodução legítima da comunidade e, com ela, do próprio sistema organizativo.

Casar uma mulher, na Grécia Antiga, era um negócio entre homens que poderia trazer benefícios para as famílias envolvidas, mas no qual a noiva era, em geral, um objeto mudo na transação. Apesar de seu consentimento ser necessário, sua preferência não era considerada fundamental para a realização do acordo matrimonial.

Em consequência, o casamento na Grécia - e, particularmente, em Atenas - tinha um sentido político claro, dado que a reprodução legítima do sistema se efetuava mediante esta instituição. O controle do corpo da mulher e da sexualidade feminina, cuja vigilância estava a cargo dos parentes mais próximos, se converteu em um fator central para a sociedade; não é por outro motivo que a virtude mais elogiada nas mulheres atenienses era a *σωφροσύνη* (*sophrosine*), ou seja, a temperança, o autocontrole, a moderação e, sobretudo, a contenção do desejo sexual. Além disso, para a sociedade grega, a vida da mulher estava inelutavelmente associada ao casamento. Era somente por intermédio do casamento e da maternidade que a mulher outorgava sentido à sua existência e alcançava a sua plenitude. Este modelo de mulher, criado pelo homem e amplamente difundido pela literatura, pela arte e por valores sociais, implantou-se progressivamente na subjetividade pelos constantes, complexos e minuciosos mecanismos de socialização que se iniciavam na infância e prosseguiram até o fim da vida da mulher, evoluindo de acordo com as etapas da vida feminina, ligadas à fertilidade e à reprodução. A negação voluntária deste modelo era considerada como conduta desviante e rechaçada pela sociedade. Muitos casos assim eram didaticamente apresentados pela mitologia e pela literatura, como, por exemplo, as Amazonas e as Bacantes, que não aceitando a aculturação baseada na dominação masculina e dando vazão à sua natureza selvagem, tornaram-se perigosas para a sociedade e para elas mesmas (Font, 2006, p. 90-92).

Na verdade, a mitologia foi utilizada como um potente instrumento político para impor uma ordem à sociedade. Muito mais oportunos do que o próprio combate entre os sexos, os mitos foram “construindo” uma visão da mulher que prestou um fiel serviço aos dominantes.

No entanto, é preciso ressaltar que o casamento grego da Antiguidade apresentava um duplo significado. Primeiro, era um instrumento de violência simbólica contra a mulher, uma vez que projetava a sua anulação como *persona*,

sua desapareição no espaço privado, sua “morte” política e sua submissão a um senhor. Mas, em segundo lugar, para a mulher o casamento instituía também — e contraditoriamente — um ponto de partida para sua projeção social. Pois a possibilidade de ação e de reviravolta, a possibilidade de peripécias contra um poder dominante, ruidoso, violento, é dada justamente pela legitimidade do lugar social e público ocupado pela esposa na sociedade *poliade*. Tomando a constatação de Bourdieu de que as armas do fraco são armas fracas, pode-se contra-argumentar, com o auxílio do próprio Bourdieu, que as “armas fracas” são fracas precisamente porque construídas como tal. Quer dizer, então, que os fracos têm, efetivamente, armas fortes, como o ritual religioso do qual a sociedade depende simbolicamente para se reproduzir como comunidade? Eis um caso específico da Atenas Clássica, mas que, talvez, possamos estender para as sociedades *poliades* gregas do período. A dominação masculina articulava-se em torno da instituição política, deixando para as mulheres um amplo espectro de ações dirigidas à comunidade, embora não necessariamente ao governo institucional (masculino) da *polis*.

4.2. O Rapto Encenado na Cerimônia de Casamento: Casamento, Morte e Fertilidade

Vemos, portanto, que a forma mais aprimorada de dominação e de enquadramento feminino na Grécia Antiga se dava pelo casamento. Por intermédio do casamento, a mulher assumia o seu papel na sociedade, de esposa e de mãe, e passava da proteção e do domínio de um *kyrios* – seu pai ou tutor – para outro – seu esposo. Esta passagem se dava, muitas vezes, sem que a moça pudesse escolher ou opinar sobre a escolha de seu futuro companheiro. Ela saía da casa de seu pai e passava a viver com um homem que ela mal conhecia e com o qual teria sua iniciação sexual. Isto por si só já poderia ser considerado uma violência contra as mulheres e uma violência bastante real. No entanto, na cerimônia de casamento havia outro tipo de violência embutida, uma violência simbólica presente na encenação de um rapto e na violência sexual subentendida neste ato.

Antes de nos determos sobre os detalhes e significados deste rapto encenado na cerimônia de casamento, é preciso considerar, no entanto, a possibilidade de que estes fatos - que para nós parecem ser sinônimos de violência simbólica ou real - não tenham sido considerados desta mesma maneira pelas mulheres e pelos homens gregos do período clássico. Este rapto encenado, que hoje nos parece tão claro, talvez sequer fosse percebido por eles, em virtude de sua naturalização e da constante repetição da encenação. Muitas coisas que hoje se realizam em cerimônias de casamento são feitas sem que nos perguntemos o que são, por que são feitas ou como surgiram. Além disso, apesar de se tratar de uma instituição que favorecia a sua dominação, o casamento era desejado pela

maior parte das mulheres gregas, pois era considerado como a completude da sua natureza, sinais visíveis da interiorização e aceitação da dominação.

Mas o que significava este rpto encenado? Como podemos explicar as semelhanças existentes entre os rituais de casamento e de funeral na Grécia Antiga, bem como a sua ligação com imagens de raptos, fartamente presentes na iconografia dos vasos do período? Seriam estas semelhanças somente mais uma forma de reforçar a dominação masculina por intermédio da violência simbólica ou haveria outros significados possíveis?

Uma das possibilidades aventadas para essas semelhanças (Rehm, 1994; Agha-Jaffar, 2002) é que ambos os rituais tinham o mesmo mito como paradigma. No mito de Perséfone, a Kore - filha da deusa Deméter - é raptada pelo deus dos mortos e do submundo, Hades, e com ele se casa contra a sua vontade. Representando a virgem prestes a se casar, a figura de Kore/Perséfone estabelece uma relação simbólica entre morte, rpto e casamento. Nesse contexto, alguns estudiosos do tema interpretam a morte da noiva como a abdução do ser, que é perdido em sua inocência no momento do casamento (Rehm, 1994, p. 110; Agha-Jaffar, 2002, p. 11). Este mito, que tinha ligações com a fertilidade dos solos e das mulheres, é, sem dúvida, um motivo importante para a semelhança entre os dois rituais, seus muitos simbolismos confirmam esta associação. Apesar da associação do casamento com a morte e com o rpto poder ser motivo de medo e apreensão por parte das moças, os mitos de rpto trazem também outras mensagens, inclusive didáticas, como veremos a seguir.

Para a audiência antiga, o mito do rpto de Perséfone por Hades e a extrema dor de sua mãe representavam a vulnerabilidade das jovens durante a perigosa jornada em direção à maternidade, uma condição esperada no curso do casamento. As representações modernas do mito focam na forte associação entre casamento e morte, simbolizando a morte da *parthenos*, dando lugar à mulher (*gyné*), e a “tragédia” de toda menina que, como Perséfone, abandonaria a casa de seus pais para ingressar na vida de casada. A vida de Perséfone no submundo, como noiva de Hades, era emblemática dos constrangimentos do casamento, que o mito tentava legitimar no relato simbólico do caminho da filha de Deméter e o de todas as mulheres, ordenado pela natureza (Tzanetou, 2007, p. 3).

O fato de que em algumas regiões da Grécia, principalmente no período arcaico, o casamento ser iniciado com um sequestro real da noiva (Fantham, 1995, p. 62) pode ser uma explicação para que os rituais de casamento apresentassem uma espécie de “rpto civilizado” (caso do costume de guiar a noiva até a casa do noivo, como momento crucial do *gamos* nas representações imagéticas). O momento do rpto como parte do ritual de casamento é descrito por Plutarco conforme uma prática não usual, mas que existiu em épocas remotas em certas regiões gregas, e mesmo, em Esparta, no período clássico (Plutarco, quest. Gregas, 27).

Segundo Arruanategui (2002, p. 5), o rpto encenado presente na cerimônia de casamento na época clássica, legitimava socialmente a mudança

do *oikos* paterno para o *oikos* do marido. No momento da sua partida, a noiva deveria encenar uma certa resistência, vencida pelo esposo com uma “doce violência”. O noivo segurava-a pelo punho, no gesto conhecido por $\chi\epsilon\rho'\epsilon\pi\iota\ \kappa\acute{\alpha}\rho\pi\omicron$ (cheir'epi karpō - mão no punho).

Oakley e Sinos (1993, p. 32) concordam que, da mesma forma como ocorre na cena em que o noivo leva a noiva na carruagem, o gesto de segurar o punho pode fazer parte de um rapto encenado (falso rapto), por intermédio do qual o noivo assume o controle sobre a noiva, ou seja, seria um ato de posse construído como um espetáculo, cuja legitimidade, por meio de Eros, era garantida pelos próprios deuses (Duby, 1990, p. 213). O rapto significaria, assim, a retirada do controle e do poder do pai sobre a moça e a passagem deste domínio para o esposo.

A morte também estava ligada ao submundo. Para os gregos, este era o reino de Hades, ou Ploutos, o mais rico dos deuses ($\pi\lambda\omicron\upsilon\tau\omicron\varsigma$, ploutos = rico), pois era da terra que advinha toda a riqueza e a fertilidade. No mito, Perséfone vai ao mundo dos mortos, se casa com Hades e de lá retorna para trazer a fertilidade aos solos. É possível que esta passagem fosse considerada e encenada como uma morte, para que a noiva voltasse - como Perséfone - capaz de trazer a fertilidade para os solos e para a sua união. Esta ligação entre morte, casamento e fertilidade também foi percebida por Tzanetou (2007, p. 4), que afirmou que os gregos entendiam que a mulher estava sujeita aos mesmos ciclos que a natureza e que isso seria uma evidência de sua ligação com o submundo e de sua grande importância para garantir a sobrevivência e a prosperidade do grupo social.

No entanto, Foley (1994, p. 116) considerou que Perséfone, mesmo tendo sido levada contra a vontade, ao aceitar seu destino, recebeu honras no mundo dominado por Zeus (pelo homem). Este tipo de simbologia pode significar que o mito trás em si uma mensagem para as mulheres: aquelas que se deixam subjugar, que aceitam a dominação e o casamento, recebem honras e vantagens.

O Hino à Deméter não romantiza o casamento. Ele mostra, no entanto, que para as mulheres mortais, o melhor que pode lhes acontecer é o casamento e os filhos, especialmente um herdeiro do sexo masculino que propague a sua linha familiar (Foley, 1994, p. 109).

Por enfatizar os aspectos irrevogáveis e dolorosos dos raptos, no entanto, estes mitos revelam o lado problemático do casamento para a noiva e desenvolvem a sua narrativa, no nível divino, como um conflito de gêneros (Foley, 1994, p.104-105). Quanto a isso, podemos supor que as tensões que aparecem no plano divino podem ser um espelho daquelas presentes na sociedade grega antiga (Foley, 1994, p. 109).

Esta tensão entre os gêneros poderia estar ligada à importância das mulheres para a sociedade grega. Sendo uma sociedade fortemente masculina, a mulher não possuía grandes possibilidades de exercer poder. No entanto, assim como é mostrado no Hino à Deméter, a mulher, mesmo aceitando a dominação

masculina, estabelece espaços nos quais o poder lhe pertence. Por exemplo, Deméter, que era responsável pela fertilidade dos solos e poderia infringir um longo período de fome para a humanidade - e em consequência, de poucas oferendas aos deuses - obrigou Zeus a admitir seus direitos de mãe e de ter a sua filha de volta (Agha-Jafar, 2002, p. 23). As mulheres na sociedade grega também tinham o poder de manter a continuidade da sociedade, gerando os herdeiros tão desejados e, por isso, este “poder” era desafiador e transgressor em uma sociedade geralmente vista como patriarcal.

A ligação entre fertilidade e morte é fartamente encontrada no mundo grego. Esta associação aparece com grande força no ritual das Thesmophorias. Neste ritual de fertilidade - que era um ritual exclusivamente feminino -, animais mortos, em geral porcos, eram enterrados. Depois, seus restos eram misturados às sementes para aumentar a fertilidade, ou seja, o que era infértil, morto, fertilizava e trazia a vida (Rose, 1925, p. 240-242). O que era enterrado, o que havia tido contato com o submundo, era dotado de um poder fertilizante. Sendo possível, assim, que a noiva tivesse uma morte simbólica, para que fosse ao mundo dos mortos adquirir esse poder e, retornando como mulher casada, pudesse dar a tão desejada descendência a seu marido.

As Thesmophorias eram um festival no qual, segundo o discurso de Afrodite na trilogia denaide, teria sido criado para que a associação da fertilidade do solo com a fertilidade das mulheres fosse capaz de reconciliá-las com a instituição do casamento, rompendo a natural resistência da mulher ao casamento (Seaford, 1987, p. 114-116).

Apesar da importância deste festival para a representação feminina em Atenas, a associação feita entre mulheres e fertilidade, no fundo, colocava a responsabilidade pela continuidade da comunidade nas mãos das mulheres. Isto significava que, por livre vontade, as mulheres não poderiam abrir mão do casamento. Em contrapartida, este fato também lhes conferia um enorme poder nesta mesma comunidade.

Outra possibilidade possível para a associação da morte com o rapto, para homens e mulheres, devia-se à própria natureza do rapto e da morte: repentina, inesperada, violenta e sem possibilidades de fuga. Além disso, toda passagem é, no fundo, uma morte e um renascimento e isto estava inscrito no pensamento filosófico do período clássico.

Ajustando o mito aos elementos humanos, onde o casamento - com todas as suas variações - tem uma influência fundamental no sistema cultural, a narrativa faz com que o resultado - a incapacidade de Perséfone de escapar da maturidade e do casamento - apareça como necessário e dentro dos limites desejáveis mesmo para as divindades (Foley, 1994, p. 109).

A partir desta breve exposição, o que podemos dizer da associação do casamento com o rapto e a morte, além do significado da manutenção do rapto encenado na cerimônia de casamento é que este fato pode ter muitos

significados, tais como o de transição, de passagem de poder de um *kyrios* para outro, de rito de iniciação, de momento de mudança de *status*, dentre outros. No entanto, mesmo com todos estes significados presentes, não é possível deixar de perceber que esta associação também auxilia na manutenção das mulheres “em seu lugar”, na dominação e no convencimento deste ser ambíguo a entrar no mundo da cultura e assumir o papel que a sociedade lhe destinou.

O raptio era uma instituição considerada como sinônimo de casamento ou que fazia parte do casamento na Grécia Antiga. Tendo ou não origens na Grécia Arcaica e no mundo antigo em geral, o raptio encenado na cerimônia de casamento servia para “domar” a mulher, subordiná-la, colocá-la “em seu lugar”, ou seja, sob o jugo masculino.

A violência simbólica estava, portanto, presente nas relações de gênero na Grécia Antiga em diversos aspectos da vida e, em especial no casamento, sendo empregada como forma de manutenção da dominação e da ordem social mantida pelos homens. A violência simbólica estava presente na cerimônia de casamento, no dia a dia da relação entre homens e mulheres, na forma como as mulheres eram vistas e valorizadas. No entanto, apesar de ser considerada inferior e incapaz, de ser domada e dominada pelos homens em quase todos os momentos da sua vida, as mulheres encontravam brechas na dominação para a sua própria representação e atuação. Aceitar a dominação não significa, necessariamente, não percebê-la e tampouco não utilizá-la em benefício próprio. O lugar destinado pela sociedade às esposas legítimas não era, de maneira alguma, desprovido de importância e era por meio dele que as mulheres se representavam. O casamento, assim, tinha um duplo e contraditório significado, de dominação e de representação, de prisão e de liberdade ao mesmo tempo - Eros e Thánatos.

4.3. O Casamento como Estratégia de Representação e de Resistência

Diante desses dados podemos entender como o casamento, que era mais uma faceta das muitas formas de dominação dos homens sobre as mulheres, além de uma estratégia de manutenção da ordem social, tornou-se também, paradoxalmente, uma possibilidade de representação e de formação da identidade feminina. Isto nos leva a compreender as mulheres gregas sob novo ângulo, evitando vitimizá-las ou, mesmo mostrá-las como seres frágeis e incapazes, pois desta forma estaríamos legitimando, séculos depois, a visão que sobre elas incidia na Antiguidade.

Apesar de a dominação masculina estar absolutamente enraizada na sociedade grega antiga, de ter sido solidamente construída e assimilada, não devemos supor, entretanto, que esta simbolização e forma de significação da dominação passassem totalmente despercebidas às mulheres. Tudo leva a crer que as mulheres gregas, que possuíam poucas formas legítimas de participação social

– a principal delas através do casamento -, aceitavam a dominação para poder a ela resistir e encontrar um espaço de representação e de poder na sociedade, a partir das atribuições religiosas e sociais das esposas legítimas. Assim, a partir da aceitação da dominação, as mulheres, na verdade, adquiriam um *status* superior e formas de representação social, com as quais podiam resistir à sua suposta inferioridade. A mulher que se casava, morria para a sua vida anterior e, a partir de uma violência teatralizada, assumia um novo papel na sociedade, adquirindo uma *persona* e um lugar nesta sociedade. Segundo Chartier (1995, p. 41), esta aceitação deve ser entendida como uma estratégia que mobiliza para os seus próprios fins uma representação imposta-aceita, mas que pode projetar a possibilidade de uma reviravolta contra a ordem que a produziu.

Ana Aguado (2004, p. 60-61) concorda com esta hipótese e afirma que, historicamente, as mulheres não têm sido somente receptoras passivas e submissas dos discursos hegemônicos, nem tampouco os têm enfrentado como simples vítimas. Em diferentes contextos e realidades históricas, na vida cotidiana e na recepção e na transmissão dos discursos de gênero, as mulheres também têm se apropriado deles, reelaborando-os, utilizando-os e transgredindo-os em função de seus interesses. As relações de gênero, portanto, devem ser vistas como relações desiguais, marcadas por desequilíbrios de poder e pelas negociações implícitas em torno dele.

Entendo, assim, que seria na vivência do cotidiano que as ações individuais vão coibindo a opressão. Diante do limite entre o suportável e o inviável as mulheres sempre resistiram. Se há opressão, há resistência. Entretanto, a resistência das mulheres diante da opressão não visa romper os papéis estereotipados construídos socialmente, pois esse lugar subalterno, privado, escuro, restrito, silencioso, é também, timidamente, um lugar de poder.

O que desejo ressaltar com este questionamento é que, mesmo em meio a uma dominação bastante acentuada do masculino sobre o feminino, numa sociedade androcêntrica, as mulheres tinham, nos espaços doméstico e religioso, uma via de contra-dominação. Se por um lado as mulheres eram excluídas da vida política; por outro, estavam integradas, por diversas formas, na vida religiosa da cidade. Eram elas que organizavam, dirigiam e geriam toda uma parte apreciável da vida ritual, na qual intermediavam as relações com o sagrado.

Excluídas da *ágora* e confinadas ao *oikos*, as mulheres saíam para as ruas por ocasião das grandes manifestações religiosas. Grande parte da população feminina participava ativamente de, pelo menos, metade dos 30 rituais religiosos celebrados todos os anos em Atenas. Nas festas de Dionísio, cortejos e procissões religiosas, as mulheres se misturavam com a assistência dos grandes sacrifícios públicos. Alguns rituais, como as *Thesmophorias*, que dignificava o corpo feminino, e as *Adonias*, que restaurava nas mulheres o poder da fala e do desejo, eram praticados apenas pelas mulheres, permitindo-lhes livrarem-se, momentaneamente, do estigma corporal (Sennet, 2008, p. 72).

As *Thesmophorias* eram um ritual de fertilidade, em honra ao luto de Deméter por sua filha perdida, Kore. Uma vez por ano, durante três dias no outono, as mulheres, esposas legítimas de homens cidadãos, ocupavam o espaço político dos homens que, durante este período, não tinham assento nem nos tribunais, nem no Conselho. As mulheres se reuniam em assembleias nos templos das deusas homenageadas e invocavam Atena – a guardiã da cidade –, adotando o mesmo vocabulário dos homens: orações, fórmulas, formalidades. Ao tomar a palavra e dela fazer uso no espaço público, o ritual assumia uma dimensão política, configurando uma “inversão ritual e provisória da ordem política” que não estava limitada à Atenas, mas era extensiva a outras cidades gregas. Nele, porém, era valorizada a união legítima e a função procriadora das mulheres, por meio da qual nasceriam os filhos úteis à cidade, que perpetuavam o nome do pai (Zaidman, 1993, p. 428, p. 431).

As práticas rituais femininas, que definiam o papel da mulher na sociedade e a sua relação com o divino, tornavam-nas aptas para agir como intermediárias entre a família e o Estado, bem como entre a comunidade e os deuses. Na sociedade grega as representações de gênero associavam diretamente a mulher com a fertilidade, não só no que diz respeito à geração de crianças, mas de toda a natureza, em suas formas animais e vegetais. Isto se evidenciava na ligação das mulheres com as divindades associadas à fertilidade e ao submundo. Paradoxalmente, a ligação da mulher com a natureza, que a ligava a um aspecto selvagem e incontrolável da natureza e da sexualidade, também permitia que ela tivesse um papel fundamental nesta sociedade (Tzanetou, 2007, p. 13, p. 34).

A condição de submissão em que viviam, engendrava estratégias de contra-dominação, ainda que tais estratégias não tivessem qualquer conotação política de contraposição aos homens ou ao poder instituído. Não eram ações de rebeldia que orientavam esses rituais, não eram tentativas de sitiar e de ocupar os lugares masculinos do poder. Elas eram - como disse Sennett (2008, p. 71), referendo-se às *Thesmophorias* - um “festival de resistência” que, embora facilmente passível de retaliação, não foi reprimido pelos homens, pois sendo “o riso dos oprimidos”, exercia de algum modo um contra-controle sobre a ordem dominante da época, garantindo às mulheres um espaço mínimo de contraposição ao poder, que elas exerciam coletivamente, por meio da festa. Outrossim, Chartier (1995, p. 37-47) alerta que uma tal incorporação da dominação não excluiria a presença de variações e de manipulações por parte dos dominados. A aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significaria, apenas, vergar-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construiria um recurso que lhes permitiriam deslocar ou subverter a relação de dominação. As fissuras à dominação masculina não assumem, via de regra, a forma de rupturas espetaculares, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem no interior do consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação é reempregada para marcar uma resistência.

Além disso, as mulheres sempre tiveram o poder do desejo. Nas cenas ligadas aos preparativos para o casamento, os elementos de sedução estão claramente presentes no cuidado do preparo da noiva, enfatizando a sua entrada na esfera de Afrodite. Como conciliar estas cenas com a visão da noiva em cenas em que ela parece tímida e hesitante? As duas perspectivas existem simultaneamente, sugerindo a tensão inerente à transição da noiva (como em todo ritual de passagem) e a atenção agradável e amedrontadora dispensada à noiva em seu casamento. A noiva estava naturalmente amedrontada de deixar a sua família para se unir ao estranho que seria o seu marido; ao mesmo tempo ela era possuidora de um poder irresistível para o homem. Este poder era perigoso, porque podia dominar um homem, mas também podia ser usado para o “bem”, para cimentar o laço que uniria o homem e a mulher. Atualmente é um lugar comum afirmar que para os gregos antigos o amor não era importante para o casamento. No entanto, sobre esse aspecto, Menandro afirmava no *Dyskolos* que para um jovem o casamento era mais estável se ele fosse persuadido a segui-lo pelo amor (Eros). A aquisição pela noiva dos poderes de Eros e Peitho (persuasão) tinha grande importância na transição do casal para a vida de casados (Oakley e Sinos, 1993, p. 46-47) e, apesar de não podermos dizer que o amor era fundamental para o casamento, a mulher possuía o poder de dominar um homem pelo amor e pelo desejo.

As cenas de adorno da noiva, representadas nas pinturas dos vasos que aparentemente serviam para o uso de mulheres, sugerem que as mulheres deste tempo não eram vistas e não viam a si mesmas simplesmente como objetos passivos para a manipulação masculina, mas, sim, como possuidoras do seu próprio poder de sedução, conseguido por meios que lhes foram dados pelos próprios deuses (Oakley e Sinos, 1993, p. 47).

A mulher casada, como dito anteriormente, tinha um papel fundamental na sociedade grega, na medida em que era “responsável” pela fertilidade dos solos e do grupo, tendo assim uma importância fundamental na sobrevivência e manutenção do grupo social. Mas ela era também responsável pela transmissão dos valores culturais aos filhos, por seu crescimento sadio e por fazê-los aptos a tornarem-se guerreiros e cidadãos. Sua atuação na organização e na economia domésticas era fundamental para que os homens pudessem se dedicar à esfera pública. E, principalmente, as funções religiosas a cargos das mulheres casadas não devem ser subestimadas em importância em uma sociedade caracterizada por uma religiosidade marcante e que estava presente em todas as esferas da vida.

Apesar de estarem excluídas da vida política, as mulheres atenienses casadas tinham mais um papel político fundamental que não pode ser subestimado. Mesmo sem possuírem reais direitos políticos, somente elas poderiam garantir a cidadania de seus filhos, que, a partir da lei de Péricles (451 a.C.), só seriam cidadãos se fossem filhos de pais e de mães atenienses.

Outra possível forma de resistência ao poder masculino pode ter surgido como forma de burlar determinações familiares ao casamento baseado exclusivamente nos acordos parentais, utilizando os próprios meios de opressão usados contra as mulheres. Trata-se dos raptos combinados, objetivando a união de um casal mesmo sem a aprovação da família, tendo-se em mente que uma vez que uma moça houvesse sido “raptada” e supostamente violada, teria dificuldades de encontrar um marido que não fosse o seu agressor.

Não desejo superestimar a importância dessas oportunidades de contato entre os sexos em Atenas, mas as redes sociais existiam e não seria absurdo supor que também existissem flertes, amores secretos e preferências.

Alguns pesquisadores deste tema, como Harris (2007, p. 49), por exemplo, admitiram que havia uma prática aceita que permitia ao estuprador casar-se com a sua vítima, a fim de evitar uma ação jurídica. Entendido nesse contexto, será que alguns homens não raptavam mulheres quando não havia outra forma de consegui-las? Como os casamentos eram arranjados, muitas vezes um rapaz não tinha chance de se casar com a mulher que escolhia, a não ser que a “raptasse” e/ou “violentasse”, para ser “obrigado” a se casar com ela. As evidências deixadas pelas peças de teatro nos permitem supor que isso poderia ocorrer.

Um casamento arranjado precedido por um noivado unia duas famílias e reforçava as estruturas familiares e da comunidade. O rapto da noiva, por outro lado, podia ser uma estratégia de matrimônio socialmente desestruturante. Do ponto de vista da comunidade, o casamento, por meio de um rapto, subvertia a autoridade dos chefes da família, uma vez que, nesses casos, a iniciativa do casamento seria tomada pelos participantes individualmente, não por suas famílias (Evans-Grubbs, 1989, p. 62).

Na sociedade grega antiga, as moças das famílias aristocráticas e cidadãs tinham poucas possibilidades de conhecer um homem antes do casamento, apaixonar-se por ele e tramar o seu próprio rapto, mas isto não era impossível. Considerando algumas imagens de rapto em que a moça não apresenta sinais de contrariedade, esta hipótese pode ser, de fato, considerada. É possível, inclusive, que este fosse um dos motivos para a crença presente entre os gregos, de que a mulher sempre tinha culpa no próprio rapto. Heródoto inicia a sua obra *Histórias* com a versão dos persas sobre as origens da tradicional inimizade entre persas e gregos. De acordo com os persas, esta hostilidade foi resultado de uma série de raptos recíprocos, culminando com a abdução de Helena pelo príncipe troiano, Páris. Para os informantes persas de Heródoto, os gregos terem declarado guerra aos troianos para vingar o rapto de uma mulher foi uma reação exagerada e sem sentido, uma vez que: “é claro que estas mulheres não teriam sido raptadas, se elas não quisessem” (Heródoto, livro 1, 1-4).

É possível, portanto, perceber formas de resistência ao poder masculino

que davam às mulheres possibilidades de ação, de reação e de negação. Mesmo que estas ações não fossem capazes de derrubar o poder instituído, elas certamente forneciam espaços para que as mulheres se representassem e negassem a sua inferioridade e irrelevância, muitas vezes utilizando os mesmos meios que serviam à sua dominação. Neste momento, nos parece apropriado voltar a argumentar com Bourdieu e repetir que as armas do fraco podem parecer fracas, mas nem sempre são assim. Na sociedade grega clássica, as armas que estavam nas mãos das mulheres possuíam poder e este poder era outorgado pela própria sociedade que pretendia negá-lo a elas.

Referências Bibliográficas

- AGHA-JAFAR, T. **Demeter and Persephone**: lessons from a myth. North Carolina: McFarland, 2002, p. 195.
- AGUADO, A.M. La Historia de las mujeres como historia social. In: VALDIVIESO, M.I.D.V. **La Historia de las Mujeres** – una Revisión Historiográfica. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004, pp. 51-71.
- ALVES, J.E.D. **O discurso da dominação masculina**. Comunicação, 12 p.
- ARRUANATEGUI, G.A.D.F. **O culto de Perséfone e os pínakes de Locres**: um exercício de interpretação. Museu de Arqueologia e Etnologia/ USP. São Paulo, 2002. p. 261. + anexos. Dissertação (Mestrado). <http://www.geocities.com/textossbec/arrunate.doc> Acesso em 13/04/2008.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BÉRARD, C. Iconographie, Iconologie, Iconologique. In : **Étude de Lettres**. 1983, pp. 5-37.
- BLUNDELL, S. and WILLIAMSON, M. **The sacred and the feminine in Ancient Greece**. London: Routledge, 1998, 192 p.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, 159 p.
- BROWN, P. G. McC. Love and Marriage in Greek New Comedy. In: **The Classical Quarterly, New Series**. v. 43, nº. 1 (1993), pp. 189-205.
- CHARTIER, R. Diferenças entre sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: **Cadernos Pagú**. (4) 1995: pp. 37-47.
- COLE, S.G. Domesticating Artemis. In: BLUNDELL, S. and WILLIAMSON, M. **The sacred and the feminine in Ancient Greece**. London: Routledge, 1998, pp. 27-43.
- DANTAS-BERGER, S.M. E GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? In: **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 21(2):417-425, mar-abr, 2005.

- DUBY, G. PERROT, M., SMITH-PANTEL, P. **A história das mulheres no ocidente**. Volume I: Antiguidade. Lisboa: Afrontamento, 1993, 631p.
- EVANS-GRUBBS, J. Abduction Marriage in Antiquity: A Law of Constantine (CTh IX. 24. I) and Its Social Context. In: **The Journal of Roman Studies**. v. 79 (1989), pp. 59-83.
- FANTHAN, E. et alli. **Women in the classical world: image and text**. Oxford: Oxford University Press, 1995, 448 p.
- FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H.B. (Org.). **Modernismo e política**. Rio de Janeiro. Rocco, 1991, pp. 217- 250.
- FOLEY, H.P. **The homeric hymn to Demeter** : translation, commentary, and interpretative essays. Princeton: Princeton University Press, 1994, 297 p.
- FONT, M. D. M. (Org.). **La violencia de género en la antigüedad**. Instituto de la Mujer Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales Madrid: 2006, 259 p.
- GRAS, J. Z. Violencia y misoginia: los raptos. In: FONT, M.D.M. (Org.). **La violencia de género en la antigüedad**. Instituto de la Mujer (Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales). Madrid: 2006, pp. 71-85.
- HARRIS, E. Did Rape Exist in Classical Athens? In: **Further Reflections on the Laws about Sexual Violence**. *Dike*, v. 4, 2007, pp.41-83. <http://www.ledonline.it/dike/>
- Hino Homérico à Deméter. **Hinos Homéricos**. Tradução Jair Gramacho. Brasília: Editora UNB, 2003, pp. 69-84.
- Heródoto. **Histórias**. Trad. J. Brito Broca. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, 313 p.
- OAKLEY, J.H. E SINOS, R.H. **The wedding in Ancient Athens**. Medison: the University of Wisconsin Press, 1993, 153 p.
- OLIVEIRA, A.C.O. **Gênero, saúde reprodutiva e trabalho: formas subjetivas de viver e resistir às condições de trabalho**. Dissertação de mestrado, 2001, 167 p.
- PLUTARCO. **Questões Gregas**, 27.
- REDFIELD, J. O Homem e a Vida Doméstica. In: VERNANT, J-P. (org.). **O Homem Grego**. Lisboa: Estampa, 1994, pp. 147-171.
- REHM, R. **Marriage to death: the conflation of wedding and funeral in Greek tragedy**. Princeton: Princeton University Press, 1994, 246 p.
- ROCHA-SÁNCHEZ, T.E, DÍAZ-LOVING, R. Cultura de gênero: La brecha ideológica entre hombres y mujeres. In: **Anales de Psicología**. v. 21(1), 2005, pp.42-49.
- ROSE, H.J. The bride of Hades. In: **Classical Philology**. v. 20, nº. 3. (Jul., 1925), pp. 238-242.

- SCOTT, J. Prefácio a Gender and Politics of History. In: **Cadernos Pagu**. Campinas: n. 3, 1994, p. 11-27.
- SEAFORD, R. The tragic wedding. In: **The Journal of Hellenic Studies**. v.107, 198, 1987, pp. 106-130.
- SENNETT, R. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2008, 417 p.
- SILVA, A.C.L.F. Reflexões sobre o paradigma pós-moderno e os estudos históricos de gênero. In: **Brathair**. 8 (2), 2008, pp. 75-84.
- SWAIN, T.N. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: **Textos de História**. Brasília. v. 8, nº. 1-2, 2000, pp.47-84.
- TZANETOU, A. Ritual and gender: critical perspectives. In: PARCA, M. e TZANETOU, A. (org.) **Finding Persephone: women's rituals in the Ancient Mediterranean**. Bloomington: Indiana University Press, 2007, pp. 3-26.
- ZAIDMAN, L. As filhas de Pandora. In: DUBY, G. PERROT, M., SMITH-PANTEL, P. **A história das mulheres no ocidente**. V.1: Antiguidade. Lisboa: Afrontamento, 1993, pp. 411-463.



Categoria
Estudante de Graduação
Artigos científicos premiados

INTRODUÇÃO

Introdução

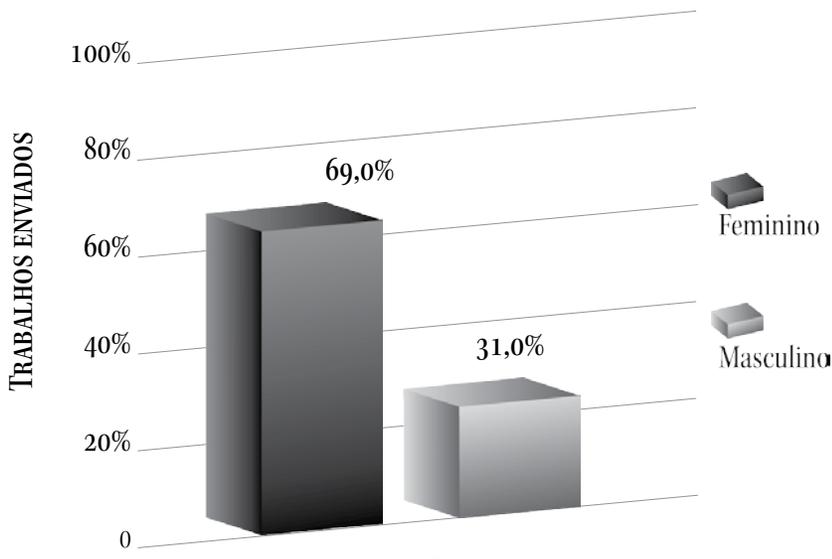
Os artigos enviados pelos estudantes de graduação totalizaram 197. A maioria dos artigos inscritos foi de mulheres (69%) e 31% de homens.

6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Categoria Estudante de Graduação – Artigos inscritos, segundo sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	61	31%
Feminino	136	69%
Total	197	100%

Fonte: CNPq/SPM, 2010.

6º PRÊMIO – TRABALHOS ENVIADOS SEGUNDO O SEXO, ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO



Fonte: CNPq/SPM, 2010.

A legitimação do silêncio no cotidiano da mulher negra brasileira a partir do filme *Bendito Fruto*.

Juliana Silva Santos¹

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais

Professora Orientadora: Helcira Lima²

1. Introdução

A realização deste trabalho é fruto de reflexões feitas a partir do grupo de pesquisa sobre *as representações do feminino no cinema brasileiro contemporâneo, sob o olhar da Análise do Discurso*. Orientados pela professora Dra. Helcira Lima, o grupo buscou pensar o cinema em relação ao envoltório sócio-discursivo acerca da mulher e, este texto, especificamente, carrega o desafio de falar sobre a mulher negra a partir da representação cinematográfica da personagem Maria³, no filme *Bendito Fruto* (Brasil, 2005), dirigido por Sérgio Goldenberg. Assim, objetivou-se levantar algumas das possíveis raízes históricas de sua posição atual de desigualdade silenciada e mantida pelo discurso⁴, tendo como mote a figura dessa personagem. Entende-se nesse texto que fazer um percurso teórico sobre as mulheres significa, de algum modo, sair do silêncio em que elas estavam confinadas, como apontado pela historiadora Michelle PERROT (2007). Um dos objetivos da pesquisa foi traçar considerações de viés crítico sobre o cinema, deslocando-o da posição primeira de entretenimento. Para isso, um dos primeiros pontos que cabe ser levantado diz respeito à dificuldade de se falar sobre o cinema e sua função social sem se pensar em uma condição de produção que objetiva, salvo as devidas gradações, a uma adesão de público e a uma difusão ideológica. A partir desse pensamento, julga-se que o cinema, enquanto veículo de difusão de ideologias⁵, não é em si neutro. A afirmativa não é nova. Segundo o estudioso do cinema, Graeme Turner, tem havido muitas tentativas na contemporaneidade, no sentido de se entender cinema e cultura, ou ainda, cinema e sua relação com a ideologia. Para o autor, essas investidas

1 Graduação em Letras/Português – licenciatura. Concentração: Análise do Discurso. 8º período em curso – Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Iniciação científica voluntária (2009). Tema: “As representações do feminino no cinema brasileiro contemporâneo sob o olhar da Análise do Discurso”. Bolsista do programa “Ações Afirmativas na UFMG” (2009). Bolsista do programa “Conexões de Saberes” (UFMG/MEC) em 2008.

2 Professora da FALE/UFMG (nível adjunto II). Doutorado (2006) em Estudos Linguísticos (estágio de doutorado em Paris, Université Paris XIII) e pós-doutorado Junior (2007-2008), pela UFMG. Mantém um grupo de estudos e orienta pesquisas de alunos de graduação (IC) e pós-graduação (mestrado e doutorado). Atua, em especial, nos seguintes temas: feminino, emoção, discurso jurídico, argumentação, cinema e pragmática.

3 Personagem interpretada pela atriz Zezeh Barbosa.

4 O termo “discurso” nesse trabalho se faz entendido segundo o que a AD de linha Francesa denomina como o encadeamento “transfrásico” (NAGAMINE, 2007), articulando os campos linguístico e social.

5 Cf. BRANDÃO, 2007. Utilizamos o termo ideologia segundo a concepção de Althusser (1970).

têm ocorrido sob vários olhares, sendo uma delas, o cinema e a cultura de massa (TURNER, 1988), categoria em que a produção eleita, *Bendito Fruto* se enquadra. Nesse sentido, o sistema ideológico é refletido no cinema, tanto na produção quanto na recepção, em uma dinâmica fundada em relações de poder nas quais os sujeitos atuam como seres históricos que reforçam ou instituem maneiras de se ver a “realidade”.

Na película em estudo, *Bendito Fruto*, procurou-se destacar elementos que, compilados na peça fílmica, são capazes de embasar aquilo que na definição de Pierre Bourdieu (2003) seria caracterizado como uma “eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes”. Estruturas que são traduzidas em valores construídos a partir de uma aparente homogeneidade norteiam a superfície das representações, fazendo com que elas se figurem ausentes de rupturas, acarretando, assim, o silenciamento definido por ORLANDI (1995), como resultado final da análise.

De início, é válido esclarecer sobre o termo que encabeça o grupo de pesquisa no qual esse artigo se insere: *representação*. Nesse estudo, o termo se fará entendido como um sistema linguístico e cultural de imagens construídas sobre o real. Estas imagens, por sua vez, estariam relacionadas à busca de formas apropriadas de tornar a denominação de “real” presente, tendo, portanto, um sentido arbitrário e intimamente ligado às relações de poder. (SILVA, 91).

A partir de algumas situações do filme, buscou-se investigar determinadas marcas que consubstanciam, tendo as teorias da Análise do Discurso de Escola Francesa⁶ como base teórica, as lacunas do não-dito, entendidas aqui como *silenciamento* ou *política do silêncio*⁷, a partir das posições discursivas ocupadas pela personagem Maria e também pelos sujeitos em seu entorno. Nessas situações, tentou-se associar uma reflexão acerca da *memória discursiva*⁸ correlata a um determinado imaginário veiculado sobre a mulher negra a partir da personagem.

2. O Olhar da Retomada

A construção de filmes ancorados num suposto modelo de realidade não é nada incomum se nos remontamos ao contexto de produção cinematográfica brasileira desde a década de 90, e do qual *Bendito Fruto* é certamente tributário. A produção de Goldenberg é de 2005 e se enquadra nos momentos finais de um contexto cinematográfico denominado *Cinema da Retomada*. Nessa fase, o cinema começou a abordar intensamente temas envolvendo as contradições sociais do país, com produções que comumente trazem sujeitos marginalizados segundo um padrão social e ideológico dominante ao protagonismo. A *Retomada* é também marcada por obras cujo apelo ao público tem a presença de

6 A partir desse ponto, usaremos a sigla “AD” sempre que nos referirmos à Análise do Discurso.

7 Cf. ORLANDI, 1995. O silêncio como categoria discursiva será discutido no decorrer da análise.

8 Cf. NAGAMINE, 2007. O termo será desenvolvido no decorrer da análise.

personalidades televisivas, em que é clara a presença do padrão Globo Filmes. Ainda que não seja produzido diretamente pela Globo, o estilo de produção de Goldenberg carrega o legado da emissora, em produção, financiamento e divulgação. Outra característica forte do padrão Globo e que se observa na película em questão, diz respeito à utilização de sujeitos de grande participação em telenovelas. Relacionando o filme à reprodução de comportamentos por meio da ideologia, a atuação de sujeitos conhecidos do grande público e não de outros atores desconhecidos por ele não é arbitrária. O “astro”, segundo Graeme Turner, é um signo não necessariamente subordinado à personagem representada (TURNER, 1998). Segundo o autor, “a escolha do elenco pode ser o ato mais importante na construção da personagem (...) uma boa escolha mobilizará todos os significados trazidos por uma determinada estrela, injetando-os na representação da personagem por parte da personagem na tela. Se optarmos por Richard Gere, não precisaremos convencer o público de que a personagem é atraente para as mulheres; se escolhermos Woody Allen, possivelmente teríamos de demonstrar isso” (p. 106).

A escolha por personalidades famosas no elenco é, portanto, elemento de forte influência para o auto-reconhecimento e identificação por parte do público, fazendo com que os sujeitos possam de algum modo “se ver” através das personagens.

3. O Silenciamento e Suas Raízes: O Referencial Teórico

3.1. Discurso, ideologia e memória discursiva: possíveis raízes do silenciamento

Para M. Bakhtin, a palavra é intrinsecamente ideológica, considerando-a como um produto de interações sociais das quais submergem diferentes vozes diretamente ligadas a um determinado “local de enunciação” (BRANDÃO, 2007). Dessa forma, tem-se que a linguagem enquanto discurso não deve ser vista como mero instrumento de comunicação, mas um modo de interação que não é neutro, veículo de manifestação ideológica. O discurso, então, visto em relação à ideologia, é de constituição lacunar, ou seja, permeado por “silêncios” que mantêm a coerência e os aspectos hierárquicos de uma dada organização social. Para a construção desse sentido, a AD postula que o sujeito é de constituição fundamentalmente histórica e sua fala carrega um recorte de representações de si e do outro a quem ele se dirige. Esse recorte histórico em relação a outros discursos já consolidados faz-se mais claro a partir da definição de *memória discursiva*. Para a AD, a *memória*, quando discutida em relação ao discurso, recebe características peculiares, como uma situação pré-construída ou que “fala antes”. Assim, a escolha por determinados enunciados pertence a formações discursivas já estabelecidas historicamente, o que faz com que os sentidos

provenientes dos enunciados estejam ligados à maneira como foram inscritos na língua e na história, significando segundo um local de pertencimento.

3.2. A Dominação Segundo Bourdieu

Segundo Pierre Bourdieu (2003), cujos escritos se tornaram de grande relevância para os estudos sobre sociologia da educação, existe uma determinada eternização das estruturas de dominação que faz com que os sujeitos dominados não reflitam sobre elas em nível profundo, de maneira a mantê-las naturalizadas ao longo da história. Nesse sentido, o conceito de *habitus* de que trata o sociólogo é fundamental. Em linhas gerais, o *habitus* seria como uma “disposição incorporada, quase postural”. Então, os indivíduos na sociedade já conhecem as condições de funcionamento do meio no qual se inserem, podendo garantir a estabilidade social e cultural da dominação. Vê-se, portanto, que se trata de um conceito que vai ao encontro da noção de memória discursiva para a AD, uma vez que o *habitus* caracteriza-se sumariamente por um sistema que é consagrado no passado, mas que orienta ações no presente. Ele fornece uma dada compreensão de mundo que naturaliza a dominação por ideologias dominantes e a violência simbólica⁹. Assim:

Produto de um trabalho social de nominação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas ‘linhas de demarcação mística’, conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada. (BOURDIEU, 2003:63-34).

A dominação de gênero e, acrescentamos ainda, a questão racial estariam numa determinada “ordem das coisas”, dispensando qualquer tipo de justificação (BOURDIEU, 2003). O autor desenvolve essa noção de ordem a partir da ausência de marcação do gênero masculino, visto como neutro, em oposição ao feminino, extremamente detalhado linguisticamente tanto pelo lado subjetivo como por adjetivação física. O mesmo acontece ao tratarmos do quesito raça: sub-representada nos contextos midiáticos e literários, a mulher negra é muitas vezes construída a partir de elementos que não deixem dúvida sobre sua cor de pele. No âmbito da mídia, não raro encontramos o uso de estereótipos que causem associação direta a um determinado imaginário discursivo. Assim, a mulher escrava, empregada doméstica ou a mulata supersexuada são modelos de representação já consagrados. A mulher negra, nesse sentido, não fala, mas é falada, uma vez que ela não é significada fora de determinados padrões

⁹ O conceito de violência simbólica é tributário da noção de poder simbólico de que trata Bourdieu em sua obra “O poder simbólico”, em que o conceito é definido como “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (BOURDIEU, 1989: 07, 08).

de identidade nacional, definidores de um ideal de representação construído discursivamente. A consequência é muitas vezes a incorporação do *habitus*, que pode causar impactos negativos na auto-estima e identidade dos sujeitos.

Pode-se pensar ainda em uma relação ideológica entre a memória discursiva e aquilo que estudiosos das relações raciais nomearam como *normatividade branca* ou *Branquitude*, ou seja, a determinação de um padrão branco para as atitudes dos sujeitos. Intimamente ligado às relações de poder, esse modelo, normativo, tem raízes que remontam à virada do século XIX para o XX, através da chamada ideologia de branqueamento. De cunho positivista, essa fase foi marcada por teorias de respaldo na ciência da época. Pregava-se que o negro, atrasado intelectualmente, seria um atraso para o progresso do país. Dessa forma, a miscigenação foi vista como estratégia para o branqueamento da população brasileira, estimando que o desaparecimento dos negros se daria de maneira natural e em no mínimo cem anos. A perpetuação e naturalização simbólica de dominação às questões de gênero e raça passam pelo conceito de violência simbólica de que trata Bourdieu:

(...) Sempre vi a dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2003:09).

Para o efeito da violência simbólica, Bourdieu orienta que a adesão do dominado às estruturas de dominação é essencial, pois o sujeito passa a se avaliar segundo determinadas concepções. Dessa maneira, a violência simbólica é incorporada e legitimada sob aparência da normalidade, ou ainda, “suave, insensível e invisível às suas próprias vítimas” (p. 09).

3.3. O Silenciamento

Em um diálogo, os sujeitos envolvidos buscam disciplinar o dizer para estar o mais próximo possível de uma Formação discursiva dada. Nessa passagem do processo de disciplinarização, caminha o silêncio em sua dimensão política, ou o silenciamento, que já foi definido com maiores detalhes por Eni P. Orlandi em sua obra *As formas do silêncio*. Silenciamento que na visão da autora não é “estar em silêncio”, mas “pôr em silêncio” (ORLANDI, 1995). O silêncio, então, não está apenas ligado à coação, mas é, também, escolha. Dessa forma, podemos pensar que o silêncio é significado, na medida em que se relaciona com a história e a ideologia. Ele atua de forma a legitimar vozes e discursos ao mesmo tempo

em que omite outros, sem deixar qualquer tipo de marca formal no discurso, mas pistas de sua ocorrência. A autora ainda acrescenta que o silêncio atravessa as palavras, indicando que o sentido pode ser além delas mesmas, ou ainda, que o mais importante pode não ser dito nas enunciações, de onde conclui que o silêncio é fundante ou inerente ao processo de enunciação. A partir desse viés o silêncio no discurso não é pensado como um “vazio” na linguagem, mas como excesso (ORLANDI, 1995; 23). Ainda nessa definição, o silêncio pode ser distinguido em duas categorias básicas, a saber: o silêncio fundante e política do silêncio. O silêncio fundante estabelece que o silêncio é inerente ao processo de produção da enunciação. Já na política do silêncio, ou o silenciamento propriamente dito, ao dizer o sujeito estará sempre não dizendo outros sentidos possíveis, já que as enunciações se dão sempre de um determinado local ideológico. A política do silêncio é ainda subdividida em duas outras categorias: o silêncio constitutivo, em que uma palavra apaga outras necessariamente, e o silêncio local relacionado à censura (ORLANDI, 1995). Assim, compreender o silêncio é pensar na relação com o outro e nos remeter mais uma vez à memória discursiva e à incorporação de comportamentos de que fala Bourdieu.

Pensando o silêncio como fruto da ideologia e da memória discursiva, é possível conjugar o silêncio com a difusão de imagens a partir dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE'S) de que trata Louis Althusser (*apud* Zizek, 1996). A questão permite pensar que a condição da mulher negra se relaciona a estatutos de formação de identidade que a representam socialmente. Dessa forma, a construção de estereótipos pela mídia é uma das formas de manifestação do silenciamento. O filme, que confere um intercâmbio com a realidade, reproduz esse silêncio à medida que a construção da personagem Maria corresponde a determinados estereótipos: é pobre, negra, empregada doméstica, não tem estudo universitário e, ao se relacionar com um homem branco, passa pelo conflito de não ser assumida por ele como esposa.

Encontramos em Althusser (1970 *apud* ZIZEK, 1996), uma importante contribuição teórica que contribui para a noção de silenciamento. O autor define que as classes dominantes possuem dois pólos que mecanizam a perpetuação das estruturas de dominação, a saber: os ARE e os AIE. O primeiro, que se caracterizam como Aparelhos Repressores de Estado, engloba o governo, o exército, a polícia, os tribunais, a administração etc. O segundo, os AIE, são os Aparelhos Ideológicos de Estado, se traduzem na figura institucional da escola, religião, cultura ou informação (ALTHUSSER, 1970 *apud* ZIZEK, 1996). Este último intervém nos sujeitos através da difusão ideológica, porém o faz de maneira dissimulada, sendo, portanto um poder simbólico que oferece condições para a “incorporação da dominação”. Nesse sentido, o cinema enquanto veículo de difusão ideológica está compreendido nos AIE de que fala o autor. Como aparelho ideológico, o cinema “atenua” ou “obscurece” determinados processos históricos, de modo que as representações ali conformadas se encontrem dentro de uma

determinada ordem. Essa ordem, como característica dos AIE, é muitas vezes atingida através do uso de elementos que estão disponíveis na cultura, como uma particularidade dos filmes realistas, como já dito no contexto da *Retomada*. Dessa maneira, o questionamento dessa dita aparência de real, que é construída através de estruturas que são encontradas no dia a dia dos sujeitos, poderia parecer fora de contexto, pois são imagens aparentemente desprezíveis e fora de qualquer interesse político.

4. *Bendito Fruto A Partir de Maria: Leituras Possíveis*

Em linhas gerais, o cotidiano que a trama contorna para a personagem mostra Maria como uma mulher, negra, pobre e empregada doméstica. De acordo com a historiadora Michelle Perrot, as mulheres sempre trabalharam. Suas atividades eram intimamente ligadas ao doméstico, portanto, era um trabalho que além de aparentar invisível e ausente de reconhecimento, nem sempre era remunerado. Nas palavras de Perrot: “O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona de casa. Isso se espera também da perfeita secretária: ela que coloque flores e que cuide de seu patrão” (PERROT, 2007; 114-15). Maria é uma doméstica, atividade comumente atribuída pela mídia a mulheres negras. A construção da história da personagem na mesma função de sua mãe, que também trabalhou para a família de Edgar, sugere um ponto de vista que perpetua e circunscreve o lugar da mulher pobre e negra a atividades ligadas ao braçal. A partir desse ponto, julga-se que a maneira como a personagem foi construída aponta para uma manutenção de estruturas tradicionais enraizadas no modelo casa-grande e senzala do período colonial.

Quanto ao entorno da personagem, o filme retrata uma sociedade que assimila os comportamentos sociais de uma determinada *experiência dóxica*; ou seja, aquela que “nos inclina a tomar o mundo como dado” (BOURDIEU, 2003: 18), ligada a papéis sociais. Nesse sentido, a noção de *memória discursiva* é fundamental. Como exemplo, destaca-se o momento em que Maria vai enviar uma quantia em dinheiro para seu filho, que está na Espanha. Nesta cena, o operador de caixa que a atende diz para ela “pedir para a patroa preencher o formulário com letra de forma da próxima vez”. Nesse sentido, vê-se que o funcionário não a questiona sobre sua profissão, mas afirma, através de sua fala, o papel do negro como servo, desprovido de um capital financeiro ou cultural. Vê-se que a personagem reproduz discursos que se relacionam a papéis pré-determinados em níveis superficiais de análise. Ainda nessa cena, Maria, apesar de perceber o julgamento do funcionário, também assimila uma parcela desse papel pré-determinado quando apenas agradece e sai da agência.

No momento que antecede a sua entrada nos Correios, é focalizada a maneira como a doméstica se arruma: roupas chamativas e justas. No roteiro do

filme, a descrição desse momento nos aponta para o estereótipo¹⁰ sobre o qual a personagem foi construída. A estereotipia é uma prática não-rara na mídia brasileira que tende para uma formulação não individualizada de personagens negras, e que nesse caso, traduz-se na figura da mulata, supersexuada. Vejamos o trecho do roteiro: “(...) Faz o gênero vaidosa, da carioca sensual cheia de cor e acessórios baratos” (roteiro - grifo nosso).

O foco central da produção está em torno das figuras do cabeleireiro e patrão de Maria, Edgar¹¹, Maria, sua empregada doméstica, e Virgínia¹², antiga colega de classe do cabeleireiro, que retorna devido ao acidente com um bueiro que explode no início do filme.

O seu nome, “Maria”, utilizado sem nenhum complemento de sobrenome ou apelido, é ainda o nome que pode ser remetido ao lugar do “genérico”, do popular presente em todas as camadas sociais, trazendo-nos a ideia de que esta “Maria” pode ser caracterizada como qualquer mulher, como um denominador comum. Retomemos o signo da casa-grande e da senzala para nossas considerações. Pode-se pensar que a construção de uma personagem situada como mulher negra, carrega uma bagagem de representações subordinada a uma ótica de dominação legitimada historicamente que, por sua vez, compõe a forma como essa mulher silencia e se localiza enquanto sujeito: raízes de um passado escravista findado no século XIX, mas que mantém um legado simbólico na contemporaneidade através da *memória discursiva*. Vejamos alguns elementos dessa construção: tem-se na película, uma Maria negra e sem sobrenome, empregada doméstica de jornada integral. Mora na casa do patrão, semelhantemente às escravas que eram determinadas a habitar a casa-grande, as amas de leite dos filhos da senhora ou as mucamas. O cabeleireiro, como à imagem do filho dos senhores das fazendas, é o herdeiro tanto da casa quanto do salão onde trabalha, relaciona-se com Maria sem preocupação acerca do que ela poderia sentir na condição marginalizada em que se encontra no relacionamento. Segundo Michelle Perrot, a relação sexual entre o empregador e a empregada doméstica não é uma situação incomum no século XX. Nas palavras de PERROT (2007; 117), “além de seu tempo e de sua força de trabalho, sua pessoa e seu corpo (das domésticas) são requisitados, numa relação pessoal que ultrapassa o compromisso salarial”.

Os costumes da casa-grande, patriarcais, são também retomados através da figura do quadro localizado na parede da sala de jantar de Edgar. Retrato da mãe do cabeleireiro, matriarcalismo senhorial, presente em momentos em que a sala de jantar é filmada panoramicamente e, por vezes, nos discursos das personagens. Observemos um trecho do roteiro do filme:

10 Nesse estudo, entendemos o estereótipo como uma imagem pré-concebida sobre o sujeito ou um grupo de indivíduos.

11 Personagem interpretado pelo ator Octavio Augusto.

12 Personagem interpretada pela atriz Vera Holtz.

CENA 24. APARTAMENTO DE EDGAR – SALA.

Na parede em frente à mesa, o retrato de dona Consuelo vigia o apartamento. MARIA janta um prato de feijão, arroz, bife acebolado e pastel. EDGAR chega com uma garrafa de refrigerante de dois litros e serve MARIA. (grifo nosso)

Em BARHTES (1984) tem-se que fotografia é capaz de repetir o que não mais poderá repetir-se existencialmente, de onde se pode inferir que, mesmo que a mãe do cabeleireiro não esteja presente naquele contexto, os costumes patriarcais agregados em sua figura passaram pelo filtro da cultura. O patriarcalismo também perpassa o relacionamento amoroso entre as personagens, uma vez que Edgar não tem por objetivo, a priori, assumir Maria como esposa. Da mesma forma, no período escravista, ainda que os senhores da casa grande mantivessem relações com suas escravas, estas nunca seriam assumidas perante a sociedade. Desse contexto histórico, surge a seguinte noção: *Mulher negra é para trabalhar, mulata para fornicar e branca para casar*. Vê-se então que na proposta de especularizar o cotidiano a que os filmes da fase do cinema da *Retomada* se propõem, *Bendito Fruto*, ainda que não na forma de denúncia, demonstra a manutenção de uma escravidão simbólica a que as mulheres negras ainda são submetidas. Nas palavras de Helena Theodoro Lopes:

O mito da mulher negra supersexuada, construído ao longo da história, se origina da visão existente no período escravista que a considerava coisa, numa sociedade patriarcal, onde sempre predominou o poder do homem sobre a mulher (...) em função das limitações estabelecidas pela igreja em relação ao sexo no casamento, que seria apenas para procriação, a escrava era usada para satisfazer as necessidades sexuais dos senhores. Num contexto de valores morais e religiosos rígidos, vai recair sobre a negra a responsabilidade do desejo do senhor, que justifica seus atos como inevitáveis diante da intensa sensualidade da escrava, que fica à mercê dos senhores e de seus filhos, além de despertar o ciúme e a inveja da senhora, o que gera os mais bárbaros crimes de tortura e todo o tipo de violência contra as escravas no Brasil.

Para a comunidade frequentadora do salão de beleza, assim como para Virgínia, a condição de Maria como a companheira de Edgar inexistente, sendo ela apenas a empregada da casa. Situação a qual Maria parece aceitar, empreendendo poucos esforços para a reversão desse quadro.

Para Eni Orlandi há uma relação entre silêncio e emoção no âmbito do discurso amoroso. Segundo a autora, “o discurso amoroso, em que a onipotência avizinha o impossível, é um discurso votado ao silêncio” (ORLANDI, 1995: 43). E no

caso de Maria isso se faz ainda mais forte. Desde pequena, ela nutre uma paixão não confessa por Edgar, como se percebesse uma barreira que os distanciasse. Há uma sequência de cenas que é capaz de traduzir esse pensamento: Edgar após consertar a imagem do aparelho de TV a pedido de Maria, senta-se ao seu lado e ambos assistem a uma cena de telenovela. A câmera focaliza o diálogo entre um casal, no qual um homem diz à uma mulher que ela é “seu primeiro e único amor”. A partir desse trecho, é feito um *close* no rosto de Maria, ao mesmo tempo em que entra uma trilha sonora internacional. Juntos, estes efeitos descrevem o sentimento afetivo da doméstica por Edgar e acionam sua memória para a infância. O trecho sugere um momento em que Maria transgride o silêncio, ainda que timidamente e somente para si, quando relembra que escreveu no encarte de um disco da patroa de sua mãe “Maria ama Edgar”. Em PERROT (2007: 27), o silêncio enquanto apagamento de sentidos não é algo incomum no cotidiano das mulheres das classes populares:

Interrogatórios, resultados das investigações para instrução dos processos, testemunhos, permitem abordar, de alguma forma, as mulheres das classes populares em suas realidades cotidianas. Ouve-se o eco de suas palavras que os comissários de polícia, ou os próprios policiais, esforçam-se por registrar, e mesmo por traduzir. Percebem-se as reticências, a imensidão do não dito. Sente-se o peso do seu silêncio.

Perrot (2007) traz ainda algumas considerações sobre gêneros textuais tipicamente femininos: a correspondência, a autobiografia e o diário íntimo; e frisa a preciosidade para a intimidade feminina que esses escritos carregam, na medida em que “autorizam a afirmação de um ‘eu’” (PERROT, 2007: 30). São escritas privadas em que a mulher conta sua vida, uma vez que o lugar subalterno de onde ela fala silencia o diálogo na realidade. Ainda nas palavras de PERROT (2007: 29): “Forma distanciada do amor, mais conveniente e menos perigosa do que o encontro, a carta de amor toma o lugar do próprio amor, a ponto de representar o essencial”. Completando essa sequência de cenas, a câmera focaliza objetos antigos, através de um movimento *travelling* por um quarto no qual Maria se encontra. Dentre esses objetos, há o destaque para um vestido de noiva que pertenceu à mãe do cabeleireiro. Nessa cena, o vestido é um motivador do qual Maria se utiliza para sugerir sua intenção de se casar com Edgar, assunto do qual ele desvia.

Para a criação do clímax da produção, é incorporada a figura da personagem Virgínia, cuja presença retoma o nome do filme. Branca, viúva, ex-colega de escola do cabeleireiro, a personagem objetiva um relacionamento amoroso com Edgar e por isso adentra o espaço da casa. Nesse sentido, o relacionamento entre ela e Maria ocorre de maneira menos amistosa. Quando Virgínia chega, Maria assume de maneira literal o lugar da prestadora de serviços do lar, aquela que não adentra os assuntos particulares dos donos da

casa. Nessa cena, o cabeleireiro também assume o seu papel social de patrão sempre que se dirige à doméstica, através de perguntas como “o almoço já tá pronto?”. Completando o quadro das representações, Maria que habitualmente se sentava à mesa junto de Edgar durante as refeições, almoça na cozinha, em pé, sem que tal atitude fosse um pedido formal por parte do cabeleireiro, como se ambos cumprissem as premissas de um contrato e assumissem “seus lugares” no campo das relações. Uma trilha sonora acompanha a doméstica nesse momento, traduzindo o que não é dito por meio de palavras: *“Você me deixou sem olhar pra trás, sem nenhum motivo, mas agora tanto faz. Você me deixou, solto no abandono, no meio da rua feito um cão sem dono...”*. O ponto de vista da câmera, um *close* no rosto da personagem seguido de um *plongée*, tomada de cima para baixo fazendo com que o espectador veja a cena verticalmente, abre ângulo de filmagem e inclui o cachorro que está no mesmo recinto. São efeitos capazes de centralizar a situação psicológica de pequenez e abandono que tomam o lugar da fala da personagem, silenciada diante da situação em que se encontra. Segundo ORLANDI (1995), a música propõe uma relação com o silêncio, como se ela traduzisse os sentimentos inconfessáveis para a situação. Nessa cena, o silêncio apaga qualquer condição advinda de Maria que não seja a de empregada doméstica.

Por se sentir traída com a presença de Virgínia na casa e a aparente correspondência de Edgar para com as intenções dela, Maria volta para a sua casa. A residência da doméstica ganha menor destaque no filme e se localiza na periferia carioca: uma casa pequena, ausente de qualquer luxo, em que se faz possível uma analogia com senzala, que era localizada a certa distância da casa-grande. Passado algum tempo, Edgar vai à casa de Maria pedindo sua volta para casa dele. Na conversa entre os dois, podemos perceber o momento em que a personagem tenta quebrar com o silêncio, retomando a memória que o sustenta, resgatando imaginários construídos discursivamente sobre a mulher negra para construir sua argumentação. A situação demonstra o que já defendia Bourdieu, quando nos diz que a perpetuação da dominação implica em um determinado conhecimento dessa situação por parte dos dominados. O silêncio nesse momento se manifesta pela ausência de resposta por parte de Edgar, que retorna para casa, sem dizer nada.

5. Considerações Finais

A elaboração deste artigo foi fruto da necessidade de se pensar as relações de gênero atreladas ao conceito de raça, ainda pouco discutidas nos círculos acadêmicos. Ao se analisar a posição da mulher negra, vê-se que ela ocupa uma posição sócio-discursiva em que o estigma da escravidão ainda se faz muito presente, tanto nas suas próprias atitudes quanto nas atitudes dos sujeitos ao seu redor. Atitudes essas que são reforçadas ou refutadas por diversos veículos, sendo um deles as representações feitas pela mídia. Guareschi (2004) afirma que

a comunicação é duplamente poderosa, uma vez que pode criar realidades ou fazer com que elas desapareçam na medida em que são silenciadas. Realidades que em relação à mulher negra se traduzem pela representação estigmatizada de discursos, que por consequência, afetam a maneira como essas mulheres atuam na sociedade.

Na figura dessa mulher, sobretudo, recai a memória da escravidão, da mulata detentora de uma sexualidade exacerbada destinada ao trabalho braçal. Nesse sentido, a escolha por *Bendito Fruto* para o percurso teórico proposto, filme do contexto do Cinema da *Retomada* e que objetiva a apreciação de um grande público, se justifica. A Obra apresenta imagens estas que, através da memória discursiva, julga-se ter raízes no período da escravidão, momento em que os negros eram considerados “coisas” destinadas a servir. Discursos de raízes na ideologia do branqueamento da virada do século XIX, que sobrepôs simbolicamente o padrão branco como modelo a ser seguido, causando a diluição do *ethos* afro-descendente da população negra do país, como consequência. Em relação ao percurso teórico traçado através da A.D, encontrou-se, por meio da naturalização de determinados discursos sobre a mulher negra, as raízes de seu silenciamento na contemporaneidade, o qual tem na materialidade cinematográfica, vista aqui enquanto um Aparelho Ideológico de Estado, um dos meios para sua legitimação. Nesse sentido, a estereotipia através da qual Maria é construída, doméstica que serve aos apetites sexuais do patrão que não a assume perante a sociedade, é trabalho de uma memória discursiva orientada na manutenção de posições de poder. Por se mostrar de cunho realista, estratégia que também se deflagra através de enquadramentos que parecem mostrar uma câmera silenciosa no campo das opiniões, a película busca elementos acolhidos pela cultura para sua aceitação, demonstrando, dessa forma, jogos ideológicos que perpetuam uma determinada hegemonia hierárquica simbólica através de raça, gênero e cultura sob o véu do cotidiano, do “natural”.

Durante todo o enredo do filme, fez-se notável a presença da telenovela no cotidiano das personagens e a relação deste elemento nas atitudes dos mesmos. O filme, então, segue semelhante ao padrão da teledramaturgia nacional, não só pela câmera ou pelos enquadramentos, mas também através dos discursos resgatados. Apesar de abordar uma protagonista negra, a representação oferecida por meio dela a mantém em arquétipos não orientados no sentido de trazer essas mulheres a outras posições. Na mesma linha, a trajetória de Maria completa esse enredo teledramatúrgico: a personagem tem um percurso marcado por sofrimentos que no final passam por uma catarse, que remedia todos os problemas anteriores, podendo excluir possibilidades de crítica. Assim, ao escolher o cinema para o percurso do silenciamento em relação à mulher negra, este texto objetivou deslocar o filme de uma função que passa em primeira análise pelo entretenimento desprezioso, para então apontar como produções potencialmente dotadas de uma reflexão crítica, devido às

temáticas que aborda, acabam sendo articuladas dentro de limites consentidos ideologicamente. Buscou-se, portanto, um intercâmbio com a sociedade, uma vez que nesse meio encontram-se os principais consumidores e propagadores das atitudes transmitidas pela obra.

6. Bibliografia

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Ed Nova Fronteira, 1984.

BERGER, Petet L; LUCKMAN, Thomas. A realidade da vida cotidiana. In: **A constrição social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2005, 25ª ed.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____ **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989..

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução á Análise do Discurso**. 3ª ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007..

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**. 3ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRYSTHON, Ângela. O subalterno na tela: um novo cânone para o cinema brasileiro? In: **XIII Encontro Anual da COMPÓS**. São Bernardo do Campo, 2004, p. 1-13.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

TURNER, Turner. **Cinema como Prática Social**. São Paulo: Ed. Summus editorial Ltda., 1988.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto.

Processos Institucionais de Administração de Conflitos, Produção de “Verdades Jurídicas” e Representações Sociais sobre a questão da violência doméstica contra a mulher no Distrito Federal

Welliton Caixeta Maciel¹

Universidade de Brasília (UnB)

Professora Orientadora: Lia Zanotta Machado²

Introdução

Na sociedade brasileira, o processo de construção social da violência contra a mulher como problema público persiste em meio a vários obstáculos socioculturais. Inserido em um contexto mais amplo de politização do discurso em relação às práticas deste tipo específico de violência, corroborou, em um passado não muito distante, para a declaração dos direitos constitucionais à igualdade de direitos entre homens e mulheres, para a realização de modificações nos Códigos Penais e Cíveis, para a realização de inovações legislativas (IZUMINO, 2004: 2; MACHADO, 2009: 64).

Assim como aconteceu com outros países latino-americanos (tal como: Colômbia, Equador, Paraguai e Peru), além de se ter reconhecido constitucionalmente a igualdade entre homens e mulheres, explicitou-se o direito das mulheres a uma vida livre de violência. Neste sentido, legislações específicas sobre violência doméstica e intrafamiliar foram aprovadas, em alguns casos denominando-se as leis como atinentes à violência doméstica e familiar, mas nem sempre considerando a violência contra a mulher. Em outros, no entanto, vinculou-se a questão à noção de família, tornando visível a contraposição entre bem jurídico e “harmonia familiar”, conforme pontuou Machado (2009).

1 Estudante do último semestre da graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília, onde concluiu também a graduação em Sociologia, no ano de 2009. Atualmente, trabalha como pesquisador voluntário no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia “Violência, Democracia e Segurança Cidadã”, vinculado ao Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança – NEVIS/UnB. Seus interesses em pesquisa têm se concentrado nas questões relativas aos estudos de gênero e violência, Direitos Humanos, Sistema de Justiça Criminal e representações sociais, com diversos trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos. A pesquisa, da qual resultou o artigo, foi desenvolvida no contexto do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília - PIBIC/UnB, edital 2008-2009.

2 Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade de São Paulo (1980), com estudos de Pós-Doutorado em Antropologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) de Paris, França (1994). Atualmente, é Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília; Vice-Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2008-2010); ex-Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (2004-2008), como representante da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos. Entre 2009 e 2010, foi Pesquisadora Visitante na Universidade de Columbia (Nova York - EUA), vinculada ao Instituto de Estudos da América Latina e ao Centro de Estudos Brasileiros, onde pesquisou o impacto do movimento feminista pelos direitos humanos e direitos das mulheres, bem como os direitos à diversidade cultural, os movimentos feministas e de conhecimento. Recentemente, lançou seu livro “Feminismo em Movimento”, pela Editora Francis, Brasília, 2010.

Neste contexto, no que tange ao caso brasileiro, a Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006), popularmente conhecida como Lei “Maria da Penha”, revelou-se inovadora ao apontar alternativas para se (re)pensar as relações sociais entre gêneros (diferentes e iguais), levando os “operadores do Direito”³ a se posicionarem a respeito.

A resistência do poder judiciário quanto à penalização dos crimes vinculados à questão da violência doméstica e familiar vinculados, principalmente, no que diz respeito à aplicação da Lei “Maria da Penha”, expressa, segundo Machado (2007: 31), “tensões entre os valores no pensamento jurídico em relação à nova relevância do objetivo de resolver a violência doméstica em meio à dificuldade de lidar com a desigualdade de direitos e relações de poder no interior da família”, ou, talvez, porque o poder judiciário, ao tratar desta questão, ainda esteja informado a partir de uma construção social dos gêneros (SUÁREZ E BANDEIRA, 1999; BRITO, 2001; MACHADO, 2003; IZUMINO, 2004).

Escrito a partir da experiência etnográfica, sob o ângulo da perspectiva metodológica clássica do distanciamento e da familiarização, para posterior análise e relativização das narrativas e inserções culturais (GEERTZ, 1997; CLIFFORD E MARCUS, 1986; MACHADO, 2010), bem como à luz da perspectiva metodológica construída a partir do estudo das relações sociais de gênero, ainda que soe como um truísmo, este estudo é tributário à Antropologia do Direito, enquanto área da Antropologia Social voltada para o estudo dos saberes sociais produzidos a partir do/no “campo jurídico” ou “mundo do direito” (BOURDIEU, 2002; KANT DE LIMA, 2008). Com isso, a importância deste trabalho reside não apenas na atualidade do debate nacional acerca da questão da violência doméstica contra a mulher, mas também do debate a respeito das formas com que o Estado brasileiro, através da instituição da Justiça e de seu ordenamento jurídico, tem respondido às demandas sociais no que tange à administração de conflitos interpessoais e intrafamiliares.

Portanto, com recorte empírico centrado no Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) e no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), foi nosso desiderato, neste trabalho, colaborar para o entendimento acerca dos processos institucionais de administração de conflitos resultantes a partir da questão da violência doméstica contra a mulher no Distrito Federal, buscando analisar como as relações sociais entre gêneros vêm sendo conduzidas na esfera jurídica, como tem se articulado o processo de produção de “verdades jurídicas” sobre tal problemática, partindo, para tanto, da análise das representações sociais extraídas da fala (oral e escrita) de Promotores de Justiça e de Juízes de Direito do Distrito Federal.

3 Segundo Oliveira (2005: 17), trata-se de um conceito nativo e também utilizado pela ciência social para se referir a juízes, promotores, escrivães, técnicos judiciários e advogados.

Para a consecução dos objetivos propostos, a investigação compreendeu pesquisa bibliográfica e trabalho de campo. A primeira consistiu no levantamento e exame da literatura sobre as categorias: gênero, violência, violência doméstica contra a mulher, sistema de justiça criminal e representações sociais; visando à elaboração de referências analíticas capazes de propiciar a interpretação dos dados etnográficos. A segunda, por sua vez, considerada enquanto principal característica da pesquisa antropológica (uma vez que é o campo que determina as condições e as direções do trabalho do antropólogo), deu-se junto às Promotorias Especiais Criminais e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica ou Familiar de Samambaia e aos Juizados Especiais de Competência Geral das circunscrições judiciárias de Samambaia e do Gama (regiões administrativas do DF), por meio de entrevistas informais, das quais: duas com Promotores de Justiça e quatro com Juizes, de Samambaia e do Gama; com duração média de uma hora cada. Estas foram articuladas em torno do esboço de um roteiro de entrevista composto por tópicos-guia previamente definidos, sendo os trechos mais relevantes das falas registrados pelo pesquisador em seu caderno de campo⁴.

Paralela e complementarmente ao uso da técnica de entrevista, nos utilizamos da técnica de observação direta, no que assistimos a cinco audiências junto ao Primeiro Juizado Especial de Competência Geral Criminal da Circunscrição Judiciária do Gama, das quais quatro de justificação e uma de instrução e julgamento⁵. Analisamos, também, manifestações oficiais escritas destes sujeitos sociais em busca de evidências simbólicas capazes de nos fazer refletir sobre tal problemática.

Ressalte-se que, embora a escolha dos locais para realização do trabalho de campo tenha sido proposital, no sentido da percepção de um “contexto significativo” para o desenvolvimento da pesquisa (TURNER, 1967: 20), bem como da maior facilidade de acesso pelo pesquisador, em nenhum momento pretendeu-se analisar, sob uma perspectiva comparada, particularidades institucionais ou individuais ou espacialidades isoladas no que concerne à aplicação da legislação em epígrafe. Pelo contrário, acreditou-se que, embora

⁴ Na consecução do campo da pesquisa, nos deparamos com inúmeros problemas de ordem burocrática e administrativa como, por exemplo: dificuldade no agendamento de entrevistas, tanto com os Promotores quanto com os Juizes, negativa de Juizes em participar da pesquisa sob a alegação da complexidade/polemidade da questão, outras crises de ordem política dentro do sistema da justiça criminal e que fogem ao nosso controle, como a disputa entre esses sujeitos dentro desse campo (sobre isso, ver Bourdieu, 2003). Sendo assim, o que era para ser apenas uma primeira visita, vislumbrando um posterior agendamento de entrevista, com todos os instrumentos que exigem o *script* metodológico (dentre eles, a gravação e o registro das falas em áudio, caso houvesse o consentimento livre e esclarecido dos interpelados para tal), transformou-se em nosso contato definitivo, frustrando, em parte, nossas expectativas.

⁵ Conforme esclareceu Oliveira (2005: 26), nos juizados especiais criminais o processo orienta-se pelos “critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação”. Desta feita, pode receber tratamento diferenciado, a depender dos seguintes momentos processuais: audiência de justificação prévia e audiência de instrução e julgamento. O rito nestes juizados deve ser sumariíssimo ou sumário (ambas categorias nativas do campo jurídico).

específicas, tais discursividades pudessem refletir, em uma perspectiva sistêmica (LUHMANN, 1980; 1990), posicionamentos inseridos em um sistema mais amplo de controle social.

Entretanto, dado às limitações formais, o material de campo aqui apresentado, assim como as análises que a partir dele foram feitas, não constam em sua integralidade. Ressalte-se, ainda, que o procedimento de reflexão acerca desta problemática não se esgota em si mesmo, senão apenas aponta uma dentre outras possibilidades de se analisar tais questões, sobretudo, a da violência doméstica contra a mulher.

Performances da lei, do gênero e da violência doméstica contra a mulher nas representações sociais de “operadores do Direito”: a produção de “verdades jurídicas” pelos “manipuladores técnicos” da lei⁶.

A princípio, estavam previstas doze audiências sobre casos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher para aquela tarde de 1.º de setembro de 2009, das quais, tendo em vista o não comparecimento das partes interessadas, apenas cinco acabaram acontecendo na sala de audiências do Primeiro Juizado Especial de Competência Geral Criminal, da Circunscrição Judiciária do Gama, uma das regiões administrativas do Distrito Federal.

No local, em uma mesa entestada ao púlpito, onde encontravam-se acomodados (nesta ordem, da esquerda para a direita) o promotor, o juiz e a tabeliã, se acomodaram as partes. Ao lado da mesa de audiência uma poltrona com dois lugares, onde assistimos aquele “ritual jurídico criminal”. Acima, na parede, um crucifixo com a imagem de Cristo e, logo à frente, um altar com a imagem da virgem Maria adornada por enfeites de Natal. Juiz e tabeliã de pelerine preta, promotor de terno azul escuro e gravata preta⁷.

Teve início mais uma audiência de justificação prévia. A agredida entrou na sala com a mão da barriga e reclamando de fortes dores abdominais. Interpelada sobre as razões do fato, disse que se recuperava de uma cirurgia recente. Após várias atitudes violentas do ex-marido, com o qual fora casada durante treze anos, resolveu denunciar as agressões sofridas. Separados há seis meses, na última vez em que se viram ele foi até sua residência alcoolizado, pediu um prato de comida e, quando ela virou as costas para buscar, ele a atacou com uma faca, no entanto, sem conseguir atingi-la. Ela prestou “queixa” junto à delegacia de polícia, vindo a retirá-la mais tarde, em favor dos filhos e, conseqüentemente, de si mesma, pois dependiam todos do salário do ex-marido para a sobrevivência da família.

6 Expressão utilizada por Corrêa (1983), ao invés de “operadores do direito”.

7 Segundo Oliveira (2005: 21), “as togas pretas significam imparcialidade, a limpeza exemplar do espaço físico, transparência. As togas e os ternos, demais vestimentas caras e elegantes, os tratamentos polidos e floridos, a heurística e a hermenêutica do direito reiteram o aspecto extraordinário e cerimonial do evento”.

Ele chegou a ser detido e, logo em seguida, liberado porque seu patrão pagou a fiança. Relatou que ele nunca mais a havia procurado, que pagava mensalmente duzentos reais de pensão alimentícia aos filhos e que, segundo informações de conhecidos, soube que continuava bebendo muito.

Até então, o agressor não se encontrava na sala de audiências. Chamado pela tabeliã, de ordem do juiz, entrou na sala, levemente alcoolizado. Juiz e defensora começaram a interpelá-lo, em tom de sermão, até que ele começou a chorar descontroladamente e a pedir perdão, dizendo estar arrependido, que não viu o que fez ao agredir “a sua mulher”, pois estava embriagado. A agredida, tocada pela situação criada por seu ex-cônjuge, disse que se ele não bebesse tanto nada daquilo estaria acontecendo e que, por ser o pai de seus três filhos, ainda muito o considerava.

Todos assistiam à cena protagonizada pelas partes, enquanto a defensora pública tentava aconselhá-lo. Juiz e promotor conversavam entre si. Ressalte-se que, ainda que tentando justificar seus atos, em nenhum momento o agressor disse querer abandonar o álcool ou tentar mudar seu comportamento. Então, dando continuidade à audiência, o juiz propôs a devolução do valor pago em fiança à agredida, para custeio de despesas com os filhos, bem como que o agressor fosse encaminhado ao serviço de acompanhamento e tratamento junto à equipe multidisciplinar do Ministério Público daquela localidade, ao que ele respondeu já freqüentar mensalmente as reuniões.

Caminhando já para o final da audiência, o juiz ditou o relatório à tabeliã, sugerindo que o agressor continuasse frequentando as referidas reuniões. Declarou que inexistia condições de admissibilidade para propositura da ação penal em face daquele caso fático e afirmou que o agressor já tomava ciência ali mesmo da medida protetiva a ser aplicada (no caso, afastamento do lar), posicionando-se pelo arquivamento do processo, ao que não se manifestou contrário o promotor.

Encerrou-se mais uma audiência. Ressalte-se que, entre uma e outra, haviam intervalos demorados, nos quais juiz e promotor conversavam entre si, rememorando o próximo processo que constava da pauta de audiências do dia, antes de pedir para que entrassem as partes.

Estudando um dos casos ali mesmo, tendo em vista, mais uma vez, o não comparecimento das partes litigantes, o juiz aproveitou para ditar mais um relatório à tabeliã. Segundo ele, as partes haviam desistido da ação, que não se configurava o “crime de lesão corporal”, restando o crime de “vias de fato”, que, por isso, não deveria ser aplicada a lei “Maria da Penha”. Para ele, os casos abraçados por esta lei não deveriam ser julgados naquele juizado, que “foi uma vacilada do legislador dar tratamento específico para a [lei] Maria da Penha”, bem como que esta havia ficado “muito rígida”, mas que haveria “condições legais e judiciais para flexibilizar a lei”, além do mais, que seria “mais fácil sustentar a ação condicionada [à representação da ofendida] com suspensão [condicional do processo] do que a [ação] incondicionada [à representação]”.

Conforme percebemos, o fato de “dizer o direito” a partir do enquadramento de casos particulares em normas gerais, ouvindo o estritamente necessário para tal e tolhendo qualquer outra comunicação que pretenda ir além desse binômio fato/norma, acaba corroborando para a perda de muitas das complexidades envolvidas em cada caso concreto, sobretudo no que tange a valores não necessariamente compreendidos nos códigos legais, mas compartilhados socialmente (GEERTZ, 1997; CARDOSO DE OLIVEIRA, L., 1989; 2003).

No entanto, a “produção de verdades” (KANT DE LIMA, 1995), conforme manda o *script*, não resta prejudicada, uma vez que esta se processa desde a fase investigativa, passando pelo momento processual, até chegar ao constitucional, caracterizado por elevado nível de abstração, tornando possível a celebração do “Estado democrático de direito” com a descoberta da “verdade real”. A legitimidade necessária à garantia de fiel cumprimento de tais “verdades” advém não apenas do caráter coercitivo do fato social (Durkheim, 2006) produzido, como também da mistificação das relações concretas e evocativas da autoridade inquestionável e impessoal das tipificações abstratas (KANT DE LIMA, 1985).

Conforme observou Oliveira (2005: 19), o “mundo jurídico – e seus rituais – é marcadamente simbólico, repleto de signos que primam, dentre outras coisas, pela distinção e austeridade”. Os participantes do evento ritual são colocados em contato com tais símbolos e signos desde sua chegada ao Fórum, sendo que o contato com esta nova atmosfera pesa tanto no pensamento como na conduta dos intérpretes (PEIRCE, 1955; JAKOBSON, 1971; TAMBIAH, 1985).

A partir das etnografias das audiências, pudemos compartilhar da percepção de Oliveira (2005) no que tange à sua afirmação quanto à conotação de sacralidade assumida pelos “rituais jurídicos criminais”. Nas palavras desse autor, “nesta religião civil, as escrituras sagradas são os códigos processuais e as leis, a língua sagrada são os brocados latinos (p.e. *in dúbio pro reo, fumus boni iuris, periculum in mora*)⁸, palavras com poder mágico e índices de erudição clássica, tradição a qual muitos [dos] ‘operadores do direito’ gostariam de se filiar” (p.21, grifou-se). A mágica ritual no processo penal (MAUSS, 2003) encontra-se no fato de que, graças ao caráter hermético do rito e do “mundo do direito”, poucos detêm aquele *know how*, o conhecimento técnico e “mágico” para presidir aquela liturgia e alcançar determinados resultados.

Segundo Oliveira (2005: 14), a partir de uma análise antropológica inspirada em Peirano (2001), tais ritos são performativos e comunicativos; “o ritual, dando conta das formas, chega também ao conteúdo das práticas ali realizadas, uma vez que os ritos atualizam uma cosmogonia, no nosso caso concreto, o ‘mundo do direito’, e comunicam as crenças e representações que lhes são peculiares”.

8 “na dúvida (a decisão) em favor do réu”; “a fumaça do bom direito”; “perigo iminente”.

Para além de uma análise estrutural do sistema de justiça criminal, buscamos apreender e analisar também as relações sociais nele (e a partir dele) tecidas, buscando compreender as formas com que as questões de gênero e da violência doméstica contra a mulher são capazes de se performatizar no processo de produção e/ou afirmação dos sentidos práticos da realidade vivida por seus protagonistas. Enfatize-se que os “rituais jurídicos criminais”, mencionados exaustivamente, têm peso fundamental nesse processo. Chamou-nos bastante a atenção como os “operadores do direito” (ou os “manipuladores técnicos” da lei, como quiser o leitor) constroem e imprimem legitimidade às “verdades jurídicas” acerca das questões em tela.

Tomemos como exemplo, dentre os casos analisados, o de *Vitória*⁹, que, no dia 6 de março de 2007, foi brutalmente espancada por seu companheiro, *Fulano de Tal*, com chutes na cabeça, após puxar seus cabelos e derrubá-la no chão, causando-lhe ferimentos na cabeça, sob a alegação de estar irritado com o volume da música que ela ouvia.

Diante do fato, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) ofereceu denúncia contra o agressor pela prática do crime de *Lesão Corporal Qualificada pela Violência Doméstica* (termo nativo do campo jurídico). Contudo, ao invés de receber ou rejeitar a denúncia, o juiz determinou a realização de audiência preliminar, ocasião na qual, a agredida foi instada a renunciar à sua representação¹⁰ e a dispor da ação penal já proposta pelo Ministério Público. Coagida pelo acusado, o qual foi intimado por telefone a participar da audiência, declarou não ter interesse no prosseguimento do feito. Diante ao ocorrido, o Ministério Público intentou reclamação perante o Tribunal de Justiça, no entanto, teve a denúncia rejeitada sob a seguinte fundamentação:

(...) a Lei 11340/06 (Lei Maria da Penha) dispõe expressamente, no art.16, sobre a necessidade de uma audiência para que a vítima se manifeste sobre o interesse no prosseguimento do feito. Ora, se o próprio legislador prevê a exigência da realização de um ato solene para que o magistrado e o promotor possam colher a manifestação da parte interessada, pode-se concluir no sentido de que o prosseguimento do feito estará necessariamente condicionado à vontade desta... Portanto, não há dúvida de que deve ser buscada a pacificação social e a estabilidade das relações familiares. O princípio da intervenção mínima tem sido cada

9 Processo n.º 2007.09.1.003834-7. Analisamos o Recurso em Sentido Estrito interposto pela então 2.ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e da Violência Doméstica de Samambaia/DF, em que figurou como recorrente o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e, como recorrido, *Fulano de Tal*. Os nomes das partes foram alterados, objetivando-se manter a identidade das mesmas.

10 Conforme observou Oliveira (2005: 11, grifou-se), “representação criminal” não é representação no sentido de “imaginar a realidade” [ou tal como idealizada pela Teoria das Representações Sociais – TRS, a partir das idéias de Émile Durkheim até Serge Moscovici, este último psicólogo francês], mas diz respeito ao universo do direito e quer dizer “acionar judicialmente alguém”, ou seja, propor uma ação, no caso, criminal.

vez mais aplicado na esfera criminal. Isso porque o direito penal deve ser utilizado como um dos últimos mecanismos de controle social (...) ¹¹.

A ambos os casos aqui apresentados cabe análise comparativa à luz das conclusões de Carrara *et alli* (2002) que, pesquisando as decisões judiciais nos tribunais do Rio de Janeiro de 1991 a 1995, perceberam o temor dos juízes em intervir na família e na posição masculina dentro dela, sendo que isto parecia nortear as suas decisões nos processos.

Para Machado (2007: 16-17), tais “operadores do direito” tendem a, continuamente, minimizar as violências sofridas pelas mulheres no contexto familiar, em defesa da harmonia familiar e da privacidade, em detrimento da integridade da pessoa dessas mulheres. Segundo a autora, “a concepção dominante do valor do lar e da família, em geral, remete à uma concepção de repetição do valor do lar e da família como sinônimo de ‘privacidade’ e de ‘harmonia no lar’, mesmo onde há conflitos sérios com gravíssimos efeitos na integridade corporal e na saúde das mulheres” (p. 17).

Carrara *et alli* (2002) chamam a atenção para a questão daqueles crimes aos quais denomina “crimes de bagatela”, ou seja, aqueles considerados “leves”, uma vez que se situam no contexto da esfera doméstica. A eles não são auferidos relevância pelos “operadores do direito”, conclui. Com relação aos casos fáticos trazidos à lume neste ensaio, parece soar insignificante as violências sofridas pelas agredidas, de acordo com o entendimento dos juízes que as analisam, como se não merecesse análise da justiça, seja como concretude particular, seja como problemática social ampla.

Segundo Bandeira (2007), as conquistas para banir a violência [doméstica contra a mulher] têm se revelado frágeis e contraditórias. Thurler (2009:1), por sua vez, pontuou que “entre operadores do direito alguns segmentos resistem a considerar seriamente as denúncias da vítima, adotando atitude indulgente relativamente ao agressor. Novas leis deflagram formas de resistências recriadas, incluindo mesmo tentativas de inconstitucionalização”. Nas palavras da última autora, a persistência do discurso religioso, da igreja institucional e a resistência à afirmação de um estado laico contribuem em boa medida para a manutenção de posicionamento dos sujeitos institucionais dentro desse sistema ¹². Segundo Izumino (2004: 3-4),

11 Citação da decisão de Juiz da lavra do Primeiro Juizado Especial e da Violência Doméstica contra a Mulher de Samambaia/DF, que deu intento ao Recurso em Sentido Estrito (RES), fulcro ao Processo n.º 2007.09.1.003834-7, interposto pela 2.ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e da Violência Doméstica de Samambaia/DF, em 26 de setembro de 2007.

12 Lembremos, a título de ilustração, da idéia expressa em trecho do livro de Efésios, capítulo 5, versículos 21 a 24, Bíblia (Sagrada e escrita há mais de dois mil anos, de acordo com a doutrina cristã): “Vós que temeis a Cristo, sede solícitos uns para com os outros. As mulheres sejam submissas aos seus maridos como ao Senhor. Pois o marido é a cabeça da mulher, do mesmo modo que Cristo é a cabeça da Igreja, ele, o Salvador do seu Corpo. Mas como a Igreja é solícita por Cristo, sejam as mulheres solícitas em tudo pelos seus maridos”.

o funcionamento do Sistema de Justiça nas sociedades contemporâneas tem sido problematizado a partir do reconhecimento da crise de legitimidade que se instalou nas últimas décadas, afetando tanto o Direito quanto as instituições de Segurança e Justiça. (...) ao longo das duas décadas passadas, este mesmo Sistema confrontou-se com um aumento da conflituosidade na sociedade brasileira revelando-se lento, despreparado para lidar com as novas questões sociais, e oneroso para o Estado e para as partes que o acionam. (...) por outro lado, esses conflitos decorrem da conquista de novos direitos. Por outro lado, o que hoje é denominado de violência ou criminalidade urbana comporta um conjunto variado de eventos como a criminalidade comum, o crime organizado, a violência nas relações interpessoais e as graves violações aos direitos humanos (...) ao falar sobre justiça e violência contra a mulher, os estudos têm enfatizado as especificidades de gênero e a forma discriminatória como a justiça tem sido aplicada, sem dar maior precisão ao cenário jurídico em que estas especificidades se inserem.

Ressalte-se, contudo, que a válvula motora desse sistema (o crime /o delito) é uma construção social, sendo que a própria sociedade, por meio de suas instituições, escolhe as formas de filtrar o que é ou não violência. Um exemplo disso é a seletividade do sistema de justiça criminal no que tange à proibição de determinadas práticas sociais por meio da norma. Tais violências passam a ser criminalizadas, sendo rotuladas por tipos penais específicos¹³.

Neste sentido, a lei “Maria da Penha” é um caso emblemático acerca da construção social do tipo penal em questão, uma vez que (ao definir em seu artigo 5º a “violência doméstica ou familiar contra a mulher” como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida, com a ressalva de que tal relação independe de orientação sexual, do que se pode entender possibilidade do agressor também ser mulher, no caso de uma relação homossexual) estabeleceu as formas desse tipo específico de violência, impôs à justiça brasileira a necessidade da criação de órgãos específicos para cuidar dos processos sobre violência contra a mulher, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além de definir mecanismos de atuação específicos destes diante aos fatos em que se figurar violação àquela lei.

Todavia, lamentavelmente, é latente o descompasso nas produções decisórias do Judiciário, com a secundarização da análise de provas e a transformação do processo em um procedimento dedutivo. Vejamos, por

¹³ Sobre o crime enquanto construção social, ver Misse (2008). Na perspectiva da Criminologia Crítica de Alessandro Baratta (2002), para entender a tipificação de alguns atos como crimes e outros não, é preciso investigar as funções sociais que cumprem o processo de etiquetamento de certas condutas como criminosas.

exemplo, a fala de um dos juízes entrevistados: “quando eu realizo uma audiência, eu já sei o que eu vou decidir. (...) Eu acho que a decisão não é um processo racional. É uma escolha. Depois de decidir, vou buscando como justificar minha escolha” (Entrevista 06)¹⁴.

Sobre esta questão, convém pontuar o que observou Campos (2007: 143-145), no sentido de que, desconhecendo a realidade concreta de mulheres submetidas a situações de violência, juristas olham o direito deslocado de sua real aplicabilidade. Por exemplo, duvidam da palavra das mulheres quando elas efetuam pedidos de afastamento do lar do agressor. O direito (masculino) de permanecer na residência, mesmo violando direitos fundamentais, sobrepõe-se. A imagem que estes operadores do direito fazem da mulher que denuncia é a de uma mulher irracional, pouco confiável, mentirosa e que logo irá retirar a denúncia ou voltar a conviver com o agressor. Diante dessa mulher, a resposta jurídica tradicional é negar o pedido de afastamento do lar do agressor e fixar, juridicamente, essa imagem de mulher agredida. Assim, a resposta legal é responsável pela manutenção do círculo vicioso de respostas tradicionais do direito penal e do processo penal. Esses operadores agem como se o processo fosse um fim em si mesmo e não um instrumento a ser utilizado pela vítima para mudar a realidade vivenciada. Ignoram que, em muitos casos, a situação muda pela simples utilização do processo e que isto já constitui uma melhora da situação de vida real. (...)

Os juristas tradicionais desconhecem igualmente o esforço que significa para uma mulher agredida romper uma relação violenta, em virtude dos vínculos existentes e das incertezas do futuro. Eles ignoram, por exemplo, que as inúmeras denúncias nas delegacias são tentativas de confiar no sistema legal e fazem parte do processo de ruptura do denominado ciclo da violência doméstica. A mulher agredida não é uma mulher irracional, que não sabe o que quer. É uma mulher que está buscando, por meio de vários mecanismos, mudar a situação de violência. Como consequência, o tratamento jurídico dispensado a estes casos será fundamental para a mudança da situação e para a confiabilidade futura no sistema.

Segundo um dos promotores entrevistados, “a resistência à aplicação da Lei ‘Maria da Penha’ tem origem em leis que vigoraram no tempo do Brasil Colônia. (...) As Ordenações Filipinas de 1603 compilavam as leis administrativas, criminais e de família. E, no seu bojo, davam autorização para o marido castigar os filhos, os servos, os escravos e as mulheres. (...) o dramático é que essa legislação que vigorou até o século XIX acabou, na prática, se perpetuando até o advento da Lei ‘Maria da Penha’” (Entrevista 01)¹⁵.

¹⁴ Trecho de fala da entrevista com um dos Juízes Criminais da circunscrição judiciária do Gama/DF.

¹⁵ Trecho de fala da entrevista com um dos Promotores de Justiça de Samambaia/DF.

Contudo, não se pode negar que a procura da mulher pelo Poder Judiciário no intuito de buscar a resolução para os conflitos experienciados na conjugalidade tem importante significado simbólico para ambas as partes, uma vez que dá visibilidade à violência, muitas vezes rompendo com o silêncio e buscando ajuda no poder público para findar a agressão. Ou seja, não apenas o fato de existir uma garantia legal neste sentido, mas as possibilidades jurídicas e sociais apontadas corroboram por conferir empoderamento às agredidas, no sentido de trazer-lhes força diante à opressão e à violência sofridas. Nas palavras de Campos e Carvalho (2006: 415),

a reafirmação da violência na presença do juiz, terceiro na cena processual, significa o conflito de sua real dimensão de gravidade, realizando deslocamento simbólico capaz de inverter, momentaneamente, a assimetria na relação conjugal. A interferência de atores externos ao conflito (juiz, Ministério Público, advogados) representa importante variável para a vítima, (re)capacitando-a em condições e potencialidades de fala. No momento da audiência, a obrigatoriedade da presença do agressor diante do juiz, do Ministério Público e da vítima restabelece o equilíbrio rompido com a violência. No entanto, as soluções encontradas pela Lei, através dos institutos de composição civil e transação penal, obstaculizam essa expectativa.

Considerações fragmentárias a guisa de conclusão

À luz do pensamento de Santin *et al* (2009: 7), podemos compreender a legislação em epígrafe como um “dispositivo de produção de subjetividades, pois tem sido capaz de provocar importantes transformações às formas de compreender e atuar ante as violências nos âmbitos jurídico, social, doméstico e familiar”. Não só “restituiu os direitos fundamentais das mulheres como os elevou à categoria de direitos humanos, recuperando o déficit jurídico pela não aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos das mulheres” (CAMPOS, 2007: 147).

As várias discursividades propaladas e aqui analisadas apontam elementos relevantes, emanados não apenas dos dois principais subsistemas do sistema jurídico, legislação e jurisprudência (LUHMANN, 1980; 1990), mas das representações sociais de seus protagonistas, em suas múltiplas possibilidades interpretativas, bem como evidenciam a dificuldade deste mesmo sistema em garantir a participação discursiva das partes em disputa na construção efetiva do acordo final (CARDOSO DE OLIVEIRA, L., 1989; 1996 a, b), muitas vezes forçado¹⁶, uma vez preso aos rituais do “mundo do direito” e comunicativo das representações e das crenças resistentes às mudanças sociais.

16 Sobre esta categoria, ver Alves (2003) e Moreira-Leite (2003).

Contudo, ainda persistem grandes desafios a ser melhor analisados no que tange ao enfrentamento desta questão. Um deles, muito bem pontuado por Cardoso de Oliveira, L. (2002; 2003), diz respeito às demandas por reconhecimento das partes em sua pessoa e dignidade, ou por reparação pelo “insulto moral”¹⁷, de modo que o real deixe de ser “processado e moído” pela apreensão estritamente normativa dos casos (CORRÊA, 1983).

À guisa de conclusão, é oportuno pontuar que esta reflexão mostrou-se bastante reveladora. A violência doméstica contra a mulher, enquanto representação social, é construída e (re)significada nas interações entre os indivíduos em sociedade, não somente entre aqueles(as) que a protagonizam como entre aqueles(as) que, em face de suas competências dentro do sistema de justiça criminal, assumem papéis sociais, sejam eles de defesa/acusação ou julgamento de crimes envolvendo esse tipo penal. A tensão nesse campo, sobretudo no que tange aos discursos e lógicas de atuação entre os “operadores do direito”, aponta, como campo fecundo, para se buscar compreender mais profundamente os processos institucionais de administração de conflitos, da produção de “verdades jurídicas” e das representações sociais sobre a questão da violência doméstica contra a mulher.

Referências Bibliográficas

ALVES, Juliano Vieira. **Juizados especiais cíveis: personalidade e impessoalidade nos interstícios do Estado**. Dissertação de mestrado. Brasília: SOL/UnB, 2003.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Brésil: trente années de résistance féministe à la violence sexiste (1976-2006)**. Trabalho apresentado no Colloque International CEDREF (Centre d'Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Études Féministes): Normes et contre normes: dés/humanisation des femmes et sexualités, Grupo Résistance et relation aux normes. Universidade Paris VIII, junho de 2007.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal**. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Editora Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.) **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olhos D'água, 2003.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **Corpo, sexualidade e gênero. A construção**

¹⁷ Segundo Cardoso de Oliveira, L. (2002: 09), trata-se de “um ato ou atitude que agride direitos de natureza ético-moral (...) diferentemente das agressões a direitos jurídico-legais, o insulto moral não pode ser traduzido, de imediato, em evidências materiais. Embora se trate de uma agressão à pessoa do autor efetivamente ofendido, e não se confunda com a perda eventualmente sofrida com a quebra de um contrato ou em decorrência de um ilícito civil, também se distingue de uma agressão física, de caráter criminal, que sempre deixa marcas palpáveis, facilmente identificáveis e percebidas como tais por terceiros”.

do desvio na justiça de menores. Brasília – 1960/90. Tese de Doutorado, Departamento de História UnB, 2001.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Violência Doméstica e Direito Penal Crítico.* In: JONAS, E. (coord.) **Violências Esculpidas.** Goiânia: Editora da UCG, 2007.

CAMPOS, Carmen Hein; CARVALHO, Salo de. *Violência doméstica e juizados especiais criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo.* In: **Revista de Estudos Femininos.** Florianópolis, v. 14, n. 2, maio/set. 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Fairness and communication in small claims courts.** PhD. Dissertation, Harvard University. Ann Arbor: University Microfilms Internal, 1989.

_____. *Da moralidade à eticidade: via questões de legitimidade e equidade.* In: R. E L. R. CARDOSO DE OLIVEIRA. **Ensaaios antropológicos sobre moral e ética.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a.

_____. *Justiça, solidariedade e reciprocidade: Habermas e a antropologia.* In: R e L. R. CARDOSO DE OLIVEIRA. **Ensaaios antropológicos sobre moral e ética.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b.

_____. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. **Honra, dignidade, e reciprocidade.** Série Antropológica, 344, pp. 2-16. Brasília: DAN/UnB, 2003.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana e ENNE, Anna Lúcia. *Crimes de Bagatela: a Violência contra a Mulher na Justiça do Rio de Janeiro.* In: CORRÊA, Mariza (org.) **Gênero & Cidadania.** Campinas: Ed. Pagú/Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp, 2002.

CLIFFORD, James e MARCUS (orgs). **Writing Culture.** Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1986.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis: Vozes, 1997.

KANT DE LIMA, Roberto. *Polícia e democracia: controle social e administração da justiça.* In: **A instituição policial.** Rio de Janeiro: Revista da OAB, n.º 22, pp. 279-288.

_____. **Da inquirição ao júri, do trial by jury à plea bargaining: modelos para a produção da verdade e a negociação da culpa em uma perspectiva comparada Brasil/Estados Unidos.** Tese (concurso para professor titular da cadeira de Antropologia). Niterói: UFF, 1995.

_____. Por uma Antropologia do Direito no Brasil. In: **Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

IZUMINO, Wania Pasinato. **Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça**. Paper apresentado no XXVIII Encontro da ANPOCS. Caxambu: mimeo, 2004.

JAKOBSON, Roman. **Fundamentals of language. The metaphoric and metonymic poles**. Paris: Mouton, 1971.

LUHMAN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Brasília: Ed. UnB, 1980.

_____. A posição dos tribunais no sistema jurídico. In: **Ajuris**. Porto Alegre, v. 17, n.º 49, p. 149-168, jul. 1990.

MACHADO, Lia Zanotta. **Entre o Inferno e o Paraíso**. Série Antropológica. Brasília: UnB, 2003.

_____. **Desafios Institucionais no Combate à Violência contra a Mulher na América Latina e no Caribe**. Brasília: UNIFEM, 2007.

_____. A Longa Duração da Violência de Gênero na América Latina. In: FERNANDES, Ana Maria e RANINCHESKI, Sonia. **Américas Compartilhadas**. São Paulo: Francis, 2009.

_____. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MISSE, Michel (org.). **Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2008.

MOREIRA-LEITE, Ângela. **Em tempo de conciliação**. Coleção Antropologia e Ciência Política, n.º 34. Niterói: Ed. UFF, 2003.

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. **Saber Calar, Saber Conduzir a Oração: a Administração de Conflitos num Juizado Especial Criminal do DF**. Dissertação de Mestrado. Brasília: DAN/UnB, 2005.

PEIRANO, Mariza (org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Coleção Antropologia Política, n.º 12. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2001.

PEIRCE, C. Sanders. How to make our ideas clear. In: **Philosophical writings of Peirce** (selected and edited by Justus Buchler). New York: Dover Publications, 1955.

SANTIN, M. A. V. *et al.* **A Implementação da Lei Maria da Penha em Chapecó**. Paper apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: mimeo, 2009.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. (orgs.) **Violência, Gênero e Crime no**

Distrito Federal. Brasília: Paralelo 15 e Ed.UnB, 1999.

TAMBIAH, Stanley. A performative approach to ritual. In: **Culture, thought and social action.** Harvard University Press, 1985.

THURLER, Ana Liési. **Intervenção: criminalidade sexista e cumplicidade social.** Paper apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: mimeo, 2009.

TURNER, Victor. Symbols in Ndembu ritual. In: **The forest of symbols: aspects of Ndembu ritual.** Ithaca: Cornell University press, 1967.

Legislação consultada

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

Categoria Estudante de Ensino Médio





INTRODUÇÃO

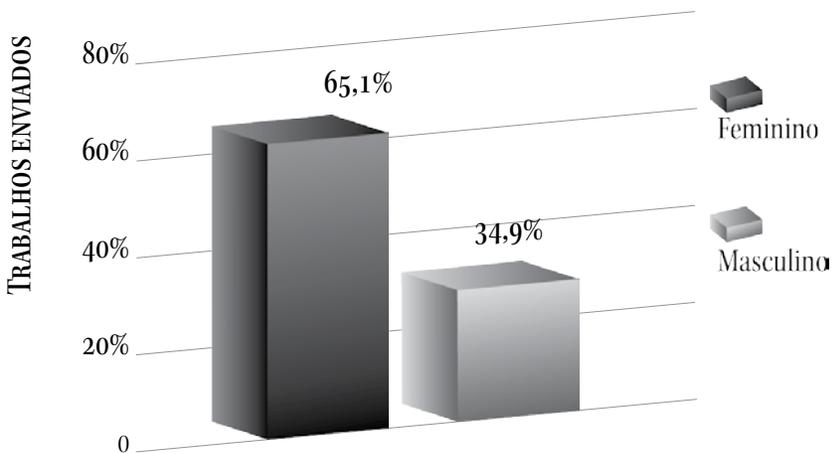
A categoria Estudante de Ensino Médio recebeu a inscrição de 3.951 redações vindas de todas as unidades da federação brasileira. Deste total, 65,1% foram inscritas por pessoas do sexo feminino e 34,9% do sexo masculino.

6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Categoria Estudante de Ensino Médio Inscrições por sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	1378	34,9%
Feminino	2573	65,1%
Total	3951	100%

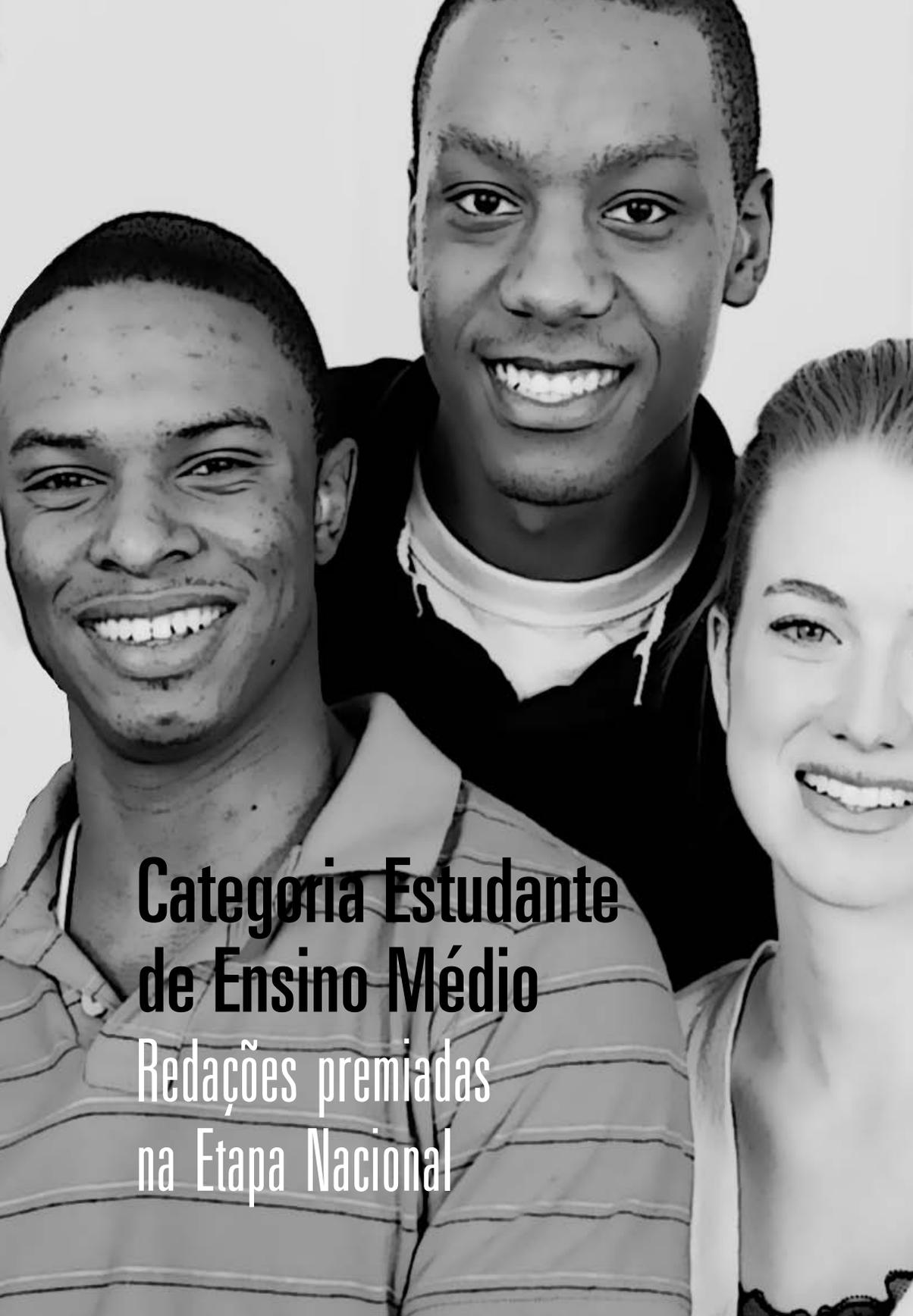
Fonte: CNPq/SPM, 2010.

6º PRÊMIO — TRABALHOS ENVIADOS SEGUNDO O SEXO, ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO



Fonte: CNPq/SPM, 2010

A distribuição das inscrições por Unidade da Federação mostra uma grande concentração nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Estes representaram 44,5% do total. Minas foi responsável por 30,9% das inscrições, seguido de São Paulo com 13,6%. Em terceiro lugar está Mato Grosso do Sul com 5,5% e em quarto o Rio de Janeiro, com uma taxa de participação muito próxima da baiana de 5,4%. Estes estados agregados respondem por 55,4% das inscrições totais.



**Categoria Estudante
de Ensino Médio**

Redações premiadas
na Etapa Nacional



BAHIA – Salvador

Os sonhos de Geni

Jamile de Oliveira Gonçalves

Colégio Antônio Vieira

Professor Orientador: Antônio Lourival

Genitália. É a palavra de que sempre me lembro quando alguém, na rua, me chama. Não sei o que se passava na mente de minha mãe quando me batizou assim. Geni. Nome feio.

Essa noite eu tive um pesadelo. Acordei com a boca seca, seio palpitante, suor frio. Vomitei, não sei o que, porque fazia quase um dia que não punha nada à boca. No sonho, um balão daqueles bem grandes invadia o céu e pairava sobre essa cidade porca. E de lá de baixo eu via, reluzindo mais que as estrelas, o sorriso de um moço. Lindo! Ah, se um dia um homem daquele viesse me buscar aqui... Aí, sim, eu ia ser mulher de verdade. Mulher bem falada, honrada. Não ia ter que dar satisfação da minha vida a ninguém e ia gritar de peito aberto: “Quem é a miserável agora? Quem é a maldita Geni agora?” Mas o balão, que o pessoal letrado chamava de Zepelim, cheio de si se aproximou e foi então que eu vi que o príncipe, na verdade, era mais sujo e feio que sapo. Eu vi que ele, como todos os outros habitantes dessa cidadezinha, só queria se aproveitar da minha boa vontade. Do meu prazer em fazer os outros sentirem prazer. E eu não tô falando de sexo, não. Pra falar a verdade, prazer com sexo eu quase nem tenho. Nunca tive. Gosto mesmo é de ver as pessoas sorrirem, ficarem felizes.

Aceito o sexo, pois com ele me sinto amada ao menos por alguns instantes. Com ele, as pessoas gostam de mim. Gozam comigo. Mesmo que, depois, aqueles que sorriam e me aplaudiam me xinguem, me batam, falem mal de mim. E lá vou eu novamente, na esperança de que um dia alguém veja a mulher de verdade que eu sou. Mas que nada, acontece tudo novamente. É igualzinho a quando eu era criança. Meu padrasto me batia, minha mãe reclamava e acabava apanhando também. Mas ela não apanhava de surra, não. Ela apanhava de desgosto, de humilhação, apanhava da vida. Apanhava cada vez que via o marido sair da casa da vizinha, ajeitando as calças, enquanto ela voltava do trabalho. Apanhava quando me via passando fome. Apanhava do patrão que enchia o bucho enquanto ela queimava o couro colhendo feijão debaixo de sol forte. E a maior surra de todas, ela levou quando me viu sair de casa pra vir me vender, aqui na cidade. Essa cidade de merda. Eu queria ser forte que nem ela. Queria trabalhar e sustentar minha vida sem precisar pedir nada a senhor algum.

Mas nesse inferno de cidade mulher só serve pra dona-de-casa ou doméstica. E quem é que vai querer dentro de casa uma mulher da vida? A não ser que eu fosse lá pra cidade grande. Dizem que lá tem até mulher que é

escritora. Profissão bonita essa. Saber usar as palavras, poder se defender através das palavras, poder escrever tudo aquilo que a gente cala em nosso peito. Um dia eu ainda vou pra cidade grande. Vou conhecer um homem bom. Um homem que goste de mim como eu sou, sem máscara. Ele pode até vir do céu, que nem o homem que eu vi no sonho. Mas o homem do sonho me dava nojo. Vai ver por isso eu acordei com vontade de vomitar. Quando ele se aproximou e eu senti aquele bafo horrendo, aqueles dentes dourados, meu Deus! Saí correndo, mas não adiantou. Ele me agarrou com um daqueles braços enormes e me prendeu lá em cima. Berrou lá de cima, pra cidade toda ouvir, que só ia embora se me possuísse.

Pra dizer a verdade, eu até me senti um pouco importante. Ver que eu fui a escolhida. Ver que toda aquela gente, agora, dependia da minha boa vontade, da minha resignação. Mas dar prazer àquele monstro eu não queria, eu não queria. Então eu vi que todas aquelas pessoas queriam. Queriam que eu me entregasse pra salvá-las. Elas que me detestavam, que me usavam e me cuspiam, pediam-me agora, encarecidamente, que me fosse embora no Zepelim. E se eu não o fizesse, Deus, se eu não o fizesse... Tinha tanta criança lá. Tinham os velhinhos, tinha a professora. A professora era uma pessoa boa. Ela não merecia sofrer. Não pude conter a minha vontade, o meu desejo de ser querida, e fui. Fui perder a minha vergonha, a minha moral, que já se encontrava esfacelada. Que dor horrenda eu senti. Que medo eu tinha daquele crápula que me possuía com tamanha voracidade, sem nem se importar com as minhas lágrimas que corriam e me queimavam a face. Meu rosto sangrava, meu corpo sangrava, e aquilo que lembrava meu nome sangrava mais ainda.

Sei bem o que Geni vomitou quando acordou do sonho. Vomitou toda a angústia presente naquele corpo. Vomitou toda a fúria e a vontade de ser livre que transbordava pelo seu sangue, pelo suor, pelas narinas, boca e cabelos. Vomitou toda a luta e todo o poder que foi dado a Beauvoir, Frida Kahlo, Pagu, Chico Buarque, Machado de Assis, Almodóvar, Lispector, Capitu, Aurélia, Iracema, Lucíola, Joana, Maria da Penha e tantas outras 'Marias'. E sangrou. Geni sangrou num grito toda a mulher que havia nela e que há tempos fazia força pra sair.

Depois do sonho, Geni ergueu-se. Sussurrou baixinho alguns versos, sem saber que repetia as palavras de Elisa Lucinda, no Aviso da Lua que Menstrua: *"Cuidado comigo. Eu menstruo!"* Respondeu àqueles que a acusavam de luxuriosa. Mostrou às beatas, que faziam campanha contra o uso de contraceptivos, a pedofilia cometida pelo Bispo. À Primeira-dama, que se julgava tão cheia de princípios, mostrou a infidelidade e a falta de moral do seu esposo. Ao banqueiro, mostrou que seu dinheiro não valia metade do chão que pisava. E a toda a gente, mostrou que era capaz, porque antes de qualquer coisa ela era mulher.

Geni não precisou de um homem para conseguir uma profissão. Geni cresceu. Queimou sutiãs, defendeu teses, criou teorias. Foi cientista, trabalhou de pedreira, de secretária, de motorista, de empresária. Virou jornalista. Geni

escreveu, escreveu, escreveu e escreve ainda, todos os dias, uma nova página da história de sua vida, que ela mesma escolhe a cor, que ela mesma escolhe a letra e o tipo de papel.

E agora Geni pode gozar. Geni pode e deve trabalhar em qualquer lugar que queira. Geni pode e deve reclamar quando apanha e, mais ainda, reivindicar as pedras e as merdas que lhe lançaram. Ela pode dar pra quem quiser, e aí de quem faça algum comentário maldoso.

CEARÁ – Crato**Crônicas de mãe Tonha**

Danielle Bezerra Feitosa

*Colégio Pequeno Príncipe**Professora Orientadora: Catarina Tavares Vieira Jamacaru*

Mãe Tonha olhou para os lados. Até certo ponto triste. Triste sim. Apesar de tudo Zé Sampaio fora sua vida, casara com ele ainda menina, adolescente, pobre pastora de cabras do interior da Bahia. Agora ele estava morto, o corpo bruto e velho estendido no caixão pesado no meio da sala. Os olhos fechados, o rosto contorcido quase numa careta. Nem na morte sossegaria o velho Zé. Casara a força é verdade, mas ainda assim ele fora a sua vida – não tivera outra oportunidade depois de tê-lo conhecido. Ah, dia amaldiçoado.

No dia mãe Tonha contava então com 17 anos. Sua mãe estava na cozinha lavando uma panela suja do almoço. Comida simples, como o povo do interior, mera mistura de baião de fava e ovo frito. A menina na sala escrevia em uma folha de papel amassada, usava um pedaço de lápis sem ponta definida, mordido em alguns lugares. Era tudo que restara do tempo em que estudava no grupo escolar – largado a mando do pai aos 12 anos.

Lugar de mulher, ainda mais menina nova, é em casa, ajudando a família, lavando, passando e cozinhando pro homem. Sempre foi assim e sempre seria. Mãe Tonha escutou essas palavras e largou o grupo. O pai não deixava.

Mas naquela tarde, hora da sesta no interior, ela escrevia o nome na folha de papel.

A mãe apareceu na sala e tomou-lhe a folha das mãos, os olhos de mãe Tonha se encheram de lágrimas. A folha pobre foi rasgada, as palavras se perderam no chão de barro, as lágrimas se fundiram a elas em seguida.

– Vai trabalhar que me ajuda mais! Fica perdendo tempo estudando, não precisa disso, teu pai já disse! Vai procurar a cabra Maria que se perdeu ontem no tabuleiro que faz melhor! Anda, vai!

Mãe Tonha foi, mas no lugar da cabra achou Zé Sampaio. Caboclo do interior, 40 anos gastos no cuidado das cabras, dono de rebanhos e terras pra plantar. Vinha com o cão no corpo naquele dia, a menina que ele quisera pagar na noite anterior no palácio não estivera lá. Diabo de rapariga!

A menina, pequena mãe Tonha, vinha com a cabeça baixa. Zé Sampaio viu pernas e peito de mulher, o corpo ainda crescendo. Quando passou por ela viu-lhe as ancas despontando. Só precisou ver isso. Correu-lhe atrás e a derrubou no mato. Tirou o cabaço ali mesmo, em meio ao barro seco na terra

e a vegetação rasteira. Raízes e espinhos, talo a arranhar seu corpo e tirar-lhe sangue.

Abuso sexual. Termo desconhecido no interior da Bahia. Poder e dinheiro, palavras bem conhecidas a justificar meio mundo, inclusive honra de menina perdida no meio do mato à hora da sesta.

Mãe Tonha engravidou. A mãe chorou quando percebeu. Chorou outra vez enquanto o pai dava uma surra na menina, agora grávida. Era assim que deveria ser, sempre foi. Menina perdida no mundo merecia surra, com ou sem bucho. Não havia meio termo no interior da Bahia, onde condição de mulher é em casa cuidando do marido, e agora do filho se este sobrevivesse à surra.

Mas ela não reclamou, não podia. Era mulher, afinal de contas, e mulher não reclama. É como um objeto útil na casa, a carne no almoço de domingo. Ela apanhou calada.

Semanas depois trocava a escravidão do velho pai pela de Zé Sampaio. Afinal o caboclo gostara da menina e resolveu adotar aquele filho que crescia na barriga dela, legitimá-lo como sendo seu. Antes não tivesse casado, a escravidão teria acabado anos depois com a morte do pai. Com Zé, durou décadas.

Mãe Tonha passou os olhos ao redor da sala, os filhos e netos dando atenção ao morto, servindo café e cachaça, vatapá e salgadinhos. Velório para ser bom tem que ter boa comida, dar forças aos que rezam pela salvação da alma do falecido. No caso de Zé seria preciso toda uma novena para salvá-lo. É assim no interior, onde a morte se celebra como a vida, com comida e festa.

Olhou a mão pequena e calejada com atenção. Os trabalhos no campo deformaram a pele, os de casa deformaram a força de vontade. Apanhar só às vezes, quando Zé Sampaio bebia demais, batia-lhe apenas pelo prazer de maltratar, vê-la em prantos. Mas mãe Tonha se constituía de mulher e esposa dedicada, não lhe cabia reclamar de nada. Marido tinha seus direitos.

A dor das pancadas não doía na alma, apenas na carne, corpo pecador, Cristo sofreu mais na cruz. Alma de mulher do sertão já acostumou com o mal passar, o mal amar. Pelo menos não acontecera nada de pior. A prima Maria das Dores, moradora da baixa do tabuleiro, teve a língua cortada pelo marido por lhe faltar ao respeito na frente dos sogros. Poderia ser pior.

Lembrou-se das poucas vezes onde tinha atenção deveras, os momentos onde humilhação e orgulho se misturavam. Humilhação dela, orgulho dele. Zé Sampaio contava algum caso repetido de rapariga à esposa depois, questão de feitos de cama, honra de homem. Virava para ela e perguntava com a voz a ordenar:

– É ou não? Diga Tonha se não foi verdade o caso!

Mãe Tonha concordava, cabeça baixa, afirmativa e submissa. Ele a puxava para si e apertava seus ombros com força, afirmando sua posse.

– Tonha não tem do que reclamar. Tão bem servida de cama. O bode é velho, mas vale por muito cabrito novo.

Apertava outra vez os ombros da mulher. Era sua. E apenas isso. Como o gado e as cabras no pasto. Os animais tendo a serventia de render dinheiro. Papel de mulher era servir e cuidar, com ou sem violência decidia o marido.

O enterro corria animado. A filha mais velha chegou-se perto da mãe, no rosto a tristeza necessária ao luto, no fundo dos olhos uma alegria contida, alegria pela liberdade agora conseguida com a morte do velho. Os olhos varreram o rosto da menina e bem abaixo do lábio. Estava lá. A cicatriz da antiga surra dada por Zé Sampaio. Ruim com a mulher, pior com as filhas, pensava mãe Tonha.

Foi no tempo que houve festa junina. Zé Sampaio não queria filha sua misturada no povo e não a quis na festa. Mulher era para ficar em casa. Mas a personalidade de mãe Tonha não passou de herança à filha, que era rebelde como o pai, voluntariosa e teimosa. Foi à festa. Voltou para casa algumas horas depois sob chuva de xingos e gritos do velho criador. Chuva pesada demais para noite de festa.

Apanhou até o velho não mais conseguir erguer o braço de cansaço. Danos foram muitos, um braço quebrado, o corpo roxo, abaixo do lábio um corte de três dedos que viraria pesada cicatriz. Mãe Tonha assistiu calada. Não cabia a ela consolar as lágrimas da filha, cuidar dos machucados ou consolar a alma ferida. Se interviesse a próxima surra seria nela.

A alma rude, a mulher-objeto do sertão ainda sentiu a dor como se fosse à própria carne. Chorou pela filha que não pôde cuidar.

Agora a mesma filha lhe sorria com os olhos, não culpava mãe Tonha por surra alguma. Zé Sampaio era pior com ela. Levantou-se e foi servir um gole de cachaça ao marido. Homem bom o Menezes, genro de mãe Tonha, diferente do falecido. Tratava a esposa à base de ouro e boa cama, só lhe exigindo a obediência em troca. Posse de luxo pelo menos. Escravidão paga com boa recompensa. Pelo menos era paga.

Mas não era hora de relembrar o passado, era no fundo um dia de festa. Zé Sampaio morrera e no sertão se comemora a morte como a vida. Mãe Tonha estava enfim livre. As economias do velho guardadas dentro do pote de biscoito.

Ah, pobre mãe Tonha. Sem direito a dor ou alegria, sem direito a se rir ou a se chorar. Estava livre agora como nunca fora na vida, para ir à rua com as beatas da igreja, para comprar a comida que quisesse comer, para ter o direito ao sono tranquilo e a não mais apanhar. Mas o dia de festa estava marcado pelo peito vazio. Era mulher nascida e educada no interior e todos sempre lhe diziam que para ser feliz é preciso macho na cama, ao lado para deitar, dar carinho ou bater. Ele quem decide. Para se viver era preciso homem com ela, a mandar ou desmandar. Era a sorte da mulher, principalmente mulher do sertão da Bahia. Não havia dor ou alegria em seu peito.

Ah, pobre mãe Tonha. Não se ria e não chorava, simplesmente existia. Um não mais viver, um não mais doer. É assim com mulher de sertão, a mulher-objeto, onde só se é feliz com marido, seja ele bom ou não.

Mãe Tonha vive agora, vive sem viver, vive sem saber. A pensar no tempo que vivia com Zé. Como a mulher do Sertão Baiano, onde ensinam que vida é viver com homem e só.

E só.

SÃO PAULO – São Paulo**Anastasia**

Ana Paula Chudzinski Tavassi

Colégio Santa Cruz

Professor Orientador: Luis Aquino

“Dorme, Anastasia, dorme que o tempo é curto; o amanhã já vem, a realidade já torna. Sonha menina, sonha depressa; a manhã te acorda e, a adulta que és, já volta.”

No sonho, na noite bem dormida, a menina encontra sua vida. No dia, concreta realidade, a mulher tem sua sobrevivência. Menina e mulher em um mesmo espaço: a mulher doméstica, a menina duquesa. A menina pede, a realidade nega; a mulher deseja, os sonhos realizam. Enquanto a concretisse do cotidiano repetitivo desilude, o sonho permite à mulher que traga sua meninice de volta e reconstrua os castelos de nuvens de seu imaginário. A infante reaviva, a cada momento possível, as bolhas de sabão, coloridas e fugazes, que traziam as esperanças, o futuro tão desenhado pela menina Anastasia.

Mas o despertador toca e varre a menina da mente adulta responsável: seu patrão chama, seu marido grita, seu filho chora.

Tem 30 anos a mulher negra dos cabelos encaracolados. Nome de duquesa russa, leveza de Monet, cores de Eckhout. Vive com seu marido, marido de papel passado, registrado em cartório, abençoado pela Igreja. Tem um filho pequeno, 2 anos e 3 meses, seu melhor conforto. Tem um emprego na zona oeste da cidade, uma casa na zona leste, uma vastidão de quilômetros para percorrer diariamente.

E assim levanta, seu marido já fora da cama, batendo o pé querendo café da manhã. São cinco horas da manhã, é o começo da realidade diária de Anastasia. Serve o café, nenhum obrigado. Parece que é assim mesmo; o café é função da mulher.

Parte para o quarto do filho, deixa-lhe um beijo na testa, cheira sua inocência. Um sorriso se abre nos lábios de Anastasia: é a menina que nela habita, reconhecendo, no garotinho que dorme tranquilamente, um semelhante. Mas antes que deixe o quarto da criança, o menino chora e lá volta a mãe para acalantar o filho.

– João! Ajuda aqui! O Pedrinho “tá” chorando e eu preciso sair pro trabalho, se não eu me atraso! – nenhuma resposta. Parece que o filho é função da mulher. São apenas quinze minutinhos de atraso para o trabalho, o patrão não vai se importar...

Deixa finalmente seu filho, mergulhado em sono profundo. Despede-se de seu marido que também sai para trabalhar, dá um grito pedindo que a vizinha cuide do Pedrinho, como em todas as manhãs.

Encontra o ponto de ônibus cheio, sem grandes novidades. Em dez minutos o ônibus chega, ela sobe e enfrenta o primeiro engraçadinho do dia: “ô lá em casa, hein?” fala o cobrador entre os dentes assim que Anastasia passa pela catraca. Olha para trás, conhece já esse moço abusado, nenhum pedido de desculpas ou sinal de arrependimento.

Faz seu caminho por entre a multidão naquele corredor estreito, uma mão tenta passar os dedos por suas pernas, um tapa, um xingamento. Não, não foi nossa personagem quem xingou, foi o homem ali do banco do lado, que ficou estressado com a resposta de Anastasia. Ao que parece, mulher é para ser olhada, tocada, emudecida e objetificada.

Chega finalmente no trabalho, quinze minutos de atraso como havia previsto, para uma cidade grande, completamente perdoável.

– Anastasia, sabe que horas são, por acaso? - Houve a voz de sua patroa lá na sala, quando entra esquivando-se rapidamente pela porta de serviço do apartamento para não fazer muito barulho. Sua respiração está ofegante ainda, por causa da corridinha que dera do ponto até a portaria do prédio para evitar um atraso maior, precisa se recompor rapidamente.

– Desculpa, Dona Maria, é que meu filho... – a voz o mais firme e baixa que conseguiu, sua patroa não gostava que ela falasse alto.

– Está bem, chega de desculpas – A patroa interrompeu a moça -. Não se atrase amanhã de novo, entendeu? Duas vezes eu posso até tolerar, mas uma terceira vez seria um abuso da sua parte!

– Maria, o café já está pronto? – pergunta Dr. Roberto, da porta do quarto. Sim, o café é realmente uma obrigação feminina.

– Anastasia, ouviu a pergunta?

– Sim, senhora, já está na mesa. – Esse era o sinal diário para que a cafeteira, que fora colocada por Anastasia para funcionar assim que entrara pela porta da rua, fosse levada para a mesa da copa. O pão, deixado na portaria pelo serviço de entrega matinal da padaria do bairro e trazido por nossa personagem em sua subida para o apartamento, deveria ser levado, logo em seguida, com a manteiga, os frios e a geléia importada. Um pouco depois, então, era a vez da torta semanal, que Anastasia deveria preparar toda segunda-feira.

A conversa à mesa era, na realidade, um monólogo do Dr. Roberto. Ele falava de seu trabalho, de seus problemas, de suas preocupações; falava, até, do que achava que sua mulher deveria fazer no seu dia: pedia que fosse ao banco por ele (tinha uma secretária no escritório, mas não ficaria bem para sua imagem misturar assuntos pessoais com profissionais); requisitava que ela conversasse com a professora de seu filho, estava preocupado com o menino; e que convencesse sua filha a deixar de lado o balé, uma atividade sem utilidade que estava gerando para ele custos demasiados.

Se àquela mesa de café da manhã ouviu-se, em algum momento dos 10 anos de casamento do casal mais do que frases de concordância por parte da mulher, ou tentativas mal sucedidas de contar o que lhe acontecera, foram exceções.

Dona Maria sabia cada detalhe da vida e personalidade de seu marido, enquanto ele, no último aniversário de casamentos dos dois, pedira a Anastasia sua “opinião feminina” sobre o que dar à mulher, perguntando que tipo de roupa ela gostava, qual seu perfume favorito, se tinha alguma cor ou cantor de preferência.

Então Dr. Roberto saiu para o trabalho, muito arrumado, despediu-se da mulher à porta, ela toda carinhosa como se tivesse o dia todo para aquele abraço, enquanto ele estava apressado e abraçava-a com os olhos fixos no relógio.

Fechou-se a porta e Dona Maria correu para o quarto, já estava atrasada para o trabalho, despediu-se dos filhos e gritou um “até mais tarde” para a empregada. Anastasia e Dona Maria, tão diferentes em sua fortuna social, tão iguais em sua domesticada condição de mulher.

Agora, Anastásia estava confortável. A menina dentro dela poderia aflorar e ela viver seus momentos próprios por duas horas, até que os patrõeszinhos levantassem.

Olhava para os móveis, os espaços, e era-lhe impossível não imaginar ela, João e Pedrinho naquela sala, tomando aquele café da manhã. Lembrava dos tempos em que sonhara ser escritora, mas tivera que abandonar os estudos para ajudar nas despesas da casa. Sonhava com os dias que passou imaginando como seria sua vida de casada, um mar de alegrias, um companheiro que lhe escutasse, lhe compreendesse, lhe desse atenção. Chegara até a imaginar alguém que lhe ajudaria; mas o castelo de nuvens se desfez aos poucos...

A mulher entendera o que a menina recusava-se a aceitar: a natureza deu ao homem uma estrutura física mais resistente, que este transformou em capa e decretou que seria sinônimo de poder. Construiu assim um castelo de pedras intransponível que pode apenas ser derrubado por dentro. Um castelo de nuvens não consegue submetê-lo.

O mundo de Anastasia menina confundia-se nesses momentos com o de Anastasia crescida. Parecia que a realidade mortificava as cores de seus sonhos e estourava as bolhas de sabão ao seu menor sinal de formação. Espinhos

de uma sociedade que reluta em mudar e que, como sempre, quem está no poder sente-se desconfortável em deixar o trono.

Anastasia sonhava, sonhava alto, sonhava longe, vivia seu sonho e sonhava sua vida. Fugia a qualquer momento para esse refúgio. Abraçada ao seu marido, via quem gostaria que ele fosse, com medo de ver a realidade; abraçava seu filho e a menina Anastasia desenhava o futuro dele de dia, do mesmo modo em que revivia os sonhos da adulta de noite.

Ficava ali, vendo-se escritora, suas ideias retumbando pelo mundo, suas opiniões sendo escutadas...

Até o filho do patrão acordar:

– Anastasia, o café “tá” pronto?



**Categoria Estudante
de Ensino Médio**
Redações premiadas na etapa
por Unidade da Federação

AMAZONAS – Manaus

Legado

Wanessa Silva Nobre

Centro Literatus

Professora Orientadora: Elaine Andreatta

Sempre me perguntei se um dia chegaria a ser uma pessoa importante. Alguém que ocuparia um alto cargo na sociedade, ou, quem sabe, ser a responsável por uma nova revolução; alguém que tivesse capacidade de representar uma sociedade, que marcaria sua existência na memória da humanidade, mas segundo previsões, eu jamais passaria de uma mente vazia e sem propósitos. Era o que determinava o dito destino. Porém eu queria, queria muito ter um nome.

A minha vida já começou pelo lado avesso, meu pai era um taxista que não dava muito valor à vida, minha mãe uma estudante louca que queria namorar caras mais velhos. Ela sempre me contou que depois que eu nasci, as coisas lá em casa não ficaram muito boas. Meu pai virou o demônio, reclamava de tudo, saía à noite e só voltava no dia seguinte, sempre bêbado, aposto que nem mesmo ele sabia por onde havia andado e, claro, toda vez que minha mãe tentava falar com ele, ela era agredida. O tempo foi passando e eu não conseguia aceitar aquilo, passei a defender minha mãe, e era castigada junto com ela.

Quem mantinha a casa era minha mãe, ela lavava e passava roupa e às vezes nós fazíamos bombons pra ir vender de casa em casa. Era mais uma daquelas mulheres que lutavam e ainda lutam por vencer o regime paternalista tentando conquistar um núcleo familiar que seja mais democrático. Ela sempre se esforçou pra me manter na escola e, quando podia, até me ajudava com os deveres. Minha mãe não tinha completado seus estudos, mas sabia o que era sobreviver. Era mais uma das batalhadoras desse país. No entanto, ainda era uma mulher sem nome. Segundo ela, não importava o quão ruim o mundo parecesse ou o quão preconceituosas e superficiais fossem as pessoas, eu tomaria um rumo diferente, agiria como a figura principal, seria dona de meus próprios atos. E eu acreditei.

Sempre fui, digamos assim, “atenada”. Estava sempre atenta às notícias em busca de progressos que elevassem o status feminino. Tinha orgulho de mim, que já tinha descoberto qual a minha posição política, não dava pra admitir que uma sociedade que se dizia democrática pudesse ser tão medíocre - mulheres com salários mais baixos que os dos homens, ainda que ocupando o mesmo cargo; nossos salários sendo vistos apenas como um complemento à renda familiar, esquecem que na maioria das vezes somos nós quem sustentamos os lares. Para novos contratos existem exigências não só de qualificação como também de boa aparência; mulheres que não conseguem qualificação são obrigadas a recorrer a trabalhos informais, que não por acaso são ocupados em sua maioria por negras; quando queremos nos pronunciar em algum lugar também somos vistas com

outros olhos; para exigir nossos direitos muitas vezes somos repudiadas, nossas qualificações parecem não ser reconhecidas.

Todos deviam saber que quando clamamos pela liberdade e/ou igualdade aos direitos masculinos, não significa que estamos propondo competições entre os sexos, muito menos que por querer condições de uma vida digna, devemos ser tratadas com desprezo ou atitudes machistas. Afinal de contas, continuamos sendo mulheres, aquelas que podem ser sensíveis e delicadas, mas ao mesmo tempo fenômenos imbatíveis.

É claro que através dos séculos obtivemos grandes progressos: podemos trabalhar, estudar, escolher o que queremos usar; conseguimos o direito de votar e exercer a cidadania tanto quanto os homens; foi criada a Lei Maria da Penha, que tem como objetivo proteger mulheres que sofrem agressões, etc. Mas precisamos progredir mais, precisamos de algo libertador. Definitivamente, nós, mulheres, precisamos de uma força representante maior, alguém que exija nossos direitos e defenda nossa causa com “alma e sangue”.

Cheguei à conclusão de que John Locke tinha razão ao afirmar que o homem é o produto de suas experiências. Minha mãe foi uma mulher realmente guerreira, sobreviveu por anos, ou ao menos o suficiente, para me ensinar a viver e garantir que eu seria capaz de concretizar sonhos. A vida parece realmente tê-la ensinado o que não se aprende na escola. Há até quem diga que ela foi vencida pelo câncer, mas vejo isso mais como uma consequência das constantes tristezas pelas quais passou, ou apenas como a continuação do ciclo humano, algo inevitável e que, no entanto, não é a garantia de que o ser foi vencido. Quanto a mim, creio que aprendi mais do que imaginava ser capaz de conseguir. Ao observar tudo aquilo que me cercava e acontecia a minha mãe, ou a vizinhas do lugar onde morava, compreendi o que dizem sobre pré-destinação. No entanto, conformar-se com uma previsão de futuro não me parecia uma forma honrosa de ir à luta. Tinha de existir um meio de fazer diferente; meio esse que mais tarde descobri ser possível obtê-lo, quem sabe até provocasse uma revolução.

O mais incrível de tudo é que descobri o que para alguns é óbvio, mas na verdade tem um toque mágico: pessoas unidas por um só propósito podem romper barreiras. Mas quando isso é aplicado às mulheres, ganha uma dimensão geométrica. Mulheres unidas não podem ser chamadas de mulheres sem nome. Mulheres que lutam por seus direitos garantem um futuro melhor para as próximas gerações. Porém mais incrível ainda é ter aprendido isso com minha mãe, uma mulher sem status, sem um nome, quem todavia me deixou um legado.

Finalmente posso garantir que tenho duas certezas. E aposto que não era de se imaginar que algum dia eu poderia contar com ao menos uma delas. Uma das certezas é a de que consegui deixar minha marca no universo feminino. A outra é a que torna possível aquela. Não sou uma mulher sem nome. Eu até me apresentaria, mas deixa pra próxima, quem sabe um dia desses a gente não se esbarra por aí.

GOIÁS – Inhumas

PresidentA

Meire Ellen Gorete Ribeiro Domingos

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Inhumas

Professora Orientadora: James Dean Amaral Freitas

Passsei pela sala de estar rapidamente. Ao tocar na maçaneta da porta do quarto, ouvi algumas palavras pronunciadas pela então candidata à Presidência da República. Dei meia volta e sentei no sofá. Estava sozinha, porque na hora do horário político é de praxe não ficar ninguém na sala. Todos procuram fazer algo neste período, minha mãe lava a louça e deixa a cozinha em ordem, antes da novela; meu pai, desculpando com o calor, vai para a rede da área, e minha irmã acessa a internet pelo celular.

Sentei no sofá e fiquei observando a candidata falar de suas propostas. Para quem tem um mínimo de conhecimento a respeito da luta das mulheres para ter direito ao voto, sabe que há uma enorme distância entre a professora Celina Guimarães de Mossoró (RN), que se tornou a primeira brasileira a fazer o alistamento eleitoral beneficiando a expansão do “voto de saias”, e as atuais candidatas à Presidência, Marina da Silva e Dilma Rousseff. Esse intervalo foi de 76 anos, ou seja, quase um século de lutas para se conseguir impor a participação feminina na política. Tudo isso me fez questionar: Quais seriam os motivos desses preconceitos em relação às mulheres? Por que sempre fomos consideradas inferiores e menos capazes do que os homens?

Em busca de possíveis respostas, reporteime-me à aula de filosofia, especificamente em um episódio em que o professor abordava o pensamento de vários grandes filósofos da história da filosofia. É admirável a contribuição deles para certas questões filosóficas que sempre assolaram os seres humanos, independentemente do tempo ou do espaço, mas, em contrapartida, detinham uma posição com relação às mulheres, verdadeiramente negativa. De certa forma predominava o pensamento de que a mulher nunca poderia gerar a razão, pois elas somente tinham o direito a um corpo e uma mente, porém não os dois ao mesmo tempo.

A candidata continuava a expor suas propostas no horário eleitoral, mas eu não conseguia me desligar da sala de aula, e ia me lembrando do que o professor dissera sobre a posição de alguns filósofos em relação às mulheres.

Para Pitágoras, a mulher era como um ser que se originou das trevas. Já Aristóteles era da opinião de que a mulher era um homem incompleto. Segundo ele, todas as características herdadas pela criança já estariam presentes no sêmen do pai, cabendo a mulher somente a função de abrigar e fazer brotar o fruto que vinha do homem, ideia esta aceita e propagada na Idade Média. E São Tomas

de Aquino partia do princípio de que uma vez a mulher tendo sido moldada a partir das costelas de um homem, sua alma tinha a mesma importância que a do homem. Para ele, no céu predomina a igualdade de direitos entre os sexos, pois assim que se abandona o corpo, desaparecem as diferenças de sexos, passando a ser tudo uma coisa só. E isso é, no mínimo, curioso, então a mulher precisa morrer para se igualar ao homem. Parece que pelo menos no âmbito espiritual, os direitos das mulheres são reconhecidos.

E Hegel foi ainda mais além. Segundo ele, a alteração existente entre um homem e uma mulher é igual a que há entre um animal e uma planta, sendo que um animal se identifica mais com o jeito do homem e a planta se molda mais com o aspecto da mulher, pois seu progresso é mais pacato, deixando-se levar mais pelo sentimentalismo. “Se as mulheres estão no ápice do governo, o Estado corre perigo. A formação das mulheres se faz não sabemos bem como, mais pelas circunstâncias da vida do que pela aquisição de conhecimento”, disse Hegel. Ele quase nos compara a um ser não pensante, dependente, revestida de sentimentalismo, enfim um ser manipulável, com vida, mas irracional.

Neste momento, voltei à sala de minha casa e a segunda candidata à Presidência da República iniciou o seu discurso. Isso me fez lembrar das mais diversas piadinhas inescrupulosas (a maioria pautada pelo posicionamento de Hegel) que as pessoas andam fazendo acerca das candidatas à presidência. O mais impressionante é que às vezes isso está partindo das próprias mulheres. Talvez a ideologia de que a mulher seja submissa ao homem ainda predomine, afinal somos o sexo frágil, somos fracas, indefesas, e o mais importante, treinadas para casar, sermos mães e donas de casa.

Não resta a menor dúvida de que a mulher era (e é) tratada e vista como ser inferior, de que nós sempre sofremos os mais diversos preconceitos. Mas hoje poder estar diante de um aparelho de TV onde não menos que duas candidatas, femininas, mães de família, estudiosas e lutadoras, estão ali, competindo com o sexo oposto em igualdade de condições, ou talvez até bem mais competentes que os próprios, pela faixa mais exclusiva, a Presidência, é um privilégio. Apesar de as candidatas a cargos políticos somarem apenas 20% do total (o que ainda está abaixo da cota prevista para os partidos, que seria o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo), concluo que as mulheres estão conquistando seu lugar na sociedade, pois num país, como o Brasil, em que nunca houve uma presidenta, ou sequer tantas candidatas, este é um número significativo.

Saí da sala e sentei no computador. Fiquei curiosa. E as grandes pensadoras, não existiram? Fiz uma pesquisa e deparei com alguns nomes, como Simone de Beauvoir, Simone Weil, Hannah Arendt, Edith Stein e a Rosa Luxemburgo, pouco mencionadas, mas admiráveis colaboradoras do conhecimento.

Não posso deixar de mencionar o que Simone de Beauvoir disse em

sua posição com relação à igualdade de gênero. Segundo ela, “**ninguém nasce mulher, torna-se mulher**”. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino”. Assim, o que Beauvoir afirma é que a desigualdade é um produto construído socialmente e não um atestado biológico.

De acordo com Simone de Beauvoir, não existe nem uma natureza feminina nem uma natureza masculina. Ao contrário: ela acreditava que as mulheres e os homens tinham que se libertar impreterivelmente desses preconceitos e ideais fortemente arraigados. Havia tirado da mulher a responsabilidade por sua própria vida, ela fora transformada em objeto do homem. Para Beauvoir, a mulher precisa reconquistar esta responsabilidade. Ela precisa se reencontrar consigo mesma e não pode simplesmente aliar sua responsabilidade à de seu marido. Isso porque não é só o homem que reprime a mulher. A própria mulher se reprime quando não assume responsabilidade por sua própria vida.

Toda essa retrospectiva filosófica, que excluiu as mulheres das esferas de poder, e feminista, que lutou e luta pelo fim da opressão, não tenho dúvida de que ter uma Presidenta da República seria o maior resultado da luta das mulheres por seus direitos. Finalmente, poderíamos nos livrar da pretensa dominação masculina, tão bem defendida pela Filosofia, e ser reconhecidas pela nossa capacidade de governar, pela nossa competência, eliminando parte dos estereótipos sociais ainda predominantes.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 1980, p. 9.

GAARDER, Jostein. *O Mundo de Sofia*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

<http://www.infoescola.com/sociedade/a-historia-da-mulher-na-filosofia/>, por Mirian Ilza Santana (acessado em: 07/09/2010).

www.maismulheresnopoderbrasil.com.br (acessado em: 14/09/2010).

MINAS GERAIS – Viçosa

Bonequinha de porcelana

Fernanda Fortes Lopes

Colégio de Aplicação Coluni/Universidade Federal de Viçosa

Professora Orientadora: Renata Rena Rodrigues

É claro que tudo deve ter começado quando eu nasci, mas as memórias dos meus dois primeiros anos de vida são inexistentes. São poucas as lembranças que tenho de antes dos meus cinco anos. Na verdade, só guardo as cores do mundo, em imagens embaçadas que aos poucos escapam da minha mente. Suponho que só as guarde porque foi com essa idade que eu perdi a visão.

Não é um consolo, mas o problema foi genético. O mundo foi sumindo aos poucos para nós. Digo nós porque tal doença também se manifestou no meu irmão gêmeo. Não me lembro do seu rosto e provavelmente nunca vou conhecê-lo. Mas a sua voz se tornou o som mais importante para mim, e me lembro que quando era mais nova, não entendia por que, sendo gêmeos (e nos diziam que gêmeos significava iguais), sua voz era tão diferente da minha. Mas não demorou para que eu descobrisse que esta não era a única diferença entre nós.

Assim sendo, suponho que seja melhor dizer que tudo deve ter começado quando nós nascemos. Acho que desde aquele dia mamãe e papai já tinham uma idéia a respeito do nosso futuro, mesmo que nossa cegueira tivesse mudado seus planos. Nunca perguntei quais eram, mas pelo que eu escuto hoje, com dezesseis anos, não é difícil imaginar. Não somos pobres, tão pouco somos ricos. Nós estudaríamos em uma universidade federal: meu irmão faria direito, e eu, o curso em que conseguisse passar. Afinal, o objetivo era que eu encontrasse um cara rico para casar.

Não sei se consigo expressar o quanto eu acho isso injusto. Por que meus pais achavam que meu irmão podia vencer com o suor do próprio rosto, enquanto eu teria que me aproveitar do suor de outra pessoa? Por que não poderia se o contrário: meu irmão se casar com uma mulher rica, enquanto eu me tornaria advogada, promotora ou juíza?

Antes de chegar a qualquer conclusão, é melhor eu explicar como eu fui percebendo a diferença de tratamento entre mim e meu irmão. Foi através de pequenas ações e falas dos nossos pais, bem como ouvir muitas conversas atrás da porta, admito, que as coisas começaram a fazer sentido. As comparações entre nós dois tornaram tudo muito claro. Pode-se dizer que foi através do meu irmão que eu enxerguei o mundo.

Mamãe costumava dizer que meu quarto era lindo: as paredes eram pintadas de rosa, meu berço tinha um móvel de borboletas, algumas bonecas de porcelana com vestidinhos cor de rosa enfileiradas em uma prateleira. É irônico,

pois quando visualizo aquele borrão de cores, eu percebo que o rosa não é uma cor da qual eu posso dizer que goste. Sem contar que eu gostava mais de brincar com os carrinhos do meu irmão. Por que eu não podia ter um quarto azul como o dele?

Hoje eu encaro isso como uma simples convenção da sociedade, sem muita importância. Mas na época eu não entendia por que as coisas não podiam ser como eu gosto. E lá pelos meus sete anos, eu já percebia que os parentes diziam que eu era uma menina linda, delicada, educada, obediente... Enquanto meu gêmeo era tão esperto, forte, cheio de energia, vivo. Isso me faz pensar que eles achavam que eu era uma daquelas bonecas de porcelana na prateleira.

Com uns onze anos, eu já tinha percebido que minha mãe estava cansada do trabalho rotineiro de uma dona de casa, que ela realizava sozinha. Nessa época, eu gostava de pegar um dos carrinhos velhos do meu irmão, e brincar de desmontá-lo e montá-lo novamente, na medida do possível. Não foram poucas as vezes que, entretida nesse exercício, eu ouvi mamãe, na cozinha, reclamando com papai que se eu não fosse cega, poderia ajudá-la mais nas tarefas da casa, pois eu tinha condições de auxiliar em pouca coisa. Nunca a ouvi falar a mesma coisa a respeito de seu outro filho. E quando papai vinha pra sala, e eu dizia que se pudesse, gostaria de ser mecânica como ele, e não dona de casa, ele dizia para não pensar em besteiras.

Nós frequentamos escolas especiais, aprendemos a ler o braille, conseguimos alguns livros. Fomos apresentados a muitas possibilidades para o nosso futuro. Meu irmão queria se tornar atleta. Isso deixou meu pai feliz. Mas quando eu disse que gostaria de me tornar uma professora e ensinar a outros cegos a ler, ele não permitiu. Segundo meu pai, era perigoso que eu andasse pelas ruas, e seria mais seguro eu me ocupar em casa. Mas não era perigoso também para seu outro filho?

Não sei dizer se é o paternalismo com a filha caçula ou machismo. Meus pais sempre pareceram achar que meu irmão tinha mais possibilidades do que eu. Nem mesmo nossa deficiência parecia nos deixar iguais diante deles. Meu irmão enfrentaria os desafios da vida. Eu rezaria por ele e torceria por suas vitórias. É claro que eu faria isso de um jeito ou de outro: Eu amo meu irmão. Mas não seria melhor eu estar ao lado dele?

As coisas não seriam fáceis desde o começo. Eu teria que lutar pra poder ter a minha profissão, mesmo que esta não fosse exatamente “feminina”. Teria que mudar a cabeça dos meus pais, que pareciam querer me moldar desde criança. Mas agora eu teria que enfrentar também minhas próprias limitações. Isso não me assusta, mas eu me sentiria melhor se meus pais me apoiassem e acreditassem em mim, ao invés de tentar me manter na prateleira acumulando poeira.

A última conversa dos meus pais que eu acabei escutando “sem querer” era sobre mim e meu irmão. Novamente, eles tentavam planejar nosso futuro.

Tinham esperanças de que meu irmão conseguisse um patrocinador e ficasse sob os cuidados da delegação esportiva. Quanto ao meu destino, ainda era incerto. Pareciam querer conseguir para mim uma casa de repouso ou algo do gênero, onde eu pudesse descansar e ficar segura depois que eles morressem. Suponho que enquanto falavam isso, eles até podiam me imaginar sentada em um banco de um belo jardim, cercada de flores, fazendo absolutamente nada. Uma perfeita bonequinha de porcelana, sem vida e sem vontade. É uma pena que eu não queira isso para mim.

Após ouvir isso, fui o mais silenciosamente que pude até o quarto do meu irmão. Bati na madeira, mesmo que a porta estivesse aberta: elas raramente estavam fechadas em nossa casa, com exceção à do banheiro, para evitar acidentes. Meu irmão me mandou entrar. Tateando as paredes, fui entrando lentamente, e perguntei onde ele estava. Respondeu que estava sentado no chão perto da cama. Me agachei e engatinhei, como uma criança, na direção de sua voz. Quando o encontrei, procurei pelo seu rosto com minhas mãos, enquanto ele fazia o mesmo. Apertamos as bochechas um do outro, sincronizadamente, algo que fazíamos desde que éramos pequenos.

Ele perguntou se estava tudo bem. Apoiei a cabeça em seu ombro e ele me abraçou, enquanto eu explicava a conversa que havia escutado. “Estou cansada de que tentem escolher meu futuro para mim”, conclui. Meu irmão suspirou e disse que não entendia porque nossos pais me tratavam assim. Disse também que eu poderia tentar ser uma atleta como ele, opção que repudiei, diante da minha total inépcia esportiva. “Seja paciente então”, ele tentou me tranquilizar. “Se tudo der certo para mim, podemos morar juntos. Não vou te deixar jogada em um asilo, ou o que quer que seja. Eu vou cuidar de você”.

Mas será que ele também não entendia? Eu não precisava ser protegida, não precisava ser trancada em uma caixa de vidro para continuar preservada e ser vista ao mesmo tempo, não precisava de uma prateleira. Eu não era, não sou, feita de porcelana. Eu sou de carne e osso, de sangue suor e lágrimas, como qualquer outra pessoa. Eu precisava ser livre, precisava respirar, precisava viver. Eu queria lutar pela minha sobrevivência, trabalhar para me sustentar, ter um objetivo. É lógico que haveria dificuldades no meu caminho: eu iria tropeçar e mesmo cair. Mas por mais alta que fosse a queda, eu não iria partir em um milhão de pedaços irremediáveis: me levantaria, curaria minhas feridas e seguiria em frente.

Eu poderia ter explicado isso para meu irmão, e mesmo para meus pais. Mas eu sei qual seria sua resposta, e não é a que eu esperava ouvir. Poderia dizer inúmeras outras coisas, apresentar mil argumentos, mas seria perda de tempo. Já decidira, há muito tempo: se minhas palavras de nada valiam, venceria pelas minhas ações. Eu escolheria um objetivo certo, me dedicaria a ele com ou sem o consentimento da minha família e provaria que eu também era capaz de vencer, assim como eu tinha certeza de que meu irmão venceria.

Mas eu só tenho dezesseis anos, ainda tinha muito tempo, então não

valia a pena me estressar com isso agora. Limitei-me a murmurar um “Eu também vou cuidar de você”, e deixei que ele afagasse meus cabelos. Enquanto isso, eu iria planejar e esperar pelo dia em que todos eles percebessem que eu era tão capaz quanto meu irmão, e faria com que papai e mamãe vissem que meus olhos, mesmo cegos, possuíam vida, ao contrário de olhos pintados com tinta negra sobre a porcelana.

PARÁ – Santa Izabel do Pará

Amazônia: mística e realidade de gênero

Mairã Soares Sales

Escola Estadual de Ensino Médio Antonio Lemos

Professora Orientadora: Rosiclei do Socorro de Castro Soares

“A morte da floresta é a morte de todos nós”, repetia Dorothy Stang antes de ser assassinada por jagunços numa estrada empoeirada do Sul do Pará. A morte de Ir. Dorothy, mulher, religiosa, idosa, americana, foi um choque para o mundo que presenciou, mais uma vez, a violência contra a mulher, mais um exemplo de brutalidade e machismo na luta pela posse da terra no sul do Pará.

Esta mulher escondia um segredo, **com seu sangue a Irmã Dorothy lançou um desafio nas questões de gênero para a Amazônia e para o mundo.** Não era só Deus e o pequeno agricultor que ela amava. Ir. Dorothy tinha uma paixão e uma angústia, paixão e angustia compartilhadas por todos que experimentam a vida na floresta amazônica. Ela caminhou por suas trilhas, de pés descalços, em tapetes de folhas mortas, sentiu as vozes dos pássaros, o cheiro da terra molhada, o estrondo da chuva se aproximando, o esturro da onça num acampamento noturno. O segredo da Irmã Dorothy era a paixão pela floresta, terra fofa e grandes árvores, um ser vivo que respira, cresce, sussurra palavras... e por esta paixão, morreu. Sentiu também uma angustia profunda, testemunhando a devastação, a grande mãe sendo violada.

Em todas as escolas do mundo se repete que a Amazônia é o pulmão do mundo, isso é real, cientificamente provado. No coração de Dorothy a grande floresta, além da ciência experimental, era muito, muito mais. Segredos e Mistérios que encerram a origem da vida, vislumbrados por mitos e rituais que os índios ainda celebram na escuridão de suas ocas ou nos terreiros iluminados pela luz velada da lua. Mãe carinhosa dos povos que nela habitam, índios, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores. Como a Floresta, toda mulher é mistério. Ir. Dorothy, com sua morte, denuncia que a Floresta-Mãe Terra, mulher, o mistério da geração da vida, na Amazônia continua sendo violentado e pisado por uma mentalidade machista, dominadora, consumista.

No nosso contexto amazônico, a maior fonte de luz, de sabedoria, vem da floresta, da terra, que nos ensina sua mística: a Floresta é mulher, nos cuida, nos cura, nos alimenta no delicado processo de germinação e na alegria da colheita, é a fonte essencial de toda vida. Do seu ventre todos nascemos, respirando seu ar tecemos nossas vidas e no fim descansamos no afago de seu seio.

Da mesma forma que esta floresta – mulher, mistério da vida, é violentada, aqui na Amazônia existe também, muitas vezes justificada como tradição e cultura, uma clara exploração e desigualdade entre homens e mulheres.

A pobreza e a ignorância, a falta quase total do Estado, empurram as meninas para a prostituição, ao longo das estradas, dentro dos grandes caminhões de carga, nos bares das pequenas vilas e das grandes cidades, nos barcos de passeio, nas balsas, por uns poucos trocados ou uma lata de sardinha. Parece ineficaz e solitária a luta de tantas mulheres amazônicas que labutam solidárias contra todo tipo de violência, exploração e desigualdade. Assim como tantas árvores novas são diariamente derrubadas, tantas meninas são violentadas, seu mistério violado.

Antes de buscar respostas para mudar a nossa realidade é preciso tomar conhecimento da real situação em que nos encontramos já que cada região tem sua cultura, sua forma de organiza-se e, conseqüentemente, a sua forma de exploração e violência. Os povos milenares nos deixam como herança a preferência pelo filho homem. A mulher tem a obrigação de casar-se com o homem que o pai escolher para o trabalho na roça, para a expansão de seus negócios. Os tempos mudaram e esta menina precisa viver a sua infância, ter tempo suficiente para madurecer física e psicologicamente, programar e construir o seu futuro. A mudança deve partir de uma leitura crítica das culturas dos povos amazônicos para que os mesmos cheguem a reconhecer a autonomia, respeitem as decisões da mulher, sem obrigá-la a viver sua vida subjugada a uma cultura escrava da tradição e voltada para o masculino.

Na maioria das pequenas cidades rurais e ribeirinhas a única diversão pública são as festas noturnas, embaladas a bebidas, ao som extremo de aparelhagens, a menina moça, pobre, ingênua e desinformada, torna-se presa fácil dos homens que a cercam, acaba ficando marcada por um namoro proibido. Muitas vezes os pais, vítimas desta mesma desorientação, acabam entregando a filha como se fosse mercadoria. A moça namora um homem mais velho. Repentinamente fica grávida. Todos se perguntam, o comentário é geral, quem a engravidou? Será que foi o boto? Na maioria das vezes é mais uma mãe solteira. A menina larga os estudos, ainda no ensino fundamental. As escolas oferecem uma educação pobre na formação científica e humana, os professores são mal pagos e mal qualificados, muitas vezes meros repassadores de palavras e noções insignificantes. O que resta, o destino destas moças, mães solteiras, é morar na casa dos pais, cuidarem da casa, criar seus inúmeros filhos e trabalhar na roça.

No casamento a nova família se localiza geograficamente próximo á mãe da menina (matrilocal), lá a mãe auxilia na criação de seus netos e dá suporte às dores da filha. O marido tem todo o domínio das finanças da família. Como a maioria das famílias do interior é religiosa, o casamento é indissolúvel e por toda a vida a mulher tem que aguentar violências e humilhações. É comum o medo de deixar o companheiro, sair da propriedade e passar fome com seus filhos. A violência vai aparecendo com o tempo, mas o grito fica na garganta da mulher, silenciado pela família, pela sociedade, pela impunidade e, principalmente, por temer o futuro incerto dos filhos. Na certidão de casamento a profissão do

homem é 'agricultor' e da mulher 'dona do lar', uma profissão legalmente não reconhecida, mesmo que o trabalho na roça seja pertinente aos dois.

Os poderes públicos locais não sabem lidar com as questões de gênero. Nos casos de violência sofrida por mulher, nas poucas vezes em que a denúncia é levada a uma delegacia, os policiais não registram a ocorrência, banalizam, constringem a vítima. Quando registrada, a maioria retira a queixa e se prepara para a próxima surra. Como consequência a mulher é desestimulada a procurar e exigir seus direitos.

Frente a esta situação é necessário que a solução destes problemas saia da cabeça e da organização de todas as amazônicas e não venha em fórmula pronta de outra realidade, muitas vezes incompatível com a nossa.

A mudança começa na cabeça do homem e da mulher. Vem por suas próprias mãos, libertando-se do peso de preconceitos seculares. Como uma árvore se sustenta por ter raízes profundas na terra, a luta pela igualdade entre homens e mulheres nasce e cresce das bases. A semente da mudança germina no local, na mente de poucas mulheres corajosas, que agregam tantas outras causando, inicialmente, pequenas transformações que acabam se tornando globais, chegando, finalmente à construção da igualdade.

Os desafios são muitos, é necessário também o apoio das autoridades para que o combate à desigualdade se torne, de fato, uma realidade. São necessárias políticas públicas eficazes, capazes de enfrentar e superar as raízes da discriminação e da violência, sobretudo a pobreza e a ignorância.

A pobreza na Amazônia somente pode ser vencida com projetos econômicos sustentáveis, que respeitam e valorizam o meio ambiente amazônico. A ignorância pode ser superada mediante a implantação de uma educação escolar de qualidade, que priorize a formação crítica, seja participativa e voltada à cidadania, que saiba valorizar com sabedoria as diversas formas de cultura e saiba estigmatizar e condenar todo tipo de discriminação e violência causada pela desigualdade de gênero.

Assim, estaremos juntos na construção de uma sociedade mais justa, onde as relações de gênero sejam fundamentadas a partir de um novo modelo de viver em família e em comunidade. Um modo de viver baseado no diálogo, respeito, solidariedade, amor, carinho e confiança. Um futuro onde homens e mulheres possam sonhar e construir sua história de maneira solidária e participativa.

RIO DE JANEIRO – Petrópolis

Entre vales e montanhas

Thiago Tavares Magalhães

Colégio Santa Isabel

Professora Orientadora: Maria Cristina Euzebio Butturini

Era de se esperar que de tempos em tempos o nosso senso auto-crítico nos sufocasse a ponto de levar à construção de uma sociedade mais digna e igualitária, mas a realidade é que isso não acontece. A mesma discriminação que vemos hoje contra a mulher é aquela que sofriam nossas avós quando crianças e nos faz lembrar, em menor escala, de movimentos que defendiam o conceito de raça superior como o nazismo alemão e o “apartheid”, recentemente derrubado na África do Sul. Ainda que muitos possam dizer que o preconceito não existe, ele se mostra como leal sombra em nossas estatísticas e voraz devorador de nosso ideal de uma sociedade mais justa, devendo ser encarado com seriedade e agilidade.

A nossa realidade atual tem de fato muitas raízes. Quase todas tão profundas e arraigadas que parecem difíceis de se arrancar, ainda que o mal deva ser combatido primeiro por elas. O fator histórico é uma das chaves que revelam a origem da maioria de nossos adjetivos como seres sociais. É verdade que há muitos nomes que enobrecem a mulher. Dotada de profunda força persuasiva, Cleópatra construiu poderosas alianças políticas e ignorando a desconfiança do reino se tornou uma das mais emblemáticas e vitoriosas rainhas do Egito. A mártir Joana D'Arc teria passado a ouvir vozes sagradas desde os treze anos de idade e teria sido por elas impulsionada a levar a França a diversas vitórias militares até ser condenada à fogueira pela igreja. Anita Garibaldi foi uma vigorosa revolucionária que participou da Revolução da Farroupilha, da revolta contra o ditador uruguaio Fracuoso Rivera e do processo de unificação da Itália, sendo ainda mãe de cinco filhos. Não seria difícil encontrar muitos outros nomes femininos dignos de estima, mas o que vale ressaltar é que a História é, por vezes, tão paradoxal quanto os poemas de Camões, já que ao mesmo tempo em que exalta, derruba. Assim, a verdade é que em todo o curso da caminhada humana a mulher tem sido largamente desvalorizada. As primeiras tribos de nômades, por exemplo, tinham homens na liderança assim como as sociedades feudais; na Idade Média, os mesmos eram colocados como exemplos de força e astúcia enquanto as mulheres eram meros objetos para a satisfação masculina; algumas religiões e costumes milenares classificam a mulher como impura ou inferior, a quantidade de homens chefes de estado sempre foi e continua sendo bastante superior no mundo de maneira geral e ainda hoje fica nítido que em vários aspectos nossas braçadas contra a correnteza deveriam ser regadas em mais força de vontade.

Isso porque frequentemente fica forte a impressão de que estamos apenas dando continuidade, ainda que em ritmo mais lento, ao passado. As diferenças de criação entre meninos e meninas nos dias contemporâneos, por exemplo, são de conhecimento geral. Desde os primeiros anos da vida de um filho, seu pai lhe desperta interesses que em certos casos chegam até a ser reprimidos na filha, e que vão desde o futebol até o despertar para certas vocações profissionais. Quando esse menino cresce um pouco e chega da escola falando de suas inúmeras namoradas, o pai esboça sorrisos de orgulho, entretanto se a menina diz a mesma coisa é arduamente repreendida não só pelo pai, mas inclusive pela mãe. Na maioria das famílias o garoto é aquele que deve crescer forte e destemido, enquanto a garota se limita a ser aquela que precisa de proteção.

É claro que avançamos em alguns sentidos. Há exatos setenta e oito anos as mulheres conquistaram o direito de votar no Brasil e há pouquíssimo tempo atrás tinham uma criação toda baseada no futuro conjugal, enquanto estudar para sustentar a família era direito exclusivo do sexo masculino. O problema é que as mudanças a favor da igualdade de gênero são simplesmente insuficientes. Para contestarmos a História é necessário que se mantenha vivo o anseio de equidade e que prossigam as transformações que esse desejo acarreta. O fato é que se não podemos apagar as letras do passado temos a obrigação de escrever com ardor novas páginas: as de recomeço, mudança e igualdade; não de conformação com as estatísticas.

Falando de dados, aliás, é importante deixar claro que são ao mesmo tempo tristes e reveladores e em alguns casos bastante surpreendentes, ou pelo menos deveriam ser. O primeiro que merece apreço é o que comprova, segundo o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SIGN), que existem quase duas vezes menos mulheres que homens ativos no mercado de trabalho. Os mais otimistas não podem, portanto, argumentar que a mulher deixou de se aceitar como dedicada exclusivamente ao lar e aos filhos porque embora existam mais mulheres buscando a independência financeira, se comparadas aos homens, estes ainda representam uma maioria esmagadora nesse sentido. Logo, ao homem em geral ainda cabe o papel de trabalhador, provedor e chefe de família. O dado posterior e mais interessante evidencia que não é a História detentora exclusiva de todas as contradições. As mulheres estudam em média um ano a mais que os homens, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e estudam dois anos a mais que seu sexo oposto quando consultado o Sistema Nacional de Informações de Gênero (SIGN). O Inconcebível é que, segundo a primeira pesquisa, os homens tenham aproximadamente um salário médio 15% maior. A segunda pesquisa é ainda mais alarmante ao concluir que entre as mulheres de 18 a 49 anos essa diferença salta para absurdos 35%. No momento de se definir o salário ou nomear um candidato para um cargo bem pago, o gênero ainda conta mais que a formação acadêmica. As mulheres estudam mais e ganham

bem menos, é a realidade irrefutável e sem máscaras que só a simplicidade dos números pode oferecer.

De fato, é bastante incômodo se deparar com essas estatísticas, mas para alcançarmos nossos objetivos devemos encarar os problemas de frente e repensar tanto nossa organização social quanto nossos conceitos individuais. É como se a reflexão fosse o soro antiofídico da nossa sociedade, já que por mais que doa é necessária. Evitar que o mal se torne irreversível requer tratamento, mas como podemos tratar nossas imperfeições se nem mesmo paramos para pensar um pouco? Talvez este seja um dos grandes males do século. O tempo é tão escasso e se tornou tão valioso que cada vez mais parece que refletir acerca dos nossos defeitos não está à sua altura. Qualquer edificação de grande porte necessita de pilares sólidos, assim como construir um mundo mais justo e igualitário passa obrigatoriamente pelo sustentáculo da análise constante dos fatos.

Passando para o lado prático, outra atitude absolutamente necessária é a negação. Atualmente fala-se muito de auto-afirmação, auto-estima, positividade e valorização do “eu”, entretanto quase não se fala do urgente ato que pode sim ajudar muito a melhorar vários aspectos sociais e individuais: negar a si mesmo, não no sentido depreciativo da palavra, mas no conceito de recusar hábitos, marcas culturais e julgamentos próprios que não se ajustem à peneira do respeito incondicional. É claro que qualquer mudança assusta o homem. Enquanto mudar-se de casa, de trabalho ou de rotina são possibilidades que causam receio, é óbvio que mudar, ainda que pouco, as próprias concepções é um ato além de trabalhoso, assustador. Por isso é muito comum as pessoas dizerem que são do seu jeito e não mudam, porém o fato é que essa é uma atitude acomodada e covarde. Claro que devemos valorizar o que temos de virtuoso, mas quando alguma característica própria empobrece o caráter, esta deve ser arrancada às pressas, por mais que possa gerar medo ou desgaste, assim como o joio é retirado do meio do trigo.

É tudo real. Fica finalmente nítido que o preconceito de gênero é um mal que existe, ainda que isso confronte muitas opiniões. Tendo resistido a inúmeros períodos da história, agora é a hora em que devemos negá-lo de uma vez por todas, partindo da reflexão sistemática acerca do assunto e da negação de idéias errôneas. Nossa sociedade é vacilante e não há problemas nisso. O problema está em se conformar com as quedas a ponto de continuarmos no chão.

Assim como tantas outras, essa mudança não depende de qualquer grupo de pessoas de grande influência, mas de cada um de nós. Não vamos conseguir mudar tudo da noite para o dia, mas se já mudamos, ainda que pouco, é porque podemos melhorar ainda mais, gradativamente. Que a nossa sociedade seja, parafraseando a Bíblia, como a luz da aurora, que vai brilhando mais e mais até ser dia perfeito.

RIO GRANDE DO SUL – Porto Alegre

O diário de uma luta

Thayná Morais

Colégio Adventista de Porto Alegre

Professora Orientadora: Denise Reis

As páginas que se transcorrem a seguir fazem parte de um diário que relata uma história de luta que perdura até os dias de hoje.

Março de 1970

Estou exilada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Quem eu sou? Uma boa pergunta para o leitor que a faz. Chamo-me Anita Leocádia Prestes, filha de Olga Benário e Luíz Carlos Prestes. Nasci em um momento um tanto conturbado, meu pai preso havia alguns meses e minha mãe me deu à luz dentro de uma prisão em Berlim, de onde fui levada aos 14 meses por minha avó paterna, e como todos sabem, minha mãe foi morta em um dos campos de concentração de Hitler.

Uma das coisas que com certeza herdei de minha mãe foi a coragem para lutar e a vontade de vencer; e de meu pai, “o cavaleiro da esperança”, o desejo de ver meus ideais alcançados. Como mulher, digo que esses tempos não estão fáceis, principalmente para a filha de pais comunistas.

O Brasil vive o auge da Ditadura Militar, a rebelião feminista dos anos 60 começa a refletir no país e a aparente inclusão da mulher na sociedade através do voto, trás a ilusão de uma “justiça social”.

Setembro de 1979

Finalmente, fez-se justiça, foi extinta a sentença que me condenou à prisão por quatro anos e seis meses, devido a Lei da Anistia. A luta incansável das mulheres por maior reconhecimento social aumenta cada vez mais, isso me consola, pois essa luta iniciou através de mulheres como minha mãe.

Aspectos culturais, políticos e sociais refletem nas desigualdades vividas no cotidiano entre homens e mulheres, porém inicia-se a presença de mulheres no mercado de trabalho brasileiro e a participação delas na área econômica tem crescido cada vez mais. Desde então, os avanços na urbanização, industrialização e as baixas taxas de fecundidade fizeram com que as mulheres encontrassem mais postos de trabalho e maior participação política na sociedade. Mas isso poderá implicar em maiores consequências. Essa suposta inclusão poderá deixar mais evidente as desigualdades.

Novembro de 1990

Minha vida, agora, está sendo trilhada por caminhos mais tranquilos, depois de tanta luta e espera pela justiça, consigo sentir a liberdade de volta as minhas mãos. Neste ano, consegui meu diploma de doutora em história e consigo entender melhor a situação da mulher dentro da sociedade.

Nós, mulheres, já conquistamos muito espaço, não podemos deixar de reconhecer que as coisas têm evoluído. Porém, minha crítica implica em alguns obstáculos que ainda necessitam ser superados. Mesmo com a inclusão de mulheres no mercado de trabalho, ainda ocorrem as diferenças salariais entre homens e mulheres, também sendo rara a ocupação de cargos de chefia por elas. Suas funções não são valorizadas, e as principais funções que exercem como donas de casa, mães e esposas, são simplesmente deixadas de lado, como se não fossem mais do que a obrigação das mulheres exercê-las. Os homens encontram-se no centro da sociedade, são o símbolo do poder, os líderes das famílias, os que realizam grandes feitos, enquanto as mulheres encontram-se à margem de uma sociedade que cobre os seus olhos com os óculos da injustiça.

Outubro de 1992

Participei de um difícil concurso e tornei-me professora de História do Brasil na Universidade Federal do Rio de Janeiro, agora eu escrevo, sozinha, as linhas de minha própria história e imponho meus próprios limites. Ser mulher, não diminui minha vontade de crescer cada vez mais e conquistar o espaço que mereço.

Algumas dificuldades existem apenas na vida privada das mulheres, e raramente são consideradas, pois nos dedicamos a algumas necessidades, que nunca fizeram parte da esfera masculina. Temos que conviver com a dificuldade de resolver questões familiares, o que dificulta a qualificação profissional e, se optamos pela vida profissional, estamos sendo incompreensivas com a família.

Portanto, se as desigualdades continuarem e se algumas atividades supostamente exclusivas da esfera feminina não forem compartilhadas, as mulheres continuarão sendo mantidas em funções com menos qualificações, apenas executando aquilo que já foi decidido.

Abril de 2004

Após ser extinta a sentença que me condenava à prisão, o governo me indenizou com o valor de cem mil reais, quantia que não apagará as tristezas do passado, porém ajudará muitas pessoas, pois doei todo o dinheiro que recebi para o Instituto Nacional do Câncer.

Apesar de o resultado vir depois de anos, a justiça de forma muito lenta foi feita, mas que os exemplos de Olga e Prestes sirvam agora para evitar maiores preconceitos e definitivamente acabar com a repressão. Nós, seres humanos, estamos pré-dispostos a sermos preconceituosos, mas de alguma forma devemos procurar formar uma sociedade mais justa, sem esperar atitudes dos poderes políticos, vamos começar por nós mesmos, pois nós formamos a sociedade, cabe apenas e exclusivamente a nós mudarmos o que já ocorre a um longo período de tempo.

Julho de 2007

Missão cumprida! Uma das etapas de minha vida foi finalizada, estou aposentada e agora terei mais tempo para minha vida particular. Vejo o país com um olhar mais otimista, vejo mulheres mais otimistas. O mundo agora concede mais oportunidades, porém o preconceito ainda se faz presente, e não só com mulheres, o que é mais triste. Mas o tempo é um bom aliado, de alguma forma as mudanças continuarão sendo feitas, e espero que para melhor.

Minha vida foi uma vida de sofrimentos, lutas, perdas, preconceitos. Tiraram-me a família, os direitos, a dignidade de tomar minhas próprias decisões, mas foi a luta de muitas mulheres que fizeram com que eu modificasse minha história.

O que posso dizer a todas vocês? Nunca desistam. Continuem lutando, façam das pedras que lhe jogam os degraus para o sucesso. A palavra é, ousem, sejam ousadas, não precisamos dominar o mundo, mas fazer com que o mundo esqueça a desigualdade. Escrevam suas próprias histórias, nelas estará contido o melhor de todas vocês. Minha mãe dizia: “Eu não sei o que quero ser, mas sei o que não quero me tornar.” Não se tornem menores perante as maioridades que realizam.

SERGIPE – Aracaju**Novas configurações entre os sexos:
afirmações e conquistas femininas na modernidade**

Edson Dionízio Santos Júnior

*Colégio Dom Luciano José Cabral Duarte**Professora Orientadora: Daniela Amaral*

A igualdade entre mulheres e homens consiste em assegurar tratamento e oportunidades iguais a ambos os sexos. Constituinte um dos principais fundamentos do direito comum a todos.

Costumes e normas historicamente impostos e cultivados pela sociedade fizeram com que as possibilidades de ascensão social de cada indivíduo dependessem diretamente do seu sexo. Por muito tempo a distinção entre homens e mulheres foi evidente. A civilização concebeu-se machista e tratou de atribuir papéis bem definidos e assimétricos aos diferentes sexos. No mundo contemporâneo, no entanto, as transformações políticas, econômicas e culturais mudaram de forma contundente o tratamento hierárquico que dividia os sexos, atribuindo-lhes posições de evidente desigualdade. Assim, muitos estereótipos foram desconstruídos para alicerçar outro elo entre o feminino e o masculino, tornando as diferenças daquilo que configuramos como gêneros cada vez mais tênues.

Entretanto, infelizmente no Brasil, como em muitas partes do mundo, nos caminhos da história, ainda é marcante a competição e, por que não dizer, em alguns aspectos, a sujeição que corrobora preconceitos e divide os sexos de maneira desigual e inequivocamente androcêntrica. O abismo da ignorância em relação às mulheres continua profundo. Nesse sentido, a luta, a resistência e a organização femininas foram e são dos mais decisivos meios para a aquisição de respeito e para comprovação de que competência não tem sexo.

Todavia, ainda e notável que muitos homens considerem as mulheres como simples objetos de adorno e símbolos sexuais que servem unicamente para satisfazer seus desejos. Para muitos deles, as mulheres não passam de mercadoria, cuja compra é tanto mais cara quanta mais opressora. Por isso, não devemos nos esquecer da triste realidade da prostituição infantil que atinge principalmente crianças do sexo feminino; não podemos ignorar o tráfico de escravas que seduz tantas jovens com promessas mentirosas, ceifando-lhes a liberdade e em muitos casos a própria vida; não podemos deixar de lado os muitos casos de violência doméstica e suas consequências deploráveis. No Brasil, um país que tem crescido em tantos aspectos, esse quadro é desonroso e, sem dúvida, é a manifestação mais marcante da miséria em que vivem tantas mulheres. Por outro lado, a opressão feminina não é fruto apenas de idéias estúpidas e anacrônicas que fazem parte do universo masculino, nessa teia de tantos e infelizes contrastes, muitas vezes

é a própria mulher que engrossa o coro que a faz tão absurdamente reprimida, condenada a um lugar de inferioridade e dependência. Por exemplo, muitas vezes, ela mesma, enquanto principal responsável pela criação dos filhos, na ânsia de integrá-los ao respectivo meio social, acaba reproduzindo concepções e padrões de comportamento próprios de um mundo machista, perpetuando situações que reafirmam sua condição submissa. Desse modo, muito do que se diz e, sobretudo, muito do que se faz em relação à mulher conta com a sua aquiescência - vítimas e carrascos de si mesmas. Mas, é importante salientar que a maneira como as mulheres se veem é resultado de um lento e ininterrupto jogo de valores em que a educação, na sua forma mais abrangente, moldou e direcionou suas vontades do mesmo jeito que lhes limitou perspectivas - para os homens, o protagonista da história, o domínio do espaço público; para as mulheres, louváveis coadjuvantes, a condução da vida doméstica: a casa, os filhos, o perfeito e resignado reinado do lar. Felizmente, os contornos desse mundo foram se diluindo e nesse contrato de tão marcantes e díspares papéis, as mulheres passaram a ter um maior acesso ao conhecimento, passaram a assinar seus nomes e sua autonomia, revertendo ou propondo mais do que discussões sobre si mesmas, determinando regras mais equânimes de competição.

Na modernidade, as conquistas femininas, mesmo as mais árduas, têm revelado seus bons frutos. Percebe-se hoje que diferentes instancias profissionais que se restringiam unicamente ao domínio masculino se abrem ou, melhor dizendo, são abertas pelas mulheres cada dia com mais empenho e justamente esse empenho que têm demonstrado as múltiplas e desdobráveis facetas das relegadas competências femininas. Devemos lembrar, por exemplo, que senhoras pacatas, excelentes administradoras que se limitavam às contas domésticas, passaram a gerenciar o orçamento de grandes empresas, comandando inúmeros trabalhadores. Engenheiras, motoristas, esportistas, pedreiras, astronautas, empresárias, as mulheres têm conseguido um lugar de destaque no mundo do trabalho e nesse aspecto o seu sucesso evidencia também uma capacidade de acúmulo de funções que muitas vezes se revela massacrante. É significativo, por exemplo, que apesar das mulheres concorrerem com os homens de modo cada vez mais igualitário, os cuidados com os filhos e com a organização familiar ainda sejam eminentemente femininos; os homens ajudam, é verdade, mas o verbo ajudar já revela os arranjos diferenciais que ele configura.

Por outro lado, as idéias pejorativamente concebidas em relação às mulheres, seja no convívio social ou nos seus próprios lares, continuam sendo o mais grave e principal sintoma de inúmeras desigualdades que ainda nos envergonham. Essas discriminações ocorrem geralmente por motivos pouco consistentes, como menor força física feminina ou características biológicas que são enfatizadas com intuítos nada ingênuos, abafando talentos e enfraquecendo iniciativas.

Ironicamente, consideradas o sexo frágil, as mulheres têm que enfrentar com uma força considerável anos e anos de distorções e julgamentos que tanto as ofendem quanta as silenciam, ou tentam silenciar. Dessa maneira, é compreensível

que movimentos feministas em todo o mundo, principalmente a partir das revoluções gestadas nas décadas de sessenta e setenta, tenham levantado bandeiras de um radicalismo que foi alvo de muitas e até procedentes críticas; no entanto, tais críticas não devem dirimir o alcance de vitórias que vão desde o fato das mulheres, hoje, poderem optar pela maternidade, até a conquista do voto ou da participação feminina em vários segmentos da vida pública, inclusive em importantes instâncias da política. Em território nacional, é extremamente significativo e mesmo revelador de um novo devir que duas mulheres concorram à presidência da república. Assim, aquela imagem engessada do sexo frágil e dependente começa a desmoronar com a mesma rapidez que os avanços da ciência e da tecnologia constroem novas possibilidades de vida. Sabemos que os obstáculos desse percurso ainda estão longe de ser completamente dirimidos; basta olhar para a condição feminina em muitos países do oriente em que práticas crudelíssimas inibem não apenas a liberdade das mulheres, mas sua existência. A lapidação por adultério é apenas um dos muitos crimes justificados em nome de uma cultura ou de preceitos religiosos absolutamente desumanos, que vão desde as humilhações cotidianas até a invasão do corpo feminino por meio de métodos brutais que torturam a carne e assassinam o espírito, pois anulam o prazer e extinguem a dignidade. É certo que os olhos do mundo já se abriram para tamanha sordidez, porém as pedras que lavam a honra dos homens e dilaceram a vontade das mulheres são muitas e de variados tamanhos, a depender dos valores da aldeia, mesmo que seja a aldeia global.

Não é excessivo dizer que as mulheres ainda sofrem por ser mulheres e não nos parece apologético ou romântico afirmar a trajetória de superação que as caracteriza desde há muito. Isso nos faz refletir e torcer para que o futuro das próximas gerações seja, no mínimo, menos sofrido e mais promissor, não apenas nos países em que o preconceito e a discriminação já são menores, mas, sobretudo, naqueles confins da terra em que as mulheres não têm direito nem mesmo à educação.

Desejar que as diferenças físicas não fossem usadas como mote para justificar brutalidades cometidas em nome da fé, da cultura ou da história, ainda deve ser a pauta de um mundo em que o progresso e a ordem se inscrevam numa bandeira mais coerente que não separe, agregue, que não oprima, respeite. Sabemos que muitas pretensões de reformar a humanidade acabaram servindo a interesses nada solidários, mas o que gostamos de enfatizar não é a utopia, muitas vezes totalitária de construção de um mundo melhor a custo de sofrimentos e autoritarismos, ao contrario, o que esperamos é que a diferença entre os sexos deixe de limitar os destinos, ou, lembrando a frase de Simone de Beauvoir, tantas vezes repetida, mas, de certa forma, atualíssima - a mulher não nasce mulher, torna-se mulher; que esse tornar-se faça parte do seu desejo, não apenas da sua anatomia, que esse tornar-se lhe ofereça a semelhança na diferença, a escolha de um roteiro que lhe identifique e não o cumprimento de um script patriarcal e autoritário preparado a sua revelia com o intuito de enfraquecê-la.

TOCANTINS – Almas

De repente tudo muda: menos as Marias do dia a dia

Marcella Gomes Batista

Colégio Estadual Dr. Abner Araújo Pacini

Professora Orientadora: Reuvia de Oliveira Ribeiro

A cada quinze segundos uma mulher é agredida no Brasil, esse dado é de uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, desenvolvida em outubro de 2001, e expõe a sociedade que temos. Essa realidade não é nem um pouco *cor de rosa*, pois a cada ano milhões de mulheres são espancadas por seus maridos e namorados. Hoje imaginei essa realidade, e no sofá da minha sala pensei um pouco nas mulheres da minha cidade. Será que aqui também acontece essa violência? Um homem que ama, bate na companheira? No coração existe espaço pra amar quem maltrata, bate e humilha?

Há algum tempo tomei conhecimento de uma situação que agora posso contar para tentar responder a essas perguntas. Trata-se da vida de uma Maria, mulher como tantas outras, que na canção de Milton Nascimento, merece amar e viver como outra qualquer do planeta. Essa Maria desde pequena soube o que é necessidade, de comida, de casa, de lazer, de ser como a moça loira dos comerciais. No fundo ela sentia que as coisas não acontecem como nas novelas, que vem o moço branco, rico e bonito e transforma a mocinha pobre em uma mulher feliz.

Quando jovem, Maria conhece um rapaz e sente-se como o poeta ao dizer que o “amor é fogo que arde sem se vê, é um contentamento descontente, é um não querer mais que bem querer”. Começaram a namorar e com o tempo ela notou que ele era ciumento e por vezes ameaçava agredi-la, mas sempre pedia perdão. Dizia que a amava e comprava muitos presentes, como bombons e flores. Sua mãe, que vivia sendo espancada pelo marido, dizia que no começo tudo era flores e pedia a ela que percebesse a realidade. Mas Maria, simplesmente ignorava tudo o que ouvia, pois achava que seu namorado era diferente dos outros.

Será que o leitor ou leitora já sabe como termina esse relacionamento? Pergunte-se ao seu coração e busque na memória a história de mulheres como Mércia Nakasima e Eliza Samúdio. O que elas têm em comum com a Maria? Pode-se dizer que todas foram vítimas de homens violentos, ciumentos que tratam as mulheres como objeto de uso pessoal. Essas histórias, geralmente começaram com amor, carinho, presentes e promessas, mas quando o homem não teve sua vontade atendida, acabou-se todo respeito e a violência foi o que prevaleceu. Mesmo assim, Maria esperava que com ela fosse diferente, um dia se cansou de ouvir os conselhos da mãe e decidiu sair de casa e viver com o namorado.

Até esse momento temos uma personagem que sonha, assim como muitas outras, em ter uma família. Por querer conservar a todo custo a imagem da “família harmoniosa”, por pensar na suposta felicidade dos filhos, muitas mulheres sofrem caladas as agressões. O que elas não percebem é que um lar onde há violência já está desfeito e que os filhos também são vítimas dessa violência. Tomei conhecimento de uma campanha que tem o seguinte slogan *Quem bate na mulher machuca a família inteira*, a imagem do cartaz é um desenho infantil onde retrata uma mãe chorando com um bebê no colo e mais três crianças igualmente tristes, o pai é retratado como um bicho papão de braços abertos amedrontando a família. Por isso, afirmo que não há benefícios para os filhos num lar onde existe agressão.

Mas a nossa Maria não pensava que isso poderia acontecer com ela, depois de casada um ano se passou e ela percebeu que seu amado tinha mudado. Todas as palavras doces já não existiam mais, o amor que ele sentia por ela parecia ter acabado, quase todos os dias, ele chegava em casa bêbado. Certo dia, quando Maria o esperava, ele entrou em casa e começou a espancá-la, dando lhe chutes, murros e puxões de cabelo. No dia seguinte pediu perdão, disse que se sentia arrependido e pediu que não o denunciasse à polícia.

Pobre Maria, infelizmente todas as tendências agressivas que ele manifestava durante o namoro se concretizaram. Será que o destino de Maria será igual ao de muitas outras, machucadas, amedrontadas, torturadas? Ou será que Maria vai seguir o exemplo daquela outra Maria que ficou famosa por não aceitar a violência e buscar a justiça? A Maria da Penha, durante anos foi vítima do próprio companheiro, o denunciou várias vezes, mas na época pouco foi feito para garantir a segurança dela. Hoje tem a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que estabelece maior rigor nas punições das agressões contra a mulher.

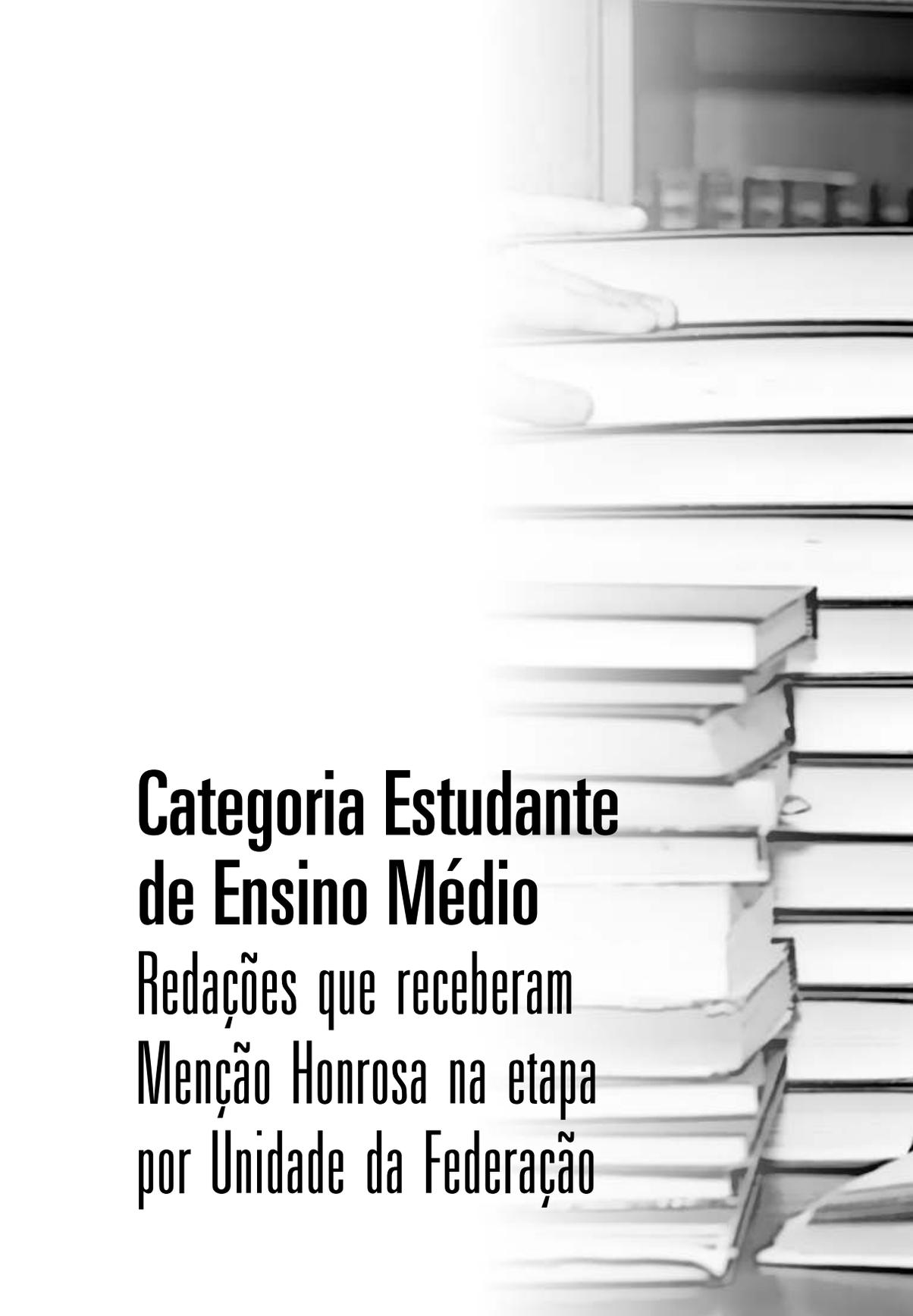
A história de Maria não é única, ela cabe na vida de várias mulheres e homens que já vivenciaram ou estão passando por essa situação. Quem lê esse texto deve ter uma vizinha, tia, avó, prima ou colega que sofre com esse mal, chamado violência doméstica. O impressionante é que quando alguém rouba uma loja todos acham um absurdo e estão prontos a ir a delegacia denunciar. Mas quando ouvem uma mulher pedindo por ajuda, muitos falam: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Será que uma mulher pedindo socorro faz parte da vida de um casal ou é um crime em andamento?

Escrevo para que as várias Marias, Joanas, Terezas, Carolinas reflitam sobre seu presente e futuro. Para que constatem que o amor não machuca, não é violento e não faz mal. Se o amor te faz triste é por que não é amor. O corpo faz parte de quem nós somos, não deixe que o maltratem, nossa vontade é soberana. Não há pai, marido ou namorado que tenha o direito de nos privar da liberdade, da justiça, do trabalho e de nos sentirmos cidadãs.

Somos todos iguais, não há quem deva ficar à sombra do outro ou ter

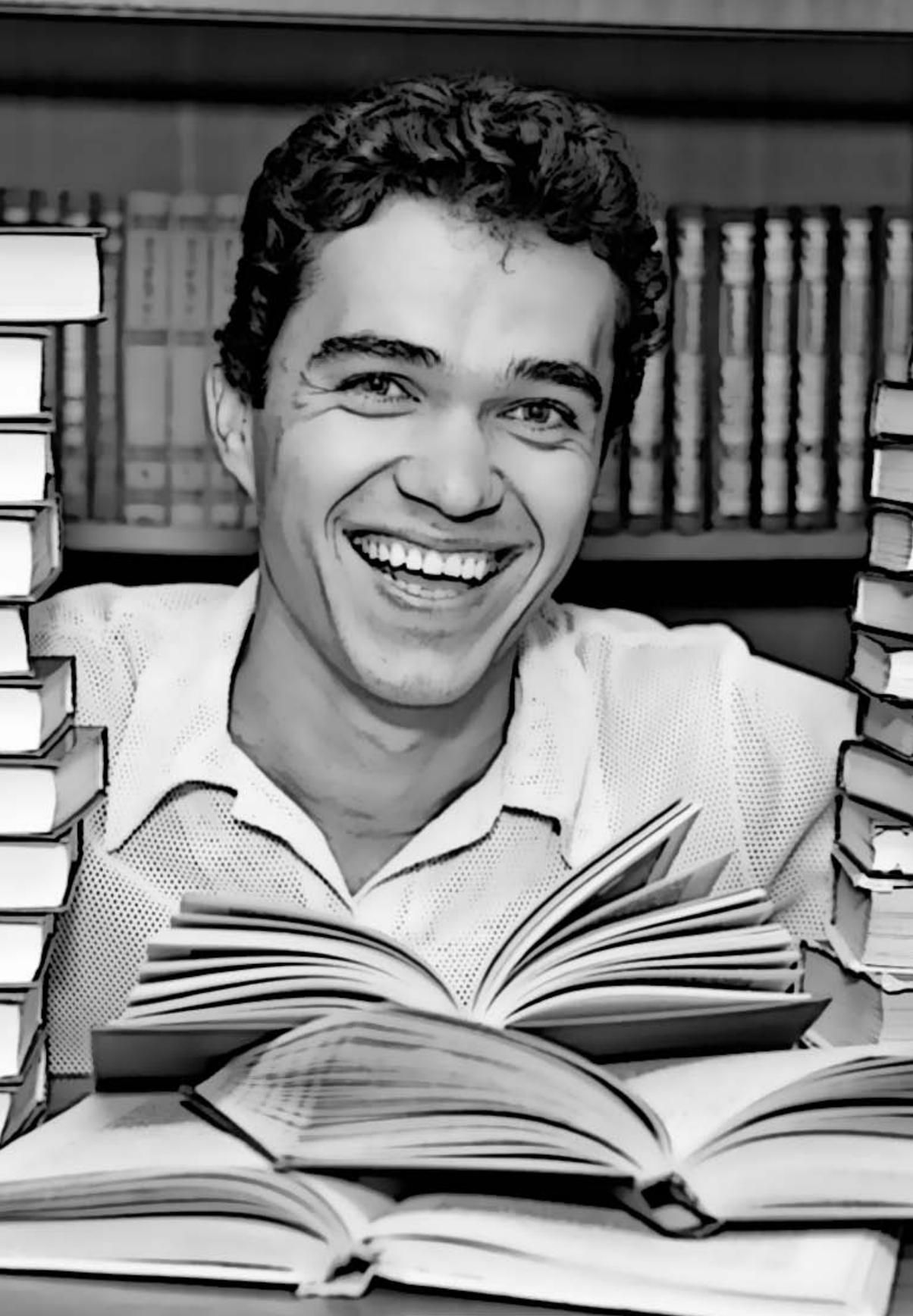
menos direitos. A vida é um bem dado a todos, já os direitos são uma conquista. Ser cidadã é ir em busca de exercer sua vontade e de construir uma sociedade mais justa para todos. Não há democracia ou avanço social, desconsiderando a violência sofrida por mulheres ou tratando-a como “caso de família”. As mulheres não são responsáveis pelo descontrole dos agressores, são vítimas que precisam de proteção e acolhimento por parte da sociedade e do poder público.

Deixo às várias Marias que estão lendo esse texto, a notícia de que nos últimos anos tivemos avanços nas políticas públicas destinadas às mulheres. Foram criados abrigos para mulheres e seus filhos vítimas de violência doméstica. Outra conquista, foi a implantação de delegacias especializadas no atendimento a mulheres vítimas de violência. Para o atendimento em todas as horas, foi lançado um serviço telefônico gratuito e especializado, basta discar o número 180. A violência é um processo que parte do agressor, mas depende de você não se tornar uma vítima dela. Denuncie, faça valer seus direitos. O importante é a capacidade de amar, acima de tudo, a si mesma.



Categoria Estudante de Ensino Médio

Redações que receberam
Menção Honrosa na etapa
por Unidade da Federação



BAHIA – Salvador**A sonhadora**

Irma Marine Aguiar da Silva

Colégio Salesiano Dom Bosco

Professora Orientadora: Rilza Meire dos Santos Cruz

Estou em algum lugar entre minha humilde casa e a escola. O sol está muito quente e meus pés estão envoltos em um saco plástico, em uma fracassada tentativa de protegê-los contra a lama da estrada de barro. Como se não bastasse o calor, minhas pernas estão cansadas de andar cinco quilômetros todos os dias, faça chuva ou faça sol, para frequentar um colégio onde a estrutura não é lá das melhores. No entanto, é o máximo que meus pais podem pagar. Minha mãe é empregada doméstica, trabalha muito, ganha pouco, mas foi o único emprego que conseguiu, tendo em vista que é analfabeta, mal sabe escrever o próprio nome. Meu pai é empregado em uma pequena oficina de carros no bairro de baixa renda onde moro, o salário dá para sustentar a mim e mais dois irmãos. A vida não é muito fácil, porém agradeço a Deus pelos meus pais, mesmo não tendo tanto estudo, investirem o pouco que podem em minha educação.

Depois de percorrer um longo trajeto, chego à minha escola. Suada. Cansada. Entretanto, isso logo acaba, basta apenas “entrar” em um daqueles maravilhosos e encantadores mundos que só são proporcionados durante a leitura. Ali eu me desligo de todos os problemas do mundo exterior e concentro-me apenas em um ponto deste universo, um lugar onde eu me sinto segura, onde posso sonhar e almejar uma vida melhor, sem medo das limitações que os outros me impõem.

Quanto mais eu avançava nos estudos, mais eu me interessava e começava a compreender o quanto o mundo poderia ser grande e cheio de oportunidades. Pena que essas oportunidades não eram distribuídas igualmente para todos. Aquilo também me revoltava muitas vezes, pois me fazia perceber o quanto minha mãe era explorada pelos patrões e o quanto aquela sociedade em que eu vivia era excludente e preconceituosa. Certo dia, durante uma aula de História, a professora falou algo sobre o papel feminino na sociedade e de todas as suas lutas e conquistas ao longo dos anos. Falou que há muito tempo atrás as mulheres não podiam trabalhar, votar ou sequer ter vontades e expressar suas opiniões. Sua única tarefa era “procriar” e cuidar da casa, dos filhos e do marido, submetendo-se a ele. Desta forma, as crianças cresciam com o exemplo de um pai autoritário e uma mãe submissa, fazendo disso sua concepção de sociedade. Uma sociedade machista. Pouco a pouco as mulheres conseguiram seus direitos, passando a exercer influência na sociedade, assim como importantes papéis nos ramos político, econômico e social. A professora continuou dizendo que apesar

da mulher em geral ter conquistado mais liberdade e independência, assumindo a liderança do lar, algumas famílias ainda são tipicamente patriarcais, onde o homem comanda e sustenta a casa, enquanto a mulher não exerce papel tão “considerável” nessa renda. “Para mudar essa realidade”, disse ela, “as mulheres precisam de oportunidades e também de uma sociedade que aceite o que é diferente. Aceitar algo novo, porém, requer uma mente aberta, e essa por sua vez exige estudo”. Aquela frase não saiu da minha cabeça por muito tempo, e volta e meia eu me via pensando no que havia aprendido naquela aula. Percebi que, talvez, meus sonhos não fossem tanta loucura assim, afinal, aquelas mulheres da história também sonhavam “utopias” para sua época, e hoje aquelas utopias haviam virado realidade.

Mas até aqueles tempos eu não percebia o quanto as diferenças entre homens e mulheres eram acentuadas, já que minha mãe trabalhava e meu pai também. Aquilo significava para mim a “igualdade”. Até que, em uma tarde, minha mãe, meus irmãos e eu recebemos a notícia de que nosso pai havia falecido em um acidente enquanto vinha para casa. Foi a partir daí então que comecei a notar a realidade que estava bem à minha frente. Como eu não pude perceber esse tempo todo? Minha mãe ganha tão pouco que mal dá para comprar mantimentos para uma única pessoa, quanto mais para uma família inteira! Era o salário do meu pai que sustentava de verdade a família, que pagava nossa humilde escola e o “pão de cada dia”. Agora eu podia perceber o quanto os papéis de meu pai e minha mãe eram diferentes. As pessoas costumam associar o machismo à ignorância e violência, mas não é preciso tanta brutalidade para saber que se vigora o machismo em uma casa. Eram as pequenas atitudes, as ordens que minha mãe obedecia e o medo que ela tinha que agora me faziam perceber o quanto meu pai era machista. Lembro-me perfeitamente dele falando para minha mãe não sair tal dia, não usar tal roupa, não fazer tal coisa. Esse “medo” em não obedecer fazia dela submissa. Agora eu podia perceber que não é porque minha mãe tem um emprego que era igual ao meu pai: ela ganha menos que ele, trabalha mais, não tem férias, e, além disso, o emprego não faz dela uma mulher totalmente independente, já que quem aplicava boa parte do salário dela era meu pai.

Aquela descoberta me fez sentir pior do que eu já estava, tentando lutar contra uma verdade inelutável, contra uma sociedade que jamais acabaria por completo. A vida se tornou mais difícil em minha casa, já que agora eu tinha que trabalhar durante à tarde para ajudar a minha mãe. Meus irmãos faziam o mesmo, e assim tentávamos lidar com aquela realidade que parecia nos corroer por dentro, nos deixando apenas duas opções: estudar pouco e trabalhar para viver com o mínimo de dignidade ou morrer de fome. Não havia muito que pensar, e é claro que a primeira opção era a única a qual podíamos seguir.

O trabalho me fazia perder bastante gosto pelo estudo, e do jeito que as coisas andavam, eu pensei em largar a escola. E, de fato, larguei. Mesmo assim,

nas raras vezes que podia, passava na biblioteca para pegar alguns livros e ler, deste modo, o “amplo” conhecimento sobre mundo que eu havia descoberto não se extinguiria por completo e o vazio que eu sentia dentro de mim seria preenchido de alguma forma.

Passou-se muito tempo, e quando eu me tornei adulta pude perceber quanto o estudo me fazia falta. Não havia muitas maneiras para eu conseguir um bom emprego, melhorar minhas condições de vida, conquistar a independência que eu tanto havia sonhado quando menor. Meus irmãos, homens, conseguiram o mesmo emprego do meu pai, na oficina de carros, entretanto eu não quis me candidatar, pois sabia o quanto aquilo seria “humilhante”. Deve ser por isso que a maioria das pessoas (ou melhor, das mulheres) do meu bairro parece ter a mesma vida que eu, e que por sua vez se assemelha muito com a de antigamente: o homem governando e sustentando a família; a mulher, com um emprego “inferior” ao dele, obedecendo-o, sem ter outra opção; os filhos sendo cuidados apenas por ela, parecendo que a mulher é a única responsável por eles. Sinto por não poder voltar no tempo e mudar minha vida, mas no final das contas não havia nada que eu pudesse mudar. A vida me impôs essa realidade contra a qual a única arma com que eu podia lutar (a educação) foi tomada de mim muito cedo, obrigando-me a trabalhar, embora eu quisesse ter outra opção. É, opção. Se eu tivesse ao menos uma melhor condição de vida, onde pudesse estudar, teria escolhas que me tornariam independente, livre. Mas não é essa a minha realidade, e infelizmente não posso fugir disso.

Acabei por me casar com um amigo que fazia tempo que não via. Ele já estudava comigo antes e dizia que sonhava com o dia em que houvesse igualdade racial (já que ele era negro e sofria preconceito, pois morava em um bairro tipicamente branco, onde sua mãe trabalhava como cozinheira). Agora, já adulto, ele diz que seus sonhos eram utopia, e se por um acaso se realizassem, seria daqui a muito, muito tempo. Já eu, nunca deixei de acreditar nos meus sonhos. Mesmo sem opções, ainda acredito que um dia homens e mulheres terão as mesmas oportunidades, as mesmas chances de alcançar um determinado sonho. E não adianta nós acharmos que essa igualdade já existe, pois se existisse de fato, nós nem estaríamos ouvindo falar dela, muito menos lutando por ela. Mas antes de acontecer essa “igualdade”, é preciso que haja educação. Educação para gerar oportunidades. Educação para acabar com a ignorância. Educação para “abrir” as mentes. Educação para aceitar uma nova sociedade, com novos preceitos, com sonhos possíveis de se alcançar. Educação para todos, sem distinção: negro, branco, amarelo, rico, pobre... E infelizmente é isso que está realmente longe de acontecer, pois a educação, atualmente, não é para todos. Educação deixou de ser um direito para ser um privilégio.

Agora que tenho um filho, estou lutando de todas as maneiras possíveis e prováveis para que ele possa ter as opções que eu não tive. Não foi fácil arranjar um emprego onde eu ganhasse um salário mínimo, porém o meu esforço e a

conclusão do ensino médio foram de grande importância nessa minha conquista. Meu único desejo agora, além do meu sonho de infância, é que meu filho possa ter oportunidades, para assim ajudar a acabar com esse ciclo vicioso que parece fazer da minha sociedade um local de pessoas preconceituosas e sem coragem de se “auto-transformar”. Mais do que nunca uma chama de esperança se enche dentro de mim, todo dia que eu trabalho e vejo que o pouco estudo que tive surtiu um resultado um tanto auxiliador em minha jornada, para que agora eu possa fazer a minha parte. Tenho certeza de que, com educação, e se todos puderem se esforçar para mudar, não a visão de muitos, mas a sua própria visão sobre o errôneo preconceito, a igualdade não só de gênero, mas também racial, poderá um dia chegar.

SÃO PAULO – São Paulo

Uma nova oportunidade

Pedro Azevedo Minutentag

Escola Vera Cruz

Professora Orientadora: Cristiane Escolástico Siniscalchi

A participação atual da mulher brasileira deve muito às diferentes identidades femininas que se apresentaram ao longo da história do país. Da caracterização da mulher como “minha fada aérea e pura”, proposta por Álvares de Azevedo, à “coisa de se meter medo”, de Visconde de Taunay, é possível ver diferentes opiniões acerca da mulher. Portanto, um rápido olhar sobre a literatura brasileira do século XIX já permite uma caracterização interessante da condição feminina no país.

Inicialmente, os poetas destacaram a mulher inatingível e pura. Essa inocência do gênero feminino estava relacionada com o único propósito da mulher burguesa da época: não executar nada que comprometesse um sólido ambiente familiar, um lar aconchegante, a educação dos filhos e a felicidade do marido. Por outro lado, a mulher pobre era muitas vezes retratada com ironia, como o próprio Álvares de Azevedo fez em “É ela! É ela! É ela! É ela!”: Como dormia! que profundo sono!.../Tinha na mão o ferro do engomado.../Como roncava maviosa e pura!/Quase cai na rua desmaiado!”. A verdadeira condição da mulher era ignorada ou vista com desdém.

A imagem feminina apresentada na literatura modificou-se quando autores, como José de Alencar, começaram a mostrar a mulher mais real e acessível. Ela podia se tornar protagonista e ter desejos, como no romance *Senhora*. A figura da mulher nesse livro é forte e acaba pagando para obter o marido desejado e submetê-lo a suas vontades, algo nem imaginado na época. Porém, a visão sobre o dever da mulher ainda era machista, como se observa no romance *Diva*, do mesmo autor, em cujo final, depois de muita dúvida, a protagonista, aceitando se casar, profere as seguintes palavras a seu marido: “És tu que deves pensar e querer por mim”. Mesmo apresentada com mais autonomia em certos assuntos, no casamento, por exemplo, a mulher ainda vivia a realidade de ser como uma escrava de seu marido.

Para representar com mais precisão a realidade da mulher brasileira no período seguinte é preciso mudar o foco do ficcional para o real. Os feitos feministas brasileiros do começo do século XX ilustram a existência feminina da época. Um grupo de mulheres protestou em nome do direito de votar em 1922 e esse ato, mesmo sendo reprimido no momento, contribuiu para a primeira eleição brasileira com participação feminina em 1927.

Um pouco mais tarde, nas décadas de 1960 e seguinte, durante a

ditadura militar, o feminismo foi influenciado por acontecimentos feministas internacionais. A mulher começou a “se comportar como um homem”, conforme se dizia na época, a questionar a instituição do casamento, a exigir direitos como o sufrágio e até a participar de combates armados. Na década de 1990, ONGS feministas foram criadas para influenciar políticas públicas, buscando, mais propriamente, a igualdade entre os gêneros. Resta saber se, agora, após lutas, conquistas e derrotas, a situação da mulher se alterou no Brasil. Pelo que ela está lutando e o que deve questionar?

Uma grande vitória que as mulheres conquistaram foi a possibilidade de escolher se querem ou não se casar. Olhando para um passado não muito distante, nota-se que a mulher não tinha possibilidade de ascender economicamente e socialmente se não estivesse acompanhada de um marido adequado. A visão religiosa e os costumes do Brasil lhe propunham as funções de reprodutora e dona de casa. Hoje em dia, com a difusão do capitalismo e dos movimentos feministas, cada vez mais é possível que uma mulher solteira e autônoma seja dona de seu próprio negócio.

Permaneça, entretanto, uma questão: as mulheres têm, de fato, a mesma chance de se tornarem, por exemplo, donas de uma empresa que um homem? A resposta é negativa, apesar de toda a autonomia alcançada, o que é absurdo tendo em vista o que se observa no mercado. Uma pesquisa feita nos Estados Unidos demonstrou que aumentou a quantidade de mulheres que tiram notas boas em um exame de matemática. Há aproximadamente trinta anos, de cada treze homens que tiravam uma nota acima da média uma mulher também tirava. Atualmente, essa razão baixou de 13:1 para 3:1. Portanto, o mito de que mulheres têm tendência em serem melhores em humanas e homens em exatas, que dava sustentação ao argumento de que o gênero masculino era apto a controlar o mercado, não pode ser mais sustentado. Ainda assim, a mesma pesquisa apresenta que apenas 3% dos “CEO” (Chief Executive Officer) são mulheres. No Brasil, o cenário preconceituoso é o mesmo: o salário inicial de uma mulher com formação igual à de um homem é aproximadamente 10% menor.

É preciso considerar que a participação da mulher no mercado de trabalho é um acontecimento que influencia a sociedade como um todo. Uma investigação feita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico mostrou que países que têm maior igualdade entre gêneros são mais desenvolvidos economicamente.

Se a mulher já está autônoma, tem a mesma capacidade de aprendizado e sua participação na economia traz benefícios, por que, então, ela ainda não tem os mesmos direitos e oportunidades que os homens? Qual deve ser sua estratégia para atingir esse equilíbrio?

Em certo sentido, uma mulher precisa, como qualquer outro cidadão, estar no lugar certo na hora certa e aplicar todas as suas qualidades para obter boas oportunidades. Trata-se de uma iniciativa rigorosamente individual, que

traz benefícios pontuais, mas também pode contribuir para reduzir o preconceito e ajudar a criar um futuro igualitário para muitos. Por isso, mulheres que conquistaram uma posição mais elevada devem garantir essa nova oportunidade para o resto da população feminina. Ao ignorar esse dever, estão contribuindo para o machismo, reforçando atitudes de homens que não contratam mulheres por preconceito ou de mães que ensinam suas filhas a se tornarem escravas de seus maridos. Não se pode contar apenas com o acaso para garantir a igualdade à sociedade. Ao proporcionar essa nova oportunidade, não estão mudando apenas o modo de agir de uma sociedade, mas também o modo de pensar.

Bibliografia

HUECK, Karin. Onde estão as mulheres da super. In: **Revista Super Interessante**. nº 283. Out/2010, p. 86-89.

Sites Da Internet

<http://iwl.rutgers.edu/Frontpage%20Updates/whysofew-1.pd> (acesso em: 29/09/2010)

<http://www.infoescola.com/sociologia/casamento/>

<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>

Categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero

Projetos pedagógicos premiados





INTRODUÇÃO

Nesta categoria foram inscritos onze projetos pedagógicos. Nenhuma Unidade da Federação da região Norte apresentou proposta. A região Nordeste foi a que mais enviou projetos, seguida da região Sul.

6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero Inscrições por Região

Região	Quantidade	%
Norte	-	-
Nordeste	4	36,3
Sul	3	27,2
Sudeste	2	18,1
Centro-Oeste	2	18,1
Total	11	100%

Fonte: CNPq/SPM, 2010.

GOIÁS – Goiânia

Centro de Educação Profissional de Goiânia Sebastião Siqueira

Dinamizando o gênero

Coordenação do Projeto: Carmen Sandra Ribeiro do Carmo

Histórico

O Centro de Educação Profissional tem a preocupação em promover a igualdade de gênero e o enfrentamento de todas as formas de discriminação. Por isso, criou o Grupo de Estudos em Gênero e Educação Sexual (GEGES) em 2008, com o fim de motivar o debate sobre a defesa dos direitos humanos, por meio da sensibilização de profissionais da educação e estudantes.

Metodologia

O projeto apresentado estrutura-se a partir das seguintes ações: a) promoção da temática nas ações cotidianas do Centro de Educação Profissional, com palestra e outros momentos de reflexão; b) promoção de formação continuada dos profissionais do Centro na temática “igualdade de gênero” e formação inicial para alunos/as e comunidade escolar; c) criação e implementação do grupo de estudos em gênero e etnia; e d) elaboração, publicação e divulgação de material educativo na temática.

Impacto e Resultados

O surgimento de uma nova mentalidade voltada para a educação em direitos humanos entre os profissionais e estudantes é o maior impacto do projeto. A partir disso, as ações poderão ser multiplicadas e atingir um maior número de pessoas na comunidade e no Estado de Goiás. O fortalecimento do grupo de estudos, a promoção da formação continuada e o incentivo às demais ações já demonstram o grau de sustentabilidade e institucionalização da iniciativa.

MATO GROSSO – Cuiabá

Escola Municipal de Educação Básica Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon

Beleza tem raízes – Dança do Chorado

Coordenação do Projeto: Sueli de Fátima Xavier Ribeiro

Histórico

Desde 2005, a reflexão sobre a igualdade de gênero e étnico-racial tem sido uma preocupação dos sistemas de ensino e do município de Cuiabá (MT). Parceria entre a Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, o Grupo de União e Consciência Negra e a Universidade Federal de Mato Grosso foi feita para a oferta de curso de extensão com o atendimento de 110 profissionais da educação no município. Com a participação de estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o projeto apresentado tem como objetivo reconhecer e valorizar a história e as contribuições das mulheres negras de Vila Bela, por meio da dança do chorado, com exposições de trabalhos e realização de eventos.

Metodologia

O projeto desenvolveu as seguintes ações: a) diagnóstico do conhecimento dos/as estudantes e comunidade escolar sobre a dança do chorado e seus significados; b) questionamentos e demonstrações sobre os movimentos e melodias da dança; c) vídeo sobre a dança; d) desenhos e exercícios envolvendo vários movimentos da dança; e) entre os/as estudantes de Ensino Médio, análise dos conceitos de cultura, padrões de comportamento, valores e crenças dos povos africanos; f) entre os/as estudantes do Ensino Fundamental, nas aulas de informática, pesquisas sobre a dança do chorado, aspectos históricos e culturais, com a elaboração de história em quadrinho; g) trabalhos de leitura e interpretação de textos sobre a cultura africana e afro-brasileira; h) nas aulas de física, geografia e artes, estudos sobre o equilíbrio, os espaços geográficos, culturais e artísticos; i) visitas aos pontos históricos da cultura africana e afro-brasileira no estado; j) apresentações para a comunidade escolar; k) palestras com a presença do Grupo de União e Consciência Negra; l) entrevistas e conversas com o Instituto Tereza de Benguela; m) formação de grupos de dança do chorado, com apresentações e participações em encontros.

Impacto e Resultados

O projeto possibilitou que os/as estudantes percebessem a importância da dança do chorado como manifestação da história e cultura afro-brasileira

e africana. Houve participação ativa dos/as estudantes com a produção de coreografias, desenhos, histórias, vídeos e relatos. A participação e envolvimento da escola indicam a mudança de valores e atitudes e a presença de uma cultura voltada para os direitos humanos entre estudantes e professores/as.

PERNAMBUCO – Afogados de Ingazeira

Escola de Referência em Ensino Médio Monsenhor Antônio de Pádua Santos

A vivência das mulheres negras do sertão de Pajeú: resiliência, cotidiano e trabalho

Coordenação do Projeto: Maria José dos Santos

Histórico

Tendo como objetivo geral a reflexão sobre os direitos da mulher, principalmente a negra, e a contribuição para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, de orientação sexual e identidade de gênero, o projeto foi executado no ano de 2009, com seis turmas de 1º ano do Ensino Médio, na modalidade de Educação Integral, da Escola de Referência em Ensino Médio Monsenhor Antônio de Pádua Santos.

Metodologia

As atividades realizadas procuraram mapear o cotidiano das mulheres negras rurais quilombolas e de assentamento do Sertão do Pajeú a partir da dimensão religiosa, econômica, política e social. Foram executadas as seguintes etapas: a) construção coletiva dos conceitos de igualdade de gênero, preconceito, discriminação, racismo e empoderamento; b) exibição, debate e socialização do fichamento do vídeo “O Xadrez das Cores” do Curtas na Escola; c) Leitura e análise do texto “Gênero, Trabalho e Desigualdade”, de autoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); d) conhecimento da legislação, com a análise da Lei Caó e a realização da oficina “Superando o racismo na escola”; e d) Pesquisa sobre o cotidiano das mulheres negras do Sertão do Pajeú, com levantamento bibliográfico e realização de sete oficinas.

Impacto e Resultados

Houve a mudança de valores e percepções dos/as estudantes em relação às representações de gênero, preconceitos e violência contra a mulher, transformando os/as alunos/as em multiplicadores/as no respeito às diferenças e à convivência democrática.

A auto-estima dos/as estudantes negros/as aumentou significativamente com as atividades do projeto. Além disso, a experiência pedagógica possibilitou um conhecimento aprofundado sobre o cotidiano das mulheres negras do Sertão

do Pajeú e valorização das comunidades quilombolas e rurais. Cabe ressaltar que outro resultado do projeto foi o envio de um abaixo assinado à Câmara Municipal de Afogados da Ingazeira, com a solicitação de projeto de lei que estabeleça no município a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a exemplo do que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

RIO GRANDE DO SUL – São Leopoldo

Escola Estadual de Ensino Fundamental Firmino Acauan

Construindo a Igualdade de Gênero

Coordenação do Projeto: Mirian Teresinha Zimmer Soares

Histórico

Em 2008, a escola iniciou o projeto de igualdade racial e de gênero entre professores/as e estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Por meio de palestras, danças, pesquisas, filmes e uso de bonecas, o projeto conta com a parceria da comunidade escolar, da Câmara de Vereadores de São Leopoldo, do Movimento Negro do PMDB de São Leopoldo, do Grupo Multietnia de Porto Alegre, da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e de órgãos de comunicação locais.

Metodologia

Com o objetivo de cumprir a Lei 10.639/03, ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, o projeto congrega várias ações que envolvem o estudo e o debate sobre a igualdade étnico-racial, de gênero e sexualidade. São ações voltadas para pesquisas e discussões com recorte transversal, com uso da boneca negra Acauana como fonte de inspiração e resgate da auto-estima dos/as alunos/as negros/as, o que propicia o fortalecimento do protagonismo dos/as jovens. Além disso, o projeto contempla atividades para formação continuada de professores/as e outros profissionais da educação.

Impacto e Resultados

A escola tem desenvolvido vários projetos voltados para a educação em direitos humanos, a exemplo de curso sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o curso Um por todos e todos por um: Ética e Cidadania. Com o Projeto Construindo a Igualdade de Gênero, os temas transversais têm sido debatidos na escola, propiciando o envolvimento de professores/as e estudantes em torno de questões sobre a promoção da igualdade racial e de gênero. Dessa forma, a escola já é uma referência na temática, tendo sido convidada para apresentar o projeto em outras escolas e eventos. O projeto pretende ampliar o debate com foco nos seguintes pontos: erradicar a violência entre as meninas da escola, divulgar a Lei Maria da Penha e as conquistas do movimento de mulheres e feminista.



Promoção

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Educação – MEC

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM

www.igualdadedegenero.cnpq.br